


Unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

VINÍCIUS DURVAL DORNE

**A IDENTIDADE DO JORNALISTA NO
(DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA
NO BRASIL**



ARARAQUARA – S.P.
2015

VINÍCIUS DURVAL DORNE

A IDENTIDADE DO JORNALISTA NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais

Orientadora: Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

ARARAQUARA – S.P.
2015

Dorne, Vinícius Durval

A identidade do jornalista no (dis)curso da
história da imprensa no Brasil / Vinícius Durval Dorne
- 2015

219 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Dra. Maria do Rosário de Fátima
Valencise Gregolin

1. Análise do Discurso. 2. Foucault. 3. Identidade.
4. Jornalista. 5. História da imprensa brasileira. I.
Título.

VINÍCIUS DURVAL DORNE

A IDENTIDADE DO JORNALISTA NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. Exemplar apresentado para exame de Defesa Pública.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais

Orientadora: Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Data da Defesa: **28/04/2015**

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Membro Titular: Prof. Dra. Ana Sílvia Abreu
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Membro Titular: Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*A todos que amo,
por darem sentido/sentimento de completude
à minha existência.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me interroga, me desestabiliza, mas que também me (re)significa; no limiar da dúvida, apresenta-me a força indubitável da “fé”;

Minha orientadora, profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin, que acredito a extensão do nome materializar a extensão da sua importância para a vida de tantos pesquisadores que se desafiam à aventura do discurso. Por representar a importância de Michel Foucault para a AD no/do Brasil e por, lá em 2009, quando ainda a conhecia apenas por “GREGOLIN (ANO)” ter recebido em um Congresso a dedicatória no livro: “Vinícius, desejo ótimos percursos na AD”. Obrigado por ter feito este percurso comigo!

A *ma petite*, Fernanda, minha sempre amiga, minha sempre esposa, por acreditar muito mais em mim do que eu mesmo; pelo simples gesto da existência que me confronta com a incompletude: sou feliz por ser *incompleto* com você;

Aos meus pais, Rosângela e Walter, limites e possibilidades da minha vida. A gratidão de uma palavra presente, de um gesto de amor mesmo na ausência. Obrigado por me (re)constituírem a cada dia. Todo meu amor às minhas avós, Cida e Cleusa, pela proteção e generosidade transbordantes.

A minha irmã, Larissa, pelo carinho e pelos laços de amizade e amor construídos em todo esse tempo: que possa retribuir este sentimento de “presença” em todos seus caminhos e que estes sejam tão felizes quanto possível.

A minha Kátinha, por me confrontar com novas possibilidades diárias de olhar e viver a vida de uma forma tão mais simples e singela: esta tese não seria possível sem os sorrisos e os abraços tão dela!

Aos meus sogros, Valdete e Tomé, pela sabedoria e paciência compartilhadas; pelos almoços de todos os domingos, que (re)afirmaram a necessidade de me/nos encontrar: só pelo “outro” a vida pode e faz sentido.

Aos meus poucos e grandes amigos, os que estão e os que já tiveram próximos, os que falam, os que me abraçam, os que silenciam. Agradeço, nesta jornada do doutorado, ao meu amigo Gesiel, pela acolhida em Araraquara todas as semanas; pelas longas caminhadas e conversas; Com muito carinho, obrigado por existirem Amanda, Ana Paula, Damaris, Guilherme, Gutembergue, Letícia, Lucas, Rogério, Marina, meus tios Célio, Célia e Cristina.

Agradeço a professora Dra. Renata Marcelle Lara, com quem trilhei os primeiros caminhos pela Análise do Discurso, ainda na graduação. Obrigado por me apresentar e me convidar à aventura do discurso.

Ao professor Dr. Cleudemar Alves Fernandes, pela presença e contribuições na banca de qualificação e, muito antes, no início do doutorado, nas primeiras bancas de avaliação de projetos. Sou grato por suas palavras sempre precisas e gentis.

Agradeço a professora Dra. Vanice Sargentini, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e por aceitar fazer parte da minha banca de defesa final: agradeço o carinho e a dedicação que sempre teve comigo.

Ao professor Dr. Pedro Navarro, meu orientador no Mestrado, por todos os ensinamentos que, com certeza, ressoam nesta tese; obrigado por fazer parte deste outro momento tão importante na minha vida. Importante sentir e ver a possibilidade de uma continuidade que se faz presente entre a profa. Rosário, você e eu: há caminhos e desafios que nos unem e que fazem de vocês pessoas especiais para mim.

Às professoras Dra. Ana Silvia Abreu e Dra. Maria Regina Baracuchy Leite, que tive o privilégio de conhecer pessoalmente na própria banca, e que, mesmo antes deste contato, aceitaram participar deste momento. Obrigado pelas contribuições e por fazerem parte desta minha história.

Ao professor Dr. Nelson Traquina, com quem primeiro tive contato (virtual) para a realização do estágio sanduíche em Portugal, mas que dadas as impossibilidades pessoais, em um gesto de generosidade, apresentou-me ao prof. Dr. Francisco Rui Cádima, que prontamente me acolheu e orientou junto ao Programa de Doutorado de Ciências da Comunicação, do

Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Agradeço à UniCesumar pelo apoio concedido por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional: capacitação docente e técnica (PADEP).

Ao Santander Universidades, pelo apoio financeiro concedido pelo “Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Jovens Professores e Pesquisadores Santander Universidades”, que permitiu a realização do sonho de fazer minha pesquisa sanduíche em outro país. As experiências e o conhecimento proporcionados nesta viagem de descoberta serão marcas indelévels em minha trajetória acadêmica e em minha vida.

“Roger Pol-Droit: Então, como você se definiria?

M. Foucault: Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer caírem os muros.”

(FOUCAULT, Michel, 2006, p. 69)

RESUMO

Inserido no campo da Análise do Discurso (AD) francesa, com recorrências às contribuições do filósofo Michel Foucault, este estudo se debruça sobre o sujeito contemporâneo, especificamente o jornalista, buscando compreender como a partir do discurso se constroem regimes de verdade para a existência desse sujeito dentro da sociedade. O que é ser jornalista? Quais os riscos de estar nesta posição? O que é preciso ser/fazer para ser jornalista? Quem pode falar no jornalismo? Essas interrogações, neste trabalho, não se detêm no processo de construção da subjetividade pelo próprio sujeito jornalista, mas como este é tomado como objeto de discurso e, inerentemente a esse processo discursivo, subjetivado, ou seja, (des)construído por práticas discursivas. Desta forma, levanta a seguinte problemática de pesquisa: “Como, ao longo da história da imprensa no Brasil, constitui-se o ‘sujeito-jornalista’, especificamente em discursos de historiadores/jornalistas que procuram (re)contar essa história?”. Enfim, “como nos jogos enunciativos operacionalizados em diferentes campos são forjadas identidades para o jornalista?”. E, sendo necessário compreender o jornalista na complexidade de sua existência atual, é que este estudo faz o movimento de se voltar para a história de longa duração para, nesse processo histórico-social, desvendar como o sujeito se torna o produto de práticas discursivas diversas e fortemente amparadas na contradição – condição própria da linguagem – que delimitam um campo possível para o “ser jornalista”, os exercícios de poder próprios desta posição sujeito e também aqueles que atravessam e determinam a posição sujeito; práticas discursivas que classificam, rejeitam, assimilam, silenciam o jornalista ao longo da história. Assim, este empreendimento problematiza o sujeito jornalista na história do Brasil, a partir de acontecimentos discursivos inerentes a esse processo – delimitados neste estudo como um trajeto para o procedimento analítico –, interroga como no (dis)curso da história da imprensa brasileira, especificamente a partir de 1808, constroem-se identidades *impossíveis* para o sujeito jornalista, tendo como *corpus* dois livros que se debruçam sobre a história da imprensa no país e que são recorrentes nos Planos de Ensino das disciplinas dos cursos de Jornalismo que buscam refletir sobre a história do jornalismo no país: *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, e *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira, volume 1*, de Benedito Juarez Bahia. Para tanto, reflete sobre a concepção de história na proposta arqueogenalógica de Foucault; história que se erige *pelo e no* discurso, e nas contradições inerentes a ele, composta de múltiplas temporalidades, não-lineares. Ainda, busca compreender quem é o sujeito nas reflexões foucaultianas; condição própria para a existência do discurso, ao passo em que é o resultado também do próprio jogo discursivo em funcionamento nesse motor histórico. E, a partir deste entendimento, reflete sobre o processo da identidade, valendo-se das contribuições dos Estudos Culturais Britânicos, apropriando-os dentro do campo da teoria do discurso para, então, analisar como práticas discursivas da/sobre a história da imprensa no Brasil objetivam/subjetivam o jornalista, construindo-lhes identidades *impossíveis*. Observa-se nos *corpora* a circulação de sentidos que tomam o jornalista como o representante da “verdade” materializada na informação, bem como o responsável por promover o discurso de resistência ao poder opressor – muitas vezes físico – que recai sobre os homens. Às vezes, aliado ao poder vigente, outras, ao poder que resiste, mas sempre exercendo/sendo exercido (por) um poder. Literato, cínico, técnico, objetivo, imparcial, direto, combatente, acadêmico: espaços *impossíveis* construídos no próprio discurso – e, assim, no interior da história –, dentro dos quais se é (não) autorizado a ser “jornalista”.

Palavras – chave: Análise do Discurso. Foucault. Identidade. Jornalista. História da imprensa brasileira.

RÉSUMÉ

Inclus dans l'Analyse française de Discours (AD), ayant recours aux apports du philosophe Michel Foucault, cette étude se penche sur le sujet contemporain, surtout le journaliste, et cherche à comprendre comment à partir du discours se construisent des régimes de vérité pour l'existence de ce sujet dans la société. Qu'est-ce qu'être un journaliste? Quels risques prend-t-on dans cette position? Qu'est-ce qu'il faut être/faire pour être journaliste? Qui peut parler dans le journalisme? Ces questions, dans ce travail, ne se tiennent pas au processus de construction de la subjectivité par le sujet journaliste lui-même, mais au comment celui-ci est pris autant qu'objet de discours et, dans ce processus discursif, subjectivé, c'est-à-dire, (dé) construit par des pratiques discursives. Ainsi, se met la problématique de recherche suivante : « Comment, au long de l'histoire de la presse au Brésil, on constitue le 'sujet-journaliste', surtout dans des discours d'historiens/journalistes cherchant raconter cette histoire? ». Enfin, « Comment dans les jeux énonciatifs opérationnalisés dans de différents champs sont forgées des identités pour les journalistes? ». Et, face au besoin de comprendre le journaliste dans la complexité de son existence actuelle, cette étude fait le mouvement de se tourner vers l'histoire de longue durée pour, dans ce processus historico-social, dévoiler comment le sujet devient le produit de pratiques discursives diverses et fortement soutenues dans la contradiction – condition propre au langage – qui délimitent un champ possible pour «l'être journaliste», les exercices de pouvoir propres à cette position sujet, et aussi ceux qui traversent et déterminent la position de ce sujet ; des pratiques discursives qui le classifient, le rejettent, l'assimilent, le taisent au long de l'histoire. Ainsi, cette entreprise problématise le sujet journaliste dans l'histoire du Brésil à partir d'événements discursifs inhérents à ce processus – délimités dans cette étude comme une procédure analytique -, interroge, ayant comme *corpus* des ouvrages qui se penchent sur l'histoire de la presse dans le pays, interroge comment dans le (dis) cours de l'histoire de la presse brésilienne, surtout à partir de 1808, on construit des identités *impossibles* pour le sujet journaliste, ayant comme *corpus* deux livres qui se penchent sur l'histoire de la presse dans le pays et qui figurent souvent sur les Plans d'Enseignement des disciplines des cursus en journalisme ayant trait à la réflexion à propos de l'histoire du journalisme dans le pays : *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, et *História, jornal e técnica : história da imprensa brasileira, volume 1*, de Benedito Juarez Bahia. Pour que cette analyse soit possible, ce travail considère la conception d'histoire proposée par l'archéogénéalogie de Foucault ; histoire érigée par et dans le discours, et dans les contradictions qui lui sont inhérentes, composée de temporalités multiples, non linéaire. Ce travail cherche aussi à comprendre qui est le sujet dans les réflexions foucauldienne ; condition propre à l'existence du discours, tandis qu'il est le résultat aussi du jeu discursif en fonctionnement dans ce moteur historique. Et, à partir de cette compréhension, réfléchit sur le processus d'identité, ancré aux contributions des Études Culturelles Britanniques en les appropriant à la théorie du discours afin d'analyser comment des pratiques discursives de la/sur l'histoire de la presse au Brésil objectivent/subjectivent l'journaliste, en leur construisant des identités *impossibles*. On remarque sur les *corpora* la circulation de sens qui prennent le journaliste pour représentant de la « vérité » matérialisée dans l'information et pour le responsable de promouvoir le discours de résistance au pouvoir d'oppression – plusieurs fois physique – qui retombe sur les hommes. Parfois, allié au pouvoir actuel, d'autres au pouvoir qui résiste, mais toujours en exerçant/étant exercé (par) un pouvoir. Cultivé, cynique, technique, objectif, impartial, direct, combattant, académique : des espaces *impossibles* construits dans le discours lui-même – et, ainsi, à l'intérieur de l'histoire, où on est (ou non) autorisé à être « journaliste ».

Mots-clé : Analyse du discours. Foucault. Identité. Journaliste. Histoire de la presse brésilienne.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. (RE)DESCOBRIR A HISTÓRIA EM E COM FOUCAULT: UMA AVENTURA PELA ARQUEGENEALOGIA.....	18
2.1 PENSAR A NOVA HISTÓRIA	28
2.2 PARA ALÉM DA ESTRUTURA, O ACONTECIMENTO DISCURSIVO.....	32
3 SUJEITO DA À HISTÓRIA: SUJEITOS CONSTRUTORES E PRODUZIDOS PELO/NO DISCURSO	40
3.1 SUJEITO (D)À LINGUAGEM: A POSICÃO SUJEITO COMO ELEMENTO DA FUNÇÃO ENUNCIATIVA	44
3.2 O SUJEITO E A RESISTÊNCIA	48
4 IDENTIDADES IMPOSSÍVEIS: O GOVERNO DE SI PELO OUTRO	52
5 NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO/DO BRASIL, O JORNALISTA.....	66
5.1 DE PORTUGAL AO BRASIL DE 1808: UM (BREVE) PASSEIO PELO FIO DO DISCURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA PORTUGUESA.....	70
5.1.1. Um caso brasileiro: ou português/brasileiro/inglês?	90
5.2 NO PRINCÍPIO, A NÃO ORIGEM DA IMPRENSA BRASILEIRA: A IMPRENSA RÉGIA E OS ENUNCIADOS DESVIANTES	93
5.3 UM “GRITO” DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DOS JORNALISTAS	102
5.4 ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: O CAMINHO DA/PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA	118
5.5 A EMPRESA JORNALÍSTICA: DO AMADORISMO À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISTA E SUA APROXIMAÇÃO DA PUBLICIDADE	129
5.6 IMPRENSA OPERÁRIA: O JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS/PARA OS TRABALHADORES NO INÍCIO DO SÉCULO XX .	138
5.7 A DITADURA MILITAR E A CENSURA À IMPRENSA – AO PODER REPRESSIVO, A RESISTÊNCIA QUE NÃO QUER CALAR.....	152
5.8 A DEMOCRACIA E O MONOPÓLIO DA COMUNICAÇÃO: (IM)POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DO JORNALISMO	167
5.9 JORNALISMO, ACADEMIA, DIPLOMA E MERCADO DE TRABALHO – O JORNALISTA E(M) CONTRADIÇÕES: O QUE “PODE” – E QUEM “PODE” SER – O JORNALISTA	196
EM DISCURSO, NOSSAS CONSIDERAÇÕES.....	204
REFERÊNCIAS.....	213

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre a história do jornalismo é, sobremaneira, entender que a organização da sociedade fomentou, com o passar dos tempos, a necessidade de o homem se informar sobre o que ocorria ao seu redor, bem como sobre acontecimentos distantes, aos quais – pela distância geográfica ou diferentes circunstâncias – não tinha acesso. Tal anseio de estar informado atende(u) à primordialidade de, a partir da comunicação, compreender a si mesmo, bem como o seu entorno, a sua história. Nesse cenário, a comunicação oral já não conseguia, sozinha, promover a comunicação que se fazia necessária, começando a surgir instrumentos informativos manuscritos que possibilitavam a difusão da informação em uma escala maior, potencializados ao longo desse processo de evolução tecnológica com os meios de comunicação de massa e exercidos por um profissão que aos poucos se delineava: a de jornalista.

Todavia, ao longo dessa trajetória de o homem se comunicar e também exercer a sua liberdade de expressão e informação pelo/no jornalismo, houve forças de censura que buscaram interditar dizeres, colocando em circulação outros (im)possíveis. Contudo, não foram diferentes os movimentos de resistência que almejavam se desvencilhar das amarras do poder repressor que diz “não”, por meio de brechas no próprio discurso, nas suas formas de circulação, no anseio do homem de resistir àquilo que o oprime.

Nessa trajetória histórica do jornalismo, entre tantos discursos, detemo-nos em um que mobilizou os estudiosos da área, os profissionais: o relacionado à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Entre as movências na história sobre a (não) obrigatoriedade do diploma, trazemos o seguinte acontecimento discursivo: em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por oito votos a um que o diploma de jornalismo, exigência regulada por um decreto Lei de 1969, não era mais requisito obrigatório para o exercício da profissão. Anteriormente à votação, a categoria já acompanhava ao correr dos anos, na esfera jurídica, a decisão sobre quem poderia exercer a atividade jornalística. Observamos que nesta votação se materializou principalmente as seguintes indagações que, sobremaneira, apontam para como os discursos e os sujeitos são regulados na/pela sociedade: “quem pode ser jornalista?”, “o que é ser jornalista?”, “o que deve fazer o jornalista?”.

É a partir deste acontecimento, aqui tomado como um “acontecimento discursivo”, por ter irrompido no instante, promovendo movências em diferentes campos do saber, nos regimes de poder da sociedade, que fomos levados a questionar Como o mesmo foi possível.

Quais foram as condições de emergência deste acontecimento? Refletindo sobre tal questionamento, notamos ser necessário voltarmos a história para, nela, observar como vão se construindo dizeres sobre a atividade jornalística, sobre o que é ser jornalista: sentidos que, no curso e no discurso da história são agenciados por enunciados empregados em diferentes posições sujeito que buscaram (ou, mesmo, apontaram), ao longo da história, para uma compreensão de “quem é”, “o que deve fazer” e “quem pode ser” jornalista. Se é a partir do discurso que o mundo pode e faz sentido, o discurso da história da imprensa – assim como aqueles que provém de diferentes instâncias discursivas – acaba por produzir regimes de verdade, subjetivando os sujeitos em seus discursos.

Desta forma, na tentativa de compreender as contradições presentes nessa memória discursiva que atravessa os dizeres do nosso cotidiano sobre o sujeito jornalista, esta pesquisa, inserida na Análise do Discurso francesa com recorrências às reflexões arquegenealógicas de Michel Foucault, tem o seguinte problema de pesquisa: “Como, ao longo da história da imprensa no Brasil, constitui-se o ‘sujeito-jornalista’, especificamente em discursos de historiadores/jornalistas que procuram (re)contar essa história?”. Enfim, “Como nos jogos enunciativos operacionalizados em diferentes campos, são forjadas identidades *impossíveis* para o jornalista?”.

Trata-se, então, de analisar como práticas discursivas objetivam e subjetivam o sujeito jornalista, como vão se constituindo redes de significação sobre a atividade jornalística, e interrogar a história, constituída de múltiplas temporalidades, de aproximações e distanciamentos, movências, silenciamentos. Para esta tarefa analítica, traçamos como objetivo geral: “Analisar como práticas discursivas da/sobre a história da imprensa no Brasil objetivam/subjetivam o jornalista, construindo-lhes identidades *impossíveis*”; como objetivos específicos: a) mostrar como na constituição histórica da arquegenealogia há conceitos e reflexões que permitem compreender teórico-metodologicamente as práticas discursivas; b) refletir como na teoria foucaultiana o “sujeito” é histórico e, portanto, construtor e produto da/à História; c) compreender teoricamente como a identidade é o resultado de um “jogo discursivo” que busca delimitar, classificar os sujeitos e, inerente a este processo, determinar possibilidades de existência para o exercício de “si”; d) analisar, por meio de regularidades discursivas, o processo de objetivação/subjetivação do sujeito jornalista no discurso da/sobre a história;

Nessa tarefa, tomamos como *corpus* dois livros quem têm claramente a missão de (re)constituir tal história, presentes em várias universidades de comunicação do país e referenciadas nos Planos de Ensino de disciplinas que versam sobre a história do jornalismo:

História da imprensa no Brasil (Rio de Janeiro, editora Mauad, 4. ed.¹, 1999), de Nelson Werneck Sodré; *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira, volume 1* (Rio de Janeiro, Editora Mauad, 5. ed.², 2009), de Benedito Juarez Bahia. Portanto, a delimitação de nosso *corpus* se deu pela escolha de títulos geralmente consultados e estudados por aqueles que buscam compreender a história da imprensa brasileira; ou seja, títulos considerados de referência na/para a história do jornalismo.

Nesta tese, valemo-nos das contribuições que Michel Foucault pode permitir (e permite) à Análise do Discurso francesa, propriamente desenvolvida por Michel Pêcheux. Desta forma, este estudo se insere nas pesquisas que na Academia – mais fortemente, nos seus corredores – se denomina: “Análise do Discurso foucaultiana” (às vezes, tomada em oposição a outras correntes como “pêcheutiana”, “bakhtiniana”). Sobremaneira, não assumimos nesta pesquisa um posicionamento de “oposição”, nem afirmamos que Foucault tenha empreendido uma busca de construção ou afirmação de uma Teoria do Discurso; se considerarmos que as reflexões do filósofo abrem margem a diferentes possibilidades e estudos, acreditamos que aqueles desenvolvidos e voltados à questão da linguagem, do discurso, podem se mostrar frutíferos em nossa pesquisa. Apropriando-nos do autor, julgamos mais oportuno pensar *com* e *em* Foucault como uma “pequena caixa de ferramentas”, em vez de um manual de orientações e técnicas a serem seguidas: “Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram...pois bem, tanto melhor” (FOUCAULT, 2006, p. 52).

Sendo assim, para este empreendimento, dividimos nosso estudo em quatro seções. Na primeira, “**(RE)DESCOBRIR A HISTÓRIA EM E COM FOUCAULT: UMA AVENTURA PELA ARQUEGENEALOGIA**”, problematizamos como Foucault compreende a história, motor inerente aos processos de produção dos discursos e, conseqüentemente, dos sujeitos. Refletimos sobre as discussões que o filósofo faz sobre a história global e a história geral, e a proposta de se olhar para a história como um terreno de descontinuidades, rupturas, de múltiplas temporalidades, de tal modo que se faz necessário questionar a suposta “origem” das primeiras palavras do homem. Sendo assim, nesta seção, trabalhamos como o conceito “Arquegenealogia”, ponto central da análise e de extrema

¹ Primeira edição: 1966.

² Primeira edição: 1964.

importância para compreender a história, por meio de reflexões de Foucault, Pierre Nora, De Certeau, Peter Burke e Paul Veyne.

Posteriormente, na seção **“SUJEITO DA/À HISTÓRIA: SUJEITOS CONSTRUTORES E PRODUZIDOS PELO/NO DISCURSO”**, trazemos as discussões foucaultianas sobre o sujeito, principalmente ao entender que nos empreendimentos filosóficos de Foucault, o homem sempre foi o centro de grande interrogação. Compreender o sujeito como produto do discurso é refletir sobre um sujeito não empírico, resultado de práticas discursivas que o objetivam e subjetivam e, a partir das quais, também constrói subjetividades para si. Neste momento, trabalhamos com as discussões empreendidas pelo filósofo em títulos como *As palavras e as coisas*, *O Governo de si e dos Outros*, *Hermenêutica do Sujeito* e *Ditos e Escritos IV*.

Uma vez compreendendo como o “sujeito” esteve no cerne dos estudos de Foucault, na seção **“IDENTIDADES IMPOSSÍVEIS: O GOVERNO DE SI PELO OUTRO”**, problematizamos a noção de identidade; ressaltando, principalmente, que a identidade não é uma bandeira a ser levantada e defendida, antes o resultado do jogo discursivo que busca selecionar, classificar, identificar os sujeitos em busca da legitimação de determinados dizeres, silenciando aqueles que não têm o direito ao dizer, rechaçando o estrangeiro, o diferente. Propomos discutir como a identidade é o produto de construções discursivas que impõem aos sujeitos (im)possibilidades de existência.

Por fim, na seção analítica **“NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO/DO BRASIL, O JORNALISTA”**, analisamos os processos de subjetivação do sujeito jornalista presentes em livros que buscam recontar a história da imprensa brasileira. Da mesma forma, também nos debruçamos sobre a história da imprensa em Portugal, sobretudo no período que compreende entre 1400 e o início dos anos 1800, quando da instalação da Imprensa Régia no Brasil (1808), no anseio de investigar como se constroem a(s) identidade(s) do jornalista ao longo da história da imprensa em terras portuguesas para, então, a par desse panorama compreender como se iniciava a imprensa oficial em solo brasileiro e, conseqüentemente, a atividade do jornalista no/do Brasil. Para tanto, tomamos como materialidade o livro do historiador José Tengarrinha em *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865* (2013) – material (re)conhecido e considerado de referência pelas Escolas de Comunicação portuguesas ao tratar da história do jornalismo em Portugal –, bem como algumas reflexões do artigo de Jorge Pedro Sousa intitulado *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974* (2008).

Como recorte do arquivo sobre a história da imprensa no Brasil – particularmente refletindo sobre a extensão do material analisado –, operacionalizamos o conceito de “acontecimento discursivo”, considerado neste trabalho como o discurso que irrompe o instante, instaurando novos saberes e, conseqüentemente, novos exercícios de poder. Desta forma, trabalhamos com oito acontecimentos discursivos, observando como no (dis)curso da história, enunciados materializam significações para o sujeito jornalista: 1) No princípio, a não origem da imprensa brasileira: a imprensa régia e os enunciados desviantes; 2) Um grito de independência do Brasil e dos jornalistas; 3) Abolição e República: o caminho da/para industrialização da imprensa brasileira; 4) A empresa jornalística: do amadorismo à profissionalização do jornalista e sua aproximação da publicidade; 5) Imprensa operária: o jornalismo como instrumento de luta e resistência dos/para os trabalhos do início do século XX; 6) A ditadura militar e a censura à imprensa – ao poder repressivo, a resistência que não quer calar; 7) A democracia e o monopólio da comunicação: (im)possibilidades para o exercício do jornalismo; 8) Jornalismo, Academia, diploma e mercado de trabalho – o jornalista e(m) contradições: o que “pode” – e “quem pode” ser – o jornalista.

Assim, nas subseções que se detém sobre cada um dos acontecimentos discursivos, analisamos como se erigem e se exercem os processos de objetivação/subjectivação. Nossa análise toma como ponto de partida a instalação da Imprensa Régia no Brasil (em 1808), marco oficial do surgimento da imprensa no país, até a contemporaneidade, em especial, a votação do STF, em 2009, que extinguiu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, bem como a relação entre jornalismo e universidade.

Desta forma, esta tese se aventura *pela e na História em e com* Foucault, para refletir como os discursos promovem a construção e legitimação dos saberes, o exercício do poder nos diferentes estratos sociais, a determinação da “verdade” de uma época; especialmente a história do jornalismo em sua relação com atividades (im)possíveis para o jornalista. Portanto, esta pesquisa problematiza o sujeito como o resultado de práticas discursivas na relação entre sujeito-discurso-história-memória. Longe de desejar fixar uma identidade para o sujeito jornalista, importa-nos interrogar a espessura histórica de tal identidade, nas (im)possibilidades que ela permite/exerce para/sobre os sujeitos.

2. (RE)DESCOBRIR A HISTÓRIA EM E COM FOUCAULT: UMA AVENTURA PELA ARQUEGENEALOGIA

“O que eu tento fazer é, ao contrário, mostrar a impossibilidade da coisa [...] As histórias que eu faço não são explicativas, jamais mostram a necessidade de alguma coisa mas, antes, a série de encadeamentos, através dos quais o impossível foi produzido e reengendra seu próprio escândalo, seu próprio paradoxo, até agora. Tudo aquilo que pode haver de irregular, de casual, de imprevisível, num processo histórico me interesse consideravelmente” (FOUCAULT, 2006, p. 98).

Foucault (2007) expõe que não é fácil olhar para a história considerando seu estatuto de descontinuidade. Afinal, como delimitar uma divisão, que nada mais é que um corte arbitrário em um sistema, por natureza, móvel? Teríamos o direito de estabelecer duas pontas no tempo para, a partir delas, observar seu entremeio e buscar um sistema contínuo e unitário? E, nesta tarefa, questiona o autor, como observar o regime que possibilita o surgimento, mas também o desaparecimento dos discursos? Tal empreendimento só é possível considerando efetivamente a descontinuidade, observando como a cultura de um tempo opera com um regime de saberes e de verdades que, por vezes, por rupturas, passa a ser regido de outro modo: é olhar para esse espaço em que, para o pensamento, encontra-se fora, do outro lado, mas com o qual mantém relação desde a origem: “[...] como sucede que um pensamento tenha um lugar no espaço do mundo, que aí encontre como que uma origem, e que não cesse, aqui e ali, de começar sempre de novo” (FOUCAULT, 2007, p.69).

Nosso estudo, desta forma, busca se amparar no gesto arqueogenealógico, como o propõe Foucault (2007), analisando os acontecimentos e as leis que possibilitam a formação de um campo de emergência para os discursos, observando em quais momentos um discurso é possível e que, de súbito, possa não ser mais classificado, caracterizado, enunciado. Uma vez aberta essa camada profunda no terreno das continuidades, nosso percurso analítico precisa considerar as configurações próprias para a formação dos saberes – em nossa tese, campos propícios para o surgimento de identidades –, como se modificam, estudar como os saberes se deslocam. Essa compreensão de como se formam os saberes e como propiciam o exercício de determinados poderes se dá por meio de relações internas entre elementos, considerando que tal organização é descontínua, que em um quadro de simultaneidades sempre há sequências lineares e também rupturas.

De acordo com Foucault (2007), a história, antes ser compreendida como uma sucessão de fatos, retratando como se constituíram, deve ser analisada como campo

fundamental para a formação dos saberes, local a partir do qual são afirmadas, colocadas, dispostas, repartidas, promovendo eventuais conhecimentos, ciências possíveis: “A História, como se sabe, é efetivamente a região mais erudita, mais informada, mais desperta, mais atravancada talvez de nossa memória; mas é igualmente a base a partir da qual todos os seres ganham existência e chegam à sua cintilação precária” (FOUCAULT, 2007, p.300). É *pela e na* história que nossa experiência, nossas possibilidades de existência, nos são dadas; como expõe o autor, é espaço incontornável de nosso pensamento. Compreender a história em sua complexidade, requer perceber que há uma *finitude* na verdade – verdadeiro de uma época – que se dá em um tempo; e que o tempo é *finito*. Assim, cabe ao analista rechaçar o devir de uma história fruto de uma sucessão de causalidades, de uma busca pelas origens.

Frente a essa reflexão, na presente seção – ao tratar do estatuto da história para Foucault –, bem como na que delimita a noção de “identidade” para a teoria do discurso, valemo-nos das discussões anteriormente realizadas na dissertação de Mestrado *Práticas discursivas midiáticas na/sobre a identidade do jornalista sem diploma* (DORNE, 2011), apresentada à Universidade Estadual de Maringá (UEM). Consideramos que esta tese é um prolongamento dos estudos iniciados no Mestrado – neste, detivemo-nos à análise do discurso da mídia frente à decisão do STF em tornar como não obrigatório o diploma para o exercício do jornalismo –, na perspectiva de ampliá-lo para uma análise de longa duração.

Sendo assim, nos detemos na Arqueologia proposta por Foucault, para discutir como ela impõe uma cisão à História das Ideias. Neste esteio, a Arqueologia abandona a análise tradicional da história – fixada em bases sólidas denominadas gênese, continuidade e totalização – na busca por uma nova forma inteiramente diferente de fazer história daquilo que os homens disseram. O “discurso” na Arqueologia é abandonado enquanto “documento”, signo transparente, para ser tratado como “monumento”, em sua opacidade inoportuna.

A Arqueologia não busca determinar e dar prioridade entre o que seria um enunciado novo ou não, mas busca revelar a regularidade de dada prática discursiva. Para a História das Ideias, o inédito e o repetível sempre se apresentam de forma bipolar, de modo que a problemática apresentada é a da “origem”; já a Arqueologia não busca na ordem discursiva estabelecer simplesmente os antecedentes, pois tal ordem se baseia no discurso analisado, no nível escolhido, na escala estabelecida. Depreendemos, então, que uma descrição arqueológica é de outra natureza, uma vez que se preocupa com as práticas discursivas às quais se refere a sucessão dos fatos, abandonando, assim, a divisão catedrática “originalidade-banalidade”. Não há distinção entre uma possível formulação inicial e as frases que tempos depois a retomam; o que se almeja é observar a “regularidade” dos enunciados.

Foucault (2008a), ao se deter na descrição arqueológica, estabelece os pontos de distanciamento entre a História das Ideias e sua proposta arqueológica e demarca esta como um método nem formalizador nem interpretativo, que operacionaliza noções como formações discursivas, positividade e arquivo, definindo um domínio responsável por integrar os enunciados, o campo enunciativo e as práticas discursivas. Colocando em suspenso ideias totalizadoras como o “livro” e a “obra”, por vezes consideradas imediatas e evidentes, Foucault interroga: “O que pode, então, oferecer essa 'arqueologia', que outras descrições não seriam capazes de dar? Qual é a recompensa de tão árdua empresa?” (FOUCAULT, 2008a, p.154).

Nesse caminho de diferenciação, o filósofo apresenta afirmações para, no interior delas, fazer o processo de desconstrução. É necessário, conforme assente Foucault (2008a), realizar a separação entre a História das Ideias e sua proposta de análise arqueológica. O campo da História das Ideias é, de acordo com o filósofo, um campo incerto, de fronteiras mal desenhadas, de métodos sem fixidez e sem retitude, exercendo dois papéis. O primeiro trabalha com os elementos secundários e das margens, preocupa-se com os conhecimentos imperfeitos e não com a ciência, ou seja, com a alquimia e não com a química, com os temas atomísticos e não com a física. Trata das filosofias obscuras que acossam a literatura, as ciências, a moral, a vida cotidiana dos homens: “[...] a filosofia espontânea dos que não filosofam” (FOUCAULT, 2008a, p.155); enfim, abarca as linguagens flutuantes, as obras informes, os temas não ligados, preocupando-se mais com as opiniões do que com o saber, com os erros do que com a verdade, com o tipo de mentalidade do que com as formas de pensamento. O segundo papel marca um estilo de análise, ocupando-se do campo histórico das ciências, literaturas e filosofias para reescrever os conhecimentos empíricos basilares e não refletidos para as formalizações posteriores; parte das representações recebidas e/ou adquiridas à gênese dos sistemas e obras, mas, também, de como se dá a decomposição dessas figuras constituídas, ou seja, de como os temas se desatam.

Portanto, a História das Ideias tem clara preocupação com o estabelecimento das origens e os fins, “[...] a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (FOUCAULT, 2008a, p.156) e abarca, ainda, os intermediários, as formas como os saberes científicos se difundem, mostrando de que forma noções e temas emigram do campo filosófico para os discursos científicos ou políticos. Limita-se a descrever as obras que se inscrevem em um centro comum, de modo a uni-las umas às outras, inserindo-as em tudo o que não é obra.

Há um intrincamento entre os dois papéis exercidos pela História das Ideias, na medida que busca estabelecer a passagem da não filosofia à filosofia, do que não é científico à ciência; ou seja, do nascimento e das permanências obstinadas a mudanças aparentes, das figuras globais ligadas pouco a pouco, ao condensamento em uma obra (FOUCAULT, 2008a). A História das Ideias detém-se então em bases sólidas denominadas gênese, continuidade e totalização, ligando-se a uma análise tradicional da história.

Assim, a Arqueologia se opõe a essa História das Ideias, na busca por “[...] fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (FOUCAULT, 2008a, p. 156); tal divisão, para Foucault (2008a), pode ser estabelecida e compreendida a partir de vários pontos de divergência, sendo quatro deles primordiais. A partir desses pontos, o filósofo procura dar a compreender as particularidades da análise arqueológica e medir sua capacidade descritiva. Estabelecem-se a seguir os quatro princípios diferenciadores da Arqueologia.

1) Na Arqueologia, os “discursos” são definidos enquanto “práticas” sujeitas às regras e não a pensamentos, representações, imagens e temas ocultados ou manifestados nos discursos. Em vez de ser considerado “documento”, signo transparente, frente à sua opacidade inoportuna, o “discurso” é tratado como “monumento”, de modo a reencontrar a “profundidade essencial”. A *Arqueologia*, explica Foucault (2008a), não almeja encontrar o “outro discurso” oculto, uma vez que se recusa a ser “alegórica” (FOUCAULT, 2008a, p.157).

2) Para a Arqueologia, não há um elemento capaz de ligar, numa transição contínua, os discursos aos que os precederam e aos que os seguem, nem há produtividade na busca pela origem (tarefa inglória, dada sua impossibilidade) de seu surgimento ou o momento em que perdem sua identidade. Os discursos devem ser considerados em sua especificidade oportuna, observando como as regras que os regem são irredutíveis, e como a exterioridade é profícua como a melhor forma de descrevê-los. Destarte, não parte da opinião rumo à estabilidade da ciência e singularidade do sistema, uma vez que se detém na análise diferencial das diversas modalidades de discurso.

3) A Arqueologia desconstrói o estado de soberania da “obra”, mesmo considerando seus pontos de contato com o contexto global e as redes de causalidade que a regem. Ao demarcar o ponto de encontro entre o social e o individual, preocupa-se em analisar as regras de práticas discursivas que atravessam as obras individuais, de modo que não há nada fora deste processo. Consequência desse empreendimento, o sujeito criador enquanto responsável

por determinada obra e, conseqüentemente, por seu princípio organizador, é colocado em suspenso: a “autoria”, então, seria e exerceria uma certa função discursiva.

4) Neste processo, a Arqueologia foucaultiana não busca o que foi almejado, intencionado, pensado pelos homens no momento em que proferiram o discurso, pois refuta a relação direta e identitária entre autor e obra; a linguagem sempre ruma à dispersão espacial e sucessiva do discurso. A Arqueologia não busca repetir o “já dito”, nem reencontrar sua identidade; muito menos busca a “luz longínqua” e “precária” da origem do dizer: “[...] na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2008a, p.158).

Frente a esses quatro princípios diferenciadores da Arqueologia, observamos que é preciso distinguir também as formulações sobre o discurso. A História das Ideias, expõe Foucault (2008a), trata o campo do discurso em geral, como domínio de dois valores antagônicos: o novo e o antigo; o inédito ou repetido; o tradicional e o original. Prioriza-se o novo, o inédito – formulações que aparecem em menor número e servirão de molde para as posteriores – em detrimento do banal, do cotidiano, do repetível. Desta forma, a primeira formulação (novo) seria responsável pelas invenções, pelas mudanças, pela forma como a verdade suplantou o erro e pelas sucessivas alterações que permitiram chegar ao atual estágio; o repetível trabalha a história como inércia, “[...] acúmulo do passado e sedimentação silenciosa das coisas ditas” (FOUCAULT, 2008a, p.159).

A História das Ideias operacionaliza os enunciados como conjuntos, massas, sem interrogá-los quanto a seu autor, o momento e o lugar nos quais puderam emergir. Como assente Foucault (2008a), a singularidade de acontecimento do enunciado é neutralizada. Tratado este segundo sua extensão (uma série de figuras globais) e observados os limites da repetição (até quando se repetem), poder-se-ia, então, delinear os horizontes responsáveis por demarcar as diferenças entre uma época e outra: “[...] no primeiro, reconstituímos a emergências das verdades ou das formas; no segundo, restabelecemos as solidariedades esquecidas e remetemos os discursos à sua relatividade” (FOUCAULT, 2008a, p.160).

A História das Ideias trabalhará com a descrição entre o antigo e o novo, as formas de resistência do tradicional, a suplantação deste pelas novas descobertas, a migração do original para o tradicional (FOUCAULT, 2008a). Neste entrecruzamento bipolar do antigo e do novo, Foucault (2008a) ressalta como a “origem” é buscada, tateando pelo ponto de ruptura, pelas fronteiras bem-delimitadas entre o inédito e o repetido. Dois problemas decorrem desse

percurso metodológico: o da semelhança e o da sequência. Haveria uma única e grande série, na qual formulações poderiam ser datadas/demarcadas por marcos cronológicos homogêneos.

Para Foucault (2008a), a precedência não deve ser instrumento para avaliar os discursos na tentativa de estabelecer o que é novo e o que é repetido, pois não é um dado irreduzível e primeiro. A ordem discursiva deve ultrapassar os antecedentes, pois está subordinada ao discurso analisado, ao nível escolhido, à escala estabelecida. No processo arqueológico, ao se deter em como os discursos são datados, o analista não tem a tarefa de encontrar a hierarquia que rege as precedências e originalidades, mas tão somente os sistemas dos discursos que se deseja valorizar.

Para o filósofo, não poderíamos tratar uma mesma formulação presente na obra de diferentes estudiosos como único e mesmo acontecimento discursivo submetido a uma série de repetições: “Sabemos que o fato de duas enunciações serem exatamente idênticas, formadas pelas mesmas palavras usadas no mesmo sentido, não autoriza a que as identifiquemos de maneira absoluta” (FOUCAULT, 2008a, p.161). A identidade nos/dos discursos não é um critério, pois as mesmas palavras podem ser empregadas com significações diferentes.

O empreendimento arqueológico não julga os textos analisados quanto a sua originalidade – possibilidade presente, conforme Foucault (2008a), somente em limites e domínios muito bem fechados e definidos, de campos discursivos suficientemente homogêneos –, nem busca a forma pela qual todo texto assemelha “antecipadamente” a algum anterior (a origem primeira dos dizeres), uma vez que isso se caracteriza como “[...] passatempos simpáticos, mas tardios, de historiadores de calças curtas” (FOUCAULT, 2008a, p.162).

Diferentemente, a descrição arqueológica se preocupa com as práticas discursivas às quais se refere à sucessão dos fatos, sem se deter na divisão catedrática “originalidade-banalidade”. Busca-se estabelecer a “regularidade” dos enunciados, ou seja, compreender “[...] qualquer *performance* [grifo do autor] verbal (extraordinária ou banal, única em seu gênero ou mil vezes repetida), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência” (FOUCAULT, 2008a, p.163), correlacionando-se a um campo efetivo do qual emergiu. Todo enunciado, então, porta em si certa regularidade da qual é impossível se desassociar, sendo importante relacioná-la com a regularidade presente em outros enunciados.

Arqueologia, portanto, não almeja encontrar ou buscar o pseudoenunciado fundador, as invenções, o momento em que alguém julgou estar certo de uma verdade; pretende,

sobremaneira, analisar a regularidade de determinada prática discursiva, seja nos enunciados sucessores menos, seja nos mais originais, uma vez que a regularidade não é menos operante na descoberta e mais ativa no texto que repete e difunde. Assim, a descrição arqueológica tem de tratar igualmente os enunciados criadores – responsáveis por fazer surgirem as coisas novas, as informações inéditas – e os enunciados imitativos – os que recebem, difundem e repetem as informações. Não há na base de um campo enunciativo um solo onde se encontram escondidos os momentos mais fecundos.

Conforme Foucault (2008a), a regularidade enunciativa caracterizará um conjunto de enunciados, sem que seja necessário estabelecer uma diferenciação entre o que seria novo e o que não o seria. As regularidades discursivas não se dão de maneira definitiva: há campos homogêneos de regularidades enunciativas – que permite a caracterização de uma formação discursiva³ –, todavia esses campos são diferentes entre si:

Podemos encontrar performances verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática (vocabulário, sintaxe e, de uma maneira geral, a língua); que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica (estrutura proposicional, ou sistema dedutivo no qual se encontra situada); mas que são enunciativamente diferentes. [...] É preciso, pois, distinguir entre analogia linguística (ou tradutibilidade), identidade lógica (ou equivalência) e homogeneidade enunciativa (FOUCAULT, 2008a, p.164).

Frente a isso, observa-se que a Arqueologia operacionalizará com as “homogeneidades enunciativas” de tal modo que pode descrever uma prática discursiva nova em formulações linguísticas idênticas ou logicamente equivalentes, bem como identificar, em campos semânticos diferentes, certa regularidade enunciativa.

Diante dessa configuração, delineiam-se desligamentos e novas articulações; afastando-se de projeto inaugural, de um princípio geral que estabeleça uma nova fase na história dos discursos, a Arqueologia não buscará uma origem absoluta, nem uma revolução total a partir do qual tudo se organize. Como explica Foucault (2008a), trabalha-se com o acontecimento de diferentes tipos e níveis, configurados em tramas históricas próprias, de forma que uma homogeneidade enunciativa não determinará por um longo período de tempo como os homens vão agir e pensar a mesma coisa. Dentro dessa perspectiva, em vez de se encontrar uma série de princípios gerais dos quais resultem todos os discursos, analisa-se a

³ Conforme Gregolin (2006), o termo “formação discursiva” (FD) é produzido primeiramente em 1968, na resposta de Foucault ao “Círculo Epistemológico”; posteriormente, em 1969, na obra *A Arqueologia do Saber* (2008a), de Michel Foucault, do qual se valeu Michel Pêcheux para (re)adequá-lo à AD (COURTINE, 2009, p. 70). Foucault (2008a) expõe que a possibilidade de descrever certa regularidade entre certo número de enunciados num dado sistema de dispersão chamar-se-á formação discursiva.

heterogeneidade enunciativa, aberta a mudanças ou continuidades, ao novo ou repetível. O analista é o responsável por identificar nesse entrecruzamento certo número de relações e interdependências.

Tal trabalho analítico tem de observar como se configuram as regularidades discursivas, em um exercício de (um batimento entre) descrição e análise. Todo enunciado comporta em si uma regularidade, não sendo nunca uma sombra de um enunciado fundador; sendo operacionalizado no interior de um campo enunciativo: o enunciado comporta em si um trajeto, características que apontam para o jogo das regras pelas quais foram “[...] seu objeto, sua modalidade, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte” (FOUCAULT, 2008a, p.165-166). Salienta-se que tais regras não estão na superfície das formulações, mas atravessam-nas e constituem junto com elas um espaço de coexistência. Existiriam enunciados em que tais regras seriam empregadas de forma mais geral e aplicável e, a partir deles, emergiriam demais objetos, conceitos, modalidades enunciativas, escolhas estratégicas com regras menos gerais e de caráter mais específico. Este processo culmina no que Foucault (2008a) denomina “árvore de derivação enunciativa”:

[...] em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão (FOUCAULT, 2008a, p.166).

Nesse processo de funcionamento, a Arqueologia permite a constituição da árvore de derivação de determinado discurso. Nas raízes dessa árvore, há os “enunciados reitores”, aqueles que configuram as estruturas mais aparentes, observáveis, aos campos de objetos possíveis. Estes enunciados conferem possibilidades mais gerais, sendo a base para a construção de um domínio de conceitos, de maiores possibilidades de opções ulteriores.

No curso de um florescimento, encontraríamos nas extremidades dos ramos, as descobertas e as transformações conceituais, o aparecimento de noções inéditas e de atualizações de técnicas. Foucault (2008a) salienta que não se pode tomar este processo como o germinar de uma ideia geral, uma espécie de desenvolvimento gradual de um núcleo filosófico ou a gênese psicológica que permitiria o desenvolvimento a partir de pequenas descobertas de consequências e a ampliação das possibilidades. Antes, tais derivações devem ser tomadas segundo suas próprias autonomias, o que pressupõe que a Arqueologia pretere os pontos de partidas, das primeiras descobertas e/ou abordagens, uma vez que “[...] a ordem

A partir daí, conforme Indursky (2005), poder-se-ia dizer que Foucault abre caminho para uma forma de

arqueológica não é nem a das sistematicidades, nem a das sucessões cronológicas” (FOUCAULT, 2008a, p.167).

Nessa árvore de derivação enunciativa, podem-se encontrar as diferentes ordens, específicas e autônomas, que estabelecem relações e dependências; nos diversos ordenamentos, não se buscará a formulação original, a “descoberta” inicial, enfim, o princípio geral do qual se pensa emergir a lei das regularidades enunciativas: portanto, a derivação não se dá na ordem cronológica, nem em um esquema dedutivo para as regularidades dos enunciados.

Desta forma, a Arqueologia se marca como uma disciplina que trabalha com as regularidades discursivas, em que a homogeneidade enunciativa nada mais é que um recorte temporal. Esta reflexão é importante pois decorre dela a impossibilidade de estabelecer todas as formas de identidade e diferenças que podem ser observadas na linguagem, pois, se assim fosse, explicita Foucault (2008a), caminharíamos para uma ideia totalitária de se pressupor regras gerais e comuns a todos os enunciados, o que acarretaria em todos pensarem da mesma maneira, dizendo as mesmas coisas, produzindo um grande discurso possível de ser percorrido em todos os sentidos. Uma análise que se pretende discursiva tem de abandonar as grandes unidades chamadas “épocas” e, em seu lugar, operacionalizar com o conceito de “períodos enunciativos”, que “[...] se articulam no tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas de evolução linguística, mas sem se confundir com eles” (FOUCAULT, 2008a, p.167).

Neste processo analítico discursivo, começa a se erigir conceitos centrais como “discurso”, “enunciado”, “formação discursiva”, “regularidades discursivas”. Tais conceitos são um *continuum* na obra foucaultiana, nunca inteiramente delimitados e estabelecidos em um título ou época do pensamento do autor francês: os conceitos são como os discursos e os sujeitos, atravessados e constituídos *pela e na* história; conseqüentemente, a todo o momento, são (re)construídos, (re)operacionalizados, complementados, refutados. Entre as várias reflexões de Foucault sobre discurso, há aquela que o descreve como:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

O discurso, para Foucault (2008a), não é algo meramente repetível, cujo aparecimento poderia ser facilmente assinalado na história. Considerado “prática”, o discurso é um “fragmento de história”, unidade e descontinuidade nessa própria história; construído *pela e na* história, que lhe impõe os limites, os recortes, as transformações e os modos específicos da temporalidade. Buscar o regular no disperso suscita uma noção fundamental em Foucault: a de “formação discursiva”. O filósofo explica esse conceito como a possibilidade de descrever entre os enunciados, em dado sistema de dispersão, uma regularidade – estabelecendo uma ordem, (co)relações, posicionamentos, transformações – entre os tipos de enunciação, conceitos, objetos, escolhas temáticas.

Asseverar que o “discurso” é uma “prática”, expõe Veyne (1998), é o eixo principal da importância do pensamento foucaultiano, uma vez que permite relacionar “o que é feito”, o objeto, com o que foi o “fazer” em determinado momento histórico. O “discurso”, então, tem de ser considerado em um universo “material”, já que a história é o resultado dos dizeres dos homens, sob o estatuto da “verdade”: o motor histórico das lutas, transformações gira em torno dessas verdades:

[...] a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, ‘escondida’, e se podemos, provisoriamente, chamá-la de ‘parte oculta do iceberg’, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase totalidade de nossos comportamentos e da história universal [grifos do autor] (VEYNE, 1998, p. 248).

A prática, sobretudo, remete ao que as pessoas fazem, objeto do discurso dos historiadores. Veyne (1998) explicita que se a palavra “discurso” remete ao que é dito e a palavra “prática” ao que é praticado, Foucault convida-nos a compreender e analisar o que é “dito”, com as determinações históricas inerentes a esse processo: os sujeitos acreditam dizer de forma livre, mas estão submetidos a uma gramática específica, às práticas históricas. Para além do discurso consciente, por meio do qual o sujeito acredita que as coisas são o que são, é preciso observar que no “dito”, há reentrâncias, silenciamentos, reticências, chamados de “amplos drapeados” pelo autor. Neste sentido, compreende-se as coisas como o resultado de práticas determinadas, e que tais determinações devem ser colocadas à luz da história. Coisas e os objetos são frutos das práticas, que pressupõe transformações; para Foucault (2008a), tudo é histórico: “[...] em vez de um mundo feito de sujeitos ou então de objetos e de sua dialética, [...] são as estruturas [relações, as práticas] que dão seus rostos objetivos à matéria” (VEYNE, 1998, p. 275).

Toda história é arqueológica por natureza, sendo o conjunto de dados objetos naturais e suas relações com práticas datadas e raras que os objetivizam; tais práticas resultam de diferentes causas históricas, nas quais estão ancoradas. Logo, pensar o discurso como prática implica que ele não pode ser visto como uma suprarrealidade, diferente do mundo “real”, pois conforme Veyne (1998), Foucault não propunha a divisão entre a realidade e a aparência, mas antes devolve à realidade “[...] sua originalidade irracional”, histórica (p. 281).

Caminhamos para compreender, então, o discurso como prática, o resultado de um conjunto de enunciados ancorados sob uma mesma formação discursiva. E, sendo assim, “qual seria o *status* do próprio enunciado?”. Para Foucault (2008a), o enunciado não deve ser tratado como uma estrutura, uma unidade, mas como uma função de existência em que se entrecruzam “um domínio de estruturas e de unidades possíveis”, permitindo seu aparecimento em conteúdos concretos no tempo e no espaço. Assim, a busca por descrever um enunciado caminha pela descrição das condições que permitem a realização de tal função, possibilitando a uma série de signos uma existência específica (FOUCAULT, 2008a)⁴.

2.1 PENSAR A NOVA HISTÓRIA

A compreensão da história em Foucault está inserida nas reflexões da Escola dos *Annales*, em sua terceira geração, que, segundo Sargentini (2004), mostra-se um campo fértil para essa “Nova História” que se abre à heterogeneidade como uma fragmentação do “real”. Burke (1992), ao discutir as reflexões e implicações da corrente teórica denominada “Nova História”, questiona como defini-la, o porquê ela ser “nova”, se seria uma substituição à “história tradicional”. De acordo com o autor, a heterogeneidade é característica marcante da corrente “Nova História”, pois congrega o resultado de diferentes discussões acerca do *status* da história. Mais fortemente conhecida na França, a expressão remete a *La nouvelle histoire*, título editado por Le Goff, que apresenta um compilado de ensaios: “Nesses casos está claro o que é a nova história: é uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*” (BURKE, 1992, p. 01).

De acordo com Burke (1992), a expressão “Nova História” procura reunir diferentes reflexões que, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, questionaram o paradigma

⁴ Os elementos que compõem a função enunciativa são elucidados na subseção “3.2 O sujeito e a resistência” desta tese.

tradicional da história congregando historiadores de diferentes lugares como Japão, da Índia e América Latina. Uma definição categórica não seria tarefa fácil, pois não abarcaria a variedade de abordagens que estão contidas no movimento; todavia, poder-se-ia de alguma maneira reafirmar que todos os estudos se firmam como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional. Da mesma forma, o historiador buscar elencar seis pontos que poderiam nos ajudar a compreender melhor os caminhos trilhados por essas pesquisas.

1. Se a história tradicional está fortemente ancorada somente na história política, a “Nova História”, interessada por todo tipo de atividade humana, assente que “tudo tem uma história” e que, portanto, reduzi-la ao aspecto político é não observar sua complexidade. Há sempre um passado que pode ser reconstruído e relacionado aos diferentes momentos históricos. 2. Enquanto a história tradicional se detém na “narrativa dos acontecimentos”, a nova história se preocupa com a análise de suas estruturas, o que permitiu tal narrativa existir; 3) A história tradicional sempre é construída a partir dos feitos dos grandes homens – uma visão vertical da história, vista de “cima” –, ocupando o resto da humanidade um papel secundário. Os novos historiadores, ao contrário, preocupam-se também com a “história vista de baixo”, fruto das palavras, dos feitos, das experiências de pessoas comuns em suas relações com a mudança social; neste terreno, ganha relevo a história da cultura popular (BURKE, 1992).

4. A história tradicional se erige sempre com base nos “documentos”, principalmente os “oficiais”, por serem legitimados e reconhecidos. Todavia, observa-se como tal perspectiva negligencia outros tipos de evidência, reproduzindo o ponto de vista oficial, esquecendo-se da história vivida por aqueles que estão “embaixo”. Há evidências importantes na variedade de atividades humanas, podendo ser elas escritas, mas também “visuais” e “orais”. 5. A história tradicional interroga os fatos e os acontecimentos questionando o que as pessoas pensaram, o que disseram (oficiais); a nova história busca observar o funcionamento daquilo que é dito, o que permitiu o surgimento do acontecimento, independentemente da consciência e do querer dos sujeitos. 6. Por fim, a história, que tenta ser “objetiva”, é colocada em suspenso, pois há um gesto de análise própria do historiador (procedimentos, conceitos, ideologia etc.), uma vez que não há como o discurso “reproduzir” a realidade: esta é uma construção discursiva: “Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra” (BURKE, 1992, p. 04).

Nesse esteio, De Certeau (1982) também busca refletir sobre a relação existente entre a história, o discurso e a prática. Para o historiador, uma análise histórica precisa sempre

interrogar o lugar de onde fala, o assunto a ser tratado e o ponto de vista assumido, especificando também o período a ser tratado em sua análise, o objeto e o lugar.

De acordo com De Certeau (1982), cada análise é singular e, portanto, não há possibilidade de uma sistematização totalizante que daria conta da descrição e interpretação de todo o objeto: há caminhos/gestos de análise frente ao objeto, por conta da variedade de procedimentos científicos, de funções sociais e convicções que imprimem um caráter singular na pesquisa a que se propõe. Frente a isso, De Certeau (1982) reflete como os discursos se inscrevem na ordem da história: simultaneamente, falam dela e estão sempre situados nela.

Contudo, De Certeau (1982) assente que a história não pode ser concebida como uma máxima globalizante, em que flutuariam os discursos; estes devem ser considerados como históricos, sendo o resultado de operações determinantes definidas por funcionamento. Os discursos só podem ser compreendidos a partir da prática da qual resultam e, por esta razão, a história também deve ser entendida como uma “prática”, sendo o discurso seu resultado, devendo a relação de ambos ser apreendida sob a forma de uma produção (DE CERTEAU, 1982). Portanto, o próprio termo *história* congrega ciência e seu objeto, operação científica e a realidade analisada. Assim, só é possível designar a espessura e extensão do “real”, produzir sentidos nele e a partir dele, pelo discurso.

Dessa maneira, analisar o discurso e a sua produção permite estabelecer e observar suas relações com o “seu outro”, o “real”; há uma “historicidade da história”: relação tensa entre prática interpretativa e prática social (DE CERTEAU, 1982). Assim, a história existe entre dois polos: ao passo que se refere a determinada prática (a uma dada realidade), também se marca como um discurso fechado, uma vez que na organização de um texto encerra uma maneira de inteligibilidade: “Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o ‘pensável’ e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende” (DE CERTEAU, 1982, p.32).

Tal entendimento nos leva a buscar, além da relação e distinção que Foucault estabelece entre a História das Ideias e a Arqueologia, a oposição que o filósofo estabelece entre a concepção clássica de história, a “história global”, e a que chama de “história geral” - discussão que se alinha com as reflexões da “Nova História”. Conforme Navarro (2008), essa divisão se ancora na pluralidade de historicidade, na descontinuidade, no descentramento do sujeito e no monumento.

O projeto arqueológico de questionar o *status* da história tradicional (global) se opõe aos longos períodos e aos equilíbrios estáveis, difíceis de romper, como as “épocas” e os “séculos”. Se a história globalizante tenta reconstruir o rosto de uma sociedade com base em

uma única forma de historicidade, a “história geral” trabalha com interrupções de posição e natureza diversas nas continuidades do pensamento, da história, da ciência. A proposta foucaultiana de história rechaça o fundamento perpetuador por meio de encadeamentos e sequências imprescindíveis entre os acontecimentos; procura operacionalizar com as séries, os deslocamentos, as transformações responsáveis pela fundação e renovação dos fundamentos.

Distanciando-se da “história global” – que busca reconstituir o “rosto de uma época” por meio de relações homogêneas, numa rede casuística em que as relações se simbolizam umas às outras (a história articulada em blocos dotados de coesão) –, Foucault (2008a, p.11) reflete sobre a “história geral”, que problematiza as séries, os limites, os recortes, as possibilidades de relação; esta história observa a relação possível de descrever entre as diferentes séries, e, de uma à outra, observar as correlações e dominâncias, “[...] de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente”.

Observamos, assim, a passagem da continuidade para a descontinuidade. Se na “história global”, o descontínuo, as disjunções, deveriam ser apagadas, contornadas, em nome da continuidade dos acontecimentos histórico-sociais (a história articulada em blocos dotados de coesão), na histórica arqueogenealógica (saber-poder), proposta Foucault, impõe-se uma cisão na linearidade do tempo, entrando em curso as múltiplas causalidades imbricadas: a história não está circunscrita em um centro, mas se desdobra em um espaço de dispersão (NAVARRO, 2008).

Sendo assim, o analista do discurso tem de distinguir níveis possíveis de análise, o que requer métodos próprios para cada situação, observando os limites de um processo, “[...] o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular” (FOUCAULT, 2008a, p.11). Deve-se questionar quais estratos isolar uns dos outros e, assim, que séries instaurar. Este processo requer estabelecer critérios de periodização para cada uma das séries e relações entre uma e outra, determinar quais as séries das séries (ou quadros) possíveis de estabelecer em uma cronologia ampla, em que quadro podem ser instauradas sequências distintas de acontecimentos.

Na relação discurso-sujeito-história, Sargentini (2004) pondera que a ideia de um sujeito livre de qualquer determinação sociológica, neutro e transparente a si mesmo – “eu falo” – é problematizado em sua relação com as questões marxistas – “fala-se” – e reflexões freudianas – “isto fala” – instauradas nos estudos da linguagem. O sujeito se encontra descentrado em relação às regras de sua ação, às leis do seu desejo, às formas de sua linguagem: na “história geral”, importa como são formados e o que permite o estatuto de

verdadeiro dado aos discursos, como estes constroem os próprios sujeitos. Logo, faz ampla oposição às continuidades ininterruptas operadas pela “história global”, que garantiriam ao sujeito a origem de todo o devir e toda prática, compondo o abrigo privilegiado e a soberania do sujeito (FOUCAULT, 2008a, p.14):

[...] a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.

Nesse esteio, almejamos nesta tese colocar em suspenso a “verdade” conferida ao “documento” – livros que (re)contam a história da imprensa no Brasil –, por vezes tomado como espelho da realidade para/da a história, refletir o que permite que o documento seja tomado como verdade, como se somente tal evidência fosse capaz de explicar acontecimentos. Como propõe a “história geral”, nossa tarefa analítica caminha em direção à desmonumentalizar o documento, interpretá-lo, trabalhar a partir de seu interior e elaborá-lo. Sobremaneira, nossa tarefa não almeja reconstituir a história a partir do que dizem os documentos, buscando neles a origem de todo o devir, o que queriam dizer e se diziam a verdade; antes, procuramos organizar, recortar, distribuir, ordenar e repartir em níveis, estabelecendo séries, distinguindo o que é pertinente do que não é, identificando elementos, definindo unidades, descrevendo relações, como propõe Foucault (2008a). Trata-se de devolver ao documento seu caráter de monumento, de acontecimento, cabendo ao pesquisador (re)interpretá-lo e (re)organizá-lo.

Uma análise ancorada na “história geral”, como caminho teórico-metodológico da arqueologia dos discursos, deve observar as constituições de séries enunciativas e as relações que estas estabelecem entre si, considerando o conjunto de enunciados ditos e escritos, na sua irrupção de acontecimento e na instância própria de cada um (FOUCAULT, 2008a). Como expõe Navarro (2008), cabe ao analista isolar a instância do acontecimento, relacionando-a a outros enunciados, recortar dada série enunciativa, buscando a relação discursiva existente entre os elementos presentes nelas e o modo como constroem e produzem sentidos (às vezes, de “verdade”) acerca do acontecimento, como (re)significa o próprio acontecimento.

2.2 PARA ALÉM DA ESTRUTURA, O ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Caminhamos, desta forma, para compreender como discurso e história se constituem mutuamente, como o discurso fala da história no mesmo momento em que a constitui. Assim, podemos refletir sobre os “acontecimentos discursivos” – conceito primordial para nossa pesquisa, ao passo em que serviu de instrumento e trajeto metodológico para o procedimento analítico empreendido –, buscando neles as unidades que formam. Ao longo dessa subseção em que se busca problematizar o conceito de “acontecimento discursivo”, ressaltamos que os autores não compartilham necessariamente da mesma compreensão/definição; todavia, nos auxiliam a compreender como tal conceito pode/é produtivo e operante nesta tese.

Foucault (2008a) ressalta que o campo desses acontecimentos é sempre um conjunto limitado e finito das unidades linguísticas formuladas, ainda que, inumeráveis que são, suplantem a capacidade de registro e de memória. Frente a essa perspectiva, o filósofo propõe que o analista deve questionar:

[...] segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimento do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008a, p.30).

Conforme exposto anteriormente, a tarefa não é a de interrogar os enunciados quanto a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer; o que se propõe reconstruir um novo discurso, descobrindo aquela palavra inesgotável, muda, responsável por animar “[...] do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre os interstícios das linhas escritas e, às vezes, as desarruma” (FOUCAULT, 2008a, p.31).

A análise dos acontecimentos discursivos tem de considerar a singularidade do enunciado, determinar as condições de sua existência, fixando-lhe limites, estabelecendo relações com outros enunciados a que esteja ligado e apontando as demais enunciações que exclui. Dessa forma, a tarefa do analista diante do acontecimento é compreender o enunciado em seu batimento entre “singularidade” e “repetição”, “dispersão” e “regularidade”. Como propõe Foucault (2008a, p.31), em vez de reencontrar o discurso semissilencioso no que está manifesto, é preciso analisar de que forma o enunciado se marca como único e, portanto, impossibilitado de ser qualquer outro, estabelecer a relação com os demais com os quais se relaciona, um lugar “[...] que nenhum outro poderia ocupar”.

Foucault (2008a) nos leva a refletir o que poderia, a princípio, parecer contraditório: por que colocar em suspenso as unidades admitidas se, na tarefa do analista, buscar-se-ão as

unidades nesse sistema de dispersão?”. O teórico assevera que ao colocarmos em suspenso as unidades naturalmente aceitas, conferimos ao enunciado o *status* de singularidade de “acontecimento”; ainda, expõe que a descontinuidade, além de se marcar como um grande acidente responsável pela ruptura na genealogia da história, é também uma característica do enunciado. Nesse paradoxo do enunciado – singularidade e repetição –, a análise caminha rumo à dispersão e à regularidade. Trata-se de observar, na dispersão dos objetos, o que há de singular no enunciado, na procura de alguma regularidade que permitiu sua emergência, suas transformações, os pontos de contato com outros enunciados.

Como explicita Foucault (2008a, p.31), o enunciado surge na História e, seu aparecimento, ainda que banal e facilmente esquecido, é “[...] sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008a, p. 31). O enunciado, como todo acontecimento, é único, mas está sempre aberto à repetição, à transformação: há uma relação inerente com o contexto de enunciação (situação de sua emergência), assim como outros enunciados que o antecederam e que o seguem. Frente a isso, Sargentini (2004, p. 88) explicita que o objetivo tem de ser o de compreender e descrever como o enunciado estabelece uma “relação horizontal” com outros enunciados do interior do intradiscurso e uma “relação vertical” a outras formulações possíveis de serem descobertas em diferentes sequências discursivas, “[...] no interdiscurso de uma formação discursiva”.

Possenti (2009) expõe que noção de acontecimento é singular para a Análise de Discurso especialmente por dois motivos: primeiramente, por sua relação com a enunciação (concebida como um acontecimento que não se repete) e, segundo, por sua relação com a história, uma vez que o acontecimento apresenta-se como sua matéria-prima. Ao retomar Pêcheux (1988)⁵, o autor explicita que não se deve caminhar para os extremos: o enunciado nem só é estrutura – que afirma ser o discurso simplesmente repetível, idêntico a si mesmo –, nem um “aerólito miraculoso”: é preciso sempre relacioná-lo às redes de memória e aos trajetos sociais.

De acordo com Possenti (2009), a reflexão de Foucault sobre o acontecimento é exemplar para os analistas do discurso, na medida em que o filósofo francês, primeiramente, mostra que o estruturalismo não se opõe à história, mas mantém com ela uma relação constitutiva. Para reoperacionalizar o sentido dado à noção de acontecimento, Foucault necessita colocar em suspenso a história como uma disciplina: não cabe ao historiador interpretar nos documentos uma realidade social ou espiritual que se esconderia por trás deles;

⁵ PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Editora Ponte, 1988.

é preciso operar e tratar uma série de documentos buscando relações possíveis de serem observadas.

Partindo das reflexões de Foucault (1972)⁶, Possenti (2009) assevera que se na história tradicional existiam os acontecimentos conhecidos – referentes ao que era visível, de fácil identificação –, sobre os quais o historiador se debruçava para apreender os sentidos e as causas que estavam essencialmente escondidos neles, na história serial, é possível observar tanto a existência de acontecimentos que são visíveis como, debaixo desses, outros acontecimentos (invisíveis, não perceptíveis) de ordem completamente diferente. O autor rememora os exemplos dados por Foucault para ilustrar o que pode ser considerado acontecimento discursivo: o crescimento populacional e o aumento da ingestão de proteínas pela população europeia no século XIX, fatos que, por vezes, são mais importantes do que uma alteração na constituição ou a passagem do regime monárquico para o republicano.

Frente a tais reflexões, o conceito de acontecimento ainda é capaz de nos inquietar. Para Gregolin (2004), é por meio da noção de acontecimento, história constituída de lutas e batalhas discursivas, que Foucault pode estabelecer uma “teoria do discurso” (GREGOLIN, 2004). Perscrutando por entre o campo dos enunciados, Foucault almejou entender a maneira pela qual determinados acontecimentos discursivos irrompem na história, possibilitando o surgimento e, posteriormente, a cristalização de sentidos em nossa cultura. Desta forma, o “acontecimento” é compreendido como a emergência dos enunciados, a maneira pela qual estes se inter-relacionam, produzindo sentidos, sendo:

[...] nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e este consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2009, p. 57-58).

É a partir de tal compreensão que, em nosso procedimento de análise, valemo-nos dos “acontecimentos discursivos”, uma vez que permitem a aparição e também a naturalização de sentidos, marcando-se como importantes instrumentos dentro do processo analítico, especificamente no adentramento no *corpus* de grande extensão. Eles nos auxiliam a tornar o processo de análise mais didático e organizado, delimitando recortes possíveis a partir dos quais se pode refletir sobre os processos de objetivação e subjetivação do “sujeito-jornalista”. No entanto, ressaltamos que embora os “acontecimentos discursivos” permitam a observação

de séries homogêneas, estas devem ser analisadas como descontínuas umas em relação às outras, pois são a cissura rompendo o instante, dispersando o sujeito nas mais diversas posições e funções possíveis (FOUCAULT, 2009). Desta forma, o pressuposto de descontinuidade do acontecimento pretere duas reconhecidas unidades – o sujeito e o instante – em privilégio de três noções importantes para a história do pensamento: o “acaso”, o “descontínuo” e a “materialidade”. Há acontecimentos de diferentes naturezas, os importantes e os mínimos; os acontecimentos (raros ou repetitivos) de níveis inteiramente diferentes, que estabelecem séries com limites amplos ou não, pois a cronologia contínua da razão dá lugar a escalas, às vezes, breves, diferentes entre si, que carregam uma história própria, “[...] irreduzíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória” (FOUCAULT, 2008a, p.07).

Observamos, sobremaneira, como o acontecimento se liga com a enunciação (evento que não se repete) e desta com a história, sendo tal relação a contribuição da noção de acontecimento para a Análise do Discurso (AD), como explica Possenti (2006). Gregolin (2004) assevera que o acontecimento deve ser analisado com um gesto de se voltar à História como campo das formações discursivas: a partir da interpenetração da História e da materialidade dos enunciados, os sentidos são construídos.

Na ordem do repetível, da continuidade, o acontecimento vem desestabilizar, apresentando como algo único, inesperado, que foge à estrutura ou a uma rede causal. Conforme Gregolin (2004), “acontecimentaliza-se” a História, ao buscar o singular, o raro, o não evidente. O acontecimento, assim, promove a emergência e/ou a (re)significações de determinados saberes (decorrentes de jogos de forças e estratégias) que possibilitam a circulação de sentidos que, *a posteriori*, tornar-se-ão evidentes, cristalizados. Destarte, o acontecimento deve ser tratado em relação aos múltiplos processos que o constituem: as múltiplas temporalidades, as simultaneidades no espaço. Neste sentido, expõe Pêcheux (2007):

[...] as condições [...] nas quais um acontecimento histórico (um elemento descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência própria a uma memória⁷ (PÊCHEUX, 2007, p. 50).

⁶ FOUCAULT, Michel. Retornar à história. IN: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972, p.282-295.

⁷ Pêcheux (2007) aborda essa memória como um entrecruzamento dos sentidos da memória mítica, social e da construída pelo historiador.

Apropriando-se das reflexões de Pêcheux para pensar o funcionamento do acontecimento, em diálogo com Foucault, observa-se que como o acontecimento mantém uma dupla relação com a memória, duas formas-limite: o acontecimento que não chega a se inscrever e o que é absorvido na memória como se não houvesse ocorrido. Pêcheux (2007, p.52) explicita que a memória discursiva é o que, diante de um texto com caráter de acontecimento, permite estabelecer a rede de “implícitos”, os “pré-construídos”, os discursos transversos necessários à leitura, dado seu caráter de repetição e de regularização: “[...] a condição do legível em relação ao próprio legível”. Neste processo de regulação, todavia, sempre é possível a interrupção, o surgimento de um acontecimento discursivo que venha a perturbar a memória. Ainda que a memória procure absorver o acontecimento, este esfacela a “regularização”, ao produzir uma nova série sobre a primeira: “[...] desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

O acontecimento promove, assim, um jogo de forças na memória: enquanto há a regularização do preexistente e dos pré-construídos a ele veiculados, de forma a integralizar ou mesmo absorver e dissolver o acontecimento; a outra é responsável pelo processo contrário, de forma a perturbar as teias dos “implícitos” (PÊCHEUX, 2007, p.53).

Frente ao exposto, observarmos como os acontecimentos discursivos permitem o surgimento e a circulação de determinados discursos. Tal compreensão norteou a delimitação e o gesto analítico com relação ao nosso *corpus*, ao trabalhar com acontecimentos discursivos que promovem novos saberes e exercícios de poderes referente ao papel do jornalista na história. Partindo desse entendimento, por meio da irrupção do acontecimento é que se analisa como foi possível o surgimento de novos dizeres, como podem ser (re)significados, como novos saberes emergem e alteram o estatuto do “verdadeiro de uma época”. Há entre saber e poder uma relação de mutualidade, uma vez que não há poder sem a existência de dado campo do saber, da mesma maneira que o saber constitui novas relações de poder.

Todavia, conforme Sargentini (2004), não se acredita na possibilidade de se chegar à irrupção de um acontecimento verdadeiro, pois o sujeito não consegue se apoderar da totalidade do acontecimento e de “si mesmo”; sendo assim, vê-se a necessidade de tratar o acontecimento em sua instância, “[...] na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal” (SARGENTINI, 2004, p. 86), observando como esse conjunto heterogêneo de relações capazes pode promover diferentes estratos de interpretação, permitindo sua escrita na História, na passagem da “memória coletiva” para a “memória histórica” (GREGOLIN, 2004).

Ao refletir como a história é o reflexo de um processo de seleção e de escolhas por parte do historiador e, inerentemente a esse processo, a supressão, apagamento e silenciamento de alguns documentos, ressalta-se como a seleção do analista acaba por refletir a cultura política de determinada época, pois os documentos conservados/monumentalizados são primordiais para a compreensão de uma sociedade (GREGOLIN, 2004). Ao se aventurar na tarefa de interpretar os documentos, desmonumentalizando-os, a partir de suas condições de produção e de emergência, torna-se possível compreender como a sociedade se representa. Sendo assim, Gregolin (2004) ressalta que para a AD, a memória é tratada com um estatuto “social” e “histórico”, condição para o funcionamento dos discursos, e não como fenômeno psíquico ou neurobiológico.

Uma vez que esta tese se centra na construção da identidade do jornalista por meio de práticas discursivas da história, torna-se importante também refletir sobre a relação estabelecida entre mídia, discurso e verdade. Nora (1995) assente que, na contemporaneidade, a mídia tem o monopólio história, uma vez que ela tem demarcado a presença dos acontecimentos de uma maneira que “[...] não nos pode evitar” (NORA, 1995, p. 181). Além dos acontecimentos serem noticiados pelos meios de comunicação de massa, estes acabam por determinar a condição de sua existência do próprio acontecimento: “[...] o fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” (NORA, 1995, p.181).

Segundo Nora (1995), vivemos uma “história do presente”, resultado da “democratização da história” pela mídia: configura-se um presente que, não obstante, já está imbuído de um sentido “histórico”, a história passa a ser construída sobre o acontecimento. Estabelece-se, assim, uma relação de contiguidade entre o próprio acontecimento e os meios de comunicação, de forma que eles parecem a princípio inseparáveis. Por meio da mídia, expõe o pesquisador, o acontecimento “[...] é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo” (NORA, 1995, p. 183). Nora (1995) explicita que o nosso presente já procura e se consiste no novo estatuto do acontecimento, que, nessa “sociedade do consumo”, tem sido tratado como um próprio objeto de consumo, sobre o qual a sociedade investe seus afetos. O autor exemplifica ao citar o rádio como a mídia que promove a divulgação do acontecimento por meio da voz – que informa, critica, parafraseia, conjectura etc. O rádio personifica os “atores” do acontecimento por meio da voz, transformando em “atos” aquilo que seria apenas palavras dispersas.

Neste processo, Nora (1995) chama a atenção para os resultados decorrentes dessa “história do presente” narrada por meio da mídia; processo que desemboca na busca

incessante pelo acontecimento – é preciso sempre ter algo a ser noticiado – e que tende a produzir o sensacional: há uma fome de acontecimentos. Diante desse cenário, o autor expõe que o historiador tem de analisar o acontecimento por meio de dois sistemas, o sistema formal e o sistema de significação, uma vez que o surgimento de um acontecimento não é arbitrário, de forma que comporta um ritmo, volume, lugar, consequências, obedece a regularidades que estabelecem junto aos fenômenos longínquos pontos de contato. Para Nora (1995), o trabalho do historiador, então, tem por finalidade culminar no acontecimento, em vez de reduzi-lo:

O acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-los para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema. Pois a unicidade para que se torne inteligível postula sempre a existência de uma série que a novidade faz surgir. Mesmo a afirmação ‘é a primeira vez que...’ supõe virtualmente a possibilidade de uma segunda (NORA, 1995, p. 191).

Destarte, se compreendemos que a história estabelece uma relação íntima com os discursos e seus produtores, caminhamos para a próxima seção deste estudo, na busca por refletir sobre a noção de “sujeito” – construtor e produto da história –, em Foucault. Da mesma maneira, buscamos refletir sobre as relações estabelecidas entre sujeito-saber-poder, as (im)possibilidades de existência do sujeito na sociedade em (dis)curso, as maneiras pelas quais o homem é o resultado de práticas divergentes, como mobiliza os discursos para consentir e, sobremaneira, resistir.

3 SUJEITO DA/À HISTÓRIA: SUJEITOS CONSTRUTORES E PRODUZIDOS PELO/NO DISCURSO

*“Se eu fosse eu’ parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido. No entanto tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais” (Clarice Lispector em *A Descoberta do Mundo*)*

“[...] pois é aí, naquele que mantém o discurso e mais profundamente detém a palavra, que a linguagem inteira se reúne” (FOUCAULT, 2007, p.421)

O homem é ao mesmo tempo, na compreensão de Foucault (2007), objeto do saber e sujeito que conhece. Assim, é soberano, espectador, simultaneamente é submisso, olhado e periférico. É na reflexão sobre o sujeito que se fixa esta seção do estudo. Buscamos compreendê-lo tal como na análise feita por Foucault do quadro *Las Meninas* de Diego Velásquez: tomamos o sujeito como este que se aproxima da figura, desse que olha para o quadro e que, no mesmo instante, é o objeto olhado, retratado, refletido na própria pintura; torna-se o ser olhado e não visível, indiferente a todos os olhares e tão presente já aí. O espelho permite e faz oscilar o aparecimento daquilo que lhe é interior e exterior, mas que não deixa de ali estar. Em um lugar inacessível, exterior ao quadro, mas que não cessa de refletir no espelho, nos olhos daqueles retratados na pintura. Tal é esse sujeito – no nosso estudo, o jornalista – objeto do olhar do outro, descrito, analisado, classificado, e que também olha, descreve, analisa, classifica: transmuta a realidade em linguagem que oferece a sociedade. Nesse esteio:

[...] o rosto que o espelho reflete é igualmente aquele que o contempla; o que todas as personagens do quadro olham são também as personagens a cujos olhos elas são oferecidas como uma cena a contemplar; o quadro como um todo olha a cena para a qual ela é, por sua vez, uma cena (FOUCAULT, 2007, p.17)

Sujeito do olhar, sujeito que olha, construído *pelo* e *no* discurso do outro, e que constrói-se a si mesmo nesse próprio espaço de olhar e ser olhado. Uma reciprocidade do

olhar, em um canto tantas vezes não percebido, em um espaço não suspeitado, pois “[...] na medida que são visíveis, são a forma mais frágil e mais distante de toda realidade” (FOUCAULT, 2007, p.18). Embasados nas reflexões de Foucault, o centro de nosso estudo é o sujeito, para o qual todas as coisas se voltam e diante do qual todas estão: sujeito que é o modelo pintado, espectador que contempla e pintor que compõe; sujeito colocado em representação, e que é reflexo, em um jogo em que se esconde/é escondido e se manifesta. Sujeito que reflete no espelho pintado no quadro ao mesmo tempo em que não faz parte da própria pintura; como pondera Foucault (2007), trata-se de uma construção em que há uma solidariedade entre a invisibilidade profunda do que se vê com a invisibilidade daquele que vê, não sendo possível a realização do seu todo, sempre há o que falta, o que não está contido, construído.

Se neste estudo nos debruçamos sobre a identidade, cabe ressaltar que Foucault (2007) compreende a representação como um efeito das coisas, com as quais mantém relação, sem ser sua origem ou mesmo a sua “verdade”. A representação é assim o que apreende as coisas e as restitui, no espaço opaco da linguagem, sem necessariamente ter de estabelecer por meio de uma similitude, de algo empírico capaz de ligá-las. O ser humano, produtor de representações de/para si bem como do/para o outro, é sobremaneira o resultado desse jogo de linguagem:

Em certo sentido, o homem é dominado pelo trabalho, pela vida e pela linguagem: sua existência concreta neles encontra suas determinações; só se pode ter acesso a ele através de suas palavras, de seu organismo, dos objetos que ele fabrica – como se eles primeiramente (e somente eles talvez) detivessem a verdade; e ele próprio, desde que pensa, só se desvela a seus próprios olhos sob a forma de um ser que, numa espessura necessariamente subjacente, numa irredutível anterioridade, é já um ser vivo, um instrumento de produção, um veículo para palavras que lhe preexistem (FOUCAULT, 2007, p.432)

Neste sentido, o homem é finito, uma vez que esses saberes que lhe são exteriores e que o constituem já estão em funcionamento antes mesmo do seu nascimento, conferindo-lhe uma possibilidade de existência, atravessando-o como um objeto fruto da história, na qual se desvanece. Como pondera Foucault (2007), é no próprio campo do saber que se dá a finitude do homem, em um espaço aberto para novos saberes e novos exercícios de poder, em um espaço em que o limite se dá na própria condição de perceber que não há limite. O homem reside justamente nesse local aberto ao conhecimento possível, nem soturno ao ponto de não produzir o novo, nem inteiramente claro ao ponto de atingir o entendimento infinito: o homem se materializa em um corpo – fragmentado em um espaço em que se relaciona com os espaços

das coisas – composto por desejos capazes de valorar essas próprias coisas; e construído por uma linguagem em cujo fio se encontram todos os discursos (em sua totalidade, inacessíveis, mas ali presentes).

A finitude do homem na/da linguagem pode ser compreendida quando, nesse tempo que transporta a linguagem, que a constitui, e pelo qual ela se dissolve, o discurso proferido circula antes mesmo de ter sido pronunciado, em um processo sobre o qual o homem não pode dominar. Como expõe Foucault (2007), a experiência da finitude busca responder a si mesma, ocupando no *Mesmo*, tanto a identidade quanto a diferença, em que a identidade é o mesmo que a diferença. Essa compreensão e surgimento do homem como objeto do saber, na modernidade, aponta para como o pensar o finito se dará nesse próprio espaço finito, em que os pensamentos se fundam em uma dobra da linguagem, “[...] tão mais velha que ele não pode dominar-lhe as significações, reanimadas, contudo, pela insistência de sua palavra” (FOUCAULT, 2007, p. 438).

Conforme Foucault (2007), o homem é um duplo em que se funda um espaço sempre aberto, impossível de ser totalmente delimitado, que vai de uma parte dele mesmo sobre a qual não reflete até o ato de pensamento que pode captá-lo; da mesma forma, caminha do empírico rumo a um horizonte distante, incapaz de ser totalmente captado. O homem é lugar de desconhecimento, sendo interpelado justamente pelo que lhe escapa: é a partir do desconhecido que o homem é chamado incessantemente ao conhecimento de si. É o que leva à reflexão de como o homem pode ser sujeito de uma linguagem formada antes mesmo dele, da qual não tem total domínio de seu sistema, mas pela qual que reanima os sentidos por meio de suas palavras; no interior do seu discurso, o homem é “[...] desde o início, obrigado a alojar sua fala e seu pensamento, como se estes nada mais fizessem senão animar por algum tempo um segmento nessa trama infinita de possibilidades inumeráveis” (FOUCAULT, 2007, p.446).

Desta forma, como explica Foucault (2007), o impensado que funda o homem nada mais é que o “outro”, que não nasceu “d”ele, mas “n”ele, que está ao seu lado e, ao mesmo tempo, lhe é exterior e indispensável, e do qual busca se aproximar para conhecer a “si”. O homem é instaurado como objeto do/para o saber e, neste escopo, a direção do outro do homem sempre caminha em torno/para chegar e se tornar o Mesmo que ele.

Compreender o sujeito nessas condições implica observar a relação do ser do homem e a reflexão que recai sobre ela em sua ligação com a questão da origem, totalmente diversa daquelas levantadas pelo pensamento clássico. Não há na compreensão arqueogenalógica uma fonte pura e simples sobre a qual se reproduz e que justifica o surgimento dos saberes que

constroem/constituem o homem. A linguagem não é transparente e não reanima de maneira direta aquilo a que representa; não há uma origem para os processos de significações dentro de uma história linear e cronológica, em que é possível identificar nos quadros, o seu percurso. Como pontua Foucault (2007), é preciso considerar a linguagem em sua historicidade própria, na qual não é possível jamais enunciar sua origem. Nesse cenário, o sujeito já sempre se reconhece frente a uma historicidade já feita; a origem, que às vezes se revela no próprio momento em que se esquia, não lhe é contemporânea: o homem se descobre ser vivo, quando todo o processo da vida começara muito antes dele; se descobre como ser no trabalho, quando já há uma série de espaços e práticas já institucionalizados; quando busca se marcar em sua essência como sujeito falante, como que distante de toda a língua já construída, encontrará nesse processo a linguagem já desdobrada, e não a primeira palavra, a (suposta) origem que possa ter motivado o surgimento de todas as outras línguas e a partir da qual todas essas línguas se tornaram possíveis.

Assim, compreende-se que o homem existe desde sempre sob um fundo do começado; a origem é, desta forma, essa relação do próprio homem com o “já sempre aí” da vida, do trabalho, da linguagem. A origem:

[...] deve ser procurada nessa dobra onde o homem trabalha com toda a ingenuidade um mundo laborado há milênios, vive, no frescor de sua existência única, recente e precária, uma vida que se entranha até as primeiras formações orgânicas, compõe em frases ainda não ditas (mesmo que gerações as tenham repetido) palavras mais velhas que toda memória (FOUCAULT, 2007, p.456).

Sem o saber sobre essa possível origem, mas acreditando encontrá-la em alguns momentos em que a compreensão dos sujeitos pode existir é que o homem pode se *resignificar*. A origem está nesse processo intermediário onde se sedimentam essas mediações e relações complexas do homem com a própria vida, o trabalho, a vida e a linguagem. O saber que constitui o homem sempre é parcial, limitado, ladeado por uma sombra que não cessa de negar a própria origem aos próprios sujeitos que trabalham, que vivem, que falam. Essa origem desconstruída é o que leva o homem a encontrar esse Outro que não é ele próprio, que o confronta com saberes, coisas, experiências, conteúdos que lhes são anteriores e sobre os quais não tem total controle; que o constrange com as múltiplas temporalidades da história, que se entrecruzam, mas que não se reduzem a um centro organizador e justificador de todas as coisas; que o dispersa através do tempo. Nesse espaço, problematiza Foucault (2007), o homem é um ser sem origem e, portanto, em que não é possível precisar seu nascimento, nem em data nem lugar: “[...] em meio a todas as coisas que nascem no tempo e nele sem dúvida

morrem, ele, separado de toda origem, já está aí” (p.458). A origem do homem, então, é aquilo que não cessa de repetir, a volta daquilo que já começou, a proximidade de algo que sempre ali existiu. Desta forma, observa-se como o homem nunca é contemporâneo daquilo que o faz ser o que é ou a partir do qual ele é, pois, como expõe Foucault (2007), ele está imerso em um poder que o dispersa para longe de sua origem e que, às vezes, promete-lhe acesso a essa origem (nunca possível); e tal poder é iminente do seu ser próprio de sujeito.

3.1 SUJEITO (D)À LINGUAGEM: A POSICÃO SUJEITO COMO ELEMENTO DA FUNÇÃO ENUNCIATIVA

Na relação entre sujeito e linguagem, importa observarmos como o sujeito é operacionalizado no interior do enunciado, sendo condição e, ao mesmo tempo, condicionado pelo discurso. Foucault (2008a) reflete que o enunciado deve ser compreendido como uma “função enunciativa”, fruto de quatro elementos: o referencial, a posição de sujeito, o campo associado e o suporte material. Tomando o conceito de “função enunciativa”, pode-se operacionalizar com o *corpus*, observando como ele materializa práticas discursivas que – no caso desta tese – subjetivam o sujeito jornalista.

Ainda que busquemos discutir a noção de “posição sujeito”, asseveramos que não é possível fazê-lo sem a compreensão dos outros elementos que, com ele, compõem a função enunciativa, que permite a existência e o funcionamento do enunciado. O primeiro deles é o referencial, considerado o “tema” do enunciado, aquilo de que se fala. Trata-se, assim, de um conjunto de domínios que permite o aparecimento de objetos e a existência de relações, não de “coisas”, de “realidades”, de “fatos”, mas de “ [...] leis de possibilidade, de regras de existência para objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 103).

Conforme expõe Foucault (2008a), é por meio do referencial que há sentido na frase, valor de verdade na proposição, uma vez que é condição, lugar e campo de emergência dos objetos e coisas e de suas relações colocadas em jogo no próprio enunciado. Observa-se, assim, que a descrição enunciativa estabelece relações entre o que é enunciado e os espaços de diferenciação, que só são possíveis pela existência do próprio enunciado.

Junto ao “referencial”, há o “campo associado”, que por meio da relação com os objetos/temas e o sujeito, coloca em funcionamento um campo adjacente, margeado e constituído pela relação do que é enunciável com outros enunciados. Por meio do “domínio associado”, assente Foucault (2008a), uma série de signos pode se tornar um enunciado em

determinado contexto: constitui-se por uma série de outras formulações, onde se inscreve o enunciado e na qual é um elemento, em um emaranhado de relações entre as formulações permitidas e, também, com outras que refuta, assimila, contesta, capta, formando uma sequência, consequência ou réplica. Um “nó” em uma rede.

Neste processo, para além de ser uma mera representação de situações determinadas sobre o plano da linguagem, por um sujeito falante, o enunciado se constitui em um “campo associativo”, que lhe confere um *status* e um “lugar”, de tal forma que o liga a um passado e o abre para um futuro. Desta compreensão do “campo associado” em Foucault (2008a), observa-se que não há enunciado livre e neutro, na medida em que estabelece relações com uma série ou um conjunto, nos quais desempenha um papel junto a outros enunciados, seja para apoiar-se neles, seja para se distinguir dos demais – uma parte integrante do jogo enunciativo. Como condição e limite ao qual está submetida a identidade do enunciado, conforme Foucault (2008a), é o imposto por outros enunciados dentro dos quais se configura o enunciado em questão, pelo domínio a partir do qual ele é utilizado ou aplicado, assim como pela função e/ou papel que deve desempenhar; o enunciado tem a peculiaridade da repetição, mas somente dentro de condições estritas.

Além de o enunciado estabelecer um elo entre outros enunciados, ele precisa de um “suporte material” para sua existência, um lugar próprio, uma superfície material onde os signos se inscrevem, demarcando sua materialização em um elemento sensível, o que permite sua existência em um espaço da memória e da atualidade. De acordo com Foucault (2008a), o suporte material não deve ser compreendido como mero “suplemento” ou “acessório” para o funcionamento do enunciado, na medida em que é, propriamente, parte constituinte do enunciado.

Assim, podemos chegar ao quarto elemento da função enunciativa, aquele centrado no sujeito: relação íntima e indissociável entre enunciado e sujeito. Como assevera Gregolin (2006), é preciso compreender o “sujeito” em Foucault longe de uma concepção humanista que o considera em sua individualidade, fonte de sentidos e da História. O sujeito precisa ser analisado em sua relação “com” e “à” História: “[...] o jogo das relações humanas, nas sociedades, é um jogo entre discursos que seguem regras próprias às práticas discursivas de uma época” (GREGOLIN, 2006, p.134).

Desta forma, compreendemos o sujeito como motor da História, sendo ao mesmo tempo necessário para a existência dos enunciados – que amparados numa mesma formação discursiva permitirão a circulação de um “discurso” – e resultado de práticas discursivas que determinam exclusões e escolhas. Tais práticas são o resultado das instituições que as mantêm

e impõem, como assente Gregolin (2006), e suas modificações não decorrem de um sujeito individual, mas se ligam a um conjunto de operações gestadas no próprio interior, fora delas e ao lado delas.

É dentro dessa perspectiva que podemos nos deter, agora, na noção de “posição sujeito”, uma vez que, conforme Foucault (2008a), um conjunto de signos só pode existir na medida que haja um “autor” da formulação, uma instância produtora que não idêntica ao sujeito do enunciado. O “autor” é compreendido por Foucault (2009, p. 26) como “[...] princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”, sendo a posição sujeito um “[...] lugar determinado e vazio, que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes [...] descrever uma formulação enquanto enunciado [consiste] em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito” (FOUCAULT, 2008a, p. 108).

Destarte, para o pensador francês, sendo o sujeito do enunciado uma função vazia e determinada, não idêntica entre um enunciado e outro, pode ser ocupada por diferentes indivíduos, indiferentes na formulação dos enunciados, bem como pode ser ocupada por um mesmo indivíduo em diferentes “posições”, alternadamente, assumindo o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008a). Conforme Gaspar (2006), a posição sujeito congrega um “lugar”, pois a enunciação provém de diferentes práticas estabelecidas institucionalmente, e uma “posição”, dado que seu saber decorre de um domínio que é próprio do sujeito enunciatário: “Essa regra enunciativa indica, também, que, se os sujeitos assumem posições diferenciadas no funcionamento discursivo, o autor adota a posição de princípio de agrupamento dos discursos pronunciados pelos vários sujeitos enunciadorees que se encontram nos textos analisados” (GASPAR, 2006, p.57). Pode-se refletir, assim, que em um mesmo texto há possibilidade de existir diferentes posições assumidas pelo sujeito, transmutando-se de uma frase a outra, sem se fixar a somente uma posição sujeito uniforme e presente em todo o seu transcorrer. Desta forma, a posição sujeito se marca como um dos importantes traços da função enunciativa, e permite, na análise, escrever e compreender seu funcionamento.

Neste processo, asseveramos, por exemplos, que nos dois *corpora* que constituem nosso objeto analítico, não tomamos Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia como indivíduos no mundo, donos e origem de suas próprias significações, antes importa-nos compreender como naquilo que dizem há o exercício de diferentes posições sujeito que, sobremaneira, determinam aquilo que pode e deve ser dito. Como assevera Courtine (2009), nosso processo analítico busca observar como em toda formulação o sujeito enunciadoree estabelece relação com o “sujeito do saber” de uma dada formação discursiva, processo que se dá, portanto, sem

o conhecimento do sujeito, por meio de pré-construídos e da articulação de enunciados, promovendo diferentes modalidades ao longo daquilo que é formulado, diferentes efeitos-sujeito no discurso.

Sendo assim, como propõe Foucault (2008a), a análise daquilo que é dito precisa sempre passar pelo sistema da discursividade, que regula as leis de (im)possibilidades enunciativas; deve-se abandonar o questionamento da “razão” das coisas em si ou recorrer aos indivíduos questionando o que ele “quis dizer” com dada formulação. Compreender o sujeito dentro de uma teoria do discurso é estabelecer a relação que instaura entre a língua e a história; trata-se de observar nos dizeres dos sujeitos aquilo que pode e deve ser dito, o sistema que permite o aparecimento de determinado enunciado e não outro, como um acontecimento singular. Operacionaliza-se com o “arquivo”, que instaura uma singularidade para os enunciados, responsável por não aglutinar todas as coisas ditas dentro de um princípio linear e sem ruptura e que também não permite o desaparecimento dos enunciados como mero acaso de acidentes externos; busca-se compreender os enunciados no seu agrupamento, nas relações que estabelecem entre si, a partir de regularidades específicas.

A noção de “arquivo” destrona o indivíduo da sua posição de dono e origem dos seus dizeres, na medida em que propõe observar que todas as coisas ditas pelos homens não surgiram simplesmente pelas leis do pensamento, por jogo de circunstâncias, nem pela sinalização de performances verbais fruto de uma ordem do espírito ou das coisas, mas por todo um jogo de relações que caracterizam o nível discursivo, produtos de regularidades específicas (FOUCAULT, 2008a).

Os discursos são operacionalizados, assim, como práticas específicas no elemento do arquivo; rejeita-se a missão de buscar a origem de um discurso – tarefa inglória, dada sua impossibilidade – em prol de descrevê-lo, interrogando-o: questionar o que foi dito, analisar a função enunciativa que está se exercendo, a formação discursiva da qual pertence, o sistema geral do arquivo do qual faz parte. Os sentidos, então, livram-se das determinações e querereres dos sujeitos, na medida em que lhes escapam, fogem; configuram arena de lutas – território dos jogos enunciativos –, em que os saberes promovem exercícios de poderes, a circulação de enunciados que se confrontam, se encontram, resistem uns aos outros, promovendo a movência na/da História, motor de ação para a atividade do sujeito da/na linguagem:

Quanto àquilo que é realmente dito, a sua raridade de facto decorre de uma frase negar outras, impedir outras, contradizer ou recalcar outras frases; de modo que cada frase é também preche de tudo aquilo que não diz, de um conteúdo virtual ou latente que lhe multiplica o sentido e que se oferece à interpretação, formando um “discurso oculto”, verdadeira riqueza de direito (DELEUZE, 1986, p. 13)

Conforme Deleuze (1986), se não há no saber uma experiência que seja totalmente originária e livre, como gostaria a Fenomenologia, é justamente pois o “ver” e o “falar” são/estão integralmente relacionados às relações de poder que supõem e atualizam.

3.2 O SUJEITO E A RESISTÊNCIA

Se a princípio poderíamos ser levados a pensar que as discussões de Foucault sobre a “disciplinarização” do homem tornaria este um sujeito autômato, que simplesmente atende às forças do poder disciplinar sendo, portanto, totalmente assujeitado aos poderes, Gregolin (2006) ressalta que, diferentemente, há na teorização do filósofo francês sobre o poder o papel sempre presente da possibilidade da resistência: “Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada da alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce” (FOUCAULT, 2008b, p. 219).

Desta forma, Gregolin (2003) explicita que a palavra “sujeito” em Foucault pode apresentar dois sentidos: o primeiro referente àquele que é submetido a um outro pelo controle e pela dependência; o segundo é aquele assujeitado à própria identidade, seja pelo reconhecimento e/ou pelo conhecimento de si. Em todo o caso, segundo a autora, trata-se de um poder que subjuga e submete, mas que sempre tem o correlato, a possibilidade de resistência. Neste processo, o sujeito vive numa constante tensão entre aceitar e recusar o poder, entre o querer a “intransitividade da liberdade”.

Conforme Gregolin (2006), embora a sociedade procure cada vez mais um ajustamento controlado, tanto racional quanto econômico, entre as redes de comunicações, os jogos das relações de poder, etc., a resistência sempre se encontra presente: “Se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o *fim da história*” (p. 136).

Nesse emaranhado de fios de poder, exercidos por todos os sujeitos, ao mesmo tempo em que há controle, vigilância, disciplinarização dos corpos, ressurgem também o poder que luta, que resiste, que constrange. Deleuze (1986) expõe que, em Foucault, os centros difusos de poder não existem sem os pontos de resistência: o poder não toma como objetivo e objeto a vida, sem revelar, sem promover concomitantemente uma “vida que resiste ao poder” (p. 127). Há uma sempre uma força contrária que desordena, que destrói incessantemente o poder arregimentador, sendo os sujeitos produtos e produtores desses exercícios de poder:

Um exercício de poder surge como uma afectação, porque a própria força se define pelo seu poder de afectar outras forças (com as quais está em relação) e de ser afectada por outras forças. Incitar, suscitar, produzir [...] constituem afectações activas; e ser incitado, ser suscitado, ser determinado a produzir, ter um efeito “útil”, constituem afectações reactivas (DELEUZE, 1986, p. 98-99).

Como explicita Deleuze (1986), não se trata somente de pensar esse poder reverso como a “repercussão” ao poder com o qual digladia, mas como o “irredutível frente-a-frente”, justamente por sempre já haver uma força de resistência: a “matéria” da força é o poder de ser afetado e a “função” da força, o poder de afetar. Gregolin (2003) atenta para o fato de que o poder, em Foucault, nunca é permanente, absoluto, e sim transitório e circular, tornando possível surgirem fissuras onde a docilidade dos corpos pode ser substituída por sua libertação.

Se considerarmos o discurso como prática (VEYNE, 1998), é na atividade linguageira dos sujeitos, que o discurso surge também como espaço propício para o jogo das significações, das contradições, das resistências. Ao poder dominante que procura se firmar, legitimar e, para tanto, cercear o antagônico, sempre há – mesmo que levemente, ao longe, quase que como uma sombra difícil de ser percebida; outras vezes, como um turbilhão que insiste na mudança imediata – a resistência que pelo discurso – que constitui os homens, suas ações, sua prática linguageira (FOUCAULT, 2008a) – insiste em se por em circulação, em se mostrar/provar pelo silêncio, pelo interdito, pelo não-dito naquilo que é dito, por tantas outras brechas possíveis (e necessárias) nessa luta constante pelo discurso.

Assim, na medida em que olhamos para o poder, não para questionar “de onde vem” ou “o que é o poder”, tratamos de observar que poder é esse que se exerce e que é exercido pelos sujeitos em todas as relações sociais. Poder que nega, que proíbe, que interdita ao passo que também é poder que luta, que resiste, que produz, que transforma (FOUCAULT, 2008b). Expõe Deleuze (1986) que o poder é “diagramático”, ao mobilizar matérias e funções não-estratificadas em uma segmentação flexível, sendo disperso em pontos singulares que denotam sempre a presença de uma força, seja de ação ou reação a outras forças, instável.

É justamente por entendermos que o poder não se concentra em um ponto central mas está disperso e instável em diferentes pontos da sociedade, que há espaço para o pleno exercício pelos sujeitos: as relações de poder se constroem de um ponto a outro, num campo de forças, produzindo mudanças, deslocamentos, consentimento, reviravoltas, resistências: “É por isso que não são ‘localizáveis’ nesta ou naquela instância. Constituem uma estratégia, como exercício do não-estratificado, e as ‘estratégias anônimas’ são quase mudas e cegas, porque escapam às formas estáveis do visível e do enunciável” (DELEUZE, 1986, p.101).

Não obstante, é partindo da perspectiva de micro-poderes que fazem a tessitura do constructo social que se pode observar em funcionamento o discurso de resistência dos/nos sujeitos: longe de um poder totalizante que englobaria todos, há pequenos poderes que podem e são exercidos por todos os sujeitos sociais. Dentro dessa perspectiva, poderíamos identificar relações de poder entre jornalistas e donos dos veículos de comunicação, jornalistas pró-governo e jornalistas pró-população, burguesia e proletariado etc. É o que permitirá a existência, desta forma, de uma imprensa ligada fortemente aos grupos empresariais e à classe política do país e, concomitantemente, uma imprensa mais ao rés-do-chão, próxima da população que procura encampar as lutas da classe trabalhadora. Esse papel de uma imprensa atuante, próxima das lutas sociais, também se solidifica na identidade do jornalista brasileiro. Em um processo de resistência, utilizam-se da imprensa que, por vezes, é um instrumento utilizado em favor do poder político vigente, para colocar em evidência o discurso do outro, daquele que na lida do dia a dia sente os reflexos da exploração econômica da mão de obra.

Muitas vezes, a resistência é a resposta à “violência” que insiste em exercer força sobre os corpos – de tal forma que pela coerção física ou, mesmo, simbólica adestraria gestos, atos, ações e palavras do homem:

Se a violência for grande, há o risco de provocar revoltas; ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado. [...] é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo. Portanto, poder violento e que devia, pela virtude de seu exemplo, assegurar funções de continuidade (FOUCAULT, 2008b, p.217).

Desta forma, podemos ver nas forças de atualização que promovem o surgimento de brechas, outras formas de exercício do poder, entre outros momentos, naqueles em que a sociedade se vê diante de um poder político dominador: “[...] ninguém quer ser comandado [...] todas as sociedades que pertencem à nossa tradição conheceram a instabilidade e a revolução” (FOUCAULT, 2010, p. 320-321). Ou seja, no jogo de relações de força, contra o poder dominante que insiste em ser exercido e coagir, há outro exercício de poder, uma força contrária que disputa o espaço, que desestabiliza, que impõe a necessidade de mudança, de alteração.

Destarte, em uma análise arqueogenealógica, como propõe Foucault (2008b, p.226), é preciso analisar os movimentos de resistências por meio de suas táticas e estratégias, observando as brechas que encontra, os caminhos encontrados para fazer circular seus dizeres, que há pontos de apoio na contraofensiva: “A análise dos mecanismos de poder não tende a

mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”. É justamente pela existência e poder da “resistência” que a história é (re)construída pelas/nas mudanças, (re)edificada nas movências, nas múltiplas temporalidades que habitam uma mesma época: que os discursos podem, além de ser reproduzidos, ser re-atualizados, deslocados, promover o rompimento com o “mesmo”, instaurando o “novo”, o “outro”, o (im)possível:

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta [...] em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder, e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Nessa arena de lutas pelo exercício do poder, estão também as práticas discursivas identitárias que procuram delimitar as formas possíveis para a existência e a ação do homem na sociedade. Em um jogo de unificar, classificar, distinguir, caracterizar, a identidade se marca como o resultado do exercício do poder que recai sobre o sujeito, que assim é interpelado pelos/nos discursos. É sobre tais reflexões que nos direcionamos para a próxima seção deste trabalho.

4. IDENTIDADES IMPOSSÍVEIS: O GOVERNO DE SI PELO OUTRO

“Pois esta identidade, bastante fraca, contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. [...] E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida, sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina. [...] A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2008b, p.34-35)

Se tomarmos a *Análise do Discurso* (AD) como um campo de estudos e reflexões capaz de ofertar ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, interrogando-os a partir dos efeitos de sentidos mobilizados, das posições sujeitos aí ocupadas, da relação que estabelece entre linguagem e História, como propõe Gregolin (2007), é que podemos operacionalizá-la para compreender o exercício de poder materializado nas práticas discursivas que produzem identidades sociais.

Embasados em Gregolin (2007), buscamos compreender os efeitos identitários como resultado de relações estabelecidas entre discurso, história e memória. Disso decorre que tomando o discurso como prática, a análise arqueogenealógica busca observar como o discurso, historicamente determinado, mobiliza estratégias na constituição de sujeitos e os objetos e as consequências que decorrem desse processo. Neste estudo, em particular, consideramos o discurso dos historiadores como “práticas discursivas” que constroem lugares (im)possíveis (identidades) para o sujeito jornalista, ao passo em que narram a história da imprensa no Brasil. O sujeito jornalista é, então, tomado como objeto e subjetivado por meio de práticas discursivas que lhe determinam, por exemplo, o que precisa “ter” e como deve “ser” para se reconhecer – ser reconhecido – como jornalista.

Acreditamos que para compreender como as identidades são erigidas pelo/no discurso se faz necessário observar as estratégias mobilizadas na construção discursiva, os sentidos produzidos e colocados em circulação por meio dos enunciados, a memória discursiva que constitui e determina a existência destes enunciados, as posições de sujeito ocupadas pelos autores (neste caso, Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia) nas diferentes séries enunciativas, a materialidade que permite a existência desses dizeres, as articulações que, nesse processo,

são mobilizadas entre a História e a memória (GREGOLIN, 2007). Buscamos, enfim, observar como “práticas discursivas” acionam uma rede de memória sobre “o que é”, “o que pode” ser o jornalista, conferindo-lhe identidade.

Para tanto, também recorreremos aos Estudos Culturais, ao qual o tema “identidade” é tão particular e discutido, pois, conforme Hall (2009, p. 103), há atualmente uma “explosão discursiva em torno do conceito ‘identidade’”. Pesquisas nas mais diferentes áreas têm apontando para uma desconstrução da identidade integral, originária e unificada, buscando interrogar o “por que” de, ainda, haver esse “desejo” de identidade: “quem precisa dela?” (HALL, 2009, p.103). A “identidade” se marca, assim, como um desses conceitos que devem ser operados em suspenso: “[...] uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2009, p. 104).

Tema de discussão em diferentes esferas sociais, o grande argumento da contemporaneidade, segundo Hall (2006), é que as “velhas identidades” estão dando lugar a “novas identidades” fluidas, descentradas; tais identidades responderiam ao que é o homem moderno, que vive numa constante “crise de identidade”. Como não poderia ser diferente, observa-se que as alterações que ocorreram nas estruturas e processos centrais da sociedade moderna possibilitaram esse novo cenário do/para o homem: este está inserido em um mundo social que não lhe garante mais referências sólidas, fixas, prontas a seguir. Como pondera Bauman (2005), não é possível mais ocultar a fragilidade e a provisoriade da identidade.

Este princípio de mudança social se inicia, conforme Hall (2006), no final do século XX, com a fragmentação das paisagens culturais, anteriormente erigidas sobre sólidas bases sólidas capazes de se marcarem como referência para os indivíduos sociais, como gênero, sexualidade, etnia, gênero e nacionalidade. No esteio desse processo, alteram-se também as formas pelas quais e com as quais os indivíduos interpelados em sujeito veem a si próprios. Observa-se o “descentramento do sujeito”, numa espécie de “duplo deslocamento”, que o desestabiliza tanto quanto ao lugar ocupado no mundo social quanto a si mesmo: constitui-se, assim, uma “‘crise de identidade’ para o indivíduo” (HALL, 2006, p. 09).

Woodward (2009) corrobora com as reflexões de Hall (2006), ao apontar como teóricos e sociólogos cada vez mais têm vislumbrado na sociedade contemporânea ou da modernidade tardia as identidades entrando em colapso, em conflito. Fatores econômicos, culturais e sociais estabelecem a cada dia novas formas de produção e consumo, alterando as relações sociais e materiais desse processo e gerando e (re)operacionalizando identidades novas e globalizadas. Bauman (2005) também assente que frente a um mundo de

oportunidades fugazes e de seguranças frágeis, não se torna mais possível acionar as antigas identidades, rígidas, fixas, não abertas a negociação:

[...] a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODARD, 2009, p. 21).

Woodward (2009) explicita que a formação das identidades passam e se instauram nos níveis “local” e pessoal, além dos processos que (de)ocorrem em escala global, nacional e política. A partir da reflexão de Ernesto Laclau (1990)⁸, a autora argumenta que a sociedade moderna não comporta mais um centro ou núcleo rígido e fixo de e para a produção identitária – anteriormente, fortemente representados pelas instituições como Igreja, Estado –, vê-se cada vez mais uma profusão de centros. Em oposição ao paradigma marxista, amparado na luta de classes, em que um grande centro dominante determinaria todas as identidades possíveis, observa-se na sociedade moderna diferentes instâncias e forças de poder, que permitem ao sujeito novas formas de realização e de concretização das identidades.

De acordo com Hall (2006), a irrupção de um cenário composto por inúmeras identidades fragmentadas é o resultado, ou melhor, uma das concepções e possibilidades da identidade no (dis)curso da história: a) do sujeito do Iluminismo; b) do sujeito sociológico; e c) do sujeito pós-moderno. A primeira concepção, a do sujeito do Iluminismo, está edificada na ideia de um sujeito totalmente unificado, centrado, racional, consciente e responsável por suas ações. Nesta esfera, opera-se a nível de “individualidade” seja dos sujeitos, seja de sua identidade; sempre há um centro no interior do indivíduo que se desenvolve junto dele, mas permanece sempre contínuo e idêntico a ele.

Questionando essa individualidade, a concepção do sujeito sociológico se insere na complexidade exigida pela modernidade, e reflete como o centro interior do sujeito não é autônomo e autossuficiente; há sempre outra força – uma outra presença – que permite ao sujeito se constituir. Desta forma, é por meio do “outro” que valores, sentidos e símbolos (a cultura) são negociados e vivenciados *pela e na* sociedade (HALL, 2006). A identidade é o resultado, então, da interação entre o “eu” e o “outro” – a sociedade. Há um jogo de negociação, em que o sujeito – que carrega uma essência interior (o “eu real”) – se constrói, modifica, transforma, reconstitui-se em uma relação dialógica *in continuum* estabelecida com

⁸ Teórico citado no corpo de texto, mas não constante nas referências bibliográficas de **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual** (2009), de Kathryn Woodward.

o mundo cultural exterior. Conforme Hall (2006), o mundo oferta identidades possíveis, que vão se construindo no entremeio entre o interior e o exterior, o pessoal e o mundo público; neste processo, os sujeitos se projetam nas identidades culturais oferecidas, de forma a internalizar valores e significados, tomando-os como parte de si. Há uma interconexão entre os sentimentos objetivos e os lugares objetivos ocupados pelos sujeitos no mundo social e cultural: “[...] a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2006, p.12).

Todavia, nesse processo de passagem do externo ao interno, as identidades vão mudando e começam a ser questionadas. Pouco a pouco, vê-se o sujeito com uma identidade única e estável ser precedido pelo sujeito descentrado, fragmentado; este, em vez de ter uma única e estável identidade (num correlato ofertado pelo mundo exterior), será o palco e o lugar de ação (viver) de múltiplas identidades, por vezes contraditórias e mal resolvidas. Tal processo sinaliza os conflitos que começam a serem gerados, em decorrência de mudanças nas estruturas e instituições, na simples transposição das paisagens sociais exteriores para a questão subjetiva dos sujeitos (HALL, 2006): não há mais caminhos confortáveis no processo de identificação, a partir do qual os sujeitos se projetam nas identidades culturais. O sujeito se encontra em um mundo móvel, de discursos, instituições, estruturas fluidas sempre prontas para serem outras, que convidam o sujeito para o processo de constante transformação.

O sujeito pós-moderno é, então, o fruto desse cenário, sem uma identidade fixa, essencial ou permanente: vive-se sempre uma “celebração móvel” daquilo que foi, que é e que pode ser (HALL, 2006). Destarte, observa-se como a identidade passa a ser construída e modificada em decorrência das formas como os sujeitos são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os circundam: ou sujeitos não são mais o resultado de questões puramente biológicas, são sempre “já-aí” sujeitos históricos. É assim que, como explicita Hall (2006), todo sujeito carrega em si diferentes identidades, que se modificam ao curso de momentos, dos lugares, dos contatos estabelecidos: abandona-se o eixo centralizador e unificado das identidades. O sujeito é habitado por identidades em constante conflito, digladiando entre si, apontando para direções antagônicas. O sujeito da concepção clássica – coerente, coeso, resultado direto de uma identidade unificada, que lhe garantia o sentimento de completude e segurança – se torna um mito, uma fantasia *em e de* si mesmo:

[...] ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e

cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

A movência das identidades é o motivo e o resultado do sujeito descentrado, que é motivo de reflexo para cinco correntes das teorias sociais e das ciências humanas (HALL, 2006). O pensamento marxista é o primeiro responsável pelo descentramento do sujeito, ao asseverar que o homem só faz a história que lhe é possível, por conta das condições que lhes são dadas. Os indivíduos, dentro dessa concepção, não são “agentes” nem autores da história, pois são o resultado (e condicionados) por condições históricas sob as quais nasceram e em que vivem. De acordo com Hall (2006), o estruturalista marxista Louis Althusser expôs que Marx operou grandes mudanças na filosofia: não há uma essência universal do homem, sendo essa essência fruto das relações sociais e suas condicionantes – força de trabalho, modos de produção, circuito do capital, etc. – e não da ação individual de cada sujeito, sem sua singularidade.

Sigmund Freud opera o segundo grande descentramento, ao descobrir o inconsciente: para além de um sujeito completamente racional e cognoscente, há de se observar como a sexualidade, as identidades e os desejos possíveis de serem vividos e experimentados existem por conta de diversos sistemas psíquicos e simbólicos operados no inconsciente (HALL, 2006). Para Woodward (2009), o nível psíquico trabalha em conjunto com o nível simbólico e social na conceitualização da identidade: a junção desses elementos contribui para explicitar como as identidades podem ser formadas e mantidas. A instauração do nível psíquico promove o questionamento do porquê de as pessoas “assumirem” dadas posições de identidade e com elas se identificarem: “Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem?” (WOODWARD, 2009, p. 15).

São frutos dessa corrente, os estudos de leitores do Freud, como Jacques Lacan; para este, a criança não nasce já com a imagem de um “eu” inteiro e unificado, pois tal processo de construção da subjetividade se dará de forma gradual e com certas dificuldades num jogo de “complexas negociações psíquicas inconscientes”, permeado pela relação constante entre o “eu” e o “outro” (HALL, 2006, p. 37). Há uma negociação entre o sujeito e os sistemas de representação simbólica exteriores a ele, como a língua, a cultura e a diferença sexual. Nesse processo de construção da subjetividade, operacionalizado desde o nascimento, sempre há sentimentos contraditórios e mal resolvidos que irão acompanhar o sujeito pelo resto da vida, formando o inconsciente, clivando e dividindo o sujeito, ainda que tal sujeito vivencie sua identidade como algo unificado e resolvido posteriormente.

Diante dessa concepção, a identidade não se dá pronta e acabada (não é inata) com o nascimento dos sujeitos, sendo formada no decorrer do tempo por processos inconscientes; mesmo com o passar dos anos, ela sempre estará incompleta e funcionando como um processo em andamento: “[...] a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de **uma falta** de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso **exterior**, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por **outros** [grifos do autor]” (HALL, 2006, p. 39). Todavia, frente ao pensamento de Hall (2006), asseveramos que não é possível pensar o processo identitário somente a nível do indivíduo (algo que exerce sobre si), mas mantém como fruto de relações sócio-históricas que sobremaneira constroem lugares (im)possíveis para os sujeitos: em nossa tese, por exemplo, a identidade do jornalista é o resultado de práticas discursivas que tomam o sujeito como objeto e o subjetivam, construindo-lhe identidade(s).

O terceiro descentramento se liga com os estudos do linguista Ferdinand de Saussure, ao expor que os sujeitos não são os “autores” do que dizem, nem dos significados colocados em circulação por meio da língua (HALL, 2006). A língua comporta regras (sistema convencionado e social) que se ligam com os sistemas de significação da cultura em que o sujeito se encontra. Dentro desse contexto, não é o sujeito que preexiste à língua; esta é que interpela o sujeito, ativa um imenso emaranhado de significados de que já estão impregnados a língua e os sistemas culturais, que serão apropriados pelos sujeitos (HALL, 2006). Além disso, Saussure desconstruía a ideia de uma similitude entre as palavras e os objetos aos quais se referia, sendo os significados formados por processos de similaridade e de diferença entre as palavras existentes no código da língua: compreende-se o que se denomina “vida” ao passo que sabemos que – por oposição – ela não é a “morte”.

Em decorrência desse entendimento, Hall (2006) expõe que podemos saber quem somos na medida em que não somos o outro. O autor explicita que, portanto, a identidade nunca será reapoderada em sua totalidade pelo sujeito, pois tudo o que é “dito” (as palavras) carrega margens que conduzem a um “antes” e a um “depois” – nem sempre acessíveis: “[...] o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2006, p. 41).

Depreende-se, conforme Woodward (2009), que a identidade é o resultado de um jogo relacional que se dá *pela e na* diferença, de tal modo que esse faz necessário algo fora dela (aquilo que ela, por pressuposto, não é), uma outra identidade, diferente, capaz de distingui-la, que possibilita, principalmente, a própria existência. A identidade é aquilo que não é, marcando-se *pela e na* diferença. A diferença, explicita a autora, pode assumir duas funções: a

negativa, no momento que é utilizada para excluir, marginalizar todos aqueles considerados como “outros”: os vizinhos, os forasteiros, o estrangeiro, o desconhecido; e a positiva, quando convocada para proclamar o hibridismo, a diversidade, a heterogeneidade (WOODWARD, 2009). Silva (2009) corrobora desse pensamento e afirma que identidade e diferença mantêm uma relação de estreita dependência: uma identidade só pode ser (re)afirmada no jogo de negar todas as outras, apontando diferenças; da mesma maneira, uma diferença só faz sentido na relação com outras afirmações sobre a identidade, por meio de uma rede oculta de negações sobre (outras) identidades: “[...] assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2009, p. 75). Hall (2006) assevera que é pela relação estabelecida com o “exterior constituinte”, com o “Outro”, que a identidade pode ser construída.

Nesse processo de (re)afirmação, construção das identidades, Woodward (2009) afirma que os “símbolos” também são maneiras de caracterizá-las; as roupas, os acessórios, os mais diferentes objetos podem estabelecer uma associação a identidade. Portanto, a identidade seria o fruto das dimensões “simbólica”, “social” e “material”:

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais (WOODWARD, 2009, p. 14).

Tais símbolos, conforme Woodward (2009), são instrumentos de classificação, de diferenciação, demarcando como as identidades são e precisam ser divididas: emerge uma oposição entre “nós e eles”. Portanto, no processo da identidade se (re)afirmar por aquilo que é – paralelamente, pelo que não é –, acaba por ocultar, rechaçar, silenciar tantas outras diferenças que não “cabem” naquele momento. Para a autora, por compreender as identidades como não unificadas, é que se pode observar divergências entre o que se passa no nível coletivo e no nível individual.

Caminhamos, assim, para o quarto descentramento, fruto das questões e reflexões feitas pelo filósofo francês Michel Foucault sobre sujeito e identidade, numa concepção arqueogenealógica (HALL, 2006). Detendo-se mais fortemente no projeto genealógico empreendido por Foucault, Hall (2006) rememora as discussões travadas pelo filósofo a respeito da noção de “poder disciplinar”; exercício que teve vigência durante o século XIX, com o ápice no início do século XX. Tal poder procuraria regular, vigiar o governo da espécie humana, da população, do indivíduo e do corpo, sendo exercido por instituições que policiam

e disciplinam as sociedades modernas (como a escola, o hospital, as clínicas, as oficinas, etc.), e procuram manter as atividades, os desejos, os prazeres dos indivíduos, a saúde física e moral, sob controle e disciplina, amparando-se nas áreas/disciplinas especializadas e no conhecimento das ciências sociais (HALL, 2006). A disciplina busca sobretudo tonar os corpos produtivos e dóceis, ao aplicar neles um saber que “individualiza”, categoriza o sujeito e seu corpo. Hall (2006) expõe que nos regimes disciplinares estudados por Foucault reside o paradoxo de que quanto mais coletivas e organizadas são as instituições, maior será o isolamento, a individualização e a vigilância do sujeito individual.

Frente ao poder disciplinar, que almeja a disciplina e a produtividade gerada pelos e nos corpos, importa ressaltar outras formas de exercício do poder que o confrontam, que não o assimilam passivamente. Gregolin (2003) chama a atenção para a necessidade de ao se estudar a “disciplinarização”, refletir que não se pode tomar os indivíduos como autômatos, que aceitam passivamente todas as determinações do poder. Por mais que exista a sociedade que procure o ajustamento controlado, racional e econômico, entre as redes de comunicações, nos jogos das relações de poder, etc., a resistência sempre se encontra presente. É a arena de lutas e embates entre diferentes exercícios de poder que promove a movência da História: se assim não fosse, poder-se-ia decretar seu fim. Destarte, como assente Gregolin (2003), Foucault trabalha com a concepção de um poder que não é centralizado, fixo, detido por um único sujeito ou instituição, mas que é transitório e circular; nos jogos de significação, fissuras e brechas permite ao corpo docilizado resistir, libertar-se.

O feminismo será o responsável pelo quinto descentramento, nos campos da crítica teórica e do movimento social (HALL, 2006). Originário da década de 1960, quando proliferaram os movimentos sociais (estudantil, em prol da paz, antibelicista etc.) que fizeram surgir a “política de identidade” (uma política para cada movimento), o feminismo se marcou fortemente com o descentramento do sujeito cartesiano e sociológico. De acordo com Hall (2006), foram colocados em suspenso a distinção clássica entre o “público” e o “privado”, o “dentro” e o “fora”, as novas áreas da vida social, como família, sexualidade, divisão doméstica do trabalho, etc.; e a politização da subjetividade, da identidade e do processo de identificação. O autor assevera que o feminismo promoveu a reflexão de como os sujeitos são formados e produzidos como sujeitos generificados, e, neste esteio, encampou a luta pela posição social das mulheres, embarcando questões ligadas às identidades sexuais e de gênero.

A partir das reflexões promovidas pelos cinco descentramentos abordados nesta tese, podemos observar como a identidade está intimamente ligada à História, em um processo constante de se constituir *com, pela e na* diferença, e destas com a noção de representação.

Woodward (2009) expõe que na relação estabelecida entre cultura e significado, este tem de ser compreendido num sistema de representação que aponte para quais “posições-de-sujeito” é produzido e como os sujeitos podem ser posicionados em seu interior. Trata-se de observar como são produzidas identidades por tais sistemas de representação: “[...] a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeitos” (WOODWARD, 2009, p. 17).

Woodward (2009) explicita que, nessa engenharia de as representações produzirem significados, estes são os responsáveis por dar sentido a experiência dos sujeitos, aquilo que são. Assim, a autora explicita que a representação é o resultado dos processos culturais, gerando identidades individuais ou coletivas, nos quais, os sistemas simbólicos, estrutura de tal representação, buscam responder questões como “Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2009, p. 17)⁹. Neste processo, expõe Woodward (2009), os sujeitos se posicionam em lugares (nos quais podem falar e se identificar) construídos pelos discursos e pelos sistemas de representação; ainda, asseveramos, que os sujeitos são também posicionados e falados pelos discursos. Os discursos dos historiadores, *corpus* desta pesquisa, tomam os jornalistas como objetos de seu discurso e, neste processo, subjetivam-lhes, determinando o “que é o jornalista”, “o que pode ser”, “quem pode ser”, “o que preciso fazer para ser jornalista”, “quem não é jornalista”, demarcando posições a serem ocupadas pelos sujeitos sociais.

O processo de construção identitário, segundo Woodward (2009), comporta também o processo de “identificação”: os sujeitos se identificam com os outros, seja pelas similaridades, seja pela falta de uma consciência da diferença e/ou separação. A identificação é operacionalizada dentro dos Estudos Culturais, que procuram expor como a mídia, por exemplo, promove a circulação de desejos inconscientes relativos a pessoas ou a imagens, para que os receptores possam se reconhecer em tais imagens e personagens, aproximando-se das suas formas de vivência.

Neste cenário, é preciso refletir sobre como o poder da representação e identificação, para assim existirem e se constituírem, sobrepõem-se a tantos outros, por vezes, negando-lhes a existência (Woodward, 2009). Estabelecendo pontos de contato com o pensamento genealógico foucaultiano, Woodward (2009) afirma que “[...] todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2009, p. 18). Os exercícios de poder

⁹ Para Pêcheux (1995), as respostas a tais questões residiriam em num campo ilusório, imaginário

constroem saberes em diferentes campos e áreas, determinando o que pode ser aceito, considerado verdadeiro; desta maneira, as identidades também são fruto do discurso (mobilização dos campos de saber e poder) e passam a determinar, classificar, caracterizar, negar os sujeitos. Em um campo de tantas identidades possíveis, nem todas são ofertadas ou validadas pelos discursos: há sempre uma determinação do que é possível “ser”. Silva (2009) assente que a identidade surge da relação social e que sua definição – tanto a discursiva como a linguística – está sujeita às relações de força, às relações de poder: “[...] elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2009, p. 81).

Se recursos simbólicos e materiais da sociedade são mobilizados para caracterizar e erigir identidades, Silva (2009) afirma que não é possível compreendê-la senão dentro de uma grande disputa, promovida pelas relações de/entre poder e saber. Para o autor, a identidade e a diferença nunca são inocentes, pois se ela é uma forma de caracterização e classificação, a diferenciação como fruto do poder sempre se faz presente; o poder exercido *pelos* e *nas* identidades estão sempre incluindo/excluindo, demarcando fronteiras, territórios, corpos, sexualidade, classificando e normatizando os sujeitos. Próximo das reflexões de Foucault (2008b), Silva também assente sobre as possibilidades de resistência pelos sujeitos, ao argumentar a existência de um duplo movimento oscilante na produção de identidades: aquele que tenta fixá-las e estabilizá-las, e outro que procura subvertê-las e desestabilizá-las. Ainda que a identidade se direcione para a estabilização, uma vez sendo construída *na* e *pela* linguagem, há sempre possibilidades de escapar, resistir, ser uma outra.

É dentro dos “campos sociais”, termo utilizado por Pierre Bourdieu (1984)¹⁰, citado por Woodward (2009), para caracterizar lugares como a família, escola, partidos políticos, etc., que os sujeitos estão imersos; nesses campos, os sujeitos podem exercer diferentes papéis, utilizando um conjunto de recursos simbólicos. Assim, nos diferentes contextos sociais, é possível observar diferentes significados sociais: “[...] em um certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2009, p. 30).

Sendo assim, por meio de áreas como a sexualidade, o gênero, a raça, a etnia etc., os sujeitos se tornam objetos e sujeitos ao discurso; essas áreas surgem como novas formas de identificação, e estruturas identitárias antes tão rígidas começam a adquirir um caráter móvel, intercambiável, fragmentado (WOODWARD, 2009). Segundo Woodward (2009), a

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: MA, Harvard University Press, 1984.

complexidade da vida moderna exige que os sujeitos assumam (complementamos afirmando que também lhes são impingidas) diferentes identidades, muitas vezes em conflito entre si.

Caminha-se, assim, para uma diferenciação entre os termos “identidade” e “subjetividade”, embora muitas vezes sejam usados de forma intercambiável, como aponta Woodward (2008). Para a autora, a “subjetividade” se refere ao que é próprio do/ao sujeito, abarcando pensamentos e emoções conscientes e inconscientes e constituindo a concepção de quem o sujeito é. As subjetividades são vivenciadas e construídas em um contexto social no qual linguagem e cultura significam a experiência dos sujeitos, levando-os a estabelecer quem eles são e no qual eles adotam suas identidades: “[...] quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos” (WOODWARD, 2009, p. 55).

Na ponderação de Silva (2009), o processo de compreender as identidades pressupõe que elas não devem ser tomadas como coisas prontas, “já-ai”, uma vez que são o resultado de um mundo cultural e social. As identidades são criações dos próprios sujeitos e, portanto, criações histórico-sociais e culturais. Segundo o autor, a identidade e a diferença são atos de criação linguística, fruto de um processo simbólico e discursivo; como ratifica Woodward (2009), os sujeitos se constituem e são constituídos *pelo e no* discurso. A autora reflete que os sujeitos estão submetidos ao discurso, devendo eles próprios assumi-lo, posicionando-se a si próprios e sendo posicionados; nesse jogo de assumir e de se identificar que os sujeitos podem constituir suas identidades. Em nosso estudo, compreendemos que as representações e as identidades são construídas pelos discursos, sendo os sujeitos objetos dessas práticas de subjetivação; todavia, nesse processo, refletimos que os sujeitos nem sempre são “convidados” a se posicionarem, há determinações históricas que impõem aos sujeitos aquilo que “devem” ser e exercer e que a necessidade do “posicionar” é um efeito do exercício do poder identitário. Retomando Fernandes e Alves Júnior (2008), podemos asseverar que o sujeito está imerso num processo constante de subjetivação, que lhe constrói identidades por vezes *impossíveis*, as quais pode exercer resistência.

Dentro dessa perspectiva de compreender a identidade como resultado de práticas discursivas, como propõe Foucault, é que Hall (2009) explicita a necessidade de reforçar a importância da “teoria do discurso” para desvendar a identidade; é preciso estabelecer uma relação entre os sujeitos e as práticas discursivas, observando como a identificação implica um processo de subjetivação e a política de exclusão promovida por tal subjetivação:

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2009, p. 109)

Compreendida como resultado e uma forma de exercício de poder é que a identidade se liga com a marcação da diferença e da exclusão. De acordo com Hall (2009), nos estudos sobre a identidade, esta não deve ser tomada aquilo que tudo inclui, que agrega, inteira, mas como algo que divide, segrega, exclui, que transforma o diferente em “exterior”. A partir de Laclau¹¹ (1990), Hall (2009) explicita como toda construção de uma identidade é um ato de poder e que sua (re)afirmação depende da repressão do que é diferente, daquilo que ameaça.

Se nesta tese nos valem do viés discursivo de identidade, é porque a tomamos como ponto de encontro entre discursos e práticas que interpelam os sujeitos, que falam neles, que os convocam a assumir algum lugar como sujeitos de um discurso particular e dos processos produtores de subjetividade, os quais constroem sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2009). Na articulação, na relação entre sujeito e discurso é que a identidade se faz presente, não como algo pronto, acabado no mundo, a espera de um sujeito capaz de encontrá-la e se apropriar dela. Pela identidade, o indivíduo pode ocupar diferentes posições-de-sujeito, mas também são construídas posições específicas que eles “devem” ocupar. Portanto, instrumento relacional, tensionamento entre sujeito-discurso-história, a identidade é fruto dos saberes existentes em uma época e os exercícios de poder inerentes a tais saberes (da mesma forma, dos exercícios de poder que promovem dados campos *do* e *para* o saber), liga-se a normatividade e as formas de subjetividade. É assim que os indivíduos são levados, por meio do discurso, a exercer sobre si, mas também sobre os outros, diferentes formas de se constituir e reconhecer-se como sujeito:

[...] há a produção do eu como um objeto do mundo, as práticas de autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com os constrangimentos das regras sem os quais nenhuma subjetivação é produzida (HALL, 2009, p. 125)

Dentro dessa perspectiva é que Gregolin (2003) assevera como na sociedade contemporânea as lutas discursivas giram em torno da questão da busca da identidade, tema recorrente em Foucault. Se a princípio estes estudos podem indicar a necessidade de recusar as abstrações, a violência do Estado econômico e ideológico que não reconhece os indivíduos, à inquisição científica e administrativa que determina a identidade dos sujeitos, é por acreditar

¹¹ LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. Londres: Verso, 1990.

na necessidade de os sujeitos serem considerados em sua especificidade, na dimensão ética e estética de sua existência, como única e singular, não capaz de ser resumida e agregada em uma “identidade”. O motivo de tais lutas, como aponta Gregolin (2003), nada mais é que o exercício do poder sobre a vida cotidiana.

Sendo assim, Navarro (2008) expõe a necessidade de teorizar o poder, como proposto nos trabalhos de Foucault, justamente pela relação indissociável que estabelece com os saberes, com os sujeitos e a sociedade. Pelo poder é que os indivíduos são classificados, designados por sua própria individualidade, unidos pela identidade; é pelo poder, também, que pode ser erigido o que “verdadeiro” no próprio exercício de se reconhecer “sujeito”, bem como nas formas como o “outro” deve reconhecê-lo: “[...] é uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos” (GREGOLIN, 2003, p.102). Navarro (2008) ressalta, então, a necessidade de se analisar a identidade como produto das práticas discursivas que objetivam e subjetivam os sujeitos, que constroem lugares de (in)coerência para o exercício da vida cotidiana, que impingem “efeitos de verdade” a partir dos quais os sujeitos (não) se reconhecem, bem como os outros: trata-se do exercício pelo governo de si e sobre o outro. Desta forma, em nossa tese, não nos importamos pelas formas como os sujeitos constroem lugares de existência para si (apesar de reconhecermos a importância desse empreendimento, também realizado por Foucault), possibilidades de ser sujeito na sociedade, mas, como pelo discurso do outro, especificamente o discurso sobre a história da imprensa no Brasil, podemos observar como são exercidos os poderes identitários sobre o sujeito jornalista e como esses processos de (re)construção das identidades *pelos* e *nos* discursos não são estáticos, equivalentes em todas as épocas e, sobretudo, como há também o exercício da resistência. Como propõe Fernandes e Alves Júnior (2008), buscamos trabalhar com os indivíduos na condição de sujeito que ocupa um lugar heterogêneo e cambiante no discurso, constituído pela existência de diferentes campos do saber, que lhe permitem subjetivar-se e ser subjetivado como sujeito de uma identidade específica.

Nas lutas de construção de identidade, Gregolin (2003) sinaliza especialmente três tipos: 1) as de oposição a toda e qualquer forma de dominação (étnica, social e religiosa); 2) aquelas que denunciam as formas de exploração responsáveis por separar os indivíduos daquilo que produzem; 3) as que confrontam as forças que buscam a submissão dos indivíduos a si mesmos e aos outros (são contra a sujeição, as diversas formas de subjetividade e de submissão).

Por conta dessas reflexões é que pode-se dizer que: “[...] para Foucault, o problema – ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico – que se nos coloca atualmente não é o de

tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador (GREGOLIN, 2003, p. 103).

Tais práticas identitárias culminam no processo de subjetivação que o próprio sujeito exerce sobre si, numa espécie de dobra: voltar-se a si. Há, neste esteio, o poder exercido pelas práticas discursivas que buscam impor determinadas “formas” e “maneiras” de/para o ser, a fim de que o sujeito, pelo processo de identificação, construa-se por meio das identidades para ele criadas e ofertadas. Caminhamos no fim desta seção em direção a compreensão de como os sujeitos histórico-sociais se constituem inevitavelmente nessa construção e relação com o “outro” e, a partir dessas reflexões sobre a identidade, podemos, na próxima seção, realizar nosso gesto analítico-discursivo sobre nosso *corpus*, buscando compreender como no discurso da história da imprensa no Brasil vão se construindo identidades *impossíveis* para o sujeito jornalista:

Mas o duplo nunca é uma projeção do interior; pelo contrário, é uma interiorização do fora. Não é um desdobramento do UM, mas uma reduplicação do Outro. Não é uma reprodução do MESMO, é uma repetição do Diferente. Não é a emanção de um EU, é a colocação em imanência de um sempre outro ou de um Não-eu. Nunca é o outro que é um duplo, na reduplicação, sou eu que me vejo como o duplo do outro: não me encontro no exterior, encontro o outro em mim (“trata-se de mostrar como é que o Outro, o Distante é também o mais Próximo e o Mesmo”) (DELEUZE, 1986, p.132)

5 NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO/DO BRASIL, O JORNALISTA

“Falo da verdade, procuro ver como se atam, em torno dos discursos considerados como verdadeiros, os efeitos de poder específicos, mas meu verdadeiro problema, no fundo, é o de forjar instrumentos de análise, de ação política e de intervenção política sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos” (FOUCAULT, 2010, p. 240).

Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por oito votos a um que o diploma de jornalismo, exigência regulada por um decreto Lei de 1969, não era mais requisito obrigatório para o exercício da profissão de jornalista. A votação foi acompanhada por toda a sociedade, principalmente pela categoria que há anos observava correr na esfera jurídica a decisão sobre quem poderia exercer a atividade. Mais uma vez, observava-se a regulação do que é possível “ser” e “fazer” por meio do discurso; uma materialização da compreensão de Foucault (2008b) de que os sujeitos, os acontecimentos, a história existem *pela e na* linguagem: é por meio das práticas discursivas que o homem se constitui, mas também é constituído. Mais particularmente, asseveramos como a governamentalidade ainda na contemporaneidade é exercida fortemente sobre os sujeitos pelo Estado e outras instituições e áreas como a Justiça, a escola, a Medicina etc., que determinam formas (im)possíveis de existência para os sujeitos na sociedade, classificando o que é “verdadeiro” e o que é “falso”, regulando a vida social na busca pela produtividade, pela normatização, pelo adestramento do que pode e deve ser dito e feito.

Assim, quando nos deparamos com um acontecimento discursivo como este – uma vez que irrompe no instante, surge como uma ruptura nas práticas e discursos até então vigentes, possibilita uma movência nos campos do saber e do poder –, questionamo-nos como o mesmo foi possível, como se constituiu aos poucos um campo de emergência para esse discurso, quais são as contradições que o constitui ao longo da história. É essa inquietação que nos move nesta tese a compreender como, ao longo da história da imprensa no Brasil, vai se constituindo o “sujeito-jornalista”; de que modo jogos enunciativos são operacionalizados em diferentes campos, vão sendo forjadas identidades para o jornalista.

Trilhar esse caminho, buscando compreender como práticas discursivas objetivam e subjetivam o sujeito jornalista, é empreender uma análise que vê o sujeito atravessado e constituído *pela e na* história. Quem pode ser jornalista? O que faz de alguém um sujeito-jornalista? O que é preciso fazer na contemporaneidade para ser considerado jornalista: quais

são suas funções, seus ideais, suas lutas, sua(s) identidade(s)? Não há como problematizar tais questionamentos se não nos voltarmos à história, buscando analisar como vão se constituindo redes de significação sobre a atividade jornalística. É interrogar a história, considerando suas múltiplas temporalidades, constituída de aproximações e distanciamentos, movências, silenciamentos. E, como propõe Foucault (2008a), estudar e compreender a história só se faz possível a partir de uma materialidade, ou seja, daquilo que os homens dizem e fazem.

Desta forma, buscamos compreender como vão sendo constituídas identidade(s) (im)possíveis para o sujeito jornalista nos debruçando sobre o discurso acerca da história da imprensa no Brasil materializado em livros quem têm claramente a missão de (re)constituir tal história. Ou seja, a partir desses enunciados que procuram recontar a história da imprensa no país, que nos aventuramos em observar, a partir de regularidades discursivas presentes na atividade linguageira, como o sujeito jornalista é tomado como objeto do discurso e, conseqüentemente, é subjetivado por meio de práticas discursivas que lhe delineiam identidade(s). Trata-se, então, de analisar como, a partir do discurso do outro, o sujeito-jornalista vai sendo construído e governado, uma vez que lhe são delineadas formas possíveis de existência e do exercício da profissão.

Para tanto, tomamos como *corpus* de nosso empreendimento de análise dois livros chave que tratam sobre a história da imprensa no Brasil, de presença recorrente nos Planos de Ensino de disciplinas sobre a história do jornalismo em diferentes instituições de ensino superior do país: *História da imprensa no Brasil* (1999), de Nelson Werneck Sodré, e *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira, volume 1* (2009), de Benedito Juarez Bahia. Salientamos que, no imenso arquivo existente sobre a história da imprensa brasileira, foi preciso realizar esse recorte a fim de que a atividade analítica fosse produtiva justamente por considerar oportuno que cada material tomado como *corpus* tivesse a devida atenção. Sobremaneira, não se nega que outros dizeres também ecoam e colaboram para se compreender, a partir dos discursos, como se desenvolveu e se constituiu a imprensa no nosso país, bem como o exercício do jornalismo.

Sendo assim, ressalta-se a necessidade de conhecer um pouco a vida dos dois historiadores, por acreditarmos constituir um elemento das condições de produção dos discursos proferidos; não para determo-nos no sujeito individual, biológico, mas para observar como a vida dos autores pode ser um campo de emergências para as posições sujeito ocupadas nos discursos. De acordo com o Ipea (2011), a vida de Nelson Werneck Sodré se marca por contradições, conjugando o militar, o comunista e o marxista; o autor publicou dezenas de livros, principalmente buscando compreender a história do Brasil, sendo obras de referência

para diferentes pesquisadores e estudiosos do Brasil. Nascido em 27 de abril de 1911, no Rio de Janeiro, Sodré chegou a exercer o posto de general-de-brigada no Exército, bem como as funções de sociólogo e historiador de orientação marxista, além de crítico literário (considera-se profissional da imprensa) (IPEA, 2011). Conforme informações do IPEA (2011), o historiador atuou na fundação e consolidação do Instituto de Estudos Brasileiros; entre seus principais títulos estão *História da Imprensa no Brasil* (objeto de estudo desta tese), *História da Literatura Brasileira* e *História Militar do Brasil*:

Em sua tentativa de compreender os processos históricos que deram origem às diversas classes sociais brasileiras, em especial à burguesia nacional e suas relações com as demais classes, Sodré se apoia na visão econômica de tradição marxista, utilizando a categoria modo de produção como base da análise. Tanto sua linha de pesquisa, quanto as ações políticas aproximam-se do comunismo. [...] Em paralelo aos estudos e publicações, até o início da década de 1950, Nelson Werneck Sodré traçava sua carreira militar: chegou a ser instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde lecionava História Militar. Em 1951 foi desligado da Escola devido às posições políticas que assumiu publicamente – desde o início aliou-se à esquerda militar [...] (IPEA, 2011, s/p).

Nelson Werneck Sodré chegou a ser promovido, em agosto de 1961, ao cargo de coronel, considerado o último posto da carreira no Exército. Em 1964, duas semanas após o golpe, o historiador – como ocorreu com dezenas de brasileiros – teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar. De acordo com o Ipea (2011), tal ação se amplia para além de um objetivo político-eleitoral, uma vez que posteriormente Sodré foi impedido de escrever para a imprensa e de lecionar. O autor morreu em 1999, em Itu, São Paulo.

Já Benedito Juarez Bahia nasceu em 18 de novembro de 1930, na cidade de Cachoeira (Bahia). Ainda criança chegou a se mudar para Santos, litoral de São Paulo, mas regressou à Bahia, especificamente Feira de Santana, com 12 anos. Conforme informações do Museu de Arte Contemporânea (MAC, 2015), é em Feira de Santana que Bahia trilha os primeiros passos na “sua grande paixão”, o jornalismo. Com 15 anos, já era considerado um jornalista, trabalhando no jornal *Folha do Norte*. Posteriormente, escreveu para o periódico *A Tribuna*, onde pode desenvolver a carreira como repórter e jornalista premiado: “Juarez Bahia sempre se caracterizou pela modéstia. Mas cultivou um projeto ambicioso: tornar-se um profissional de imprensa reconhecido pela sua corporação profissional” (MAC, 2015, s/p).

Informações do MAC (2015) expõem que Bahia frequentou o curso de Jornalismo, fundado na década de 1950, pela instituição acadêmica santista que, posteriormente, seria denominada Universidade Católica de Santos. O autor se firmou, então, como jornalista

reconhecido de grande vivência em redações de jornais e revistas. Bahia, logo após se formar, lecionou na instituição em que cursou e, anos depois, na Faculdade de Jornalismo "Casper Líbero", de São Paulo. Criada a Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), foi convidado também para lecionar no curso de Jornalismo, onde desenvolveu a “primeira revista-laboratório do país”, intitulada *K-Comunicação*. Conforme MAC (2015), como na época existiam poucas publicações teóricas da área, Bahia decidiu transformar as aulas em textos didáticos, publicando vários livros que davam conta da história e técnica da profissão. Entre seus títulos, estão: *Três fases da imprensa brasileira* (1960); *Jornal, História e Técnica* (1964) e *Jornalismo, Informação e Comunicação* (1971). Após, ele compilou vários conhecimentos em um manual com o mesmo título do seu livro anterior: *Jornal, História e Técnica* (1990).

Durante a ditadura militar, Bahia trabalhou no jornal *A Tribuna*, de Santos, bem como atuou como chefe do gabinete do prefeito da cidade, José Gomes. À época, em março de 1964, chegou a ser preso quando acompanhava Francisco Prado a Brasília, onde o amigo dele receberia informações do cargo que ocuparia. De acordo com o MAC (2015), o autor viveu o período de repressão sob um clima de medo e vigilância constante sobre seu trabalho. Durante sua produtiva atividade jornalística, Bahia passou por veículos como *Jornal do Brasil*, *Fundação Padre Anchieta*, mantenedora da *TV Cultura*, bem como atuou como correspondente internacional, trabalhando em países como Portugal, Espanha, China, Estados Unidos, colaborando para jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e para a revista *Visão* (MAC, 2015). O professor e jornalista morreu no Rio de Janeiro (RJ), em janeiro de 1998, com 67 anos de idade, vítima de uma embolia pulmonar.

Conhecidas as vidas dos autores das obras analisadas, ainda que minimamente, ressaltamos que no processo analítico realizado nesta tese, os dois livros serão utilizados, concomitantemente, em dois cenários. O primeiro, para resgatar a constituição histórica da imprensa no Brasil como uma pesquisa bibliográfica, documental – sem pretensões de esgotá-la, dada à impossibilidade inerente de apropriação da história em sua totalidade, e também por não ser esta a finalidade almejada, mas caminho para a análise discursiva – para que os traços desse delineamento possam ser compreensíveis e sabidos por todos aqueles que tiverem acesso a esta pesquisa. Proceder à análise sem a construção desse percurso é pouco produtivo, por acreditarmos que a aquela é fruto *da* e *à* história – ainda que a história (re)construída pelos discursos da própria análise – , sendo, então, a história essencial para os desenvolvimentos/gestos analíticos engendrados. O segundo, relacionado à problemática da pesquisa, é resgatar os dois livros como *corpus* de análise, para no percurso em que recontam

a história *pelo e no* discurso – movimento primeiro descrito e defendido anteriormente – ser possível levantar marcas que apontam para a construção de uma(s) identidade(s) para o jornalista no (dis)curso da história; ou seja, como o sujeito jornalista vai sendo construído, delineado, formatado nos discursos analisados. Sendo assim, explicitamos que esses dois caminhos – o de descrever e (re)contar a história erigida no próprio corpus de análise e o de analisar nesses mesmos discursos o jornalista tomado como objeto, subjetivado por práticas discursivas – ocorrem paralelamente no transcorrer do percurso analítico, justamente por conta e a partir do olhar de analista do discurso aqui proposto se mostrar uma possibilidade metodológica justificável e produtiva em tornar inteligível o próprio *corpus* e a análise.

Nesse processo de compreender como os discursos regulam o sujeito, aventuramo-nos também em descrever brevemente um pouco a história da imprensa em Portugal, país que está intimamente ligado à nossa história, e cujos reflexos na construção discursiva também são operados, silenciados, mobilizados na história do jornalismo brasileiro. Sobremaneira, ressaltamos que essa “aventura histórica” não é feita à guisa de um procedimento analítico discursivo – empreendido em gesto de descrição e interpretação – tal como o que é operacionalizado nesta tese para compreender o discurso da história da imprensa no Brasil, uma vez que não é o foco e objeto específico do empreendimento analítico proposto. O anseio é, antes e primeiro, compreender a história da imprensa dos portugueses – considerando ter sido nosso país colônia e, também, sede do governo de Portugal – para, neste processo, observar como as formas de regulação dos discursos em funcionamento na imprensa brasileira talvez reproduzam e, por que não, subverteram as operacionalizadas lá.

5.1 DE PORTUGAL AO BRASIL DE 1808: UM (BREVE) PASSEIO PELO FIO DO DISCURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA PORTUGUESA

Buscamos neste estudo nos debruçar um pouco sobre a história da imprensa em Portugal, sobretudo no período que compreende entre 1400 e o início dos anos 1800, quando da instalação da Imprensa Régia no Brasil (1808), no anseio de investigar como se constroem a(s) identidade(s) do jornalista ao longo da história da imprensa em terras portuguesas para, então, a par desse panorama compreender como se iniciava a imprensa oficial em solo brasileiro e, conseqüentemente, a atividade do jornalista no/do Brasil. Para tanto, tomamos como materialidade o livro do historiador José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865* – material (re)conhecido e considerando de referência pelas Escolas de Comunicação portuguesas ao tratar da história do jornalismo em Portugal –, bem

como algumas reflexões do artigo de Jorge Pedro Sousa intitulado *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974* (2008).

Ao longo dessa trajetória de a imprensa portuguesa existir e se firmar, como pondera Cádima (2013), houve forças de censura que buscaram interditar dizeres, colocando em circulação outros possíveis; da mesma forma, não foram diferentes os movimentos de resistência que buscaram se desvencilhar das amarras do poder repressor que diz “não”, por meio de brechas no próprio discurso, nas suas formas de circulação, no anseio do homem de resistir aquilo que o oprime.

Conforme Tengarrinha (2013), no final do século XVI, começam a surgir em Portugal papéis informativos avulsos, considerados pelo autor precursores dos folhetos em forma de gazeta, que tratavam tanto do comércio – tais como as folhas noticiosas manuscritas (consideradas os primeiros instrumentos formais de informação) difundidas no Egito, China, Roma – quanto de grandes acontecimentos que envolviam o próprio país, como os estrangeiros, a respeito de lutas, catástrofes, questões políticas etc. O pesquisador expõe que esses informativos manuscritos se materializaram em duas formas diferentes, em relação às suas características, modo de produção e alcance, tendo coexistido até o século XVIII: as folhas avulsas e os folhetos.

É nessa busca pela diferenciação, conforme Tengarrinha (2013), que subjaz uma característica importante do jornalismo que ecoa até nossos tempos, especificidade importante para nosso estudo. As folhas avulsas eram construídas com informações buscadas junto às pessoas próximas ao redator ou àquelas que se colocam à disposição, mas também das folhas de outros países e de rumores. Por conta desse último tipo de “fonte”, as folhas muitas vezes tratavam erroneamente certos acontecimentos, caíam em falsidades, sendo questionadas quanto à sua credibilidade. Tal questionamento acaba por recair também sobre os folhetos, que, assim, desde o seu início se viram na necessidade de se (a)firmarem como idôneo e declararem a oficialidade das fontes utilizadas. Nesse sentido, o autor cita um trecho do Antelóquio do *Folheto de Lisboa*, no qual Luís Montez Matoso afirma que o folheto publicará somente notícias “[...] que soubermos ou pela experiência ocular ou pela fidelidade das pessoas com que correspondemos das províncias deste Reino, e com tudo nos prezaremos de que não sejam apócrifas, mas que em todo o tempo tenham a fé que se acredita a verdadeira história” (TENGARRINHA, 2013, p.45).

Observa-se, nesse sentido, um pré-construído já funcionando a respeito do que caracteriza a notícia e, conseqüentemente, o ofício daquele que a redige e publica. Cabe ao seu produtor zelar pela fidedignidade dos fatos, a partir da seleção de fontes críveis e

respeitáveis. Acredita-se numa história “verdadeira” – em oposição aquela “falsa” – capaz de ser (re)tratada fielmente: pelo discurso, seria possível tratar da história, construída a partir de fatos de única significação. Para alcançar esse sentido “verdadeiro” sobre a história, ressalta-se a necessidade da seleção criteriosa das fontes utilizadas para a produção da notícia. Quanto a isso, acreditamos ser produtivo trazer a reflexão de Michel Foucault quando trata a noção de história, em que estabelece uma distinção entre a concepção clássica de história, a “história global”, e a que chama de “história geral”. Tal divisão se ancora na pluralidade de historicidade, na descontinuidade, no descentramento do sujeito e no monumento (NAVARRO, 2008). A ruptura que Foucault (2008a) instaura na análise tradicional da história (global) baseia-se na oposição aos longos períodos e nos equilíbrios estáveis, difíceis de romper, como as “épocas” e os “séculos”. Enquanto a história globalizante procura reconstruir o rosto de uma sociedade com base em uma única forma de historicidade, a “história geral”, como ressalta o filósofo, busca interrupções de posição e natureza diversas nas continuidades do pensamento, da história, da ciência; não mais o fundamento perpetuador por meio de encadeamentos e sequências imprescindíveis entre os acontecimentos, mas as séries, os deslocamentos, as transformações responsáveis pela fundação e renovação dos fundamentos. Sobremaneira, os discursos colocados em circulação muitas vezes tomam a história a partir da noção global, como se houvesse uma única história possível a ser legitimada.

De acordo com Tengarrinha (2013), os “folhetos noticiosos em forma de gazeta” não se podem confundir com as “gazetas”. Estas, de acordo com o autor, são publicações impressas que, por conta desta natureza e por exigirem conseqüentemente mais recursos humanos e materiais, não sofrem de limitação quanto ao número de exemplares, possibilitando uma divulgação e comercialização públicas em muitas praças, para além dos compradores fiéis. Um exemplo de gazeta foi a *Gazeta de Lisboa* (1715), que chegando a diferentes praças, possibilitou a criação de um espaço público mediatizado, mas ainda sem a presença do confronto de ideias, principalmente, pois estabelecia relações institucionalizadas com o poder, responsável por fornecer concessões de licença para sua existência. Esta relação ao passo em que minava a liberdade e autonomia da publicação, garantia à mesma estabilidade empresarial, privilégio na obtenção de informações sobre o governo e de publicações estrangeiras – fornecidas pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, presença com pontos de venda e correspondentes ao longo de todo o país. Esta rede, conforme Tengarrinha (2013), foi crucial para estabelecer uma relação entre as cidades e o País, contribuindo para a formação de um “espírito nacional”.

Todavia, os folhetos que corriam juntamente com a *Gazeta* gozavam de boa aceitação, principalmente por fatores como a não dependência do governo, incluindo a não sujeição às atividades censórias (resultando na publicação de informações com maior liberdade sobre a sociedade, a política, além de, às vezes, antecipar-se na divulgação da informação) (TENGARRINHA, 2013). A respeito dessa censura que existia em Portugal desde muito tempo, Cádima (2013, p.108) expõe: “Portugal, em matéria de censura e inquisição, parecia querer ser mais papista que o próprio Papa. Aliás, praticamente ao longo de toda a segunda metade do século XVI, Portugal foi muito provavelmente o país católico mais persecutório e inquisitorial, o mais intolerante contra a heresia e a ‘imoralidade literária’”. Mesmo tentando burlar a censura, conforme Tengarrinha (2013), o estilo dos folhetos também eram mais coloridos e leves, custavam preço menor, levando-os a coexistirem com as gazetas, sem serem efetivamente seus competidores, uma vez que se complementavam no tipo e no modo com os quais apresentavam a informação ao público.

Saindo das publicações manuscritas, de acordo com Cádima (2013), a imprensa surgiu em Portugal no reinado de D. João II, sendo o Pentateuco o primeiro livro impresso, ainda que em hebraico, em uma prensa tipográfica no país, no ano de 1487, em Faro. A primeira obra impressa em língua portuguesa foi uma obra de catecismo católico, o “Sacramental”, do clérigo Clemente Sánchez de Vercial, em 1488, que versava sobre a vida cotidiana no período medieval (CÁDIMA, 2013). Segundo o autor, é no século XIV que se estabelece mais fortemente o regime censório em toda a Europa cristã, período em que, a pedido do papa Leão, D. Manuel expulsa os judeus de Portugal e combate todos os textos luteranos ou outros de visão contrária à Igreja Católica.

A respeito do jornalismo/jornalista serem sinônimos da busca pela “verdade”, no final do século XV, também circularam em países europeus folhas noticiosas impressas não-periódicas, chamadas de “folhas volantes” e, especificamente, em Portugal de “relações”. Tratava-se de folhetos esporádicos, publicados geralmente para tratar de um único acontecimento e, em grande medida, com certo tom sensacionalista (TENGARRINHA, 2013). De acordo com Sousa (2008), a primeira relação de notícias impressas de Portugal – entre aquelas que sobreviveram – foi a “Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626”, escrita por Manuel Severim de Faria, e publicada em 1626, em Lisboa, e reimpressa posteriormente em Braga, em 1627. Sousa (2008) expõe que Tengarrinha (1989) não considera ser esta relação o primeiro periódico português, pois, como só foi publicado dois números, não atende a pelo menos dois critérios básicos de um periódico “continuidade” e

“encadeamento”. Tengarrinha (2013) prefere incluí-la na categoria de “impressos noticiosos”, numa espécie de transição das relações para os jornais.

Tengarrinha (2013) ressalta que muitas “folhas volantes” também eram questionadas quanto ao exercício sério do jornalismo, necessitando muitas delas (re)afirmarem o comprometimento com a verdade, na busca por fontes confiáveis:

Cada uma delas limitava-se a descrever, normalmente sem comentários nem interpretações, um único acontecimento, com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade, o que foi motivo de crítica no tempo. Para contrariar esta suspeição e tentar conferir-lhes maior credibilidade, algumas relações desde logo afirmavam ter recebido a informação de ‘pessoa certa, segura e honesta’ (TENGARRINHA, 2013, p.37).

Conforme Tengarrinha (2013), com o passar dos tempos, tais relações começam a ganhar estrutura mais organizada e, a partir do século XVII, muitas se colocam como resistentes ao domínio espanhol, buscando fugir ao controle censório das autoridades e formar uma “opinião pública” sobre a questão. Tal caráter panfletário será sobremaneira alvo das autoridades, que passam a exigir como na Carta Régia de 26 de janeiro de 1627 a necessidade de que todos os impressos só possam existir com a licença ordinária expedida. Sousa (2008) reflete que esses constrangimentos legais à imprensa – importados do modelo de jornalismo normativo e funcional francês – cerceou o jornalismo que emergia em Portugal. No entanto, nos movimentos de “resistência” que existiam ecoa assim, uma característica que para muitas é intrínseca a profissão, a de ser o fiscalizador da sociedade, do governo, ainda que tenha de se colocar contrária a este. O jornalista como a figura responsável por investigar e descobrir fatos que a população não sabe, desvendar os artificios do governo, descobrir tudo aquilo que possa atingir a sociedade de alguma forma. É nesse meandre que o jornalismo é considerado o “quarto poder”, que deve resistir – até mesmo às leis – para garantir o acesso à informação.

Tengarrinha (2013) explicita que tais folhas volantes que antes tratavam principalmente de acontecimentos marítimos, do Reino e do estrangeiro, de batalhas, começam no final do século XVI e até o século XVIII diminuir seu caráter popularesco e abrir espaço para assuntos literários, filosóficos, teológicos. Nesse esteio, privilegia-se uma escrita mais rebuscada – próximo do barroco –, literária e poética, frutos principalmente das Academias que começam a surgir em Portugal, da ascensão da classe média em conta do comércio com o Brasil. Este novo público dos panfletos exige, como descreve o autor, maior cuidado com a publicação tanto no aspecto material – gráfico – quanto na forma de escrita – mais literária, séria e com rigor da informação. Observa-se, assim, que na medida em que a atividade noticiosa começa a se organizar, exige-se dela maior preocupação com a forma e

com o conteúdo com o qual a notícia é apresentada. Chama-se atenção, como escopo deste estudo, a reafirmação do discurso sobre o jornalismo como atividade “séria” e que, portanto, deve zelar pela veracidade das informações passadas. Ainda, desponta-se a estreita relação que o jornalismo irá manter com a literatura (sendo considerada, por vezes, uma literatura menor, lugar ocupado por aqueles que não galgavam o espaço nos livros). O jornalista, então, é aquele que também deve saber o “escrever bem”, por que não próximo aos escritores de romances: o relato do fato começa a abrir espaço para o “como” tal fato é narrado. O jornalista começa ser aquele “bom contador de histórias”.

Na Europa do século XVII, aponta Tengarrinha (2013), as “gazetas” marcam fortemente presença como jornalismo mais próximo àquele que consideramos na atualidade. Tais impressos mantinham certa periodicidade (geralmente, semanal ou mensal), tinham como foco a informação (de diferentes áreas, como política, cultura, economia etc.; quando monitoradas pelo poder político, muitas vezes, podendo publicar somente notícias estrangeiras), ainda que, geralmente, fosse colocado em questionamento o rigor de tal informação, pois como ressalta o autor, as gazetas não tinham preocupação com a exatidão dos fatos, preterindo os primeiros desdobramentos dos fatos, os boatos a respeito deles. Ainda, o autor reflete que as gazetas que circulavam em Portugal não se podiam chamar de “iniciativas livres”, uma vez que dependiam de licença para impressão e circulação, sendo na maioria comandadas por pessoas de confiança do poder régio.

Quanto à redação, Tengarrinha (2013, p.59) expõe que “[...] àqueles que redigiram as Gazetas não poderia ser, em rigor, atribuída a designação de jornalistas, pois nem seu labor nem o estilo da sua escrita tinham características próprias, sendo tão pouco consistente a sua produção que não deixou marca nem identificação pessoal”. Observa-se nesse (re)contar a história feita pelo autor, o sujeito jornalista tomado como aquele a quem se exige uma forma peculiar de escrita e, nesse esteio, uma preocupação com a escrita adequada. Nesse sentido, o jornalista é tomado como o sujeito que deve zelar o escrever bem, mas não somente isso: há a necessidade de atenção quanto à estilística da escrita. Sobre isso, também, o autor afirma que neste jornalismo de Primeira Fase em Portugal, essa busca pela objetividade, pelo simples relato dos fatos, sem críticas, “[...] foi uma das razões do pobre ou quase ausente debate de ideias na imprensa periódica portuguesa nesta Primeira Fase” (TENGARRINHA, 2013, p.285).

A primeira gazeta de Portugal, conforme Cádima (2013), foi a “Gazeta da Restauração”, que surgiu em 1641, sob alvará de licença concedido por D. João IV. Tengarrinha (2013) explicita que a “Gazeta da Restauração” surgiu com o objetivo de se opor

aos efeitos dos boatos espanhóis sobre as vitórias nas lutas armadas, elevar Portugal nas questões militares e diplomáticas sobre a Espanha, reforçar a legitimidade da nova monarquia etc. Ressalta-se que as gazetas eram lidas principalmente pela burguesia, considerado seu elevado preço, e, fundada a “Gazeta da Restauração”, aponta Tengarrinha (2013), Portugal fica aproximadamente quinze anos e três meses sem uma nova publicação periódica.

Posteriormente, de acordo com Tengarrinha (2013), durante a Guerra da Restauração, começa-se a correr em Portugal os “mercúrios”, tendo aí nascido o segundo jornal português, o “Mercúrio Português”, elaborado mensalmente por António de Sousa de Macedo (chamado a ser, também em 1663, secretário do Estado para assuntos exteriores) e que circulou entre os anos de 1663 e 1666. O “Mercúrio português” tomava partido na necessidade do reconhecimento da nova monarquia portuguesa (em 1662, D. Luísa de Gusmão passa a regência ao primogênito D. Afonso VI), relatando principalmente os conflitos que havia à época entre os países ibéricos. Sousa (2008) complementa ao afirmar que os textos desta publicação – que se aproximada do modelo inglês – tinha forte cunho político e propagandístico, com vistas a exaltar as glórias portuguesas e diminuir a imagem dos espanhóis. Tengarrinha (2008) reforça que este mercúrio não era imparcial “[...] perante a façção vencedora no golpe palaciano de 1662, procurando de alguma maneira conformar o espírito público com a ação do governo”, ou seja, na defesa de Portugal no embate com Castela (TENGAARRINHA, 2013, p. 62).

Nesse contexto, ressaltamos quando Sousa de Macedo é apontado por Tengarrinha (2013, p. 62) como um homem de “elevada qualidade literária” que, diferentemente do que ocorrera com as Gazetas, marcava-se/assinava como redator do “Mercúrio”. Ainda, o autor destaca que este periódico era mais “evoluído” e “organizado”, com uma preocupação estilística, o que nos remete à observação anterior, quando levantamos no enunciado do mesmo autor, a necessidade de o jornalista exercer uma escrita próxima a dos literatos. A preocupação com a “verdade” dos fatos (ainda que esta “verdade” estivesse mais próxima da frente portuguesa na luta contra a Espanha) foi motivo de menção na apresentação contida na primeira edição do “Mercúrio” e na última edição comandada por Sousa de Macedo.

Observamos essa construção de uma identidade própria para o jornalista como aquele detentor de uma escrita objetiva, concisa e direta, justamente por compor uma figura daquele que está intimamente ligado à preservação/defesa da “verdade” dos fatos. Essa possível significação é observável quando Sousa de Macedo é considerado por Tengarrinha (2013) o primeiro jornalista português (ainda que apontado pelo próprio autor como não sendo aquele que primeiro escreveu nos jornais) devido a:

[...] versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo direto e conciso, antes de qualquer outro, define e pratica o que hoje podemos qualificar como ‘estilo jornalístico’: a preocupação da verdade no relato dos factos e um estilo simples e direto, que tenta libertar-se dos floreios e expressões rebuscadas tão ao gosto da época (TENGARRINHA, 2013, p.65-66).

Pode-se observar ainda outra subjetivação do jornalista, quando Tengarrinha (2013) ressalta que a marcação da “autoria” presente no “Mercúrio” diferente da “Gazeta” lhe conferia uma personalização da escrita que permitia atingir um público mais amplo, inclusive das classes sociais mais altas. Foucault (2008) explicita que para que um conjunto de signos exista é preciso um “autor”¹² da formulação, uma instância produtora que, não obstante, não é idêntica ao sujeito do enunciado. O pensador francês expõe que o sujeito do enunciado é uma função vazia e determinada, não idêntica de um enunciado a outro. Trata-se de uma função vazia, pois pode ser ocupada por indivíduos díspares, indiferentes na formulação dos enunciados. Assim também, um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes “posições”, alternadamente, assumindo o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008a). Esse exercício de autoria passa a ser na contemporaneidade o reconhecimento do trabalho de escrita do jornalista, que deixa de ser o sujeito invisível – ao ponto de toda e qualquer pessoa poderia ter escrito o texto apresentado –, para ser (re)conhecido pela própria forma de escrita. Vale ressaltar que a autoria é o exercício importante na atividade jornalística a ponto de ser retirada quando da sanção a algum jornalista ao ter o material editado, ou como punição por parte do editor etc. Tengarrinha (2013) expõe que durante o século XVIII várias publicações com a designação de mercúrio circularam em Portugal, marcando uma diferença em relação às gazetas: sendo estas mais próximas aos jornais e os mercúrios às revistas. Os mercúrios começam a se especializar, ganhando ares, conforme aponta o autor, filosóficos, literários ou recreativos.

Sousa (2008) explica que em meados do século XVII, diferentemente de outros países do norte e do centro da Europa, o cenário jornalístico de Portugal estava muito atrasado, principalmente por conta do absolutismo régio e da presença da Igreja Católica, dificultando a publicação de novos periódicos entre 1667 e 1715. Posteriormente ao “Mercúrio português”, outra publicação de destaque só foi surgir em 1715, a “Gazeta de Lisboa”, com foco em notícias tanto nacionais quanto estrangeiras, bem como nas nomeações do governo português (TENGARRINHA, 2013). O autor explicita que enquanto as “Gazetas da Restauração” e o

¹² Foucault (2009, p. 26) ao diferir a noção de “autor” do indivíduo que escreveu um texto, define-o como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foca de sua coerência”.

“Mercúrio” tinham como primórdios a unificação de opiniões em torno dos interesses nacionais, os objetivos informativos da “Gazeta de Lisboa” eram mais amplos, tendo sido impressa por António Correia de Lemos, mediante também alvará régio. Posteriormente a outras denominações e oficinas de impressão, em 1760, sob o título de “Lisboa”, a publicação da gazeta fica a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ganhando contornos de imprensa oficial (atualmente, “Diário da República”). Em 1762, durante a crise do governo de Pombal, para de circular e, segundo Tengarrinha (2013), até a morte de D. José, em 1777, Portugal não teve qualquer outro periódico. A “Gazeta” priorizava as notícias estrangeiras e, quando tratava de Portugal, fatos sobre o rei e a família real, principalmente por depender do governo a autorização para impressão e circulação.

É na “Gazeta”, também, como expõe Tengarrinha (2013), que surge o primeiro anúncio publicitário, em 1715; a publicidade tratava de um professor francês que ensinava várias línguas. De acordo com o autor, a publicação gozava de uma grande gama rede informativa, buscando informações em folhas estrangeiras e nas correspondências dos envolvidos na guerra, além de grande número de correspondentes, que faziam vezes de ponto de venda do periódico; Tengarrinha (2013) reforça que tal presença e número de colaboradores não se viram em Portugal em outros periódicos até finais do século XIX. Circulando em grande parte do Reino, seus principais leitores eram pessoas da Corte, comerciantes e a burguesia. Consoante ao exposto sobre a qualidade de escrita em periódicos anteriores, Tengarrinha (2013) reforça que a “Gazeta” era mal redigida, chegando a ser desinteressante e nada atraente (ainda assim, foi grande instrumento informativo à época), impressa em papel “grosseiro”. Observa-se novamente funcionando o enunciado de que para ser um bom jornal (intimamente, ser um bom jornalista), é preciso atenção quanto à qualidade da escrita textual, bem como sua forma de apresentação ao público.

É a partir dos anos de 1740 que Portugal vê surgir muitos periódicos – após uma fase de quase 15 anos sem outra nova publicação –, somando 53 novos periódicos até 1800 (TENGARRINHA, 2013). Conforme Tengarrinha (2013), este “surto” de novas publicações se deu por diferentes motivos, sendo principalmente as mudanças sociais e culturais que permitiram que a leitura se expandisse para novas camadas da população. Este número ainda viria aumentar com a chegada das tropas francesas em Lisboa, surgindo mais 43 novos periódicos entre os anos de 1801 e novembro de 1807. Todavia, no levantamento feito pelo autor, deste notável número de novos impressos, a maioria não poderia ser caracterizada como sendo “noticiosos” (dez, no total), pois surgiram com naturezas diversas para atender às necessidades de especialização de impressos, capazes de atingir grupos segmentados dentro

da sociedade. Entre os principais temas levantados por Tengarrinha (2013) estão, em ordem decrescente, enciclopédicos, recreação ligeira, literários, noticiosos, filosóficos, científicos e técnicos, econômicos, históricos e, por fim, os sentimentais.

Esta profusão de novas publicações mostra, conforme Tengarrinha (2013), um século XVIII construído de rupturas, ramificações, diferentes formas de “ser”, “múltiplas realidades” (p. 82), tendo espaço para o inovador e o conservador, racionalistas e obscurantistas, burguês e o cortesão etc. Novas ideias chegam às Academias, que começam a formar uma nova classe (filhos da burguesia) com acesso à cultura, que até então era quase sempre exclusiva à corte e à nobreza. Aliás, essa nova burguesia que alargou as camadas sociais médias, explicita o autor, vai pouco a pouco vivendo e impondo novas formas de sensibilidade e sociabilidade; é formada principalmente pela burguesia comercial, que enriqueceu por conta do tráfego com o Brasil e o norte da Europa.

Destaca-se, neste período, a seguinte observação sobre o novo espaço formado para a atuação do jornalista:

Em correção, o escritor e também o jornalista estavam cada vez menos condicionados pela Corte, menos dependentes dos apoios régios e das figuras proeminentes da sociedade, contando sobretudo com o editor e com o público. Estavam, assim, propensos para que o conteúdo das suas obras fosse ao encontro dos gostos e valores das camadas médias cultas onde procuravam encontrar a maioria dos seus leitores (TENGARRINHA, 2013, p. 83).

Nesse bojo, observa-se que a atividade do jornalista será/poderá ser mais livre quanto mais estiver desvinculada do poder do governo. Abre-se a significação da imprensa e da atividade jornalística como um espaço próprio, sobredeterminado por si mesmo, capaz de garantir a “verdade” justamente por se afastar das amarras do poder governamental. Nessa relação, entre em jogo também a figura do público, que será o alvo a ser atingido com a informação e que, portanto, determina o conteúdo a ser produzido. No enunciado acima apresentado, ressalta-se então que o jornalista (tenta) se desvincula(r) do governo, ligando-se/aproximando-se do público consumidor: nesse jogo de significações possíveis, levanta-se a problemática de que não há espaço para a atividade “livre” do autor jornalista (como muito, por vezes, deseja-se pensar), uma vez que, como Foucault (2008b) ressalta, não há espaço possível longe do poder, não há atividade do sujeito que não esteja atrelada/sobredeterminada pela teia de micropoderes que constituem o social. O que se ressalta, desta forma, é que há nada fora do poder, quão menos a atividade do jornalista, que se constitui dos saberes e do exercício dos poderes em dada sociedade.

Assim, como mesmo ressalta Tengarrinha (2013), a maioria dos periódicos noticiosos que surgiram nessa época – entre eles, “O Expresso da Corte” (circulou entre janeiro e outubro de 1740) e o “Hebdomadário Lisbonense” (circulou entre dezembro de 1763 e julho de 1767) –, ainda que tenham tentado se afastar do poder régio, estavam impedidos de propagar o debate político, sendo fiscalizados pelo controle rigoroso da Corte (como já apontado anteriormente nesta subseção, nos hiatos sem publicação de um jornal periódico, continuam a existir os papéis avulsos, que por serem impressos em oficinas particulares, conseguem driblar mais facilmente a censura). As notícias publicadas por esses impressos quase sempre tratavam de acontecimentos estrangeiros e fatos na nobreza cortesã. Todavia, tais publicações noticiosas diziam promover a “verdade”, longe de qualquer interpretação dos fatos, cabendo isso ao próprio leitor. Conforme expõe Tengarrinha (2013, p.85), reforça-se o sentido do jornalista investido no papel de historiador, “[...] de acordo com o espírito do tempo, o que confere maior dignidade e consideração social aos seus escritos”.

Começa-se a erigir pouco a pouco a identidade de um “jornalista historiador”, que tem a missão de reportar os fatos tal qual eles ocorrem, sem qualquer interpretação dos fatos, descrevendo-os para que o leitor possa reconstruí-los e, então, refletir sobre os mesmos. Retomando Foucault (2008a), que reflete que todo enunciado é constituído de um tema, de uma posição sujeito, de uma materialidade e de um campo associado, reforça-se que a atividade jornalística é/constitui-se na/pela linguagem e, desta forma, não existe fora da interpretação. Se considerarmos que todo e qualquer dizer produzido pelo homem está intimamente relacionado/condicionado pelas condições de produção da enunciação, o enunciado do jornalista como historiador imparcial da realidade se firma na ideia idílica do homem com total domínio da linguagem e sua significação – que lhe confere certo “poder” sobre suas próprias palavras e, mais do que isso, constitui a ele um lugar confortável/estável para se estar no universo da linguagem que é, por natureza, constituído pela/na “contradição” –, capaz de forjar um pré-construído, portanto naturalizado, de o jornalista ser/ter-de-ser objetivo, imparcial (acredita-se que a realidade na sua totalidade lhe é acessível) e, condicionado a isso, seus relatos serem tomados como “verdades”.

Aliado a isso, havia também o papel do periódico de promover a aproximação entre ciência e povo, sendo os periódicos enciclopédicos e instrutivos os responsáveis por promover este elo, marcando-se no século XVIII como os mais representativos em Portugal, conforme expõe Tengarrinha (2013). Considerando um dos objetivos deste estudo investigar o panorama da atividade jornalística em Portugal para, então, compreender a prática do jornalismo que se deu no Brasil, ressalta-se a informação levantada por Tengarrinha (2013) da

presença de um brasileiro como redator e colaborador, Fr. José Mariana da Conceição Veloso, no periódico “Paládio Português ou Clarim de Palas”, durante os anos de 1796 e 1797; Conceição Veloso também dirigiu a Impressão Régia de Lisboa.

Segundo Tengarrinha (2013) e Sousa (2008), o enciclopedismo, fortemente de caráter Iluminista e se opondo aos valores tradicionais da época, promovia a procura por novos saberes, marcando-se especialmente nos campos científico e econômico, apontando o progresso material como o caminho mais adequado para o homem. Essas publicações se defendiam das críticas que as acusavam de vulgarizar a ciência, afirmando que os cientistas muitas vezes se utilizam de linguagem rebuscada e excessivamente técnica para que o saber ficasse restrito sempre ao mesmo círculo, não beneficiando a população. Para tanto, procuravam fazer das ciências algo fácil de ser compreendido, mostrando como poderia ser útil no dia a dia da população. Tengarrinha (2013) dá destaque ao mensário “Amusement Périodique”, que surgiu em Londres em 1751, mas que chegava às terras portuguesas; tal publicação colocava em xeque várias práticas e crenças da mentalidade portuguesa, criticando o atraso de Portugal por conta da Inquisição:

As suas duras críticas às crendices e superstições que invadiam a sociedade portuguesa, aos episódios grotescos do Santo Ofício, levam-no a preconizar uma reforma da Igreja portuguesa e a defender abertamente – pela primeira vez na imprensa portuguesa – a liberdade de pensamento, contra o Tribunal da Inquisição (TENGARRINHA, 2013, p. 92).

Observa-se, assim, o jornalismo ir se firmando como um campo de divulgação científica, não sendo mero reprodutor desta, mas “traduzindo”, tornando inteligíveis as descobertas científicas: atualmente, com diferentes (re)configurações e particularidades, denominado “jornalismo científico”. Com o papel de “historiador”, caberia também a ele a função de informar as descobertas da ciência e tornando palpável aos leitores a compreensão das mesmas. Não raras vezes, ainda hoje, critica-se a atividade jornalística que, ao tentar reportar as experiências científicas numa linguagem acessível, simplifica demais a ciência. Como promulgador daquilo cientificamente comprovado (como defende a própria prática jornalística de divulgar somente os fatos que tenham dados suficientes e objetivos para serem informados), levanta-se a significação de ser o “questionador” dos poderes tradicionais, daqueles que fiscalizam as instâncias que regulam a vida do homem.

Ainda sobre o jornalismo que busca tornar inteligíveis as ciências, Tengarrinha (2013) menciona o periódico “Mercúrio Históricas, Político e Literário de Lisboa”, que circulou de janeiro de 1794 a junho de 1797, como o exemplo mais “original” e próximo das atuais

“revistas” em oposição aos “jornais”. De acordo com o autor, isso deve, pois o “Mercúrio” colocava como principal objetivo a ser alcançado dar conta da totalidade dos acontecimentos a partir de uma visão global, não fragmentária. Ressalta-se a demarcação ficando mais nítida entre o jornalista de “jornal” e o jornalista de “revista”: enquanto o primeiro busca dar conta das “novidades” – ainda que nem sempre com seus desdobramentos e explicação total dos fatos retratados –, o segundo, por gozar de um tempo maior para apuração e redação antes de circular o periódico, é capaz de um trabalhar maior com a linguagem que, sobremaneira, busca interpretar os fatos, criando a ideia de uma possível cobertura global dos acontecimentos. Faz-se necessário observar como a atividade jornalística, dentro do próprio campo de atuação, questiona o seu próprio exercício (em publicações que atacam outras publicações, periódicos que buscam se distinguir – como o caso dos jornais e revistas) na busca de legitimação do espaço como responsável pelo relato verdadeiro dos acontecimentos.

Os periódicos filosóficos, dentro da classificação descrita por Tengarrinha (2013), também ocuparam espaço nas publicações do século XVIII; de cunho iluminista, geralmente propunham a discussão filosófica mais próxima da população. Por conta da censura – que chegou a punir severamente aqueles que disseminassem ideais contrários ao poder régio e, conseqüentemente, à religião –, o debate teológico ocorreu, mas em dimensão menor e limitada se comparado a outros países europeus, como a França. Como pondera Cádima (2013), a censura se fez sentir quando, por exemplo, entre os anos de 1768 e 1787, Marques de Pombal cria a Real Mesa Censória – trazendo para o governo todas as instâncias de censura –, a ponto de entre o período que vai de 1768 a 1770, não ter se publicado nenhum jornal; em 1787, D. Maria I abole a Real Mesa Censória e volta ao sistema tripartida, composto pela Inquisição, Diocese e Paço, dando à Igreja, como ressalta o autor, novamente seu poder de censura. Todavia continuam a existir formas de resistência: “Há um recrudescimento da imprensa clandestina e de forma a que alguns livros circulem clandestinamente chega-se a encadernar livros proibidos com títulos diferentes, ou a imprimir livros com falsas moradas de impressores, entre outros subterfúgios para escapar aos censores” (CÁDIMA, 2013, p.112).

Ainda que, como aponta Tengarrinha (2013), tais discussões das publicações filosóficas não tenham chegado à “opinião pública” e tenham se restringido às “elites esclarecidas”, além de terem sofrido com o poder censório, constrói-se/reforçam-se sentidos possíveis de uma imprensa/jornalista como espaço de resistência ao poder dominante, que busca publicizar ideias que tal poder insiste em escamotear; e se há o debate, reforça-se também a existência de periódicos que buscavam combater às novas ideias correntes pela

Europa. Nesse jogo de discursos antagônicos, a “verdade” vai sendo exposta e construída – claro, (re)afirmada em cada nova publicação, periódico – a partir dos diferentes domínios discursivos, que buscam se legitimar na desconstrução e negação do discurso outro.

Nessa época, também, os periódicos literários não foram espaço concreto para a difusão ampla das discussões travadas nas Academias que começavam a proliferar em Lisboa na primeira metade do século XVIII, nem para a crítica literária, como em outros países da Europa (TENGARRINHA, 2013). Entre os motivos, explicita Tengarrinha (2013), está o de que os escritores preteriam os livros e/ou folhas avulsas por gozarem de “maior dignidade”. No entanto, concomitante a isso, a literatura começa a se libertar dos padrões clássicos, cedendo, pouco a pouco, espaço para novas possibilidades estilísticas, que se aproximam – na forma da escrita e na temática – do público. Nesse cenário de múltiplas tensões, pode-se observar um jornalismo que ora é tomado como uma literatura menor, justamente por não comportar os padrões tradicionais da literatura, mas que também é espaço para uma literatura mais próxima do público. Tengarrinha (2013) destaca que em geral a “Gazeta Literária ou Notícia Exata dos Principais Escritos Que modernamente Se Vão Publicando na Europa, conforme a Análise Que Deles Fazem os Melhores Críticos e Diaristas das Nações mais Civilizadas”, que circulou de julho de 1761 a junho de 1762, é considerada como o primeiro periódico literário de Portugal; um dos poucos que deram espaço equilibrado para a crítica literária. A partir das exposições do autor, vê-se novamente o jornalismo se marcando como espaço de resistência ao poder vigente; não raro, na “Gazeta Literária”, são levantadas críticas à atividade censória, ainda que dentro de alguns limites.

É na atividade linguageira dos sujeitos, que o discurso – considerado como prática, como propõe Foucault (2009) – é espaço para o jogo das significações, das contradições, das resistências, como se pode observar no seguinte trecho motivo de censura do “Gazeta Literária”, resgatado por Tengarrinha (2013, p. 118): “Se pudéssemos dizer livremente o que sentimos em matérias que nem remotamente ofendem a Religião nem o Estado, poderíamos talvez executar um Diário menos incompleto”.; ou, então, na poesia de Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, no “Jardim das Musas e dos Sábios ou Flores Poéticas Estrangeiras e Nacionais”, em 1805, em que crítica a falta de liberdade de expressão”:

Cultivar os campos a paz
Ela foi no antigo estado
Quem para puxar o arado
Os bois ao jugo nos traz
(TENGARRINHA, 2013, p. 122).

Outra categoria de periódico levantada por Tengarrinha (2013) são os “científicos e técnicos”, que, a partir dos ideais do Iluminismo, difundiam a informação científica – notadamente, da medicina e das ciências exatas –, pois acreditava que o progresso da ciência era o caminho para a felicidade do homem. Trata-se de mais uma gama de publicações que discutem a vida do homem a partir da história natural, colocando em questionamento crenças e tradições. Sob nosso olhar, marcam sobremaneira a história de múltiplas temporalidades, pois denotam dentro de um mesmo espaço geográfico a presença de discursos e “verdades” que se marcam como antagônicos, ao confrontar, entre outros, os campos da “religião” e da “ciência”.

Esse sentido de resistência também se fez perceptível nos periódicos de “recreação ligeira”, que, de caráter humorístico e satírico, traduziam “[...] um distanciamento crítico crescente relativamente aos poderes constituídos e a certos usos e costumes tradicionais, bem como maior desrespeito por personalidades destacadas da sociedade, atingidas não raro com insultuosa violência” (TENGARRINHA, 2013, p.134). Ao poder centralizador e repressor, opera outro poder que questiona e satiriza a crença que o poder dominante acredita ter. Todavia, expõe Tengarrinha (2013), esse outro discurso circulava em folhas avulsas sem qualquer identificação de autoria e do local de impressão, mesmo sendo perseguidos e oficialmente repudiados. Ressalta-se que o discurso interdito cria caminhos próprios para sua circulação, a fim de que sua invisibilidade se desfça e possa, assim, entrecruzar com o discurso oficial/autorizado, a partir do qual se constitui e se opõe. Nos periódicos legalmente impressos, o autor chama a atenção para o contraditório que se fazia presente: ao mesmo tempo em que cediam espaço para uma crítica moralizante que denunciava os novos costumes que estavam a ser difundidos e que deveriam ser combatidos, também questionavam hábitos da sociedade tradicional. Para Tengarrinha (2013), esse cenário mostra uma classe burguesa de visão progressista que, aos poucos, cria e difunde valores próprios, mas que ainda está presa e mimetiza comportamentos sociais da sociedade aristocrática.

Dentro desse jornalismo de resistência, ganha destaque de Tengarrinha (2013) o periódico *O Agitador* – acredita-se que houve dois números desde que a publicação surgiu em 1805 –, que, de caráter anarquista e clandestino, questionava a ordem social e conclamava a população à luta contra o capitalismo e a favor da Revolução para a Anarquia. Segundo o autor, a publicação gozava de um estilo “fluyente” e “correto”, com “apuro ortográfico”, o que denunciava ser redigido por alguém de uma classe social elevada. Para este estudo, ressalta-se como sempre dentro de um campo da esfera “legal” da atividade jornalística, demarca-se um jornalismo de resistência, que se opõe ao poder vigente, ao capitalismo, a qualquer forma de

exploração do homem, e que, a partir da presença do jornalismo da sociedade, busca fazer circular os enunciados até então proibidos pelos poderes constituídos e legitimados. São esses sentidos de luta, resistência, fiscalização dos poderes instituídos que podemos observar ainda funcionar na prática do jornalista; vai sendo naturalizado a noção de um jornalismo que cada vez mais deve ser feito para o povo e não para os poderes instituídos que regem a vida dessa população.

Nesse bojo, os “periódicos históricos” também têm destaque no cenário português das publicações durante o século XVIII, a tal ponto de a presença da história não se restringir a esses periódicos específicos, alargando-se para outras publicações aqui já tratadas como as noticiosas, enciclopédicas, filosóficas etc. De acordo com Tengarrinha (2013), tal busca pelo passado histórico que constituía as nações e a vida dos homens apontava para uma história que não se podia esquecer e que ensinam como conduzir o presente; uma “história-lição”, de caráter pedagógico. A filosofia iluminista, expõe o autor, promove uma transição – num período longo, nem sempre linear e fácil – da busca da história dos indivíduos mitificados para a história das civilizações, fundamentada na premissa de que a evolução da humanidade era um processo permanente para o progresso. Sob a ocupação do imperialismo napoleônico que se estendia na Europa, explicita Tengarrinha (2013), nos primeiros anos do século XIX estas publicações buscavam exaltar os acontecimentos, pessoas e glórias de um passado que não deveria ser esquecido, a fim de marcar e reforçar o sentido de nação em Portugal: “Com efeito, a informação veiculada pelos periódicos teve desde o início o duplo sentido de dar a conhecer factos particulares e pessoais e, para além da efemeridade destes, conter valor histórico a fim de preservar esses acontecimentos em memória futura” (TENGARRINHA, 2013, p. 128).

É nesse sentido que vai se reforçando o jornalismo como espaço em que se (re)conta a história do presente: e, nesta aventura de compreensão do “agora”, a busca pelo passado se torna instrumento importante para a compreensão do homem sobre si mesmo. O jornalista – imbuído na posição de “historiador”, como anteriormente já discutido – se torna o narrador da história do cotidiano, aquela que transcorre junto com o próprio fazer jornalístico. Assim, as escolhas feitas pelo jornalista – determinadas, desde então, por critérios de noticiabilidade próprios de cada tipo de publicação – vão privilegiar determinados fatos e pessoas da história em detrimento de tantos outros, ainda que tais momentos de escolhas/seleção possam passar despercebidos a partir do funcionamento da crença na completude e na objetividade dos dizeres. É o que possibilita, por exemplo, que a história contada seja quase sempre a dos

heróis, dos vencedores, dos comandantes e líderes, e nunca dos homens comuns, dos campos de batalha, dos trabalhadores ou dos derrotados.

Reforça-se a construção do jornalista como o historiador do presente, quando se atenta a algumas características dos “periódicos econômicos”, levantadas por Tengarrinha (2013). Tais publicações se ocupavam, entre outras coisas, de informar as entradas e saídas de navios dos portos, os preços dos produtos no país e em praças estrangeiras, os produtos que valiam a pena serem comercializados, plantados, as técnicas de plantios e conservação de bens e artigos, dados para compra e venda de móveis e imóveis. Assim, comerciantes, mas também a população em geral começa a ter no jornalismo a informação principal para seu cotidiano, para as compras que deveriam ser feitas, para dicas para um bom plantio. O sentido de “atualidade” e “atualização” fica latente na atividade do jornalista, que sempre deve buscar pelas últimas informações, para manter a população a par dos acontecimentos (dados, números, fatos etc.). Reafirmar a agilidade da divulgação da notícia, também vai ser o mote do periódico “O Telégrafo Português” (dezembro de 1808): “E porque as nossas notícias nos são transmitidas quase com a velocidade da luz, daremos à nossa gazeta o título de ‘Telégrafo’” (TENGARRINHA, 2013, p. 163). Com o passar dos tempos, tal característica foi potencializada a ponto de ser slogan para grandes veículos e empresas de comunicação, que reforçam serem as primeiras a dar as “últimas” notícias.

Todavia, é a partir do início do século XIX, com as Invasões Francesas, que Portugal sentiu o surto de publicações, em grande parte de resistência ao domínio napoleônico. Conforme Tengarrinha (2013), entre 1808 e 1815, mais de dois mil panfletos circularam por Portugal, além de demais impressos como manifestos, folhas volantes etc. Em sua maioria, tais publicações – sem autoria e de circulação clandestina – atacavam os franceses, as invasões de Napoleão e defendiam os interesses da pátria. Assim como ocorria nas ruas, praças, casas, as publicações tratavam daquilo que angustiava o povo português, utilizando-se principalmente da sátira e do humor, desenvolvidos ao longo do século XVIII, para debochar dos franceses e de suas autoridades: “Embora sendo dramáticas as condições que se viviam, escrevem-se aí, sem dúvida, algumas das páginas de mais saboroso humor da nossa imprensa nas primeiras décadas de Oitocentos” (TENGARRINHA, 2013, p. 157). Sousa (2008) assevera que o jornalismo desenvolvido nos anos de 1800 se constitui nas/das agitações que se espalhavam por toda Europa, a partir da Revolução Francesa, em 1789. O autor expõe que o referido século marca a reação do Antigo Regime ao ideário da Revolução Francesa, principalmente quando se atenta para o fato de, ainda no século XIX, existir Inquisição em

Portugal “[...] escondida sob a designação Santo Ofício”, culminando na “[...]censura [que] retardou a expansão da imprensa” (SOUSA, 2008, p. 11)

Tengarrinha (2013) expõe que os dois primeiros jornais, no entanto, surgiram nas proximidades do término da Primeira Invasão, sendo eles “Minerva Lusitana”, em Coimbra, que circulou entre julho de 1808 até julho de 1811, e “O Leal Lusitano”, no Porto, com início também em 1808 até 1810, com uma suspensão em 1809 quando da Segunda Invasão. O autor explica que essas publicações foram instrumentos primordiais para uma mobilização antifrancesa, não sendo raro suas tiragens se esgotarem, tendo de ser reimpressas. Em Lisboa, após a derrota francesa na Batalha do Vimeiro, em agosto de 1808, surgem dois jornais que, driblando a vigilância policial, correram como cópias manuscritas e que se tornaram símbolos também da propaganda antifrancesa: “Gazeta do Rossio” e “Gazeta d’Alma”, que ridicularizavam os invasores e atacavam a “Gazeta de Lisboa” (à época, redigida pelo governo francês).

Explica Tengarrinha (2013) que, posteriormente, com duas novas tentativas de invasão por parte de Napoleão, em 1809 e 1810, dominando somente parte do Reino, o governo português, para tentar driblar o avanço das ideias francesas e reforçar a legitimidade do próprio governo, autoriza uma abertura maior à imprensa, buscando disseminação do debate político nacionalista sobre a situação do país, e a profusão de novos periódicos – tal preocupação era acentuada, uma vez que os invasores também disseminavam seus ideias por meio de panfletos e pelo jornal “Gazeta de Lisboa”, durante a Primeira Invasão, e “Diário do Porto”, na Segunda Invasão, que conseguiam atingir algumas camadas das classes altas e intelectuais que compactuavam com os ideias franceses (TENGARRINHA, 2013). Às publicações, era concedida liberdade para atacar os franceses, os interesses de Napoleão e as lutas por liberdade que se alastravam por toda Europa, mas eram proibidos ataques ao governo português. Neste sentido, como reforça Tengarrinha (2013), Portugal não experimentava do gozo da liberdade de expressão e livre debate público; o que se viu foi uma “liberdade” que atendesse aos interesses do governo português em formar um “bloco de opinião nacional”; tanto assim, que após o perigo iminente, o governo acentua a repressão censória no final de 1809.

Neste período, expõe Tengarrinha (2013), entre 1809 e 1813, surgiu o grande marco para o jornalismo português, por ser a primeira publicação diária do país, “Diário Lisbonense”, que divulgava informações sobre as lutas pela Europa, notícias do Brasil, as entradas e saídas de navios, anúncios de móveis e imóveis etc. Sousa (2008, p. 15) reflete que o surgimento das publicações periódicas, apesar “[...]do crónico atraso e subdesenvolvimento

do país”, mostram um cenário em Portugal propícia para a atividade jornalística diária, ainda que um século atrás de outros países europeus. Entre as explicações, para o autor, está o interesse pelas últimas informações sobre o país e o mundo, em virtude das guerras que se espalhavam pela Europa e dos novos ideais que também se propagavam: “Esse constante aumento da necessidade de informações e do interesse pelo que se passava no mundo retroactivamente aprofundará a necessidade social de jornais, enquanto veículos de ideias e informações, tal como promoverá o interesse pela imprensa” (idem).

Assevera-se, assim, como a prática jornalística é atravessada por diferentes esferas de poder que governam a vida do homem, dentre elas o poder governamental. As profusões de significação em torno do que se considera a atividade do jornalista permitem que ora ele seja chamado a ser o relator dos fatos tal qual ocorrem, longe de qualquer subjetividade (mito da objetividade), ora a defender interesses maiores (da nação? Do governo?) e, assim, descrever os fatos em prol da “verdade” que se deseja alcançar/acreditar. Não raro, o jornalista é convocado para o papel de mobilizador da população já nesses períodos por sua atividade já estar legitimada como daquele responsável por noticiar sobre “tudo” o que ocorre e que tem importância, sob a guarda do comprometimento com a sociedade. Mediante ao acima exposto, as possibilidades de resistência ao “poder” que vem de fora, dos intramuros da nação, pela/a partir da imprensa reforçam o reconhecimento que os governantes de Portugal creditavam ao exercício da atividade jornalística, que até então muitas vezes tinha sido utilizada para criticar o próprio exercício do poder da corte portuguesa. Isso reforça como as estratégias e dispositivos de poder na sociedade são intercambiáveis, colocados em confrontos, mas também em aproximação: pode-se afirmar, também, que esta aproximação da imprensa do próprio governo que anteriormente criticava para atingir ao poder invasor de outras terras não seja um assujeitamento total ao poder dominante, antes, uma estratégia do próprio poder de resistência da imprensa de se valer do desejo de estreitamento do poder que governa o país para atingir finalidades compartilhados para, posteriormente, voltar a questionar esse poder.

Podemos observar essa legitimidade concedida à imprensa, além do que se espera de uma publicação e conseqüentemente do jornalista, quando Tengarrinha (2013), explica que “O Semanário Lusitano” (que circulou de 1809 a 1812) foi uma das publicações com maior aceitação pelo público “[...] pelo rigor e variedade da informação, assim se compreendendo a sua longevidade, invulgar no tempo” (TENGARRINHA, 2013, p.165). Atentando-se ao enunciado do autor, as noções de objetividade e a busca por diferentes informações constituem a identidade do que é ser jornalista. Nesse esteio das lutas – em aproximações e distanciamentos –, a partir de 1809, conforme aponta Tengarrinha (2013), o periódico “O

Correio Brasiliense”, escrito por Hipólito José da Costa em Londres, começava a se disseminar também em Portugal.

Preocupado, salienta Tengarrinha (2013), o governo português começa um movimento contrarrevolucionário, a partir de dois jornais, em 1809: “Abelha do Meio-Dia” e “Reflexões Feitas em Abono da Verdade sobre o Correio Brasiliense” (em 1810, surge outro jornal em oposição à publicação de Hipólito José da Costa: “Exame dos Artigos Históricos e Políticos Que Se Contêm na Coleção Periódica Intitulada Correio Brasiliense ou Armazém Literário no Que Pertence somente ao Reino de Portugal”). Cabe notar no editorial do primeiro, como os discursos buscam se legitimar como verdadeiros e, nessa luta pela legitimidade do discurso, muitas vezes critica-se o discurso de opinião contrária, no caso do periódico “Correio Brasiliense”, a fim de desconstruí-lo: “[...] servirá de escolher as notícias verdadeiras das falsas, regulando o critério de todas elas, conforme a origem donde procederam” (TENGARRINHA, 2013, p. 167). E essa reafirmação da busca pela “verdade” própria do jornalismo será a máxima de outros três jornais noticiosos e políticos, que surgem em setembro de 1809, em Lisboa. O “Novo Diário de Lisboa” dizia: “[...] refinado escrúpulo na averiguação dos graus de crédito que merecem [as notícias]” (TENGARRINHA, 2013, p. 168); o “Journal de Lisboa ou Folha Diária” criticava os erros e ignorâncias, que só seriam derrubados pela “verdade”: “[...] degradar a ignorância é um triunfo que só pertence à verdade” (idem); e neste trecho de “O Mensageiro”, observa-se como a verdade sempre é uma construção articulada de alguns saberes que insistem em se impor como legítimos: “[...] se tem cada vez mais aumentado o desejo de saber novidades; assim é natural que aconteça quando os bens, a honra e a vida dos Cidadãos, o Príncipe e a Pátria estão comprometidos na luta atual contra a Tirania” (TENGARRINHA, 2013, p. 169).

No início do século XIX, começa a ser comum, a exemplo do “Correio”, a circulação de jornais escritos em português em terras para além de Portugal, expõe Tengarrinha (2013). Essas publicações conduzidas por jornalistas liberais empenhados no debate político buscavam driblar as limitações censórias, difundir a perspectiva de uma nova ordem nacional e criticar a então situação de Portugal, ou seja, expandir os ideais liberais para demais centros de decisão (TENGARRINHA, 2013). Nas movimentações comerciais, a Inglaterra era o país com quem Portugal mais mantinha comércio externo, sendo Londres, como pondera Tengarrinha (2013), o eixo central na relação estabelecida com Lisboa e Rio de Janeiro, além do centro comercial do mundo inteiro. Assim, explica o autor, a partir de Londres, era muito mais fácil viabilizar a comunicação com o Brasil do que a partir de Lisboa; acrescenta-se a

isso que os jornais chegavam mais facilmente a Portugal e ao Brasil por meio dos navios ingleses, que não eram fiscalizados pelo governo português.

Os três periódicos de maior relevância pela “qualidade jornalística” e influência exercida que saíram de Londres, de acordo com Tengarrinha (2013), foram “O Correio Brasiliense ou Armazém Literário” (que circulou mensalmente entre junho de 1808 a dezembro de 1822), “O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário” (circulação mensal entre 1814 e 1822, e de 1823 a 1826) e “O Campeão Português ou o Amigo do Reio e do Povo” (circulou de início, quinzenalmente, depois mensalmente, entre 1819 e 1821). Assim, expõe Cádima (2013, p.114), ressaltam-se os nomes de José Liberato Freire de Carvalho, João Bernardo da Rocha Loureiro e José Hipólito da Costa, que lutavam “[...] fundamentalmente, pela monarquia constitucional e contra o despotismo”.

5.1.1. Um caso brasileiro: ou português/brasileiro/inglês?

Conforme expõe Tengarrinha (2013), esses jornais se expandiram à sombra da perseguição e vigilância feita por autoridades de Portugal e do Brasil. Neste fim de estudo, dedica-se atenção especial ao “Correio Brasiliense”, fundado por Hipólito José da Costa, por ser considerado o primeiro jornal brasileiro. Cádima (2013) explica que Hipólito se formou em Direito na Universidade de Coimbra, em 1798; em 1802, é acusado de divulgar ideais maçônicos e se refugia em Londres, onde funda em 1 de junho o “Correio”, periódico mensal, que continha entre 72 e 140 páginas e que chegava ao Brasil um mês depois da impressão, sendo publicados um total de 175 números. O autor explicita que Hipólito é muito respeitado no Brasil, pelo seu papel para a história da imprensa brasileira e por ser um dos precursores da independência do país, e retoma Dines (2000, s/p) que afirma que ter sido Hipólito “[...] um argumentador firme, inteligente, convicto e convincente (...). Dele pode dizer-se que foi o convocador e alimentador das elites dos dois lados do Atlântico para as grandes transformações culturais e políticas que ocorreram nas primeiras décadas do século XIX”.

De acordo com Tengarrinha (2013), desde sua gênese, representantes diplomáticos portugueses tentaram impedir a publicação do “Correio”, pois dirigia críticas contra os governantes portugueses. Em dada ocasião, o subsecretário de Estado inglês, Hamilton, em resposta a um pedido do governo português de conter a referida publicação, diz: “Espero que Vossa Excelência comece a persuadir-se de que não é tão fácil fazer calar como Vossa Excelência imagina” (TENGARRINHA, 2013, p. 189). Em terras brasileiras, nos fins de 1810, começa-se a acirrar a repressão ao “Correio” e, em 1811, a ordem régia proíbe sua

entrada e circulação sob a acusação de ser uma “folha perigosa”. Neste mesmo ano, o governo português tenta junto ao inglês impor medidas judiciais e administrativas à publicação, solicitando inclusive que Hipólito fosse expulso da Inglaterra.

Todavia, explicita Tengarrinha (2013), o jornalista tinha a proteção da maçonaria e havia se naturaliza inglês; assim, a publicação, em 1811, também é proibida de entrar e circular em Portugal, bem como “[...] todos os escritos do seu furioso e malvado autor” (TENGARRINHA, 2013, p.190). Nos anos seguintes, principalmente a partir de 1817, acirra-se a proibição ao “Correio” (e as demais publicações), por disparar críticas à situação política do Brasil e autoridades portuguesas, a Corte e ao Absolutismo. De acordo com Tengarrinha (2013), os portugueses também apertaram o fecho na entrada e distribuição dos periódicos, a ponto de “[...] os jornalistas reconhecerem que estes foram duros golpes na distribuição dos periódicos e na sua situação financeira, pois só através das incertas e limitadas vias clandestinas seria agora possível a saída de Inglaterra e a entrada em Portugal” (p. 193). No entanto, o autor explicita que havia rumores de que o “Correio” recebesse subvenção oculta da Corte no Rio de Janeiro, sendo mais perseguido pelas autoridades alvos da crítica de Hipólito, sofrendo por isso menos repressão do que o “Português” e o “Campeão”.

Sobre o resultado que tais publicações alcançaram, é interessante ressaltar a ponderação de Tengarrinha (2013), quando afirma que as perseguições e os subornos que se dirigiam aos periódicos é a prova da importância, difusão e influência do jornalismo perante o público, especialmente difundindo as ideias liberais, preparando o solo politicamente para a Revolução de 1820. Essas publicações produzidas na Inglaterra eram lidas por milhares de pessoas em Portugal e também no Brasil, inclusive pelos membros da Corte, chegando a alguns momentos às províncias mais distantes, e tinham como marca a “[...] linguagem com frequência apaixonada, exaltação dos valores do individualismo e da liberdade, defesa do nacionalismo, literatura como arma de transformação social” (TENGARRINHA, 2013, p.197). Essas publicações necessitavam de uma boa quantia de dinheiro para se manter em Londres e, posteriormente, circular, o que fazia muitas vezes elas precisarem de apoio financeiro externo, expõe Tengarrinha (2013). Desta forma, o autor explicita que o “Correio” se mantinha com base na ajuda da maçonaria inglesa; dos comerciantes portugueses, em um primeiro momento; e depois, dos comerciantes e governo ingleses. Assim também, ora era atacado pelos governos de Lisboa e Rio de Janeiro, ora acredita-se ter se beneficiado da ajuda da Corte. Ressalta-se, no entanto, a reflexão de Tengarrinha (2013) quando expõe que um dado histórico interessante sobre como essas publicações mexiam com a opinião pública é o relato de alguns jornalistas da época que observaram que o número de leitores aumentavam

sempre que os governos e as instituições eram atacados pelas críticas jornalísticas, possibilitando que o jogo invertesse em favor das publicações, pois em vez de depender do poder político era mais vantajoso materialmente se atrelar somente aos leitores.

É nesse cenário que se ressalta a importância que teve para o Brasil o aparecimento do “Correio Brasiliense”. Como ressalta Tengarrinha (2013), durante o século XVIII, mesmo com a crescente comercial, no Brasil não houve grandes indícios de uma imprensa periódica, justamente pelo cerco das autoridades coloniais, tal qual ocorreu com uma tipografia em Recife, em 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746. Entre o objetivo, estava o de não permitir o debate de ideias, especialmente aquelas liberais que se desenvolveriam ao longo dos tempos na luta pela independência do país.

Com a vinda da família real para o país, instala-se no Rio a Imprensa Régia, sendo todos os impressos dela fiscalizados pelo poder régio. Mas, como sempre há formas de driblar o poder censório, Tengarrinha (2013) expõe que no país circulavam livros, principalmente de autores franceses e obras que retratavam o levantamento das colônias da América do Norte, e se difundiam ideias por meio dos brasileiros formados em universidades de Portugal. Somente, então, em 1808, a partir de uma publicação produzida em Londres por um brasileiro, Hipólito José da Costa, surge o primeiro jornal brasileiro, considerado assim pela origem de seu autor e não do local de publicação; publicação que passa a ser lida em várias partes do país, sendo exemplares vistos na Biblioteca Pública da Bahia (TENGARRINHA, 2013).

Aliado a isso, é preponderante a afirmação de Cádima (2013, p.119) sobre o significado de liberdade de imprensa para Hipólito:

O sentido da liberdade de imprensa em Hipólito da Costa oscilava entre um certo pessimismo da inteligência, uma consciência crítica da privação do conhecimento determinada pelas práticas dos censores e um optimismo da vontade e do valor económico e comercial que, na sua perspectiva muito particular, a liberdade de imprensa integrava em si mesma.

Tanto assim que, conforme pontua Cádima (2013), o “Correio” noticia em setembro de 1820 a Revolução do Porto em Portugal, e em outubro de 1822 comenta a independência do Brasil, afirmando em dezembro, na publicação de número 175, ter o “Correio Brasiliense” cumprido sua missão e que, assim, deixaria de ser publicado.

Desta forma, a partir das reflexões trazidas até o presente momento neste estudo, foi possível compreender o terreno em que a imprensa portuguesa se desenvolveu e, concomitantemente a isso, como aos poucos foi se constituindo/subjetivando a prática do

jornalista. É a partir dessa compreensão que, nas próximas subseções, poder-se-á observar como essas subjetividades colocadas ao sujeito jornalista irão funcionar (ou não) em solo brasileiro; trata-se de uma continuação de uma (re)descoberta.

Interesse notar, sobremaneira, ao breve correr por essa história do jornalismo português, como ao poder dominante que procura se firmar, legitimar e, para tanto, cercear o antagonico, sempre há – mesmo que levemente, ao longe, quase que como uma sobra difícil de ser percebida; outras vezes, como um turbilhão que insiste na mudança imediata – a resistência que, pelo discurso – aqui compreendido como práticas, como propõe Foucault (2008a), que constituem os homens, suas ações, sua prática linguageira – insiste em se por em circulação, em se mostrar/provar pelo silêncio, pelo interdito, pelo não-dito naquilo que é dito, por tantas outras brechas possíveis (e necessárias) nessa luta constante pelo discurso. A história que se segue – história da imprensa brasileira – é o foco de estudo desta tese, que indubitavelmente, estabelece elos com este.

5.2 NO PRINCÍPIO, A NÃO ORIGEM DA IMPRENSA BRASILEIRA: A IMPRENSA RÉGIA E OS ENUNCIADOS DESVIANTES

Durante os séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento da imprensa no Brasil se viu sempre cerceado pelas próprias condições que o país, na época colônia, dispunha para a instalação de uma arte tipográfica, bem como pelos impedimentos sempre vindos de Portugal da proibição de circulação de qualquer impresso sem a autorização do governo (SODRÉ, 1999). Em nossas terras, o atraso para o desenvolvimento da imprensa fica explícito quando comparado a outros países pertencentes à América: em 1533, no México, surge a primeira tipografia do continente; em 1584, a segunda surge no Peru; nos anos de 1600, os Estados Unidos começam a preparar a impressão de seus primeiros jornais (BAHIA, 2009).

Para Sodré (1999, p.28), a imprensa no Brasil sofreu com o atraso, pois demorou para o capitalismo se instalar no país e se desenvolver a burguesia: “Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu”. Ressaltamos como a atividade jornalística é ligada ao princípio de ter como toda e qualquer empresa: depende do capital para existir. Nesse esteio, sustenta-se em uma contradição própria: marcar-se como esfera de defesa dos interesses públicos, mas que para existir depende da existência do capitalismo.

A precaução fora regulada para que não se falasse mal do Estado e, também, para que ideias libertadoras e contestadoras não se instalassem no país. O medo da palavra, que pode ser “libertadora” dos sujeitos, requer o cuidado e a regulação já na época de Brasil colônia.

Está em funcionamento o papel da imprensa, conseqüentemente do jornalista, daquele que pode promover a luta contra a dominação, contra os poderes estatais constituídos que buscam explorar a população. O jornalista, que sequer naquela época existia no Brasil como uma atividade possível de ser exercida, é interpelado a ocupar uma posição muito específica, de oposição ao poder dominante, como podemos observar nos recortes abaixo:

Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a **ideologia dominante** deve **erigir a ignorância** em virtude [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 18).

O domínio português, de 1500 até o desembarque da comitiva de D. João VI, se exerceu para **asfixiar** toda e qualquer **manifestação livre do pensamento**. A palavra impressa é considerada crime [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 18).

Para Portugal, até o século XIX, a imprensa é uma contingência só reconsiderada graças à emergência da mudança do trono para o Brasil. [...] As pressões da França e da Inglaterra, como antes a da Espanha, advertem Portugal para o **perigo** de qualquer concessão à **difusão de ideias** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.28).

Nos enunciados apresentados, podemos observar a materialização de uma oposição do Estado junto com a burguesia, representantes da “ideologia dominante”, frente à população como um todo – inserido nela, os jornalistas. O papel coercivo exercido pelo Estado são encontrados em marcos como “erigir a ignorância em virtude”, “asfixiar”, “perigo [...] difusão de ideias”. O exercício do poder do governo se impunha a força na sociedade – no enunciado, pelo jogo polissêmico, podemos observar tal governo ser tomado como “ignorante”, uma vez que a ignorância se tornou virtude –, na busca por interditar dizeres em oposição às suas ideias: o “livre pensamento” é o grande “perigo” a ser enfrentado. O poder dominante irrompe na tentativa de coibir a própria ideia de “resistir”, ou antes, de compreender o exercício do próprio poder como “dominante” e, portanto, “opressor”.

O silenciamento da palavra do outro, por exemplo, ocorreu com Antônio Isidoro da Fonseca, impressor em Lisboa que trouxe para o Brasil material tipográfico, que imprimiu em 1746 o que, de acordo com Sodré (1999), foi o primeiro impresso brasileiro, o “Relação da Entrada”. Todavia, por conta da Carta Régia da Corte, que determinou em 1747 o fechamento de tipografias com condenação de prisão e exílio, Isidoro foi proibido de continuar com seus impressos, sendo-lhe liquidada a oficina. Bahia (2009, p.19) pondera que esse “clima de terror intelectual” existiu no país até a chegada da família real, em 1808, a fim de continuar promovendo o colonialismo, conseqüentemente; os interesses políticos e econômicos da Corte, sendo necessária a imposição da força para barrar qualquer anseio de liberdade e

justiça (possivelmente alimentados pelo ideário da Revolução Francesa, da independência dos Estados Unidos, do combate à desigualdade social).

Na tentativa de compreensão dessas possibilidades de atuação do impresso, reforça-se que, antes da chegada da Corte ao Brasil, mais de trezentas obras circularam pelo país, como livros, relatos e impressos anônimos ou manuscritos:

A ênfase no **atraso**, na **censura** e no **oficialismo** como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa (ou de sua ausência) não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise [grifos nossos] (MOREL, 2009, p.24).

O Brasil, é claro, não pode esperar pela **instalação oficial da imprensa** e desenvolve, pelos meios de que dispõe, **formas de difusão de ideias e de notícias**, como fazem Gregório de Matos, em fins do século XVII, e todos os outros aprendizes, culminando, no século XIX, com os panfletos e o jornalismo convencional [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.29)

Nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo brasileiro sem tipografia é praticamente a única forma de **ação persistente** para expressar o conflito entre **colonizados e colonizadores**. Pela sátira poética, pelo panfleto, pela carta, pela gazeta manuscrita, pela canção, pelo repente, a colônia **reage à opressão política e econômica** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.40).

Nestes enunciados, observamos a materialização de um discurso que reforça a presença dos impressos que existiam clandestinamente no Brasil, sem autorização do Estado, como um campo de resistência ao poder institucionalizado estatal: a sátira poética, o panfleto, a carta, a gazeta manuscrita, a canção, o repente se toram instrumentos que permitem as possibilidades de resistência. Vemos desenhar-se, então, um discurso que opõe a “imprensa oficial” à “imprensa que era possível de ser feita”. Os instrumentos ditos anteriormente, na construção discursiva, são denominados “formas de difusão de ideias e de notícias”, já que não ocorria por aqui a “instalação oficial da imprensa”: de tal maneira, os enunciados conjuram a atividade jornalística como somente aquela reconhecida, autorizada a funcionar, não abarcando outras publicações que, por vezes, também atenderiam ao critério de “informar” ou, melhor, “questionar” o poder dominante.

A sociedade brasileira não se constituía de um bloco homogêneo, mas em uma “cena pública complexa”, que vislumbrava na palavra impressa a possibilidade de resistir, de se fazer falar e ouvir outros dizeres que escapavam ao poder regulatório da Corte. Como problematiza Foucault (2008b), não há nada possível fora do poder como também a todo poder existente há formas de resisti-lo: a palavra interdita cria caminhos próprios e singulares pelos quais se faz ouvir, sai da invisibilidade criada pelo discurso que busca

ofuscá-la para fazer circular entre os homens outras formas possíveis de se compreender e de se fazer a realidade.

Todavia, Sodré (1999), Bahia (2009) enfatizam que o marco inicial da imprensa no Brasil se dá em 1808 por dois acontecimentos importantes: a circulação a partir de junho do *Correio Braziliense* – escrito por Hipólito da Costa, em Londres – e a chegada da família real portuguesa, que instaurou a Imprensa Régia na então colônia, e que, em setembro, colocou em circulação a publicação oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Observamos nesses dois grandes acontecimentos discursivos para/da imprensa brasileira, dois discursos por vezes antagônicos que constituem o que pode ser considerado a função do jornalista, o papel do jornalismo para a sociedade. O desejo de “verdade” inerente a eles materializam diferentes sentidos sobre o que é ser jornalista: enquanto o *Correio* irá marcar o jornalismo/jornalista como campo autônomo, dissociável do governo, por sua incompatibilidade total de interesses com o mesmo, a *Gazeta* aponta para a imprensa em sua íntima ligação com o Estado, autorizada a somente publicar o que lhe é de interesse.

Em um desses polos, a imprensa é considerada responsável por promover o debate público, e conseqüentemente o jornalista deve promover esse espaço amplo de opiniões para formar uma opinião pública, como podemos verificar nos recortes abaixo:

E é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos que começa a instaurar-se a chamada **opinião pública**. Apesar de sofrer restrições e até perseguições do governo luso-brasileiro por suas contundências oposicionista, sabe-se que o *Correio Braziliense* era lido sistematicamente no Brasil (MOREL, 2009, p.30).

Seu jornal [*Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa] é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se o patrono da imprensa brasileira (BAHIA, 2009, p.17)

Em outro, havia a Imprensa Régia – com sua publicação oficial, a *Gazeta*, que circula como único jornal autorizado durante 12 anos, de 1808 a 1820 (BAHIA, 2009) – que tinha como principal função “[...] examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (SODRÉ, 1999, p.19). A palavra era interdita explicitamente, a fim de que todo e qualquer texto contrário aos interesses do Estado sequer pudesse ter uma existência material. Nesse bojo, ressaltamos a sujeição da imprensa aos anseios do governo para que pudesse existir:

Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus

benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias (SODRÉ, 1999, p.29)

A fixação da *Gazeta* no **relato unilateral** dos acontecimentos logo assume um caráter monótono e expõe a sua natureza oficial [...] (BAHIA, 2009, p.21)

Nos enunciados, podemos observar a partir do recorte “relato unilateral” a recorrência e a necessidade de legitimar o campo do jornalismo como “equilibrado”, que precisa “ouvir os dois lados”: quando o discurso nega a prática feita pela publicação, possibilita na sua construção a reafirmação do que se espera da prática jornalística. Da mesma forma, quando o enunciado assevera “era agora necessário informar” e, em seguida, lista o motivo – divulgar os feitos do governo e abafar as ideias contrárias –, há também a reafirmação do campo jornalístico por meio daquilo que ele não era (ou de como não era feito) à época: o jornalista não deve se render a informar os interesses e o que o Estado determina. Começa-se a se firmar o discurso de uma imprensa que, para existir, precisa estar desvinculada de outras esferas de poder.

Como fator importante a se ressaltar ainda a respeito do *Correio* é o questionamento feito por muitos se tal publicação pode ser considerada como impresso brasileiro. Conforme Sodré (1999), questiona-se a nacionalidade da publicação muito menos por ter sido produzido no estrangeiro – o que era comum com tantas outras publicações que o faziam por não correrem o risco da censura prévia ou a *posteriori* no Brasil – mas por ser financiada externamente e, conseqüentemente, por ser um olhar do “outro” (estrangeiro) sobre o Brasil:

A questão fica mais clara quando se considera o jornal de Hipólito – do tipo doutrinário e não do tipo noticioso – como ângulo externo de ver o Brasil, perspectiva externa: todos os nossos grandes problemas forma por ele tratados muito mais segundo as condi es internacionais do que nacionais (SODRÉ, 1999, p.21).

A influência do *Correio Braziliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso   que só por exagero se pode enquadrar o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira (SODRÉ, 1999, p.28).

Em oposi o, Bahia (2009, p.22) afirma a importância dessa publica o no país; ainda que com uma visão diferente do papel exercido pelo *Correio* no país, cabe observar também fortemente a justificativa de importância da publica o pelo valor que d  aos temas de importância para o país:

[...] a *Gazeta* vai publicando intermináveis relatos dos sucessos nas frentes portuguesas e espanholas, [...], pouco se dando   vida local, enquanto o *Correio*

Braziliense exprime uma aguda visão crítica de fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil (BAHIA, 2009, p.22)

O *brasiliense* do título do jornal é sinônimo de *brasileiro*, para acentuar o espírito de patriotismo que o norteia (BAHIA, 2009, p.33).

Assim, ressaltamos a circulação do sentido de que para ser jornalista no Brasil e para que assim seja reconhecido é preciso que traga um olhar crítico sobre o país a partir da perspectiva do próprio país; ou seja, a identidade do jornalista brasileiro ancorada no “nacionalismo” – o sentimento de pertencimento – vai sendo construída como requisito importante para o exercício – e sua legitimidade – da profissão. Ainda a respeito sobre a necessidade de o jornalista brasileiro “lutar” pelos interesses do próprio país vai ser ressaltado pela fala de Fernando Segismundo, trazida por Sodré (1999), de que Hipólito da Costa não foi o precursor do abolicionismo e de por muito tempo ainda ter defendido a união do Brasil com Portugal. Contrariamente, Bahia (2009) explicita que Hipólito defendeu ao longo do processo de consolidação do *Correio* a monarquia constitucional, a abolição da escravatura, a Independência do Brasil.

Morel (2009) expõe que por mais que o *Correio* seja considerado o jornal de oposição ao governo e a *Gazeta* como o jornal oficial, eles estabeleciam pontos de contato. Asseveramos como os discursos antagônicos também se constituem a partir de suas diferenças e de seus pontos de contato. Até mesmo o *Correio*, que era fortemente combatido pelo governo, também compatibilizava com certos ideais da *Gazeta*:

[...] defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração (MOREL, 2009, p.31).

O autor chama a atenção para o fato de que até mesmo nos anos de 1820, com a chamada para a Constituinte brasileira, a *Gazeta do Rio* (que sofreu redução no título, principalmente em decorrência da mudança de pensamento político promovido pelo movimento liberal português) passa a defender ideia de Rousseau e da modernidade política muito antes do *Correio*, entre outras coisas pela distância geográfica entre o centro produtor e o Brasil. Sodré (1999, p.28), nesse esteio, também expõe como o *Correio* nem sempre se opunha aos interesses da Corte, tanto que destaca que na problemática da Independência, Hipólito defendia uma reforma a ser feita pelo próprio governo e não pelo povo. Observamos, então, nesses discursos sobre a história da imprensa no Brasil, esse espaço de contradição de se ressaltar ou não a figura de Hipólito da Costa e de sua publicação.

Diferentemente de Sodré (1999) e Morel (2009), Bahia (2009, p.31) expõe que a publicação exerceu a atividade jornalística livre e independente e que sua “[...] artilharia dispara contra a violência política, os atos discricionários da administração colonial e a conspiração dos poderosos para reduzir ao silêncio as ideias liberais e democráticas”. Em toda a problematização sobre o papel de resistência exercido ou não pelo *Correio*, nos trechos acima destacados, observamos a necessidade de a publicação se marcar como de resistência e assim cumprir este papel: ao discutir o trabalho de o *Correio* ter ou não difundido ideias de libertação do país do jugo da opressão e de lutar contra o abolicionismo, reforçam-se os sentidos de que ele deveria o ter feito para se marcar como impresso de destaque dentro do jornalismo brasileiro.

O jornalista passa a ser o sujeito que é e deve ser “livre” e “independente”, pois se assim não o for, não o é jornalista. Nesse esteio, é enfática a passagem de Bahia (2009, p. 32) quando destaca qual seria para Hipólito o papel do jornalista: “Costa quer um jornalismo que conte tudo o que sabe o jornalista. As verdades que diz fazem desabar reputações, põem a nu a moral corrupta do absolutismo”. Assim, há uma verdade sempre a ser dita, a ser revelada, a ser divulgada para a população, sendo esta a tarefa do jornalista: olhar a realidade, e tornar pública essa “verdade” que se revela a ele e, a partir da qual, pode ajudar a promover mudanças sociais significativas. Essa identidade forjada para o jornalista já estava tão presente no desenvolvimento da imprensa que se operava no Brasil, que o próprio Hipólito descreve, na passagem resgatada por Bahia (2009), qual é a função do jornalista¹³:

O indivíduo que abrange o **bem geral de uma sociedade** vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que ele espalha **tiram das trevas ou da ilusão** aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a **mostrar, com evidência**, os acontecimentos do presente e **desenvolver as sombras do futuro** (BAHIA, 2009, p.34).

Tal enunciado materializa diferentes significações colocadas em circulação sobre a atividade jornalística: o jornalista é conclamado a quase ser um “profeta”, ao ter de olhar para o presente e “desenvolver as sombras do futuro”, de forma que ele detém a capacidade de apreensão da realidade em sua totalidade, a ponto de refletir o que acontecerá (ainda, sua

ação, além de prever o futuro, se projeta nas “sombras do futuro”, ou seja, implica consequências para a sociedade); da mesma forma, tal profissional se configura como o grande “guardião da sociedade”, uma vez que tem de lutar pelo seu “bem geral”: sendo assim, seria necessário à sociedade eleger e ter um guardião, num processo de naturalização desse processo. Tomado em uma visão idealista como “intérprete do mundo”, o jornalista é conjurado a assumir o poder de “tirar das trevas” a população: por meio de seu trabalho, a sociedade é e deve ser guiada para o bem comum; o conhecimento do jornalista, então, é a “luz” que permite a sociedade caminhar. Por fim, ainda observamos que o enunciado coloca em circulação os procedimentos envolvidos na tarefa jornalística: o jornalista não deve simplesmente olhar para o mundo e reportar os fatos, antes é preciso encontrar as “evidências”. Sendo assim, na história, haveria sempre um solo, uma base escondida, que tem de ser escavada pelo jornalista, na busca do discurso, do fato oculto que só ele pode revelar na medida que detem os procedimentos para encontrar as “evidências”.

Ainda sobre esses papéis antagônicos do *Correio* e da *Gazeta*, julgamos conveniente destacar a categorização que Sodré (1999, p.22) faz das duas publicações:

Em tudo o *Correio Braziliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal; em tudo a *Gazeta* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal – embora fosse exemplo rudimentar neste sentido.

Sodré (1999) expõe que o *Correio* tinha caráter de formador de opinião pública, ou seja, buscava “conquistar opiniões”, enquanto a *Gazeta* tinha como objetivo mais a divulgação da informação do que da opinião. Vai se delineando esferas possíveis de atuação do jornalista a partir dos pré-construídos da própria área: o jornalismo de jornal e o jornalismo de revista. Por meio da suposta neutralidade da linguagem, vão se demarcando polos que, no campo jornalístico, nunca devem se confundir – a informação e a opinião –, de modo que se efetiva um suposto contrato com o público, informando-lhe onde poderá encontrar uma ou outra. Consequentemente, por meio dos procedimentos de regulação do discurso, como discute Foucault (2009), levantam-se questionamentos como: Quem pode falar no jornal? Como deve fazê-lo? Quem pode falar na revista? Como deve ser o trabalho de escrita nessa

¹³ Reforçamos que independentemente de o *Correio Braziliense* ter sido produzido fora do Brasil, seus dizeres circularam e significa(ra)m em nosso país; portanto, ainda que os autores discutam se tal publicação pode ser considerada o primeiro jornal efetivamente brasileiro – o velho anseio do homem na busca pelas origens capazes de justificar e compreender o presente –, ela constituiu o que buscamos compreender como a imprensa brasileira. Para Sodré (1999, p.37), o início da imprensa brasileira só ocorreu em 1817, com a publicação do *Precioso*, documento político que tratava sobre “[...] as razões dos revolucionários e colocava o problema da liberdade, até aí posto em plano secundário, no processo de Independência”.

materialidade? Assim, observamos que os enunciados explicitamente marcados como de opinião não podem se materializar sem antes serem tomados pelos próprios leitores como textos opinativos. Da mesma maneira, os textos tidos como somente informativos – sem se atentar a opacidade da linguagem – não devem veicular opinião, por justamente ferir esse contrato implícito estabelecido com o público: não se questiona se, por meio do texto julgado como somente informativo, não se materializam os mesmo discursos dos textos tomados como fortemente opinativos.

Esse princípio de surgimento de uma imprensa efetiva no Brasil vai sendo solidificado, então, por dois grandes polos: os impressos oficiais, por meio da Imprensa Régia, que proclamavam as benfeitorias do governo e buscavam atacar publicações com dizeres contrários; os impressos não-oficiais que, burlando a fiscalização e a proibição da Corte de circular, corriam pelo Brasil (ainda que muitos desses impressos, como o *Correio*, fossem produzidos em outros países) promovendo outras possibilidades de compreender a realidade do nosso país.

Como discute Sodré (1999), aos poucos e, principalmente, após a volta da família real a Portugal, em 1821, foi possível, no Brasil, a existência de condições políticas e materiais para o surgimento de uma imprensa mais efetiva, regular. Para o autor, “[...], o problema da imprensa é, na realidade, em última análise, político” (SODRÉ, 1999, p.34). Bahia (2009) complementa que a imprensa foi a porta-voz da prosperidade reprimida durante três séculos, principalmente a partir de 1820, com os ideais do liberalismo português se sobrepondo ao absolutismo português tanto em Portugal quanto no Brasil. Para o autor, a instalação da imprensa em nossas terras já denota a perda da força da colonização portuguesa, que posteriormente permitirá um campo possível pela luta pela autonomia nacional.

Nos enunciados de Bahia (2009, p.30), é colocado em circulação o sentido da importância da imprensa para o povo brasileiro, principalmente na seguinte passagem: “Entre os agentes dessas passagens do poder está a imprensa historicamente **indissociável** do gênio político nacional do que qualquer outra instituição [grifo nosso]”. Assim, nesse período que se pode dizer ser a gênese da imprensa no Brasil, a partir da materialidade discursiva analisada, ressaltamos como o político fala da/na/com a imprensa, numa relação indissociável, uma vez que o próprio jornalista vai se constituindo como um sujeito político, que, não obstante, precisa assumir seu papel político na sociedade: o enunciado não abre margem para a dúvida por meio do emprego do “indissociável”, conferindo a imprensa o seu papel “político nacional”.

Um ideário de uma imprensa que fala do/com o povo e, mais ainda, que faz parte do próprio povo vai se solidificando na busca pela legitimidade do papel a ser ocupado e exercido pela imprensa dentro da sociedade brasileira. Desta maneira, o que reforçamos é que esse início de desenvolvimento da imprensa no Brasil ecoa dizeres sobre a atividade jornalística como espaço para a publicização de ideias capazes de libertar o homem, de oposição aos discursos que buscam oprimir a liberdade e a justiça: “Em 1808, no Brasil, o jornal é um risco, uma temeridade, uma aventura. E também uma questão de oportunidade, necessidade, dever” (BAHIA, 2009, p.30).

5.3 UM “GRITO” DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DOS JORNALISTAS

A partir da Revolução liberal do Porto, que eclodiu em 24 de Agosto de 1820, reivindicando a volta da família Real para Portugal – o que ocorreu em 1821 –, e com a proclamação da Independência em 1822, um terreno fértil possibilitou o surgimento de mais tipografias pelo Brasil, promovendo a expansão do comércio de livros. De acordo com Sodré (1999), neste momento, o livro rompia com a clandestinidade e começava a ser ferramenta necessária tanto para as camadas sociais mais elevadas e letradas quanto para os poucos das classes mais baixas que tinham acesso ao ensino. Para o autor, as atividades de ler e aprender estavam intimamente ligadas ao ideário anticolonialista: “[...] representavam um esforço de **libertação** [grifo nosso]” (p.39). Este enunciado permite a reflexão sobre uma oposição instaurada: anticolonialismo/libertação versus colonialismo/aprisionamento. A ideia de “libertação” promovido pelas “letras” nos leva a um discurso da salvação promovida pelo conhecimento do mundo letrado: de tal modo, para se operar a resistência ao poder vigente, é preciso conhecer e operacionalizar com os mesmos instrumentos da dominação, mas subvertendo-os.

Nesse terreno que antecedia a independência do país, os revolucionários de Pernambuco, em 1817, na Constituição republicana – que, após o levante, foi liquidada – estabeleciam os princípios de uma imprensa livre: “A liberdade de imprensa é proclamada, ficando porém o autor de qualquer obra e seus impressos sujeitos a responder pelos ataques à religião, à Constituição, aos bons costumes e ao caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis em vigor” (SODRÉ, 1999, p.40). Todavia, o autor pondera que esse desejo de liberdade era condicionado pelo medo que tal liberdade pós-servidão inspirava; os revolucionários tinham medo da própria revolução e a desejavam não para todo o povo, mas

para algumas camadas da população, pois “Mais do que isso, pondo o risco de alastramento da liberdade, alarma os reformadores que se dizem revolucionários” (p.40).

Como pontua Sodré (1999), em 1821, as Cortes de Lisboa proclamaram a liberdade de imprensa, posteriormente no mesmo ano estendida ao Brasil, desde que não atingisse a Constituição, os bons costumes, a religião, a moral, a tranquilidade pública, ou seja, uma “liberdade” – questionamos como ser possível pensar em uma “liberdade” caminhando com tais “proibições”. Com o aumento de publicações, principalmente anônimos, o país regulou também os impressos anônimos, em janeiro de 1822: não foram proibidos de circular, mas os autores deveriam responder pelos abusos e, quando não identificado, responderia o editor ou impressor. Neste sentido, é tácita a reflexão de Chartier (1999, p.52):

Durante a repressão, todavia, a responsabilidade do autor de um livro não parece ser considerada maior do que aquela do impressor que o publicou, do livreiro ou do mercador que o vendeu, ou do leitor que o possui. Todos podem ser conduzidos à fogueira se tiverem proferido ou difundido opiniões heréticas.

Em junho, o Conselho de Estado constituído por D. Pedro legislou sobre a liberdade de imprensa sem se referir aos ataques aos bons costumes, religião e caráter dos indivíduos, focando especificamente sobre as “doutrinas incendiárias e subversivas”, determinando que os originais fossem assinados, além das provas tipográficas terem de ser submetidas ao procurador da Coroa. O autor expõe que essa liberdade restrita – uma censura clara continuava a existir – foi imposta pela classe dominante que buscava os privilégios da Independência ao serviço exclusivo de seus interesses, mantendo a mesma estrutura colonial:

Mas, tida essa estrutura, a liberdade de pensamento não encontraria espaço e condições para existir e desenvolver-se. [...] E isso apenas comprova que a liberdade tem conteúdo e forma dependentes da correlação de forças econômicas, sociais e políticas: cada classe tem o seu conceito de liberdade, que supõe absoluto e eterno, e defende-o – para defender-se (SODRÉ, 1999, p.42).

Em 1824, conforme Bahia (2009), é promulgada a primeira Constituição, ampliando o conceito de liberdade de imprensa:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.
[...] IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fôrma, que a Lei determinar (BRASIL, 1824).

Delineiam-se, assim, regulações dos discursos possíveis de circular na imprensa brasileira na época. Não há espaço e autorização para todo e qualquer dizer, no qual, no “jogo da liberdade”, só há espaço para os dizeres autorizados e que coadunam com o das classes privilegiadas, mais beneficiárias do processo de Independência. A palavra do jornalista está condicionada, sob uma suposta ideia de liberdade de imprensa, aos procedimentos coercitivos – prisão, apreensão do material, fechamento da tipografia etc. – que atravessam seus dizeres, colocando ainda na clandestinidade o discurso outro – o não possível de se realizar oficialmente – que ainda precisa encontrar estratégias para se fazer existir.

O papel do Estado na regulação da liberdade de imprensa constitui sobremaneira a atividade jornalística (possível) que se desenvolvia no país. Ainda, o jornalismo é tomado como uma extensão do aparelho do Estado – ainda que materialmente seja um órgão autônomo –, que, servindo-o, busca criar uma “opinião pública” que lhe seja favorável. O jornalista, entre suas possibilidades de existência em tal período, vai ser fortemente vinculado às classes dominantes: como aquele que tem de tornar público os interesses dessa elite. Não obstante, ainda na contemporaneidade, observamos serem colocados em circulação os dizeres de que o jornalismo ainda atua em serviço da elite política e econômica do nosso país. É o caso, por exemplo, de José da Silva Lisboa, que sempre defendera em publicações próprias como *O Conciliador do Reino Unido* os interesses do poder vigente:

Em 1808, é nomeado membro da Junta Diretoria da Imprensa Régia. [...]. Obtém a confiança de D. João VI – a quem é apresentado na primeira semana do príncipe-regente na Bahia –, faz-se **intérprete do pensamento oficial**; dos últimos meses do Brasil-Reino aos seis anos iniciais do Primeiro Reinado, sua colaboração a D. Pedro é considerada inestimável [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 92).

Em 1828, Silva Lisboa se vê na **obrigação** de defender a “sagrada pessoa” do imperador de críticas da imprensa oposicionista. [...] O povo, afirma, não é soberano; o imperador, sim [grifo nosso] (BAHIA, 2009, p.95).

A partir do recorte “intérprete do mundo oficial”, podemos observar como o ideário do jornalista como o “intérprete” se naturaliza: há um mundo a ser descoberto, transcrito, proclamado, sendo o jornalista o grande responsável por realizar tal operação. Sendo assim, a sociedade por si só não conseguiria – não poderia – olhar para a realidade e compreendê-la; num terreno mais profundo, de reflexões, o jornalista habitaria para devolver a essa sociedade a interpretação “oficial”/autorizada do mundo. Da mesma maneira, a ideia de um “pensamento oficial” pressupõe o “pensamento não-oficial”: o “oficial” passa a caracterizar aquilo que pode e deve ser dito à sociedade – sendo autorizado –, o “não-oficial” seriam os

outros dizeres existentes, mas que impossíveis – dada não ter o *status* de autorizado – de circular.

Em contraponto, nesse panorama histórico pela busca da Independência do Brasil colônia, a imprensa e o jornalista passam a ser relacionados diretamente com a construção da história que se fez possível. Sodré (1999, p.44), por exemplo, pondera que “[...] o processo da Independência foi longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, com avanços e recuos, dependente de muitos fatores. **Tudo isso influenciou na imprensa do tempo; e em tudo isso influenciou a imprensa do tempo**” [grifo nosso]. Observamos o delineamento do sujeito jornalista como aquele pelo qual se passa a história e com o qual, também, se faz a história: não há história possível de existir sem o exercício do jornalista. A história passar a ser (re)conhecida pelo discurso jornalístico que, nesse esteio, conclama para si a missão de tornar a história inteligível, de fazer a história na medida em que a torna pública.

Imbuída nesse papel, nos discursos dos historiadores sobre a imprensa brasileira, reforça-se como a imprensa continuou sofrendo nesse processo de o Brasil deixar de ser colônia e, conseqüentemente, romper com o colonialismo e o monopólio, com o cerceamento de atuação de forma independente. Pondera Sodré (1999, p.44) que a restrição à liberdade “[...] interessava às forças feudais europeias, à metrópole lusa e seu governo; enquanto a sua liberdade interessava à burguesia europeia e às forças internas que, aqui, lutavam contra o colonialismo.”. O autor pontua que a liberdade de imprensa nessa época era o resultado do conflito entre a classe dominante colonial que, na luta pelo desligamento da dominação portuguesa, fazia em alguns momentos concessões à liberdade de imprensa. Da mesma maneira, tal “liberdade” lhe era negada quando observavam uma “Independência” que extrapolava os interesses da elite colonial.

Nesse jogo de forças, está a atividade jornalística: resultado de diferentes poderes que se exercem sobre a sociedade; a partir desses enunciados vemos desenhar-se essa malha fina constituída de micropoderes, como discute Foucault (2008b). Assim, também, com a atividade jornalística não foi diferente: não há nada fora do poder, uma vez que o poder é constituinte dos saberes que são autorizados e legitimados a circular no meio social. São esses poderes que atuavam sobre a atividade do jornalista que propiciavam um campo de emergência para alguns enunciados e não outros; que ora concediam certa “liberdade” para a circulação de discursos mas que, sempre que convinha, a restringia. Esse suposto desejo de um discurso “livre” vai constituindo uma vontade de verdade do que é ser jornalista; e ser jornalista é ser “livre”:

Assim, para a imprensa, **não há liberdade**: nem aquele poder [metropolitano] está disposto a concedê-la, nem a classe dominante colonial está disposta a conquistá-la [grifo nosso] (SODRÉ, 1999, p.45).

Nessa “liberdade” permitida, quando o Brasil está vivenciando na volta da Corte a Portugal e sente-se a possibilidade da volta do regime de monopólio, desperta-se o desejo de se mobilizar a população, de se criar uma opinião pública que, na descrição dos historiadores, cabe muito bem à imprensa:

Para unir, **é preciso mobilizar**. Para mobilizar, é preciso despertar a **opinião**. Para despertar a opinião, **é preciso imprensa**. Ela tem, então, sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.45).

A imprensa é o **elemento que faltava** na composição de forças, de anseios e de aspirações voltados para a independência, para um ato de afirmação de autonomia [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.42).

É o momento em que a imprensa, recebendo os reflexos da realidade, **influi sobre a realidade**, porque atravessa fase de liberdade. Trata-se de liberdade concedida; não de liberdade conquistada. A diferença entre a liberdade concedida e a liberdade conquistada reside em que aquela pode ser anulada sem alteração das condições políticas e esta exige, para ser anulada, que sejam alteradas as condições políticas, isto é, a correlação de forças [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.46)

Assim, vai se construindo uma imagem própria para a figura do jornalista como responsável por despertar na sociedade uma “opinião pública”. Na atividade desse sujeito, congrega-se a possibilidade de mobilização social: na sua prática, reside um poder. Podemos observar a materialização desses sentidos por meio recorrente do emprego do “é preciso” – “é preciso mobilizar”, “é preciso despertar opinião”, “é preciso imprensa” – bem como do sintagma “é o elemento que faltava”: o jornalismo se mostra como imprescindível, elemento “necessário” para a mobilização, para a mudança. Destarte, tais enunciados também conjuram um espaço de atuação do jornalista: este tem de retratar a “opinião pública”, “tem de mobilizar”, “tem de ter opinião”. Confere-lhe o poder de conseguir reunir os homens em torno de um objetivo comum e levá-los a acreditar no ideal compartilhado. Vemos em funcionamento esse jogo de um jornalismo que não se trata simplesmente de informar, mas também “formar” pessoas, impeli-las a ação em busca de um objetivo comum: reforça-se o papel político do sujeito jornalista. Na contradição de sua atividade, que deve buscar a neutralidade e a objetividade, mas concomitantemente precisa ser política e, para tanto, defender uma “verdade” negando outra. Aproximam-se neste mesmo espaço a informação e a opinião como resultados do trabalho do jornalista:

[Na imprensa] o **jornal político** se projeta seja em veículos efêmeros, alternativos, seja nos estáveis, regulares. Benjamim Constant dá a essa função quase exclusivamente política da imprensa o nome de “tribuna ampliada”, para caracterizar seu compromisso doutrinário, seu **engajamento ideológico**. Ainda não é o tempo da cobertura que separa a notícia da opinião [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.42-43).

É um período [1808 a 1880] em que a influência de um jornal não é medida pelo seu tamanho, pela sua qualidade ou pelo seu prestígio. O que faz a medida é a **força da opinião**, e esta tanto pode aparecer em uma página como em várias páginas. Não é o título o que conta. Tampouco a tradição, o peso econômico. **Prevalece a ideia**. O que se imprime é o que vale [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.91).

Podemos também observar a materialização dessa significação quando Sodré (1999), ao caracterizar o período *Diário do Rio de Janeiro*, fundado em 1º de junho de 1821 pelo português Zeferino Vito de Meireles, como um jornal que trazia muitas informações em relação à previsão meteorológica, assassinatos, demandas, espetáculos, divertimentos e, que por isso pode ser considerado o precursor do “jornalismo de informação”, mas que falhou quanto ao lado “político do jornalismo”, por se distanciar das questões políticas próprias da época do país, chegando a sequer noticiar a proclamação da Independência:

Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação. Do **ponto de vista político**, entretanto, **em nada alterou o quadro**. Se não fez o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.51).

O enunciado proclama a necessidade de o jornalismo ser combativo, ter um “ponto de vista político” para que possa ser considerado jornalismo; o emprego da construção “em nada alterou o quadro” nos leva a um discurso de reafirmação da esfera jornalística como espaço de mudança, que tem o poder de mudar a sociedade; e mais, que deve mudar a sociedade. Ainda, fortemente, nos enunciados seguintes, ressaltamos como é exigida do jornalista a opinião e, portanto, sendo-lhe negada a omissão vestida de imparcialidade e neutralidade:

Órgão áulico, com pretensão à imparcialidade e à neutralidade – não há **forma mais torpe** de participação do que a omissão – foi *O Espelho*, que Manuel Ferreira de Araújo Guimarães fundou, ao abandonar a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Trazia dela o **calo do jornalismo oficial**, de que nunca se livrou. **Não tinha posição, não opinava** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.58).

O que há, portanto, é uma pequena imprensa. Exclusivamente, simples jornais. E um jornalismo feito por **panfletários**, por autores que **polemizam, divergem, desafiam, conciliam, lutam, instigam, ensinam, constroem, destroem**. Eles sobrevivem por muitas gerações **como jornalistas** apenas, alguns como estadistas. Seus efêmeros jornais também [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.91).

Nesta série enunciativa, delinea-se um campo possível de atuação para o jornalista, caracterizando-lhe. O jornalista tem de ter “posição” – não há margem para dúvida quanto a isso –, tem de “opiniar”, desde que seja a favor da população e contra o “discurso oficial”. Sendo assim, o jornalista não está autorizado a ter qualquer opinião, se assim o quer ser considerado, antes deve atender o princípio elementar de (o)posição. Nesse esteio, o jornalista não é aquele que se conforma, que simplesmente informa, mas o que “polemiza”, “diverge”, “desafia”, “luta”, “instiga”, “constrói”, “destrói”: a identidade do jornalismo como agente de luta, de mudança e de resistência é erigida; para além de um “intérprete do mundo”, o jornalista tem de assumir o papel de “defensor” da sociedade, principalmente das forças do poder dominante. Podemos notar também a necessidade de a imprensa agir em prol da opinião pública, dos interesses dos brasileiros, quando o autor seleciona qual foi a primeira publicação do país a efetivamente colaborar com os anseios dos brasileiros, e destaca outro jornal como defensor das ideias da Independência brasileira:

O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o *Diário Constitucional*. Apareceu com intenção de travar luta política nessa sentido, e travou-a (SODRÉ, 1999, p.51).

A 15 de setembro de 1821, começava a circular, no Rio de Janeiro, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que se tornar o órgão doutrinário da Independência brasileira. [...] O seu forte, porém, eram os artigos doutrinários, que evoluíram, acompanhando o processo de Independência, na fase que culminou com a proclamação do Ipiranga (SODRÉ, 1999, p. 51-52).

Nas descrições dos periódicos que existiram e trabalharam ao longo do processo anterior e posterior à Independência, Sodré também ressalta em uma característica peculiar do jornalista: de se atentar ao “valor notícia”, de não deixar passar despercebida a notícia que precisa ser publicada, divulgada. O autor chega a ponderar que, dentro dos critérios atuais da atuação do jornalista, é uma falha grave não noticiar um acontecimento como a Independência do país. Nesse campo de estratégias que mobilizam o que vale a pena ser trabalhado como notícia ou não, ressalta-se o que é de interesse nacional muitas vezes em detrimento dos pequenos acontecimentos do cotidiano. Tal qual a concepção da história tradicional, refutada pelos pensadores da Nova História, bem como por Foucault (2008a), ganham relevo os grandes acontecimentos, os grandes heróis, não se observando como a história vai sendo constituindo por pequenas e importantes lutas e conquistas – a vida dos homens infames geralmente é silenciada para a exaltação da história dos grandes acontecimentos. Não raro,

então, o jornalista, ao fazer a escolha dos acontecimentos que merecem se tornar notícia, optar por fatos de repercussão e isso se tornar uma das regras de seu exercício profissional:

É curioso que, precipitados os acontecimentos, proclamando D. Pedro a Independência, em São Paulo, as edições do *Revérbero* de 17 e 24 de setembro não deram a mínima notícia a respeito. **Essa inconcebível falha jornalística – nos critérios atuais** – significaria que, para a corrente de que aquele jornal era órgão, a Independência já estava feita mesmo [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 57).

Neste período em que a esquerda defendia os ideias “Independência” e “liberdade” e a direita lutava por uma “Independência” restrita – mantendo os privilégios da elite, defendendo o poder maior do governante do que do povo, muitos vezes associados a tumulto, anarquia e desordem – (SODRÉ, 1999), observamos como o papel da imprensa e do jornalista defendidos pelos historiadores tem de se alinhar a esquerda, por justamente combater o poder dominante exercido pela direita. E, assim, se o jornalista deseja lutar pela liberdade tem de combater quem tenta cerceá-la:

É a imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida, com a direita em ascensão – a **imprensa que luta pela liberdade** e que, como no período anterior às cortes, será **perseguida e amarrada ao tronco do poder** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.61).

Entre 1822 e 1831 – um ano antes da Independência caíra a censura prévia – há um surto de pequenos veículos, de jornais radicais e de panfletos. Cada qual com sua epígrafe, cotejam e **debatem** questões essenciais, **mobilizam** setores adormecidos da sociedade, **desafiam** altos funcionários da monarquia (BAHIA, 2009, p.50)

Podemos observar nos dois enunciados apresentados a instauração do lugar a ser ocupado pelo jornalista; o uso dos verbos “debater”, “mobilizar” e “desafiar” remete a ação que o jornalista tem de ter frente ao mundo. O jornalismo é colocado em oposição ao “poder dominante”, tanto que será “perseguido” e “amarrado ao tronco do poder”: como em uma arena, num campo de batalha, a imprensa tem de “lutar pela liberdade”, tem de promover mudanças, opondo-se ao Estado. Os enunciados colocam em circulação a importância do jornalismo para a sociedade, na medida em que o caracterizam, impõe-lhe funções que tem e deve exercer. Assim como muitos jornais publicaram somente o discurso oficial, outros defenderam ideias de liberdade, recebendo as devidas punições por isso. Nesse campo de resistência em que se exerceu parte da atividade jornalística da época, Sodré (1999) menciona exemplos como *O Paraense*, impresso na oficina de Felipe Alberto Petroni Martins Maciel Parente, em Belém; o *Correio do Rio de Janeiro*, que surgiu em 1822, conduzido por João Soares Lisboa; *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, de Cipriano José Barata

de Almeida, iniciado em abril de 1822, em Recife – as diversas *Sentinelas* que circularam recebiam nomes diferentes de acordo com os lugares em que apareciam, principalmente em função dos lugares em que Barata era preso.

Para Sodré (1999), Barata não recebeu da historiografia oficial o devido reconhecimento pelas lutas travadas em prol dos anseios de liberdade e de justiça, sendo o primeiro a fundar o primeiro jornal republicano no Brasil: “Sua influência foi extensa e profunda: outras *Sentinelas* apareceram, imitando a sua” (SODRÉ, 1999, p.68). Nessa busca pela descrição do jornalista dessa época, Bahia (2009) assim considera Barata:

[...] possivelmente, o mais notoso panfletário do Primeiro Reinado e das Regências Trinas. Jornalista, político, agitador, líder popular, a sua atividade revolucionária na imprensa projeta-o como um campeão das liberdades públicas, precursor das lutas pela Independência, República e federação. [...] Prega a justiça social numa época de tirania, conspira abertamente contra o poder (BAHIA, 2009, p. 100).

O historiador ainda destaca o papel de João Soares Lisboa na luta do Brasil pela Independência e, posteriormente, na luta pela convocação da Constituinte. O jornalista como um sujeito que tem de ser livre para poder informar e opinar é delineado na fala de João Soares resgatada por Sodré: “Nunca V. A. R. [referindo-se a D. Pedro] verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vassalo e não voltarei à escravidão” (SODRÉ, 1999, p.71). Comprendemos que se na construção do seu discurso sobre a história da imprensa no Brasil, Sodré (1999) cita nomes como Barata e Lisboa como exemplos de jornalistas da época, podemos asseverar que nas características ressaltadas sobre esses homens encontra-se, sobremaneira, a caracterização do que se esperava do jornalista já naquela época.

Na luta pela liberdade além da própria “Independência”, instaurou-se no país novamente o papel de uma imprensa que precisava ousar, ocupar um papel de resistência. Observamos no *corpus* analisado a configuração de uma imprensa que, para além daquele que somente reproduz os anseios do poder instaurado, tem o dever de resistir. É o que podemos observar quando Sodré (1999) cita o exemplo do *Correio do Rio de Janeiro*, que lutou contra os interesses da classe dominante que ansiava por uma Independência comedida capaz de manter seus privilégios:

Diante disso, a posição do *Correio do Rio de Janeiro* aparecia como essencialmente **subversiva**. Como **todos sabem**, subversivo é tudo aquilo que **contraria os interesses da classe dominante**. Em 1822, era **subversiva**, assim, a **ideia da República** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.72).

Frente a esse enunciado, importa colocar em suspenso a marca “subversão”: o que se subverte, por que é preciso subverter, quem pode subverter. Por meio do emprego “como todos sabem”, o enunciado trabalha com a naturalização dos sentidos, permitindo apenas uma significação possível, de tal forma que não há porque ser questionado. Promovendo uma divisão entre “classe dominante” e “classe dominada”, o enunciado determina uma posição para o jornalista: o da “classe dominada”; pressupondo que a “classe dominante” investe sobre a sociedade seu poder, seria tarefa do jornalista ser “subversivo”, ao subverter o processo, defendendo a “ideia da República”. Cabe notar que a “subversão” como operação inserida no jogo discursivo não seria assim tomada pela “classe dominante”, uma vez que não haveria o que se subverter. Neste jogo, os “interesses da classe dominante” passam a ser recusados como “interesses de toda a sociedade”, tendo que ser, por isso mesmo, subvertidos. Tal significação também se materializa na seguinte passagem de Bahia (2009), quando descreve o papel da imprensa nesse período, e na passagem de Sodré (1999), ao tentar caracterizar a imprensa que fora perseguida por conta dos ideais defendidos e ressalta a missão que sempre coubera à “verdadeira” imprensa:

Em duas décadas, desde 1808, **a imprensa é** a mais eloquente **testemunha** das mudanças políticas, sociais e econômicas que a energia popular gera no país. O papel do jornalismo em tão pouco tempo de existência é o de **intérprete do sentimento da emancipação** que se projeta desde a tradição revolucionária dos séculos XVII e XVIII [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 59).

No ano seguinte [1823], o primeiro da existência brasileira autônoma, o processo continuaria a desenvolver-se, assinalando o predomínio da direita: **os que colocavam o problema da liberdade seriam afastados ou liquidados** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.75).

[Com a Constituinte dissolvida] Restava agora a imprensa áulica e única. A outra, a que fora liquidada em outro do ano da Independência, cumprira exemplarmente a sua missão; [...] a **classe dominante** apoderava-se do **comando**, exercendo-o em sua plenitude. Para isso, teria de, tomando **medidas violentas**, suprimir todas as manifestações de liberdade, inclusive e principalmente a de imprensa (SODRÉ, 1999, p.81-82).

Por meio dessa série enunciativa, observamos como os discursos demarcam a separação na sociedade, conforme anteriormente exposto. Há a necessidade de reafirmar que a “classe dominante” representa o “retrógrado”, além desta usar a força opressora – usa “medidas violentas”, “afastava” ou “liquidava” os defensores da “liberdade”. Como propõe Foucault (2008b), o uso da “violência” acentua o exercício de “luta” por uma “força contrária”: a resistência se faz presente e necessária. Ponderamos que ao poder opressor que insiste que “afastar” e “liquidar” outros exercícios de poder, há sempre focos que lutam em direção contrária, que muitas vezes utilizam da “subversão”. A “liberdade”, nos discursos

analisados, passa a ser considerada condição primeira para o exercício do jornalismo, bem como o objetivo final da prática jornalística: “é preciso defender a liberdade”. Tal tarefa é operacionalizada uma vez que a “imprensa” é “testemunha das mudanças” e se marca como “intérprete do sentimento da emancipação”. Portanto, observamos como o jornalismo passa a ser classificado como a área que exerce uma grande força na e para a sociedade, sendo seu “intérprete oficial”, uma vez que luta pela “liberdade”: do próprio jornalismo, da sociedade, do seu princípio básico de existência.

Para Sodré, João Soares Lisboa “foi a maior figura da imprensa brasileira do seu tempo”, uma vez que passou por tantas prisões, declarou publicamente sua opinião em favor dos brasileiros, combateu nas ruas, pegou em armas, sendo morto em uma emboscada em 29 de novembro de 1824. Essa significação de um jornalista mártir – que luta pelos seus ideais – também será ressaltada por Bahia (2009, p.100), ao tratar de Cipriano Barata, como alguém que não se restringiu à academia, às ciências, à diplomacia, à intelectualidade, uma vez que foi:

[...] um lutador com a experiência política do trabalho escravo. [...] A função panfletária que exerce é nele uma ferramenta para as transformações sociais pelas quais luta e paga na prisão. É menos quem opina de um posto de observação e mais quem fala por sentimento e escolha.

Nessa luta do jornalista pelas causas sociais, vai se delineando uma ligação entre a liberdade da sociedade e a liberdade de imprensa, como se esta fosse a responsável direta por representados os homens, autorizada a falar em nome deles, como no trecho de José Martiniano de Alencar, dos *Anais da Constituinte* (p.73, I), citado por Sodré (1999, p.77):

[...] a liberdade de imprensa está quase acabada, se não de direito, ao menos de fato. [...] Senhor [D. Pedro], na sua pátria não há agora liberdade; a imprensa não está livre; existe uma inquisição política; os ânimos estão desconfiados.

Nesse cenário, ressaltamos, então, o papel contestador que o jornalista deveria assumir para ser jornalista; o exercício que deveria ser feito pela imprensa. Tal como Barata e Soares Lisboa, Frei Caneca também é caracterizado como exemplo de jornalista por sua atividade de luta e resistência. Nos enunciados abaixo, observamos essa construção identitária para o sujeito jornalista:

Frei Caneca, um dos **grandes jornalistas** brasileiros, **espírito rebelde e indomável**, sagrou-se herói e como mártir. Sua figura, que a historiografia omite, esqueceu ou amesquinha, ao tempo que esconde os crimes cometidos pelas Comissões Militares, cresce com o passar do tempo e começa a ser restituída ao conhecimento e à memória das gerações, como das mais puras. Seu jornal, numa fase de supressão da liberdade no país, manteve desfraldada a **bandeira da resistência** [...] [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.92).

O exemplo que dá [Cipriano Barata] é de um **jornalismo militante**, indiferente ao poder, mais interessado na soberania nacional, no **bem-estar do povo** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.109).

É, por isso mesmo, período rico, quanto à imprensa, quando aparecem, e proliferam, os periódicos, até aqui mal situados, ou jornais de **circunstâncias, de combate, de linguagem virulenta**, em que a historiografia oficial tem visto apenas os aspectos negativos, sem sentir neles o fecundo exemplo de **sentido libertário** e de avanço no esclarecimento da opinião [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.82)

De fato, *A Aurora* [circulou de 1827 a 1839] é o **sinal** mais **evidente** da afluyente geração de jornalistas que põem a sua pena a **serviço da liberdade, da independência e da democracia** decorrentes de uma legalidade consubstanciada no “pacto legislativo” [...] “que liga a Nação ao Soberano”, e não de qualquer fatalidade histórica (BAHIA, 2009, p.54).

Observamos como regularidade nos enunciados apresentados a necessidade de trabalhar com “exemplos”, referindo-se a pessoas e a veículos de comunicação. Identificando os exemplos como recurso discursivo, podemos tomá-los como instrumentos para práticas discursivas subjetivarem os jornalistas a partir daquilo que pode ser considerado o “bom jornalismo”, por conta das “boas práticas”, das “grandes figuras” que precisam ser rememoradas. São formas e ações padrões que precisam ser copiadas pelos sujeitos, ou instrumentos para o processo de construção da própria subjetividade dos sujeitos num processo de identificação. O jornalista é aquele, então, de “espírito rebelde”, “indomável”, uma vez que empunha a “bandeira de resistência”, que se marca por um “jornalismo militante”: sobremaneira, tais caracterizações – apesar de nos enunciados se referirem a Frei Caneca, Cipriano Barata – se apresentam como convite, como projeto de caminho a ser trilhado pelos jornalistas. Dentro dessa perspectiva de contestação, de resistência, lhe é autorizado a utilizar a “linguagem virulenta”, de “combate”, para que possa lutar em prol do “bem-estar do povo”, da “independência”, da “democracia”. As práticas discursivas tomam as figuras jornalistas como objetos do discurso e, inerente a isso, subjetivam tais sujeitos, impondo-lhes condições de existência: o jornalista precisa lutar, ser militante, combater, a espelho dos “grandes jornalistas”.

No período que vai até o fim do século XIX, Sodré (1999) ressalta a importância do “pasquim” no cenário da imprensa brasileira. Geralmente, com quatro páginas, sem a necessidade de uma regularidade de circulação, vendidos nas tipografias ou em lojas de livros e não nas ruas, sem apresentar o nome do redator (neste caso, responsável sozinho por toda a publicação), trazendo um único artigo, levantava na própria epígrafe a razão de existir. Utilizando-se da ironia, da sátira, do humor, estampavam o porquê de circularem. Tais publicações, com aspecto artesanal, marcaram-se pela linguagem violenta, a difamação, o ataque e o mergulho na vida íntima e particular, que expressava, conforme o autor, o

momento turbulento que a sociedade vivia na época. Sem objetivo comercial, os pasquins eram instrumentos de ação, de ataque de seus autores para destronar, expor ao ridículo, em grande medida, aqueles que com ideias, tendências, posições contrárias as do idealizador. De acordo com Sodré (1999, p.167), essa pequena imprensa promoveu o caos, a desordem, a anarquia como uma forma de servir:

[...] aos desencontrados impulsos, expandindo pensamentos escondidos e represados, explodindo os ímpetos e recalques que sufocavam os manifestantes. [...] o pasquim refletiu, em sua tormentosa fisionomia, o atraso, as agruras, as paixões de uma fase histórica. [foi o resultado de uma sociedade que vivia] as contradições de classe, a luta entre o velho e o novo, desequilíbrios, estruturas em mudanças (p.169).

Como próprio do poder centralizador do governo da época, havia glórias para os pasquins de situação, e, conseqüentemente, perseguições aos jornalistas dos pasquins contrários à ordem vigente, que, como ressalta Sodré (1999), atacavam o imperador, tratavam dos tabus, dos assuntos interditados, proibidos de serem ditos (por que, não, pensados). Todavia, resistindo ao poder repressor, muitos pasquins – aqueles que se opunham ao poder vigente – foram importantes no processo de ideias federalistas e republicanas, na época, consideradas “subversivas”. Como seres *de* linguagem, observamos como o discurso do jornalista irá se materializar na construção de enunciados que, na sua própria construção, expressam a vontade de verdade, de negar o discurso outro, de se fazer presente por uma linguagem que se apresenta como violenta, em uma espécie de metáfora da própria violência, das contradições, das incongruências vividas na época. No discurso que resiste, a palavra “grita” os anseios, a vontade desejanse de uma população que não (se) (re)conhece (n)o poder vigente, este que oprime, que busca calar os anseios do povo: a imprensa serviu também como instrumento, uma arma *para e pelo* povo, principalmente os pobres, que sofrem diretamente as agruras “[...] de mais de três séculos de domínio colonial fundado na escravidão e na servidão. [O pasquim] retratou-a [essa gente] fielmente, caricaturalmente também, porque deformou alguns de seus traços para acentuá-los, sem distanciar-se da realidade. A realidade é que o gerou” (Sodré, 1999, p.167).

A partir da metade dos anos de 1800, a identidade do jornalista, além de atrelada ao político, começa também se construir à literatura. Como pondera Sodré (1999), na fase anterior, os jornalistas não eram “homens de letras”, e não havia no jornalismo espaço para a literatura; esta só circulava em suplementos específicos e revistas especializadas. O autor expõe que essas duas vertentes do jornalismo – política e a literatura – convergem quando se dá o predomínio do latifúndio, que se liga ao Império em meados de 1840, num espaço de

repressão em que não encontra tanta resistência. Nessa fase de “imprensa do Romantismo”, como sugere Sodré (1999), o jornalista passa a ter de ser um “homens das letras”, do bem escrever, com um preocupação que transcende a própria notícia. Sílvio Romero (1954), citado por Sodré (1999, p.184), busca retratar o perfil do jornalista dessa época:

No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até mesmo no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: **o literato é jornalista, é orador, e é político** [grifos nossos].

Sodré (1999) destaca a figura de João Francisco Lisboa que exerceu tanto o ofício de jornalista quanto de escritor, conciliando-as nessa fase em que esses campos se fundem. Outro escritor representante deste momento é José de Alencar que, nas páginas do *Correio Mercantil*, em 1854, além do exercício específico da produção de notícia, dedicava-se à crônica, publicada aos domingos, no rodapé da primeira página, refletindo sobre os acontecimentos da semana; esses textos mais tarde foram publicados no livro *Ao Correr da Pena*. Em uma sociedade que começava sentir aos poucos o processo de industrialização, novos hábitos surgem como o gosto pelo teatro, pelas manifestações populares como o carnaval, os espetáculos. Posteriormente, a partir de 1856, no *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar publicou folhetins que, aos poucos, tornaram-se sucesso entre os leitores, como *Cinco Minutos*, *A Viuvinha*, *O Guarani*. Para Sodré (1999, p.192). Machado de Assis também é exemplo dessa fase, tendo trabalhado no *Diário do Rio de Janeiro*, a partir de 1860, sob nova direção política, como repórter no Senado. “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa”, que se proliferava principalmente nas Academias de Direito e, com mais relevância, em São Paulo, dando a essa imprensa também a denominação de “acadêmica”.

Posteriormente, no início do século XX, continua a relação entre jornalismo e literatura. Todavia, para Sodré (1999, p.288) de maneira menos intensa, de “empobrecimento, de esterilidade em nossas letras”. O autor ainda afirma: “Como literatura e imprensa se confundiam, então, as repercussões no periodismo eram inevitáveis. Dai a linguagem de **baixa literatice** dos jornais, que surpreende os que hoje percorrem as folhas do tempo” (p.288). No entanto, o historiador ressalta que à época, continuaram grandes figuras literárias da fase anterior, denominada de “geração da Academia” (de Machado de Assis, como grande destaque feito por Sodré (1999)), e alguns poucos e novos nomes como Euclides da Cunha.

Ressaltamos como essa construção histórica de aproximação entre a literatura e jornalismo sobremaneira continuam ressoando na identidade do jornalista: “Os homens de

letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível” (SODRÉ, 1999, p.292) e “Essa **imprensa** que **vive tanto da literatura**, como esta vive da imprensa [...] [grifos nossos]” (p. 294). Observamos nessa construção discursiva que por mais que haja um imbricamento entre imprensa e literatura, os dois não podem se confundir: no excerto analisado, o autor sugere que a imprensa vive “da” literatura e não que a imprensa também “é” literatura. Desta forma, então, a literatura se aproxima da imprensa para ali ganhar espaço e notoriedade – por meio de crônicas, artigos, contos etc. –, sem necessariamente ser tomada como jornalismo.

A literatura, nesse ínterim, começa pouco a pouco a ceder espaço para o jornalismo factual. Os literatos e escritores deixam de publicar textos em gêneros (re)conhecidos como do campo literário para exercerem um papel mais próximo do “jornalismo” (re)conhecido. A passagem a seguir da obra de Sodré (1999) busca ilustrar esse momento:

[...] a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência pra o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos **homens de letras**, a imprensa **impõe**, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em **condições de redigir objetivamente** reportagens, entrevistas, notícias (SODRÉ, 1999, p. 296-297).

A partir do verbo “impor”, podemos tratar dos possíveis sentidos colocados em funcionamento quanto à atividade do literato e sua presença na imprensa. Se compreendermos o verbo “impor” como “determinar”/ “obrigar” / “infligir”, tomamos então que a tarefa dos “homens de letras” não seria efetivamente a de “redigir objetivamente”, o que caberia aos “homens de letras jornalistas”, em uma categoria diferenciada do ofício até então exercido pelos literatos. Isto será abordado mais profundamente na subseção “5.5 A EMPRESA JORNALÍSTICA: DO AMADORISMO À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISTA E SUA APROXIMAÇÃO DA PUBLICIDADE”. Com a passagem do jornal como empreendimento individual para a categoria de “empresa jornalística”, cada vez mais se acentuam as categorizações do jornalismo como “objetivo”, voltado ao “factual”, ao “documental” e menos à “subjetividade”, “opinião”, e a “ficção”. Destarte, por meio da construção “redigir objetivamente”, é colocado a partir do jogo discursivo certa forma de escrever para ser classificada como “jornalística”: coloca-se, em contrapartida, que o que até então era feito pelos literatos pertencia a outro domínio, outra forma de escrita, não mais permitida pela imprensa. Podemos assim asseverar que, no percurso da história, se antes o

jornalista era conclamado um “literato”, pela habilidade com as palavras, com o texto, com a poética e escrita singular e autoral. Nesse novo período, a regulação de sua construção identitária exige que ele ocupe um outro lugar, exerça um outro papel, distante da pessoalidade, da subjetividade, mais próximo da notícia como “relato objetivo do factual”:

As colaborações literárias, aliás, começam a ser separadas, na paginação dos jornais: constituem matéria à parte, pois o jornal não pretende mais ser, todo ele, literário. [...] É um pouco dessa transformação que decorre a proliferação das revistas ilustradas [...] [em que] irão se refugiar os **homens de letras**, acentuando a tendência do **jornal** para **caracterizar-se** definitivamente como **imprensa** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 297).

O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a **linguagem jornalística**, aquela que é **específica, diferente** da linguagem literária [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 323).

Assim, se anteriormente poderíamos observar a identidade do jornalista erigida como/em proximidade com o “literário”, no início do século XX, funde-se uma divisão: o literato pode até ser jornalista, desde que se distancie do mundo “das letras” e se aproxime do mundo da “objetividade”; o “jornalismo” não é e não pode mais se confundir com “literatura”: constituindo para si uma “linguagem própria/específica”. Podemos observar esse distanciamento pela própria denominação “homens de letras” dada aos literatos em oposição ao “jornalista”, que nem sempre é também “homem de letras”, bem como na oposição linguagem jornalística/linguagem literária. Essa cisão, além de relacionada à divisão do trabalho, do tipo de escrita a ser atendida precisa ser ela também notada, percebida: assim, a separação na paginação nos jornais também configura um lugar próprio de fala, daquilo que pode e deve ser dito em cada espaço. Na regulação dos discursos, a identidade daquilo que é “imprensa”, do que é ser “jornalista” precisa atuar sobremaneira no campo da visibilidade gráfica, demarcando espaço, configurando textos, determinando tarefas próprias, distinguindo-as das demais; assim, observamos o funcionamento da construção identitária como aquilo que “agrega” / “reúne”, mas também o que “diferencia”, “segrega”, “classifica”, por que, não, “exclui”. E se o espaço até então destinado aos literatos precisa se reconfigurar, outras formas de existência da literatura na imprensa começam a se fazer mostrar: as “revistas”, sendo muitas vezes voltados integralmente à “literatura”, marcando fortemente essa época as “revistas ilustradas”.

5.4 ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: O CAMINHO DA/PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares, foi o jornal. (...) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *statu quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade [...] Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. [...] Mas, não importa! Eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade (ASSIS, Machado, 1859, citado por SODRÉ, 1999, p.233).

No período que vai da Independência do Brasil ao processo de abolição da escravatura e instituição da República, a imprensa no Brasil vive o período de industrialização. Como expõe Bahia (2009, p.111), nos fins do século XIX e início do século XX, o país vive essa “aventura industrial”, com o aumento no consumo de papel, ampliação do parque gráfico, principalmente nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo: “[...] a imprensa está preparada para o estágio empresarial como ocorre em países mais avançados”. A imprensa começa a ganhar ares mais técnicos, as empresas jornalísticas se tornam organizações industriais e, conseqüentemente, a aventura do fazer jornalismo também passará por transformações: o que é ser jornalista, nesse processo, começa a receber outras significações.

Saindo da produção mais artesanal em direção a um processo industrializado de produção da notícia, Bahia (2009) e Sodré (1999) ponderam que a mão de obra também precisou se especializar para lidar com novos equipamentos; os editores dos jornais se atentaram para a importância de alinhar o conteúdo verbal com o não-verbal: a empresa jornalística se mostrava assim “industrialmente viável”, justamente por proporcionar uma rentabilidade aos seus donos.

Como próprio desse cenário capitalista que fortemente vai se vivenciando no Brasil, as pequenas empresas – com processo muito artesanais, de edições esporádicas, de pouco alcance – perdem espaço para publicações capazes de oferecer mais penetração no mercado, entre outros fatores, pela qualidade do material entregue aos leitores, tanto na parte gráfica quanto na da informação. Bahia (2009) assevera que “rigor” e “sofisticação” eram características buscadas pelas empresas jornalísticas que buscavam prestígio junto a sociedade:

Inovações mecânicas, a divisão do trabalho, a especialização, a racionalização de custos, a conquista de mercados, pouco a pouco, transforma a velha tipografia, aposentam superados pelos, ampliam a indústria gráfica (BAHIA, 2009, p.122).

Nesse panorama, observamos fortemente o trabalho jornalístico ligado às questões técnicas do lugar e do veículo de comunicação em que trabalha o jornalista: este deixa de ser visto como “amador” para se transfigurar em um sujeito “profissional”. Importante ressaltar essa necessidade do rigor técnico, da tecnicidade para se atrelar a uma produção jornalística de qualidade. Em um processo de estreitamento de significados, uma verdade vai sendo erigida e exigida. Assim, não basta apenas escrever – seja a favor do governo e/ou da elite ou em resistência a eles –, também começa a se fazer necessário um exercício de profissão técnica, mais elaborada, sem espaços para pequenos empreendimentos. Observamos essa regularidade de ligação entre jornalismo e aparelhamento técnicos em enunciados como:

Uma imprensa mais sólida, nos anos de Abolição e da República está geralmente associada a uma tipografia mais bem reaparelhada, renovada em relação aos anos pioneiros, graças à importação de tipos e prelos (BAHIA, 2009, p.114).

Tal processo de transição da imprensa da Independência para a que viria a se desenvolver na abolição e na República está, para os historiadores, fortemente ligada às questões econômicas do país. Bahia (2009), por exemplo, pondera que da passagem do final do século XIX para o começo do XX, entre os fatores que possibilitaram um campo de desenvolvimento para a imprensa estavam o fim do trabalho escravo, a melhora no nível de renda da população, o trabalho assalariado, bem como a descentralização republicana.

Nesse contexto, o jornalista vai sendo caracterizado como aquele que pretere o campo mais poético e político da profissão para a qualidade técnica do “produto” ofertado à população. O jornalista como “sujeito político”, como discutimos no subitem anterior deste estudo, cede espaço para o “sujeito técnico”. Na constituição dessa(s) identidade(s) do que é ser jornalista, atribui-se significações como aquele que tem conhecimento técnico da/para a produção de um produto com boa qualidade estética, que entende a necessidade de olhar para o fazer jornalístico como uma “profissão” dentro de um campo econômico altamente competitivo em que se faz necessário o saber técnico:

Uma consciência dominante então é a de que a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo. Predominam os ideais positivistas, o publicismo assume caráter pedagógico (BAHIA, 2009, p.115).

Conforme afirma Bahia (2009), os editores dos jornais dessa época de transição saúdam a imprensa como “estalão do progresso” e o jornalismo como “evangelho da democracia”. Colocamos em suspenso esses dizeres para questioná-los quanto a essa amarração de significações que são colocadas em jogo sobre a profissão do jornalista. Se buscarmos o termo “evangelho” no dicionário *Priberam* (2013, s/p), encontramos as seguintes possibilidades de sentidos:

1. Doutrina de Cristo; 2. Cada um dos quatro livros principais que a encerram (o Evangelho de S. Mateus, o de S. Lucas, o de S. Marcos e o de S. João). 3. Parte do evangelho que se lê na missa. 4. [Figurado] Verdade indiscutível. 5. Doutrina tendente a regenerar a sociedade. 6. Conjunto de princípios por que um partido ou uma seita se dirige.

Destarte, é interessante observarmos como pouco a pouco vai se naturalizando os sentidos do jornalismo como o campo de exercício da/para a democracia; o jornalismo como um “evangelho” e, como tal, detentor de uma “verdade indiscutível” capaz de guiar a sociedade em direção à “verdade”, aos princípios da democracia. E, mais do que isso, cabe ressaltarmos como esse processo em direção a verdade começa a passar também pelo crivo de um processo técnico, de uma industrialização. A notícia veiculada deixa de estar ligada somente à divulgação de fatos e acontecimentos de importância para a sociedade, para também se firmar como “produto” ofertado/vendido a esta sociedade. E, como todo produto, tem de estar alinhado ao processo que o fabrica, circula e como chega até o consumidor: “Na imprensa, ela [a profissionalização] é consequência das novas funções do jornal [...], de todas as mercadorias culturais que se vão definindo nas prateleiras do consumo de massa” (BAHIA, 2009, p.116).

A técnica se naturaliza como condição necessária para o exercício de um jornalismo que se deseja de qualidade e comprometido com a “democracia”. Só pelo/no jornalismo seria possível encontrar o caminho, o campo doutrinário, para o bom e correto exercício democrático: “O jornal se divide, se setoriza, quer ser paladino das queixas populares (BAHIA, 2009, p.116). (BAHIA, 2009, p.116).

Ainda dentro desse processo de objetivação e subjetivação do sujeito jornalista, cabe perceber como o sentimento de “nacionalidade” que começa a se consolidar no país, especificamente, segundo Bahia (2009), a partir de 1870. Para este autor, assim como para Sodré (1999), o país começou a se questionar a respeito do trabalho escravo – fortemente existente nos engenhos de açúcar no Nordeste, e no de café, no Sul –, uma vez que o tráfico

fora extinto nos anos de 1850: vigora uma contradição nesse processo de busca de uma economia mais forte e ampla, ainda que a oligarquia não queira abrir mão da escravatura.

Nesse contexto, a imprensa republicana começa a se constituir, sendo *A Reforma*, veículo do Partido Liberal, um dos destaques. Esta publicação fez circular em 1869, o manifesto “A reforma ou a revolução”, estando no entremeio dos moderadores e apoiadores de D. Pedro II e da parcela da sociedade constituída de liberais e republicanos, que defendiam o fim da escravidão e o federalismo (BAHIA, 2009, p.119):

Até o final da Guerra do Paraguai, em 1870, as elites brasileiras – aristocratas rurais, comerciantes urbanos, intelectuais de pensamento europeu, poetas e escritores da poesia indianista e do romantismo literário, políticos, jornalistas liberais, abolicionistas e republicanos, mestres de artes e ofícios, religiosos – repensam a nação e articulam instituições livres que resultarão no 15 de novembro de 1889.

Para os historiadores, juntamente com o Partido Liberal Radical (1868) e o Partido Republicano (1870), as agitações culturais e o fim da Guerra do Paraguai, a imprensa de oposição teve papel importante para provocar essa ruptura com a política moderada da monarquia, bem como com toda a estrutura do período colonial que ainda deixava vestígios. Para Bahia (2009), foram as publicações jornalísticas do Rio de Janeiro e de São Paulo as grandes portadoras da mudança refletida no país. Sodré (1999) pondera que a imprensa revela nessa época as próprias contradições da sociedade, que discutia reformas em questões como da liberdade do ventre e dos sexagenários, do processo eleitoral, da questão militar e do funcionamento do próprio regime: “Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava” (SODRÉ, 1999, p.223).

Mais uma vez, vemos desenhar-se um panorama da atividade do jornalista ligada às lutas da sociedade contra as instituições de poder existentes, como o instrumento necessário para que as mudanças pudessem acontecer. Em paralelo com a imprensa consensual que abrigava ideias escravagistas, as obras analisadas destacam a atuação dos jornalistas e publicações que se mobilizaram para promover a luta contra a abolição e em favor da República. Sodré (1999, p.229) expõe como as ideias republicanas conquistavam a imprensa, espalhando-se pelo país: “Acontecia no Rio Grande do Sul a mesma proliferação de jornais, a maioria jornais de oposição, combate, lutando pelas reformas de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime”. Essa imprensa contestadora impõe,

conforme o autor, a discussão, a dúvida, a análise, o combate, colocando em suspenso as instituições como a escravidão, a monarquia, o latifúndio:

Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas (SODRÉ, 1999, p.234).

Bahia (2009), por exemplo, cita os pequenos títulos polêmicos que circularam até 1908 dedicados à causa dos escravos: *Bandalheira Eleitoral*, *O Diabo da Meia-Noite*, *O Pândego*, *A Metralhadora*, assim como *O Abolicionista*, criado por Joaquim Nabuco junto a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Quando ocorrida, Sodré (1999) reflete que a Abolição foi recebida com festas, mas que alguns veículos de comunicação demonstraram como tal processo não se configurava como uma revolução de mudança definitiva, que o alcance dos seus efeitos ainda tinha de ser buscado.

Assim, é *pele e nos* jornais que se podem e se devem fazer ouvir as inquietações sociais, os anseios de mudança, a busca pela transformação, a luta contra as formas totalizantes e centralizadoras de poder: “Toda a imprensa [...] Cobre e amplia a atividade de propagandistas que percorrem o país em campanha” (BAHIA, 2009, p.120). Para o autor, nesse período de luta em favor da República, o grande eixo da agitação existente foi o Rio, com publicações consideradas “[...] os maiores órgãos do jornalismo político brasileiro” tais como *Gazeta da Tarde* (1880-1901), *O País* (1884-1930), *O Diário de Notícias* (1885-1895) e *Cidade do Rio* (1887-1902), bem como com o de São Paulo, *A Província de São Paulo*.

Bahia (2009) assevera que o jornal *The Times*, de Londres, e o *Temps*, de Paris, foram referência para as publicações brasileiras, mas que o *Jornal do Commercio* era a referência local para o padrão de competição entre publicações como *A Imprensa* (1889-1914), de Rui Barbosa, *Jornal do Brazil* (1891 até os dias atuais¹⁴) – criado por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas em parceria com Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo –, e *O País*. Bahia (2009) dá destaque ao *Jornal do Brazil*, por conta da sua natureza administrativa, comercial e industrial, incorporando os ideais da imprensa na época.

Desta forma, no processo de industrialização da imprensa, ressaltamos como o modelo nacional buscará se espelhar no modelo estrangeiro para se concretizar. Como forma de buscar a qualidade e excelência técnica, o que é do exterior – e, portanto, nos discursos colocados em circulação, melhores que os existentes no Brasil – torna-se padrão de referência para a produção nacional. Entre os reflexos deste processo de assimilação e reprodução das práticas estrangeiras está a implantação dos jornalistas correspondentes:

No final do século XIX, jornais brasileiros investem no serviço exclusivo de correspondentes, como é comum na Europa e nos EUA, não só por prestígio, mas para compensar o “insuficiente serviço” de agências, como a *Havas*. Os do *JB* [Jornal do Brasil] operam via *Western and Brazilian Telegraph Company* (BAHIA, 2009, p.122).

Ainda nesse contexto de transição do Império para a República, cabe salientar como o jornalista/jornalismo será ainda subjetivado como responsável por olhar para realidade, interpretá-la e questioná-la, principalmente a partir de um recurso visual, a caricatura. Tal época será marcada pelo surgimento dos pasquins, das revistas semanais ilustradas, almanaques e guias. Essas publicações terão entre suas principais características a forte presença da ilustração. Anterior à fotografia, a caricatura inicia tal processo, ganhando espaço nos jornais e promove, segundo Bahia (2009) e Sodré (1999), a ironia, a sátira, o deboche, a informalidade no jornalismo. A introdução da ilustração no jornalismo está ligada, sobremaneira, ao desenvolvimento da tecnologia que permitiu a impressão de imagens, e, durante o século XX, torna-se requisito obrigatório na maioria dos jornais e revistas. Para os historiadores analisados, as ilustrações começam a se tornar recursos preferidos dos leitores por promoverem a ilustração das informações, facilitando a compreensão dos fatos, entre outros, por se utilizar do humor para construir uma opinião política. Sodré (1999) assevera que a gravura foi responsável por impulsionar a imprensa brasileira, abrindo novo espaço para a crítica e ampliando sua influência; ampliam-se e se difundem as revistas ilustradas. O jornalismo como signo de contestação e crítica social vai se construindo e delineando na história da imprensa no Brasil.

¹⁴ Por conta da ortografia oficial na época, “Brasil” ainda era escrito com “z”; em 1893, Rui altera a grafia para *Jornal do Brasil*. Tal publicação circulou de forma impressa até setembro de 2010; após esta data, suas publicações só circulam online pelo site <http://www.jb.com.br/>. Segundo Bahia (2009), na época, o *JB* era de tendência liberal, mas de inclinação conservadora que dizia não aceitar vínculo partidário; o autor resalta o episódio de quando, na morte de D. Pedro II, o *JB* publica a edição especial “O grande morto” como “[...] forma de manifestar a sua simpatia pela monarquia” (BAHIA, 2009, p.123). É o motivo para que na noite de 16 de setembro de 1891, invasores tomarem a sede da redação gritando “Mata, mata Nabuco”; o autor expõe que por conta da ocasião, o ministro da Justiça da época chegou a dizer: “[...] o governo não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monarquistas” (BAHIA, 2009, p.124).

Em um processo de constante industrialização em que a informação não é mais somente vista por seu conteúdo verbal, mas também imagético, na maneira como é entregue à população, torna-se efetivamente um produto à venda, acirrando a competição entre os veículos de comunicação. Na busca pela primazia, observamos como se ressaltam características capazes de diferenciar ou promover um jornal ou revista em detrimento da concorrência. Entre as estratégias utilizadas, asseveramos como a busca pela notícia, o hábito de encontrar o “furo”, investigar, constituem-se como elementos diferenciadores e, nesse esteio, caracterizantes da tarefa jornalística. Tais processos que subjetivam o jornalista como o responsável por investigar, trazer notícia em primeira mão, materializam-se em enunciados como os que seguem:

Bons repórteres cultivam o **furo**. [...] Em 1895, no Rio, a competição pela primazia da notícia opõe o *Jornal do Commercio* ao *Jornal do Brasil*. Em São Paulo, *O Estado de S. Paulo* consolida o prestígio que vem de *A Província*. Repórter investigam assuntos, descobrem despachos cifrados cuja publicação leva, por exemplo, o Brasil a definir a soberania da Ilha da Trindade numa pendência diplomática com a Inglaterra e Portugal [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 131).

O século XX se abre para o jornalismo brasileiro com a consciência de que é a **notícia a sua prioridade**. Essa descoberta procede de novo impulso editorial na cobertura dos fatos do dia desde os últimos cinco anos do Oitocentos [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.136).

O furo de reportagem seduz principalmente **repórteres** de polícia, que muitas vezes se tornam **investigadores** e se antecipam às autoridades na solução de crimes. Os **jornais** têm o gosto das campanhas, sejam para **limpar** as favelas dos maus elementos, sejam para **preservar os bons costumes** ameaçados por pioneiros filmes pornográficos exibidos nos cinematógrafos [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.138).

Colocado em circulação esse desejo de verdade de o jornalismo oferecer a notícia e seus últimos desdobramentos, separando a informação e a opinião em espaços distintos, o trabalho do jornalista passa a ser caracterizado como algo mais técnico, objetivo, direto, um relato menos emocional sobre a realidade. A partir do primeiro enunciado acima, destacamos a adjetivação “bons repórteres”: há um princípio de classificação entre aqueles que seriam os “bons” – por cumprirem tarefas esperadas – e os “maus” – por não atenderem o que é esperado deles. Delineia-se por meio desse enunciado que o jornalista se assim que ser reconhecido como “bom” ou mesmo na figura de “jornalista” precisa ter por hábito encontrar o “furo jornalístico” – a notícia em primeira mão, aquele que sabe antes de todos – e ter a “notícia” como matéria-prima.

Observamos ser colocada em funcionamento a prática do discurso em diferenciar, classificar os sujeitos a partir de suas ações e, neste processo, tais significações passam a

compor o campo associado relacionado ao “jornalista”, a ponto de ser operacionalizado/constituir por discursos correntes ou mesmo futuros ao tratar do que seria um “bom jornalista”. Não obstante, pode-se inferir que o “bom” jornalista à época seria o responsável por manter a regulação da vida social, afastar e denunciar tudo aquilo capaz de atrapalhar a rotina, os “bons costumes”: a investigação jornalística confere ao jornalista um status superior ao de “policia”, ao assumir para si a tarefa de resguardar a ordem, o bom com convívio social. Os discursos dissidentes, as práticas sexuais condenatórias são combatidas por discursos higienistas, de controle da ordem social. Nessa mesma memória discursiva que se inscreve e que, ao mesmo tempo, é construída também vai reforçar como nossos impressos, aos poucos, abandonam o padrão europeu de se fazer jornalismo e, com o avanço e implementação do capitalismo, aproximam-se do jornalismo norte-americano, notadamente caracterizado nos discursos dos historiadores por ser um processo mais dinâmico e objetivo. A industrialização da notícia também impôs processos que pouco a pouco transformaram a notícia em um produto efetivo, a ser produzido para ser disseminado e consumido em massa.

Impulsionada pelo curso da I Guerra Mundial, entre os anos de 1910 a 1920, configura-se uma nova dinâmica da população com os meios de comunicação de massa. Os discursos em análise materializam significações de que o jornalista tem de ser um profissional que domine técnicas para, com os procedimentos adequados, tornar a realidade inteligível para a população. A “realidade”, assim, seria um todo possível de existir na materialidade jornalística, ser ali construída; como próprio da ampliação do positivismo à época, o jornalismo começa a se assegurar como uma área própria, que detém técnicas e procedimentos a serem utilizados para “olhar” para a realidade. Há de confirmar a positividade do jornalismo, que poderia “captar” a realidade a partir de mecanismos técnicos próprios. Observamos a circulação desses sentidos em enunciados como os que seguem:

A informação diária se populariza com a divulgação do sorteio dos bichos, a publicação de folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam, como o relato político **menos engajado**, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais [grifo nosso] (BAHIA, 2009, p.136).

O tímido registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a **procedimentos** flexíveis, ágeis, dinâmicos, que **transformam ocorrências em reportagens** e simples registros em detalhados relatos. [...] O jornal é menos literário e mais noticioso [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.137).

Tais procedimentos que configurariam ao jornalismo a possibilidade de transmutar a realidade em relato jornalístico são ressaltados em marcas como “menos engajado” – é preciso um distanciamento do lado “pessoal” do jornalista rumo a um lado mais “técnico” –, “procedimentos flexíveis”, “ágeis”, “dinâmicos”: a perspectiva da produção em série, de soluções que permitam realizar o trabalho em curto espaço de tempo. O jornalista como aquele que “luta”, que é responsável por contestar toda e qualquer forma de poder que fere os princípios da sociedade é abandonado na busca por um profissional capaz de transmitir uma “realidade” nua, sem interpretações. Assim, somente com tais “procedimentos”, as “ocorrências” (fatos/acontecimentos/a existência) poderiam ser transformadas em “reportagens”, “registros”, “detalhados relatos”: seriam essas técnicas as responsáveis por “fotografar” o mundo, “reproduzi-la” no relato jornalístico. Opera-se com a suposta transparência da linguagem, como se esta fosse capaz de unir as “palavras” as “coisas” numa relação direta.

Nos enunciados analisados, ressaltamos a circulação de sentidos de que, no início do século XX, a atividade jornalística, ainda que buscasse se aprimorar tecnicamente, não podia ser considerada uma profissão. Tal significação é materializada quando Bahia (2009) pondera que o jornalismo tentava mas ainda não se caracterizava como uma “categoria”, uma vez que ainda esbarrava em “improvisação” e “amadorismo”, além de não ter efetivamente definido “quem poderia falar no jornal”. Bahia (2009) salienta que esse processo de constituição do que é ser jornalista nessa época esbarrava na problemática de chefes de Estado acumularem cargos de direção no jornalismo, bem como funcionários das embaixadas serem correspondentes no exterior para publicações brasileiras: “Antes de ser profissão, o jornalismo é um **bico**, um **subemprego** que procura compensar o baixo salário com o **prestígio** da letra de forma [grifos nossos]” (BAHIA, 2009, p.143). Se tomarmos o enunciado de Bahia (2009), a partir da colocação de profissão como algo “não amador”, “não improvisado”, não um “bico”, a identidade do jornalista na construção discursiva da época em questão passa pela denominação “subemprego”. Há uma categorização do “emprego”: há um subemprego, um emprego e um super-emprego. É preciso colocar em suspenso o que se denomina “subemprego”; entre possíveis significações, a falta de “profissionalização”, o não reconhecimento social da profissão, um emprego sem qualquer *status*, baixo salário. Desta forma, há uma contradição na configuração do “subemprego”, pois ao mesmo tempo em que está atrelado a “baixo salário”, confere “prestígio” a quem o ocupa. Ainda, no enunciado vão se firmando sentidos de que para uma “profissão” ser reconhecida deve gozar do *status* de

“emprego”; é preciso que seja a ocupação principal e “oficial” de quem assume esse posto, com uma certa “regularidade”.

Da mesma maneira, é oportuno observamos que o jornalista para assim ser reconhecido precisa ser um sujeito independente, distante do governo, e profissional na medida em que trabalha em “empresas” com rotina de produção, com capacidade técnica para exercê-las, como podemos observa no seguinte enunciado: “A expansão da empresa, que abrirá, no futuro próximo, o caminho para a profissionalização, estimula definições e regras para procedimentos que deverão se tornar regulares nas relações da imprensa com a sociedade e o poder” (BAHIA, 2009, p.162). É colocado em jogo o lugar de onde fala o jornalista, que, se próximo ao Estado, tende a reproduzir os interesses deste em detrimento da população. De qualquer forma, ainda que distante do Estado, colocamos em suspenso o sujeito jornalista para assimilá-lo como um sujeito sócio-histórico e que, portanto, é constituído e atravessado por outros discursos desejosos de verdade, por saberes que possibilitam o seu exercício de poder de ser jornalista. E antes mesmo de ser considerada uma profissão reconhecida, esse poder já se exerce e se materializa quando destacamos no excerto acima que, embora não ganhando muito, o jornalista assim o fazia pelo prestígio do lugar que ocupava.

Bahia (2009, p.162) ressalta como a imprensa, sob o julgo na neutralidade, alia-se a estruturas de poder: “A imprensa liberta-se dos partidos, porém não se isola do partidarismo que suborna para silenciar verdades, comprar consciências, distorcer fatos”. Bahia (2009, p.164) rememora o livro *Da Propaganda à Presidência*, escrita por Campos Sales, em que este autor declara que o governo de Sales (1898-1902) subvencionou jornais e jornalistas: “Campos Sales diz que foi conscientemente que tomou a iniciativa de subvencionar a imprensa, por temer problemas políticos diante das críticas da oposição”. Assim, Bahia (2009) destaca que nesse período de passagem do século XIX para o XX, a relação da imprensa e o poder fomentou uma das maiores histórias de corrupção republicana, uma vez que envolveu grandes veículos de comunicação do Rio de Janeiro e São Paulo. É nesse cenário que o autor expõe que Júlio Mesquita publica n’*O Estado de S. Paulo* – com o objetivo de esclarecer que sua publicação nunca fora subvencionada pelo governo – editorias que se tornam bases teóricas e práticas para os princípios da ética profissional que, dali em diante, serviram como referências para práticas jornalísticas éticas:

Pragmático, ele erige, com a antecipação de um **pioneiro**, a dimensão **moral** do exercício da informação. [...] fixando, em cada reflexão, a orientação para um **jornalismo objetivo, idôneo e responsável**, numa sociedade livre e democrática [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.165).

Júlio Mesquita estabelece a **diferença** básica que um jornal deve praticar entre a **notícia e a publicidade**, de modo a que não seja outro o entendimento que dela devem ter os leitores e os anunciantes [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.166).

As suas convicções assumem significado permanente e ajudam a organizar uma imprensa que, nas décadas seguintes, conhecerá também o peso do arbítrio e do fascismo, sobrevivendo à censura e à prisão justamente por ser fiel a um **padrão ético de conduta**, sem o que **nenhuma instituição democrática se afirma** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.169).

Pelos excertos apresentados, salientamos como não há um outro/uma outra força fora do poder. Como salienta Foucault (2008b), o que há são lutas pelo exercício do poder, de modo que não há um “poder”, ao qual um “não-poder” procuraria se rebelar. Assim, se há um poder representado pela instituição Estado, o exercício do jornalismo em procurar se distanciar de tal instância não estaria se firmando com um “não-poder”: é justamente na medida em que busca se distanciar do Estado, é que o jornalismo/jornalista busca se legitimar e se constituir como uma instância própria de poder. Desta maneira, entre as estratégias mobilizadas, está a necessidade de se caracterizar, se distanciar de outros exercícios de poder, para que, assim, possa ser (re)conhecida como um poder legítimo.

Ao compreendermos a história como um movimento de continuidades e rupturas, de heterogeneidades constitutivas (Foucault, 2008a), é que observamos como em um mesmo momento histórico, há diferentes verdades, diferentes discursos que procuram erigir o que seria a “verdade”. Se existem práticas de aproximação entre o jornalista e o Estado – este subsidiando o exercício daquele –, há movimentos que procuram acentuar o distanciamento entre tais instâncias. Esse distanciamento pode ser observado na materialização de recortes como o que separa a “notícia” da “publicidade”, (re)afirmando o jornalismo como “objetivo”, “idôneo” e “responsável”. Em um espaço de contradições, nos discursos dos historiadores, há um imperativo para a formação do jornalismo como uma “instituição própria”, que necessita ser (re)conhecida e legitimada; daí, a necessidade de Bahia (2009) afirmar a necessidade de se buscar “um padrão ético de conduta”, como o faria toda e qualquer instituição que almeja ser “democrática”.

Assim, nas práticas discursivas analisadas, o discurso sobre a história da imprensa no Brasil, ao passo em que pontua momentos de “corrupção” da imprensa, subvencionada por diferentes instâncias de poder, precisa acentuar que há práticas divergentes no interior do exercício do jornalismo: práticas/ações que precisam ser exaltadas, exemplificadas, de modo a não ruir com toda a estrutura do jornalismo, justificando que este sempre exerceu em algum momento papel “democrático”, “idôneo” e importante para a sociedade.

5.5 A EMPRESA JORNALÍSTICA: DO AMADORISMO À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISTA E SUA APROXIMAÇÃO DA PUBLICIDADE

A passagem dos anos 1800 para 1900 trouxe para/no Jornalismo uma mudança importante para a área: a industrialização da produção jornalística – os pequenos e incipientes projetos de jornalismo abrem espaço para as grandes empresas jornalísticas, com parque gráfico próprio, o uso das cores etc. – que conseqüentemente acentua a característica do jornalista como uma profissão “possível” de ser exercida, principalmente quando pensada sob o viés econômico.

Bahia (2009) expõe que as inovações trazem mudanças de toda ordem, por meio de instalações de novos parques gráficos, rotativas com capacidade para rodar até 70 mil exemplares/hora, a evolução na tecnologia fotográfica, permitindo a chegada desta mais rápido à redação, a melhora no processo de gravura. Sodré (1999) afirma que os pequenos jornais de origem individual desapareceram dos grandes centros, sobrevivendo somente, às vezes, em pequenas cidades. Tal fase marca a consolidação de grandes jornais e, nesse esteio, a redução no surgimento e manutenção de novos periódicos. A burguesia urbana era, para Sodré (1999), o grande público da imprensa, que influenciava e era influenciada; a publicidade ganhava mais vultos nos periódicos, mas ainda o que determinava a existência econômica dos mesmos era a venda, o que significava que um grande jornal era aquele que tinha uma grande tiragem. Podemos tomar como entrada no *corpus* essa relação estabelecida pelos autores em análise entre “grande jornal” e “grande tiragem”. O adjetivo “grande” que busca caracterizar o “jornal” ao mesmo tempo em que pode se referir ao “tamanho da estrutura do jornal” também pode apontar para “sua qualidade enquanto jornal”. Num discurso que buscava se firmar nos campos da “economia” e da “tecnologia”, naturalizam-se sentidos que apontam para campos do logicamente estabilizado – como reflete Pêcheux (2008) –, qual seja, de ressaltar e apontar índices de produtividade, questões numéricas, sobre as quais não se teria/não seria possível ter quaisquer dúvidas: sendo a tiragem – quantidade de exemplares de determinada publicação colocada em circulação – parâmetro para caracterizar um “grande” jornal. A publicação, nesse esteio, é antes classificada por sua força de “venda” do que por sua atuação, conteúdo/informação distribuída, relevância social. Caminhamos para discursos que atrelam o jornalismo ao “capital”: mostrando sua (in)dissociável relação.

O ganho na qualidade final do produto jornalístico no decorrer das décadas de 1910 e 1920 proporcionará concomitantemente os avanços e a organização das agências de

publicidade¹⁵, a importância do corretor de anúncios, a institucionalização de uma tabela para venda de espaços dos jornais, a delimitação do anúncio de varejo (BAHIA, 2009). Nesse cenário do desenvolvimento das relações capitalistas, da ascensão da burguesia, chama-se atenção para os seguintes excertos:

Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. [...] **o jornal será, daí por diante, empresa capitalista**, de maior ou menor porte [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 275).

É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar **a opinião do jornal do que comprar o jornal** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 276).

Observamos a materialização do sentido da difícil – ou, talvez, impossível – possibilidade de se exercer um jornalismo de interesse público e social, justamente por ser/estar atrelado ao poder político e econômico. A partir do jogo de enunciados, constrói-se o sentido de em um jornal tomado como uma “empresa capitalista” na qual se amplia o número de leitores, e que a sua posição também se torna objeto de venda. Evidencia-se que, para Sodré (1999), há uma acentuação da contradição do correto exercício do jornalismo quando este se encontra amarrado a uma estrutura econômica capitalista. No processo de industrialização, a compra da opinião do jornal deixa de estar ligada somente à compra da opinião do indivíduo que, praticamente sozinho representava a publicação, para a necessidade de comprar o “próprio jornal” de maneira “[...] estável, institucional por assim dizer” (SODRÉ, 1999, p. 278). Há um funcionamento discursivo que interpela o jornalismo/jornalista como instância autônoma de produção da informação, e que portanto precisa se (re)afirmar como instância própria, sem vínculos com outras esferas de poder. É sugerido um distanciamento, justamente na busca por demarcar a importância social e pública que o jornalismo poderia/pode ter. Pelo movimento da negação, é que há o discurso da afirmação do que pode e deve ser o jornalismo/jornalista. Se tomarmos a afirmação de “comprar a opinião do jornal” e trabalharmos por sua oposição, circula-se o discurso de um jornalismo que não poderia se deixar corromper, que este seria o “verdadeiro” jornalismo.

¹⁵ “Art 6º Agência de Propaganda é a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitários, que, através, de profissionais a seu serviço, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos Veículos de Divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir ideias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem” (BRASIL, 1966, s/p).

Como próprio da construção discursiva, para assegurar a consistência das afirmações apresentadas, Sodré (1999) apresenta seguidamente trechos da obra *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* (1938), de Luís Edmundo, em que este descreve como os jornais do final dos anos 1800 e o início dos anos 1900 pouco se preocupavam com questões importantes da sociedade brasileira, abrindo mão das lutas encampadas em épocas anteriores, justamente por temer o corte das verbas por parte dos “comendadores”, que na maioria das vezes eram os donos dos prédios onde as publicações estavam instaladas, os responsáveis pelo crédito para a compra do papel e da tinta, e também dos anúncios que assinalavam a prosperidade das gazetas. A partir da apropriação do discurso do outro é que busca se (re)afirmar o próprio discurso: além de o próprio autor se posicionar, apresenta-se a opinião de um outro que não representa outra coisa senão a própria opinião do autor. Tal estratégia discursiva, a partir da exemplificação, funciona na validação dos próprios argumentos apresentados, numa espécie de justificativa de que seria a “opinião”/ “informação” verdadeiras. Desta forma, no movimento de Sodré (1999) afirmar que imprensa abriu mão das lutas travadas em épocas anteriores, mobilizam-se, ou melhor, coloca-se em circulação sentidos antes já em funcionamento de que imprensa é sinônimo de “luta”, “contestação”, de que não pode ser comprada/vendida.

Nesse processo de aproximação do jornalismo da publicidade, pouco a pouco, os anúncios publicitários começam a se desenvolver – saindo do relato objetivo e direto de um “aviso” para uma prática mais próxima das conhecidas atualmente – culminando, após 1915, no surgimento das agências especializadas. Sodré (1999) expõe que, por exemplo, o vespertino *A Hora*, em 1921 no Rio de Janeiro, chega a ter 85% do espaço ocupado por anúncios. Bahia (2009) pondera que a evolução da publicidade está intimamente ligada ao próprio desenvolvimento do jornalismo.

Ela [publicidade] é mais excitante, mais competente, quando os grandes jornais consolidam a sua **tendência informativa**, transferindo-se dos **limites da opinião** para a descrição ampla, múltipla, viva, da reportagem, ou quando se desvencilham da ilustração imaginária para a **fotografia documental, representativa do fato**. Há, então, mais leitores a atingir – os consumidores aos quais são dirigidos os bens e as mercadorias nas prateleiras (BAHIA, 2009, p. 173).

Essa suficiência gera resultados confortáveis tanto do ponto de vista de produção quanto no que diz respeito à **qualidade editorial**. As redações, lenta e gradualmente, se ajustam às exigências de **precisão, concisão e rapidez** da notícia e cada vez mais substituem o comentário ou a prosa pelo **relato testemunhal**. A máquina de escrever revela-se mais útil à agilidade do repórter que a pena e o tinteiro [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 180).

No excerto acima, observa-se como o autor busca trabalhar com a marca de separação entre informação e opinião a partir da oposição “jornalismo” versus “publicidade”. Quando ressaltadas as marcas “jornais”/ “tendência”/ “informativa”, há uma construção discursiva que busca (re)assegurar ou identificar como campo próprio do “jornalismo” a “informação”, distanciando-se da “opinião”. A tal ponto de ressaltar como destaque a publicidade “mais competente” quando esta assume o caráter “opinativo”, demarcando-se como área exterior à prática jornalística, portanto, longe de retrato “documental” e “representativo dos fatos”. O jornal, assim, atenderia a um público leitor consumidor de dois conteúdos distintos, mas, ao mesmo tempo, constituintes do jornal: a informação e o anúncio publicitário. Nessa relação indissociável, o anúncio estaria sempre presente no jornal em que estivesse demarcado claramente o comprometimento com a informação para que, desta forma, a publicidade também se beneficiasse dessa credibilidade podendo, então, ofertar seus produtos. O jornal, sobremaneira, torna-se um produto dentro desse entendimento de uma empresa capitalista, espaço propício para ofertar, além da informação, produtos das mais diferentes origens. Os excertos de Bahia (2009) mobilizam sentidos já naturalizados sobre o jornalismo como “reprodução da realidade”, sendo estes a justificativa da importância da própria área. A marca “fotografia documental” reativa uma percepção da “imagem” como captura do instante, do momento, da época: por ser uma representação icônica do objeto fotografado – realidade –, ela supostamente daria conta de representar a totalidade dessa realidade. Se tomarmos uma fotografia como um enunciado e acreditarmos que ela representaria a realidade – e não uma construção discursiva sobre a mesma –, seria como apagar o funcionamento da posição sujeito que a constitui, o campo associado que possibilita o movimento de interpretação. Sendo o jornalismo tomado como um “representativo dos fatos”, exigindo-se portanto “precisão”, “concisão” e “rapidez da notícia”, podemos questionar de quem seria tal “exigência”: da própria empresa jornalística ou das empresas de publicidade que passam a custeá-las. A “exigência”, presente no enunciado, liga-se a uma “imposição”, sem abrir brechas para outras formas possíveis de exercício do jornalismo. Este precisa se (re)afirmar para que a publicidade ali se instale: a legitimidade e reconhecimento da publicação é que atrairá mais ou menos anunciantes. Nas possibilidades de atuação do jornalista, vamos observar a incidências de diferentes exercícios de poder; sendo a publicidade, um deles.

Todavia, ressaltamos a contradição presente nos discursos erigidos pelos dois historiadores, Sodré (1999) e Bahia (2009), a respeito da prática jornalística quando tratam das movências do exercício do jornalismo na consolidação dos jornais como “empresas jornalísticas”. Se como observamos anteriormente, em Bahia (2009), há certa exaltação do

jornalismo mais ligado à informação factual – no retrato “documental” da realidade –, Sodré (1999, p. 287) ressalta o surgimento do jornal *Correio da Manhã*, em 1901, como uma prática relevante de jornalismo no início da década; o que o leva a trazer o texto de “apresentação” da própria publicação quando do surgimento:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa **norma de neutralidade** com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é **puro estratagem para**, mais a gosto e a jeito, **poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 287).

A partir desse texto de apresentação, o autor então assente:

O *Correio da Manhã* vinha **romper, efetivamente**, o cantochão de louvores ao governo de Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. **Quebrava** a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada **a compra da opinião da imprensa** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 287).

Quanto a neutralidade, Bahia (2009, p. 234) diz: “[...] alguns **mitos** do jornalismo, como, por exemplo, o da **neutralidade**. A neutralidade é um logo se examinada em face do espaço político que cada veículo atribui à notícia em função dos seus custos [grifo nosso]”. Observamos no enunciado de Sodré (1999) a apropriação da definição do que pode e deve ser o jornalismo para o periódico *Correio da Manhã*, para desta forma reafirmar seu conceito sobre a atuação do jornalismo/jornalista. A partir daquilo que considera uma “boa prática” do jornalismo já no início dos anos 1900, o discurso do historiador delimita uma área bem específica de atuação para/do jornalista: aquele que luta, que até emite opinião se alinhada aos interesses do “povo”. Por meio do “forçosamente”, o discurso não abre margem para outras possibilidades de atuação senão aquela apresentada; outras marcas que realçam o caráter delimitador são os verbos empregados para descrever as ações do referido periódico ao se opor ao governo vigente: “romper”, “quebrar”.

Como próprio da argumentação, para que prevaleçam as ideias defendidas, é preciso a negação, a desqualificação, a separação de pensamento contrário. Poderíamos, assim, trabalhar com as marcas: “Ser neutro e, portanto, defender/atender os interesses do povo”; “Ser neutro e, portanto, não defender/atender os interesses do povo”; “É impossível ser neutro, sendo a neutralidade um ‘mito’ do jornalismo”. São possibilidades de discursos

concomitantes a respeito da identidade do jornalista – em oposição, mas que coexistem em uma mesma época, determinando desta forma o que se poderia considerar o “verdadeiro” dessa mesma época –, haja vista circularem sentidos de reafirmação do jornalismo como área própria do relato factual, distante da opinião (sendo por isso mesmo, fonte de legitimidade e credibilidade), mas ao mesmo tempo discursos que impingem à prática jornalística a necessidade de luta, de efetivamente “ter um lado” (neste caso, do povo), o qual deve defender (ainda que, para isso, seja necessário se expor, demarcar-se).

Se compreendermos “mito” a partir de Barthes (2010, p. 234) – o mito tem como função “[...] transformar uma intenção histórica em natureza, uma eventualidade em eternidade. [...] O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem ‘natural’ desse real” –, ponderamos como o “mito” da “neutralidade” apontado por Bahia (2009) é um fenômeno histórico-social, construído pelos próprios discursos que tratam do jornalismo. A neutralidade, assim compreendida, é um mito na medida em que sugere seu exercício e sua presença como “naturais”, próprias, e não como um resultado histórico: interrogar-lhe seria, nesta medida, apagar os traços que a constituem como tal. A neutralidade, então, seria um produto do próprio homem, mas tal processo há de ser recebido como espontâneo, que não poderia ser outro ou se dar de outra forma. Sobremaneira, dada sua circulação na sociedade, não é de estranhar que atualmente, ainda, a memória discursiva do jornalismo traga a “neutralidade” como qualidade inquestionável da prática jornalística.

Desta forma, detendo-se na posição sujeito do autor Sodré (1999), observamos o delineamento da identidade do jornalista mais ligada à “defesa dos direitos populares” do que necessariamente à “informação neutra”. Compreendendo que o lugar de fala do autor (condições de produção) está vinculado à existência e à luta de classes, o jornalismo deveria existir então para a luta e a transformação da sociedade. Ao tomar o excerto da “Apresentação” do *Correio* na construção do discurso do Sodré (1999) como um “comentário”, asseveramos que assim o é usado para corroborar/sustentar o discurso de que “todo jornal” – que como princípio deveria estar voltado “para o povo” – “há de ser, forçosamente, jornal de opinião”. No discurso do autor, colam-se os termos “neutralidade”/ “parcial” / “compra de opinião”: pela via da “neutralidade” – campo legitimado do jornalismo –, os jornais poderiam exercer sua “parcialidade” comprada pelos detentores do poder político e/ou econômico.

Bahia (2009) expõe que no decorrer das três primeiras décadas do século XX, em que constantemente vai se reaparelhando tecnicamente os jornais, as publicações passam a ser sustentadas pelas receitas de publicidade – principalmente de pequenos anúncios –, em parte por recursos de origem oficial, dos Estados e da União, e, mais fortemente, pela verba advinda das vendas avulsas e de assinaturas regulares:

O **progresso** gráfico justifica experiências editoriais que envolvem toda a estrutura do produto nos diários e semanários [...] **inspira e dinamiza a criatividade**. O jornal é desafiado por um mercado de múltiplas ofertas, além do livro. O rádio e o cinema falado, pouco a pouco, assimilam a notícia [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.177).

Ressalta-se no excerto a relação estabelecida entre a evolução tecnológica e a criatividade. Conseqüentemente, observamos a delineação da identidade do jornalista também perpassando pelo aspecto tecnológico: é a partir das novas experiências possíveis de serem vividas no jornal que o sujeito jornalista pode ser mais “criativo”, “dinâmico”. Reforça-se o sentido do progresso tecnológico estar fortemente vinculado à “evolução” social, das práticas, do homem: é a partir deste progresso que novas possibilidades podem ser alcançadas, limitações superadas. Assim, a partir das marcas “progresso” e “inspira”/ “dinamiza”/ “criatividade”, constrói-se uma identidade para o jornalista fortemente ligada ao aspecto tecnológico, para além de questões sociais, culturais, econômicas etc. Nessa construção discursiva, a incidência do tecnológico nas possibilidades a serem alcançadas pelo homem é indispensável.

Durante esse processo de transformação e de passagem do jornal geralmente centrado sob um indivíduo para uma “empresa jornalística”, esta pouco a pouco se torna:

[...] **um investimento atraente, duradouro, responsável** que [...] substitui a concepção de risco inevitável, quase sempre associada a uma conveniência de ocasião, ao partidarismo, ao aventurismo. [...] À proporção que partidos e políticos se afastam da organização da imprensa e cedem seus lugares a empresários e a jornalistas, a economia do setor se **estabiliza** e prospera. O Estado começa, igualmente, a verificar que não é útil ao ramo da informação. **Ainda haverá retrocesso nessa atitude**, principalmente na ditadura, mas o Brasil é provavelmente o primeiro país sul-americano a **romper os laços da imprensa com o partidarismo** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p 177)

A partir deste excerto retirado do texto de Bahia (2009), observamos na construção discursiva a negação da possibilidade de existência de um jornalismo “atraente” / “duradouro” / “responsável” quando ligado diretamente ou ao serviço do Estado. O jornalismo é alçado a uma área autônoma de partidos políticos e do Estado, residindo sua credibilidade justamente

nesse distanciamento; a presença do Estado é reforçada pelo autor como um “retrocesso”, sendo necessário “romper os laços da imprensa com o partidarismo”. Nesse esteio, o jornalista é tomado conseqüentemente como o “outro” do poder, responsável por retratar os fatos sem quaisquer incidências do plano político. A “estabilização” do jornalismo como uma “empresa” passa, então, por sua gestão estar centrada em “empresários” e “jornalistas”. Todavia, compreendendo que não há nada fora do poder, é preciso sobremaneira colocar em suspenso esse suposto “distanciamento” entre a “empresa jornalística” e o “Estado”, “partidos políticos”, “grupos econômicos”.

Se tomada como participante/atuando do/no processo econômico, pressupõe-se que assim como quaisquer outras empresas também está sujeita a conflitos de interesses provindos de diferentes grupos. De qualquer forma, como construção da legitimidade da área, observa-se a necessidade de na construção do discurso sobre o “jornalismo” dissociá-lo das demais esferas de poder, sendo, por isso mesmo, classificada como um avanço, como observado no trecho: “A passagem ao jornalismo de empresa era, entretanto, etapa historicamente necessária; **significava o avanço**; o jornalismo individual é que estava superado [grifo nosso]” (SODRÉ, 1999, p. 288). Na afirmação de Sodré (1999), a construção não abre margem para a dúvida de que o jornalismo também teria de se reenquadrar ao avanço tecnológico e progresso econômico, e que tal mudança foi positiva para a área. Ao nos deter no termo “avanço”, é possível questioná-lo a respeito de “qual avanço” se trata: do jornalismo como empreendimento, da atuação jornalística na cobertura dos fatos, da apuração, produção e circulação da notícia etc.

Outra mudança operada no início dos anos 1920 também possibilita compreendermos como as práticas discursivas vão construindo lugares próprios para o jornalismo/jornalista. À época, torna-se atribuição e responsabilidade daquele que é dono da publicação deixar tal questão explícita:

O cabeçalho de primeira página dos jornais é obrigado por lei a registrar os nomes dos seus diretores responsáveis. A nova legislação de imprensa, em 1923, altera padrões que vêm do Império ou do começo da República e que facultavam a omissão, por discrição ou interesse próprio, da identidade dos proprietários e diretores (BAHIA, 2009, p. 179).

A atmosfera do jornalismo – em paralelo à da economia – é quase colonial, tanto editorial quanto industrialmente. A instituição não é exatamente a imprensa, mas os seus donos, em contraste com os Estados Unidos e a Inglaterra, onde o nome dos proprietários do The New York Times e do Times pouco conta em relação à expressão política, econômica e social do país (BAHIA, 2009, p.205).

Ainda, essa determinação reflete o espírito da época da imprensa, reconhecida tanto pelos nome de seus donos quanto pela identificação da empresa jornalística (nome). A partir

destes excertos, podemos observar a obrigação do exercício da função “autor” no discurso, conforme reflete Foucault (1969). Compreendendo que os periódicos a partir da época mencionada precisam identificar claramente seus “proprietários”, sendo estes os seus responsáveis – com todas as implicações que decorrem deste fato –, por que não poderíamos tomá-los como “autor”. Os jornais, revistas e demais publicações colocadas em circulação passam a ser interpelados pela mesma frase que, num grau de similitude, Foucault (1969) expõe: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”. Como propõe Foucault, tal questionamento tem uma implicação ética, pois se refere menos a maneira como “se fala” ou “se escreve”, mas como um traço caracterizador que retoma incessantemente o princípio da escrita não como resultado, mas como “prática”. Antes de o “autor” remeter a um “nome próprio” diretamente, trata-se de uma função de indicação, um gesto que aponta para alguém, da mesma forma que o descreve. O autor, de acordo com o filósofo francês, exerce certo papel em relação ao discurso, uma função classificatória que permite reagrupar textos, relacioná-los, delimitando-os, excluindo-os, opondo uns aos outros.

Compreendemos, assim, que ao tornar obrigação a identificação do proprietário da publicação – que reúne em torno deste nome próprio, todo o discurso que o constitui como sujeito social, mas que também é constituído por todos aqueles que fazem a publicação, a história que ela tem etc. –, visa atender a um anseio de um modo de ser do discurso. Como pondera Foucault (1969), o simples fato de poder apontar para um escrito e poder dizer “isso foi escrito por tal pessoa” ou “tal pessoa é o autor disso” reflete que tal escrita não é indiferente, qualquer, “[...] mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. Ele [o autor] manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura” (p. 13).

A identificação dos donos do jornal está, assim, ao exercício da função-autor, que estabelece ligações com o sistema jurídico e institucional que o contem, determina, articulando o universo dos discursos (FOUCAULT, 1969). Não se trata apenas de remeter a um indivíduo real (dono do jornal, por exemplo), mas um lugar que pode ser ocupado por vários, a várias posições-sujeitos que os indivíduos poderia ocupar. Partindo das reflexões foucaultianas, atrelar o nome do dono do jornal à própria publicação é atribuir-lhe responsabilidade social, jurídica por aquilo que publica, como o resultado de condições históricas. Se tal estratégia do poder ao mesmo tempo pode mobilizar sentidos que apontam para a interdição de dizeres – principalmente, os que confrontam o Estado, responsabilizando-os seus donos –, sua demarcação também é fruto da delimitação da atividade que pode ser

ocupada pelo jornalista; ou seja, quem pode ocupar cada tipo de discurso, o que precisa fazer para exercê-lo, quais regras deve obedecer: “Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso)” (FOUCAULT, 1969, p. 28).

5.6 IMPRENSA OPERÁRIA: O JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS/PARA OS TRABALHADORES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Além das questões relacionadas ao início da industrialização da imprensa, Sodré (1999) expõe que no início do século XX, continuam os efeitos dos movimentos reformistas vivenciados no Brasil em décadas anteriores; com o desenvolvimento capitalista, aparecem novas formas de organização, em decorrência das novas exigências sociais surgidas ou transformadas. A classe estudantil está entre as que sentiram necessidade de criar uma organização institucional própria – não apenas momentânea como anteriormente –, em prol de mudanças/transformações sociais. Conforme o autor, entre os interesses da Federação de Estudantes estava o de “[...] propagar a instrução no seio do operariado, facilitando talvez assim a solução do problema social” (p.307). Eles tinham uma publicação própria – *A Lanterna* –, fundada por Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, e contava com a colaboração de escritores como Lima Barreto, Bastos Tigre e Castro Menezes.

A partir das obras dos autores analisados, destaca-se que outra organização começa a surgir, a dos jornalistas, principalmente em decorrências das novas formas de trabalho, do desenvolvimento da imprensa ao se tornar industrial – deixando de ser individual, artesanal, pequena –, de maneira mais expressiva nos grandes centros. Sodré (2009) cita como um dos seus idealizadores Gustavo de Lacerda, repórter de *O País*, que ao compreender que até então a profissão era um “eito” ou trampolim para outras posições acreditava que o jornalista deveria gozar uma organização sindical, responsável por defender os interesses dos profissionais da imprensa: “Atingida a etapa da grande imprensa, estabelecida esta em **moldes capitalistas**, surgiria, **necessariamente**, a organização agrupadora dos que nela trabalhavam, os **profissionais**, os jornalistas [...] Era a **fase das resistências** dos operários, organizações de união e defesa dos trabalhadores [grifos nossos]” (p. 307; 308). Bahia (2009, p. 211) configura a identidade do jornalista a partir da década de 1920: “Os jornalistas **boêmios**, pouco a pouco, cedem lugar aos jornalistas **profissionais**, que usufruem as vantagens da nova legislação do trabalho [grifos nossos]”.

Importante observar no corpus analisado a afirmação do jornalista como categoria “profissional” e, principalmente, as condições históricas que permitiram que esse discurso se tornasse possível. Se tomarmos o discurso como prática, como reflete Veyne (1998), acreditar que a categoria alcançou *status* como qualquer outra profissão – com as implicações jurídicas, sociais e econômicas decorrentes deste processo – decorre também uma tomada de atitude em relação às práticas de trabalho até então vigentes. Desta forma, trata-se de compreender que são colocados em circulação enunciados que confirmam a existência de uma categoria “profissional” dos jornalistas e, mais fortemente, como algo que deveria surgir “necessariamente”.

O enunciado de Sodré (1999) coloca como consequência inquestionável o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento das categorias profissionais, entre elas a dos jornalistas: demarca-se, em um pólo, a empresa jornalística (e seus donos) e, em outro, os trabalhadores (jornalistas etc.). Estes já não são um prolongamento das instituições onde atuam, mas um grupo autônomo que nem sempre compatibiliza dos interesses de seus patrões. Forja-se uma identidade para o jornalista como vinculado e, ao mesmo tempo, separado do veículo onde atua: uma vez que há “interesses próprios” que precisam ser resguardados por instituições como os sindicatos, por exemplo.

Ainda, no enunciado de Bahia (2009), trabalha-se com duas grandes marcas – jornalistas “boêmios” e a dos jornalistas “profissionais” –, que nos leva a observar o funcionamento do princípio de diferenciação próprio da identidade, como reflete Woodward (2009). Colocadas em oposição, demarca-se que a identidade do jornalista não poderia assumir essas duas faces: a boemia seria o contrário do profissionalismo. De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2015), Boêmio significaria entre outras coisas: “bo·ê·mi·o (.Boêmia, .topônimo) adjetivo [...] 4. Cigano. adjetivo e substantivo masculino 5. Que ou quem vive a pensar na diversão, sem grandes preocupações ou regras”. Já o “profissional”: “[...] adjetivo de dois gêneros 1. Que se relaciona com uma dada profissão (ex.: sindicato profissional, ensino profissional). [...] 2. Pessoa que faz uma coisa por ofício (ex.: profissionais do futebol). ≠ AMADOR [...] 3. Que ou quem revela profissionalismo. ≠ ANTIPROFISSIONAL”. Trabalhando a partir dessas significações reconhecidas e postuladas, há no discurso de Bahia (2009) a significação de que a atividade jornalística não poderia estar ligada com “diversão”, por ter “preocupações” e “regras”; da mesma maneira, jornalismo não seria mais um *hobby*, um passatempo, mas um “ofício” e, portanto, opondo-se ao “amadorismo”.

Desta forma, o discurso reafirma que até então na história, o jornalista assim o era por mero “passatempo”, sem grandes preocupações profissionais: e somente quando assume essa nova identidade, o jornalista pode gozar “das novas vantagens das leis do trabalho”. Assim como ocorrem com outras profissões, para que o jornalista pudesse ser (re)conhecido como profissional – com as vantagens trabalhistas implicadas – deveria exercer a sua atividade a partir de “regras” formais, negar qualquer “diversão” no seu exercício – “trabalho” se opõe, aqui, à “diversão” –, ter “preocupações” para assim ser revelado a presença do “profissionalismo”. Observamos, assim, que uma “[...] função tripla do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento ou função disciplinar. [...] Mas o mais frequente é que os três componentes coabitem” (FOUCALT, 2008b, p.224).

Sodré (1999) apresenta a ideia de Dunshee de Abrances, presente na obra de Fernando Segismundo (1962): o jornal não deveria ser concebido como uma empresa industrial ou mercantil; antes, frente à sua missão social, deveria existir como uma cooperativa na qual todos participassem, dos diretores aos colaboradores. Todavia, expõe Sodré (1999, p.308-309):

Ora, essa era, precisamente, o erro de concepção. [...] embora já a imprensa brasileira tivesse ingressado na etapa capitalista [...] o que se traduzia, para o pessoal que trabalhava nos periódicos, numa ainda **insipiente divisão de trabalho** [...]; de outro lado, por mais frouxa que fosse tal divisão e mal esboçada a profissionalização, havia **interesses contraditórios** entre proprietários de jornal e jornalistas, e estes de forma alguma tinham condição **proletária**, embora participassem dela sob alguns aspectos. Pretendendo, em seu idealismo [...] conciliar tais contradições, admitindo a unidade onde havia sérios antagonismos, Gustavo de Lacerda, no fim de contas, pretendia desconhecer a **divisão da sociedade em classes**; no caso, proprietários de jornais, de um lado, e, de outro lado, o pessoal da redação. E isso não ia mais longe porque os assalariados puros, os proletários, isto é, os gráficos, não estavam abrangidos na categoria de jornalistas, e tinham já, estes sim, organizações específicas, e sob a forma sindical, como era **inevitável e coerente**. Assim, Gustavo de Lacerda desgostava os proprietários de jornais e, ao mesmo tempo, não conseguia fascinar os seus companheiros, o pessoal de redação.

No enunciado apresentado, cabe primeiramente retomarmos a posição sujeito de Sodré (1999), a de um historiador com fortes vínculos com o materialismo histórico, uma vez que isto “significa” e “faz significar” suas palavras. O discurso se constrói a partir da premissa marxista de uma sociedade dividida em classes e que, portanto, haveria interesses contraditórios entre elas. No caso da imprensa, Sodré (1999) classifica em três classes: a da burguesia (donos dos jornais), a dos jornalistas (mão de obra intelectual) e a dos proletários (demais empregados da empresa jornalística). De tal forma não haveria total compatibilidade

entre essas três esferas, que o autor assevera que a tentativa de junção dos “gráficos” junto aos “jornalistas” não lograra efeito. Há uma demarcação bem específica entre os interesses dos patrões – donos dos veículos de comunicação – e a dos jornalistas – produtores de informação: e, nesse esteio, a organização de um sindicato se mostraria como algo “inevitável” e “coerente”. Como já colocado anteriormente, o discurso dos jornalistas como uma categoria própria vai se (re)afirmando e (con)formando, sendo a luta por seus interesses algo que deveria ser empreendido do seio da própria categoria, em clara oposição aos “donos”/ “proprietários” dos veículos de comunicação.

Entre as organizações que começam a se formar está a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundada em 7 de abril de 1908 com a presença de apenas oito jornalistas, dos veículos *O País*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e do *Diário do Comércio*; a organização existiu até 1942. Sodré (1999) ressalta que a Associação construiu “patrimônio enriquecido”, tornando-se “entidade poderosa” na fase ditatorial do Estado Novo, quando Getúlio Vargas doou grande quantia em dinheiro para a construção da sede – sendo reconhecido como “presidente de honra”, em 1931 –; o então presidente chegou a declarar em discurso à imprensa em 1944 que o jornalismo “[...] caracterizava-se como uma semiprofissão de homens inteligentes e desorganizados, oscilando entre a boemia e o aluguel das aptidões intelectuais, a dedicação extrema ao bem público e os arranjos dos bastidores públicos” (SODRÉ, 1999, p. 310).

A partir da posição de uma sociedade dividida em classes, na construção do discurso de Sodré (1999), observamos o funcionamento de uma construção que estabelece causa e consequência para o papel da ABI. Assim, tendo como causas a) os jornalistas não serem totalmente sindicalizados, organizados em uma categoria profissional, percebendo as contradições inerentes entre as classes; b) o financiamento e contato da ABI com esfera do Estado, sendo até mesmo subsidiada por ele (incluindo a construção da própria sede); a consequência seria a não expressividade do órgão na luta pelos direitos dos jornalistas como trabalhadores. Buscando desconstruir a relação feita entre o governo de Getúlio Vargas e a Associação, é que na construção discursiva de Sodré (1999) há o indicativo de Vargas ter sido reconhecido como “presidente de honra” da identidade – sinalizando a contradição desse ato – e a concepção que o presidente tinha dos jornalistas da época. Nada mais próprio desse posicionamento assumido do que apresentar uma fala da figura ilustre, assim tida pela própria Associação, referente ao que eram os jornalistas; justamente por o autor não compatibilizar com a fala de Vargas que a apresenta como indicativo das contradições existentes entre as classes.

Nesse cenário, Bahia (2009) pondera que as forças sociais começam a crescer e pressionar o poder político e econômico; aumenta o número de assalariados nas indústrias e comércio; ocorre a transição da burguesia e classe média para o funcionalismo público, comerciários etc. Sodré (1999) também expõe que no curso do desenvolvimento das relações capitalistas, com a ascensão da burguesia, começa-se a intensificar a quantidade do proletariado, bem como a surgir e proliferar organizações voltadas para a “questão social” do Brasil; o proletariado é recrutado do campo, de onde provem de duas grandes frentes: a dos trabalhadores provindos do regime escravagista, e a dos estrangeiros que chegaram ao país a partir do contexto de guerra.

A partir da década de 1920, com o avanço do capitalismo, começam a se tornar mais evidente, ou melhor dizendo, tornam-se mais públicas as desigualdades sociais existentes no país. Um mundo mais industrializado tem como símbolos o automóvel e avião que, conforme Bahia (2009), são produtos do bem estar social e do desenvolvimento econômico. O autor expõe como a crise da República acentuada nos anos de 1920 vai evidenciar as contradições na relação entre sociedade e Estado. Tal período é marcado, dentre tantos outros acontecimentos, pela Semana de Arte Moderna, pela fundação do Partido Comunista. E, nesse processo, o jornalista é subjetivado, nos textos analisados, e interpelado a agir em prol da sociedade:

Dos últimos anos do Oitocentos em diante, **jornais populares** dedicados à divulgação das ideias socialistas e à propaganda sindical ou anarquista procuram representar um novo segmento de **oposição** na sociedade brasileira. É a essa imprensa que se deve creditar parte do êxito das primeiras greves operárias no começo do século XX [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.155).

Essa fonte duplamente camponesa [estrangeiros e escravos] deu singular relevo à estria **anarquista** apresentada pelas organizações operárias em nosso país, com reflexos na imprensa que essa nova classe conseguiu criar e manter [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.310).

Os jornais, e agora também o rádio, as revistas, o livro, a propaganda – todo o aparato da nascente indústria cultural brasileira – se **engajam** nas transformações. Em 1922, o movimento modernista já havia sustentado posições vanguardistas em nome de aberturas inadiáveis para a cultura, o pensamento, as ideias. Que, na realidade, eram aberturas reclamadas para uma maior participação popular no sistema (BAHIA, 2009, p. 207).

Reaparece, assim, e se desenvolve, ao lado da **grande imprensa, da imprensa capitalista**, a **pequena imprensa**, a **imprensa proletária**, sob condições extremamente difíceis. Antes, em período histórico de condições adversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é **pequena** tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominantes, e nem mesmo a consequente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais,

mas que mantem uma **posição de combate à ordem vigente** e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos, revistas e jornais, o que existe, agora, é uma **imprensa de classe**: ou da **classe dominante**, ou da **classe dominada**, com todos os reflexos que esta divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo (SODRÉ, 1999, p.323).

Defensora da revolução social, tal imprensa se espalha pelo país – no estado de São Paulo, capital e interior, são mais de 150 publicações periódicas –, sendo a responsável, conforme os autores, pela organização do movimento operário no país. Começam a se espalhar pelo país diferentes publicações/jornais anarquistas: *O Despertar, O Protesto, O Golpe, A Asgarda, O Amigo do povo, Avanti, La Bataglia, Kultur, Força Nova, A Lanterna, Grito del Pueblo, O Livre Pensador, Anima e Vita, O Trabalhador, O 1 de Maio, O Chapeleiro, O Trabalhador Gráfico, Il Pingolo, Jornal do Operário, Trabalhador Livre, Aurora, A Voz Operária, O Progresso Operário, A Luta Operária, A Terra Livre* (SODRÉ, 1999):

Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte, desde o tempo de Cipriano Barata, conhecem experiências **socialistas e anarquistas**, associadas a um **jornalismo político militante**, antimonárquico, pró-federalista, abolicionista, republicano, porém **alinhado às posições de mudanças sociais** revolucionárias, e não só reformistas [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.155).

Bahia (2009) apresenta como fato exemplar o periódico *O Proletário*, constituído por trabalhadores com a ajuda de Euclides da Cunha, no interior paulista. Esse papel é destacado, por exemplo, nas seguintes passagens:

[...] impulsiona greves como a de 3 de maio de 1919, em São Paulo, em que 10 mil homens suspendem o trabalho para exigir jornada de 8 horas (em lugar da de 11 horas) e reclamar o direito de comprar alimentos pelos preços das tabelas oficiais ou ter suas associações reconhecidas pelo poder público (BAHIA, 2009, p.156)

Nos anos 20, os jornalistas obtêm o direito legal de um dia de descanso semanal (em vigor desde agosto de 1920), e os matutinos deixam de circular às segundas-feiras. O operariado transforma a **greve em arma de pressão política**, já que o voto perdera essa condição, desmotivado pelo esbulho eleitoral [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.178).

Por meio dos excertos apresentados, nossa análise resvala em questões pontuais como “o que é a imprensa”, “o que a caracteriza”, “qual o seu papel”. Nos discursos analisados, podemos observar a circulação de sentidos sobre “imprensa(s)”: esta passa a ser categorizada, dividida ou, ainda, passa a negar ações que não são próprias da imprensa. Os enunciados demarcam algumas oposições: “grande imprensa” x “pequena imprensa”; “imprensa da classe

dominante” x “imprensa da classe dominada”; “imprensa capitalista” x “imprensa proletária”. Ainda, são mencionadas “imprensa popular”, “imprensa anarquista”, “imprensa socialista”. Se os discursos fazem circular significações de diferentes estruturas de imprensa, ao mesmo tempo, também significam os jornalistas que atuam nesses veículos: o substantivo “jornalista” já não consegue dar mais conta de todas as significações possíveis, sendo necessário adjetivá-lo, classificá-lo, identificá-lo. Decorre daí, no processo de articulação dos sentidos, a subjetivação deste sujeito interpelá-lo como “jornalista capitalista”, “jornalista proletário”, “jornalista popular”, “jornalista anarquista” etc.

Os discursos da imprensa proletária se firmarão principalmente em oposição ao Estado e aos patrões; se compreendermos que estes, nesse cenário, exercem poder por conta do aspecto econômico [donos das empresas, das organizações, dos veículos de comunicação] e político [figura do Estado em regular a vida social nos mais diferentes campos], os proletários também exercerão poder de resistência aqueles que podem oprimi-lo, silenciá-lo etc. O que poderia parecer um tanto quanto lógico mas que, a nosso ver, precisa ser salientado na medida em que compreendemos o “poder” sob a ótica de Foucault (2008b) não como algo que se “detém”, mas que se “exerce” e que está presente em todas as relações sociais. Poder que nega, que proíbe, que interdita ao passo que também é poder que luta, que resiste, que produz, que transforma.

Assim, é partindo da perspectiva de micro-poderes que fazem a tessitura do constructo social que se pode observar em funcionamento o discurso de resistência: longe de um poder totalizante que englobaria todos, há pequenos poderes que podem e são exercidos por todos os sujeitos sociais. Dentro dessa perspectiva, poderíamos identificar relações de poder entre jornalistas e donos dos veículos de comunicação, jornalistas pró-governo e jornalistas pró-população, burguesia e proletariado etc. É o que permitirá a existência, desta forma, de uma imprensa ligada fortemente aos grupos empresariais e a classe política do país e, concomitantemente, uma imprensa mais ao rés-do-chão, próxima da população que procura encampar as lutas da classe trabalhadora. Esse papel de uma imprensa atuante, próxima das lutas sociais, também se solidifica na identidade do jornalista brasileiro. Em um processo de resistência, utilizam-se da imprensa que, por vezes, é um instrumento utilizado em favor do poder político vigente, para colocar em evidência o discurso do outro, daquele que na lida do dia a dia sente os reflexos da exploração econômica da mão de obra.

Essa imprensa que luta e resiste é caracterizada nos enunciados analisados como “engajada”, “de oposição”, “militante”, “anarquista”, “popular”. Tais discursos colocam em circulação uma imprensa que deve e precisa estar mais próxima da população; cabe ressaltar

que a população que imprensa deveria atender não seria “toda” a população, não englobaria todos os sujeitos da sociedade, mas especificamente aqueles das classes sociais mais baixas, que não exercem ou ocupam lugares de decisão dentro da sociedade, que é a força motriz de empresas, organizações, veículos de comunicação.

Em uma relação direta entre significante e significado, o nome das publicações da imprensa “popular” e “operária” denotam seu papel e dever de luta política: *O Despertar, O Protesto, O Golpe, A Asgarda, O Amigo do povo, Avanti, La Bataglia, Kultur, Força Nova, A Lanterna, Grito del Pueblo, O Livre Pensador, Anima e Vita, O Trabalhador, O 1 de Maio, O Chapeleiro, O Trabalhador Gráfico, Il Pingolo, Jornal do Operário, Trabalhador Livre, Aurora, A Voz Operária, O Progresso Operário, A Luta Operária, A Terra Livre*. Títulos convencionais são abandonados por nomes que têm a finalidade de arregimentar sobre si o peso político da publicação: de antemão, faz-se necessário demarcar o seu próprio lugar da fala, para que não haja dúvida, para que assim possa ser (re)conhecida. Nessa perspectiva, observamos como é o “todo” da publicação que fala e significa, não somente o conteúdo presente em notas, notícias, reportagens, artigos, ensaios, crônicas, contos etc.: tal qual o nome próprio que recebemos ao nascer, que de alguma maneira busca antecipar os anseios dos pais, da família, nos identificar perante os outros – para que não nos confundamos, sejamos únicos –, imputar-nos uma responsabilidade jurídica e social de ser um sujeito, o nome desses periódicos ressoam como “nomes próprios”: antecipam e reúnem em poucas palavras as mais diversas possibilidades de significações, do papel político a ser exercido. Se é pelo nome que somos interpelados, a publicação jornalística operária funda no nome próprio sua necessidade de existência, a luta que precisa ser feita, interpelando tantos outros sujeitos de “nomes próprios” que possam se (re)conhecer no próprio do nome da publicação.

Para além dos próprios nomes, a imprensa e as lutas operárias também tinham conflitos internos. Conforme Sodré (1999), em abril de 1906, durante o I Congresso Operário, no Rio de Janeiro, duas grandes frentes se confrontavam: a dos socialistas (que almejavam a criação de um partido socialista) e a dos anarquistas (que pretendiam a fundação da Confederação Operária Brasileira, uma organização sindical não-política). Ressaltamos como, frente a essa situação, compreender a estrutura da sociedade como fruto de uma “divisão de classes” somente – posição sujeito assumida por Sodré (1999), por exemplo – não dá conta de todo o complexo das relações de poder: se há uma imprensa operária e operários que lutariam contra um poder emanado da “classe dominante”, possivelmente não haveria ou não poderia haver cisão, lutas de poderes no interior da própria classe. Todavia, se ampliarmos esse cenário para o contexto de uma microfísica do poder, podemos perceber como há diferentes

exercícios e relações de poder na sociedade, não restrita somente entre “dominantes” e “dominados”. Nessa divisão dentro do movimento operário, há a vitória dos anarquistas, que defendem alguns princípios que refletirão na imprensa proletária imediatamente: a luta pela redução da jornada de trabalho antes mesmo do aumento de salário; a negação da presença das doutrinas política e religiosa; a não admissão de trabalhadores não-operários nas empresas; luta pelas oito horas de trabalho. Como mencionado anteriormente, o movimento operário ao passo em que se identifica por um nome curto, chamativo, direto que procura expor sua luta, precisa também se distinguir de tantas outras formas e exercícios de luta. A busca pela separação de outras instâncias como a “política” e “religiosa”, a proibição de participação de “trabalhadores não-operários nas empresas”, mostra-se como uma forma categorizante de demarcação, de modo a não ser confundida com outras instituições, outros interesses, outras lutas.

Conforme reflete Sargentini (2001), à época, diversas produções textuais se dedicam a retratar a vida e a luta dos operários brasileiros. Os enunciados se materializam em diferentes gêneros, por meio dos quais, é possível se fazer ouvir reconhecer vozes provindas de diferentes lugares sociais: são publicações que falam *ao* e *com* os operários, outras ainda são produzidas pelos próprios operários. Tais discursos reivindicam os direitos trabalhistas, muitas vezes por meio de “textos panfletários”: contos, notícias, narrativas fabular. Como explicita a autora, é preciso observar que tais textos, ao recorrerem à narrativa fabular, privilegiam tipologias de conhecimento do povo, e que abrigam um ensinamento: para o autor, é mais importante o teor libertário do texto – a capacidade de refletir os anseios da coletividade – do que a elaboração estética.

Sargentini (2001) nos leva a refletir como as produções da imprensa operária e anarquista também se marcam pelo “autor desconhecido”, justamente pela derrisão que decorre deste processo de ouvir no “autor desconhecido” o “espírito popular”, a “alma coletiva”. Entre os recursos utilizados nos textos panfletários estão os implícitos para falar por antífrases, mas também para ironizar e escapar da censura: “A publicação de um conto anarquista nomeado ‘Um conto que parece uma verdade’ que, ironicamente, denuncia uma verdade, é um bom exemplo do uso de implícitos como um mecanismo de argumentação que se cria entre enunciador e enunciatário” (SARGENTINI, 2001, p. 03).

E se compreendemos que em toda relação de poder, há resistência, é porque algum exercício de poder é negado, proibido e interdito. Entre as formas de dominação e negação dos movimentos de resistência, apresentamos duas: o medo e imposição impostos aos estrangeiros e o poder físico de coerção junto aqueles que se opunham ao poder vigente. Entre

o poder do Estado de regular a vida social, destacamos o Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907: “Art. 1º O **estrangeiro** que, por qualquer motivo, comprometer a **segurança** nacional ou a **tranquilidade** pública, póde ser **expulso** de parte ou de todo o territorio nacional [grifos nossos]” (BRASIL, 1907). Os estrangeiros expulsos, uma vez em sua pátria de origem, expõem como os estrangeiros são “vistos” e tratados no Brasil e como a legislação brasileira remonta às leis totalitárias de países como França, Áustria, Prússia, Itália, Espanha; legislações desses países que foram combatidas pela imprensa de pensamentos democráticos e liberais, conforme expõe Everaldo Dias (1962), na obra *Histórias das Lutas Sociais no Brasil*, citado por Sodré (1999, p.314):

[...] aqui [Brasil] a sua ação [da legislação] visava de preferência o estrangeiro, considerado perigoso e como tal **diminuído perante o nacional**, exposto a ser expulso por qualquer acusação patronal ou policial. [...] Assim, nossos jornais, porta-vozes dessas queixas, desses clamores, desses protestos dos colonos e operário, incorreram na iracúndia dos poderes públicos e se tornam ainda mais indesejáveis à oligarquia política e plutocrática dominantes no país e em especial em S. Paulo.

O anarquismo vivia em muito da atividade de imigrantes, particularmente italianos, mas também espanhóis e portugueses; **a resposta** das autoridades à agitação que desenvolviam foi pronta e radical; começou a ser aplicada a legislação que permitia **expulsá-los** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.313).

A interpelação “estrangeiros” já funciona de alguma forma como a reafirmação de uma identidade nacional que, sendo relacional, constrói-se *pela e na* diferença: o “estrangeiro não é brasileiro”. O “estrangeiro” sempre assim é o “outro”, ressaltando o traço de diferença – seja por questões geográficas, de cultura, língua etc. – que irá distingui-la e que possibilita sua própria existência: ou seja, a identidade se marca por aquilo que ela não é, pela diferença. Retomando as reflexões de Woodward (2009), a identidade colocada em jogo como resultado da construção discursiva presente nos enunciados analisados exclui e marginaliza aqueles que são considerados os “outros”, forasteiros.

Desta forma, o exercício da lei que determina a expulsão do “estrangeiro” que causar ataque à Segurança Nacional ou a “tranquilidade pública” é uma forma de, além do silenciamento dos discursos contrários aos interesses do governo, reafirmar que eles não são “brasileiros”. A possibilidade de “expulsão” é a marca que enuncia “Aqui não é o seu lugar”, “você, estrangeiro, não é um de nós”. Como próprio de regimes totalitários, possíveis questionamentos também podem ser feitos a “qual tranquilidade pública” e “segurança nacional” se referem a lei. Na opacidade dos dizeres, há um “não-dito” naquilo que é “dito”: não se pode atacar ou falar mal do governo, sob a pena de represália, de expulsão. É preciso,

assim, fazer dizer e crer que, em prol de uma luta do Estado por certo sentimento de “segurança pública” (o que é dito), é preciso “eliminar” os que perturbam tal segurança ou, ainda, “os estrangeiros perturbam a tranquilidade e a segurança nacionais”; todavia, não se pode dizer (interdito) que a lei busca afastar e expulsar todos aqueles que contrariem os interesses do Estado e não da sociedade como um todo.

No contato de mobilização política, a luta da imprensa e do movimento operário também passa pela oposição à Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, refletindo sobre o papel da indústria militar, o funcionamento do militarismo, e as consequências do conflito para todo o mundo. Para expor a presença da imprensa no período, Sodré (1999) traz Lima Barreto – no pronunciamento inicial, no *Correio da Noite*, de 19 de novembro de 1914 – pela posição “corajosa” e “coerente” do escritor contra a guerra e pela revolução: “O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatões tinto com uma sabedoria de pacotilha” (p. 317). Outro trecho de texto de Barreto citado por Sodré (1999, p. 317-318) fora publicado em 15 de setembro de 1917, no *Debate*:

A nossa República [...] se transformou no domínio de um só feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode **lutar com armas na mão**. Deles saem todas as autoridades; **deles são os grandes jornais**; [...] e sobre a nação eles teceram uma rede de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é **rasgar** a rede à faca, **sem atender a considerações** morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja [grifos nossos].

A perseguição à imprensa permaneceu e se intensificou, principalmente durante as guerras ocorridas em São Paulo, em 1917, e no Rio de Janeiro, em 1918, e com o constante apoio da imprensa operária à Revolução Russa:

[...] excitaram as autoridades, que intensificaram a **violência da repressão**. [...] Foi esse momento, quando o proletariado estava na infância, o escolhido para submetê-lo, pelos processos **policiais**, evitando que as suas organizações se desenvolvessem e que a sua imprensa tivesse condições de existência. Velhas leis, que já haviam servido para a eliminação de dirigentes operários, foram para isso utilizadas, e novas leis começaram a ser elaboradas para o mesmo fim (SODRÉ, 1999, p.319-320).

Verifica-se, desse conjunto de fatos, como as classes dominantes encaravam o problema da liberdade de imprensa: os órgãos proletários eram sempre **depredados**...pela polícia [grifo nosso] (SODRÉ, 1999, p. 322).

O Aparelho do Estado (ALTHUSSER, 1985), ainda que não unicamente a fonte de todo o poder, exerce sobre a população o poder disciplinar: tonar os corpos dóceis,

hierarquizá-los, torná-los produtivos, como reflete Foucault (2008b). Além da violência que pode exercer por meio de suas leis, determinações, regras etc., há também sua imposição por meio de aparelhos repressores, que agem diretamente, neste caso, fisicamente sobre o corpo social. A “polícia” é, assim, um aparelho do Estado para realizar a contingência social de tudo o que pode promover o “desequilíbrio” pretendido pelos dirigentes. Havendo a imputação da força física pelo Estado, podemos observar nos enunciados a força de resistência também na ordem do “material”. Sendo a fala de Lima Barreto um comentário de Sodré (1999) – ou seja, que este se apropriou para a construção do próprio discurso –, demarca-se um lugar para a imprensa que, em certas ocasiões, não deveria resistir somente por meio das palavras: era preciso resistir “à mão”. Ao passo que existe uma violência que busca calar, silenciar, há uma violência que resiste, que reage.

Ao tratar do jornalismo político que se desenvolvera no país nas primeiras décadas do século XX, observamos na construção discursiva de Sodré (1999) a citação de profissionais que poderiam ser considerados ou não “exemplos de jornalismo”. Determo-nos nesse interim é importante, pois permite compreender como vai se erigindo a identidade do jornalista, o que este deveria ser/fazer para assim o ser considerado.

Em um desses momentos, ao tratar das duas correntes de opinião que dominavam o Rio de Janeiro - *O País*, em defesa do governo; *Correio da Manhã*, exercendo a oposição –, assim assevera Sodré (1999, p.332): “Neste [*Correio da Manhã*], dominava a figura de Edmundo Bittencourt; naquele [*O País*], a de João Lage. Laje tipificou realmente, o jornalista **corrupto**, de **opinião alugada**, **conluiado com o poder**, dele recebendo benefícios materiais em troca de posição do jornal [grifos nossos]”. Observamos nesse processo de adjetivação da atividade do jornalista João Lage, aquilo que cada vez mais se acentua nos discursos colocados em circulação como não atividade própria de todo e qualquer jornalista: um sujeito que deve ser incorruptível, de opinião própria, distante das esferas de poder. Partindo do pressuposto que no enunciado apresentado o “poder” pode ser tomado como sinônimo de “Estado/governo”, ressalta-se que, entretanto, o jornalismo, assim, não seria possível de ser exercido fora de uma esfera de poder, como pondera Foucault (2008b), mas, sobremaneira, deveria/deve ser uma esfera própria de poder independente das demais esferas relacionadas à regulação da vida social.

Ocupar o lugar de oposição é, da forma, assumir para si discursos provindos de outras esferas de poder, tais como o proletariado; todavia, acentua-se discursivamente que o posicionamento da imprensa deve estar desvinculado da questão material. No entanto, se esse é o lugar construído para o jornalista “ideal”, há também a presença do exercício do

jornalismo “condenável”, como o apresentado pelo autor, e este também auxilia na construção de uma memória discursiva em torno do que é o jornalismo, o jornalista, possibilitando, por exemplos, discursos que afirmam ser o jornalismo uma atividade altamente subjetiva e que, portanto, não precisaria ser exercida por profissionais formados (vide questão do diploma, a ser refletida na subseção “5.9 Jornalismo, Academia, Diploma e Mercado – O Jornalista e(m) contradições: o que “pode” – e “quem” pode ser – o jornalista”).

Ainda, assim, assevera Sodré (1999, p. 334):

As amarguras do **jornalista** de talento reduzido à condição de **escriva** são peculiares à imprensa da fase industrial, nada têm de espantoso e não podem ser lançadas individualmente, às vítimas, mas ao **regime** que **gerava e mantinha** esse gênero de **corrupção**. Vê-lo nos casos pessoais e isolados é deformação ligada ainda ao moralismo inconsequente e escamoteador da verdade profunda dos fenômenos e processos [grifos nossos]

Ainda, ao tratar do jornalista Alcindo Guanabara, considerado pelo próprio autor como uma das grandes figuras do jornalismo na década de 1920, pela forma de escrita – com “clareza” e “brilho” –, Sodré (1999, p. 349-35-) pondera: “Esse homem incontestavelmente capaz, lúcido, inteligente, consentiu sempre em apagar-se, em conformar-se, em submeter-se. [...]Tinha consciência do seu papel e sofria por isso, mas sem capacidade para libertar-se, refugiando-se em reserva, em silêncio, em isolamento”. Compreendendo o lugar de fala de Sodré (1999), é próprio da construção discursiva dele compreender os fenômenos sociais e as atividades exercidas pelo homem na sociedade como atravessadas e constituídas historicamente; o trabalho, as formas possíveis de atuação do sujeito no seio da vida social seriam, assim, determinadas pela/na história: haveria, então, uma autonomia relativa do homem. Ao tratar de Alcindo Guanabara, por exemplo, o discurso de Sodré (1999) demarca que, mesmo no âmbito da consciência, o sujeito se vê tolhido pelo sistema no exercício de sua função.

Além disso, é importante observar que o excerto em que o autor descreve a presença dos fenômenos e processos na atuação do jornalista ocorre logo após o autor ressaltar o papel de destaque do jornalista Eduardo Salamonde (funcionário) no jornal *O País* – por conta do talento deste em escrever, ainda que sobre o que os outros mandavam – e não, por exemplo, após adjetivar João Lage (como analisado há pouco), dono da publicação. Assim, compreendemos no discurso de Sodré (1999) uma legitimação do trabalho do jornalista como funcionário/colaborador de uma empresa – ainda que suas ações não sejam condizentes com o que se espera da profissão, resultado de um processo de caráter histórico e não de atividade

individual do sujeito – e um ataque aos donos dos jornais, como se não houvesse, na atuação e exercícios desses, o atravessamento da história.

Em contraposição à figura de João Laje, enaltece o trabalho do jornalista e escritor Lima Barreto:

[...] não apenas porque recolheu em páginas inesquecíveis a época, as personagens, a imprensa carioca, mas porque, em sua **atividade de** escritor e jornalista, acabou se constituindo um exemplo do **antípoda da corrupção da inteligência**, o caso marcante da **vítima social**. [...] são as revistas e jornais modestos que lhe permitem **escrever com** inteira **liberdade**, exteriorizar o seu pensamento. Sua **palavra** é sempre de **protesto** [...] [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 335-336).

Jornalista e escritor exemplar, Lima Barreto não contrasta com os vultos habitualmente situados como grandes, na imprensa e nas letras do seu tempo, por ter sido apagado e pobre, mas porque deixou um **alto exemplo de dignidade**, num e noutro dos ofícios, **sendo mestre** em ambos [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 340)

E apresenta a auto-análise de Lima Barreto quanto à obra, feita em *Cemitério dos Vivos*: “O meu pensamento era para a humidade toda, para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam” (SODRÉ, 1999, p. 339). No discurso em análise, Lima Barreto centraria em si todas as qualidades que o jornalista deveria ter. Ao tomá-lo na categoria de “exemplo”, Sodré (1999) impinge características que deveriam ser reproduzidas/estar presentes em todos os jornalistas, bem como na imprensa. O discurso faz ressoar ainda mais a divisão possível na imprensa – a “liberdade de expressão e pensamento” seria possível somente em uma delas, na imprensa “operária”, “popular”, “modesta”: a “grande imprensa” sempre estaria atrelada aos interesses de seus donos, do Estado. Considerando que não há um “outro” fora do poder, quando Sodré (1999) expõe que Barreto podia escrever com inteira “liberdade”, podemos colocar tal afirmação em questionamento: a que liberdade se referiria? Da mesma forma como a legislação, no caso dos estrangeiros operários, criou mecanismos de expulsão para todos aqueles que se opusessem ao governo, sob o dito de que estes atrapalhariam a “tranquilidade” e “Segurança” nacionais; a “liberdade” referida a Barreto seria toda aquela que correspondesse ao papel de luta pelos interesses sociais, da classe operária. Dentro desse contexto, ao adjetivar Barreto como “mestre”, “alto exemplo de dignidade” o discurso constrói um lugar próprio a ser ocupado pelo jornalista: opor-se às forças repressoras, proferindo sempre que preciso palavras de “protesto”. É justamente a palavra silenciada e a palavra de protesto que marcam o início da nossa próxima subseção: quando o Estado declara seu poder central, buscando a conformação de todo o corpo social.

5.7 A DITADURA MILITAR E A CENSURA À IMPRENSA – AO PODER REPRESSIVO, A RESISTÊNCIA QUE NÃO QUER CALAR

A partir da década de 1920, com as mudanças políticas no Brasil, iniciadas pelo fim da República oligárquica, a imprensa viverá – ou, pelo menos, de maneira mais potencializada – com o policiamento, a fiscalização, a proibição, a censura por parte do Governo. Durante todo esse período, nas diferentes fases de sucessão do poder presidencial, o jornalismo estará envolvido nos/com conflitos políticos, sendo uma das principais áreas a sofrer as consequências dessas mudanças.

A junta militar entrega a Getúlio Vargas, em 1929, o poder de governar o país no período conhecido como Governo Provisório. Nos anos seguintes, a maioria da imprensa apoiaria a reconstitucionalização do país, expondo a necessidade de eleições para uma nova Constituinte – em oposição à outra corrente, que defendia a permanência do Governo Provisório. Após vários conflitos, em 1934, em reunião, a Constituinte elabora a nova política nacional e elege, ainda que de forma indireta, Getúlio Vargas para a presidência da República. Nesse cenário, em que começavam a se acentuar os movimentos sociais, em prol de mudanças políticas para uma real democracia no país, pondera Sodré (1999, p. 378-379):

[...] na medida em que direitos democráticos iam sendo conquistados, em que se ampliava a participação popular na atividade política, as **velhas forças** sentiam-se alarmantemente feridas e ameaçadas, e a burguesia, que alcançara uma parcela do poder político, pela qual vinha lutando de há muito tempo, e que se desenvolvera economicamente com a folga permitida pelo imperialismo, ainda abalado pela crise, sentiu-se também ameaçada pelo **avanço democrático**, pelas formas de organização que o proletariado apresentava e pelas crescentes reivindicações econômicas e políticas apresentadas no decorrer da luta [grifos nossos].

Os **grandes jornais** estão do **lado da lei e da ordem**, e às vezes também do lado que obstrui o desenvolvimento, barra as mudanças exigidas desde os anos 20, estimula a corrupção e derruba as aspirações de modernização consubstanciadas no voto secreto e no exercício pleno da democracia [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 207-208).

Nas capitais e no interior do país, **jornais** alinhados com a **República Velha** são invadidos e destruídos. [...] Basicamente faltam informações nos grandes diários do Rio e de São Paulo sobre a revolução. No começo de outubro, o movimento já está em marcha, mas o noticiário dos jornais é ralo, anódino. [...] Só a partir de 25 de outubro **os jornais se rendem à evidência** de que há **uma revolução** vitoriosa e a nação, em sua maioria, lhe dá apoio. As edições diárias, a partir daí, acolhem os fatos que caracterizam a mudança: a deposição do governo; sua substituição provisória por uma junta militar; a prisão de Washington Luís no Forte de Copacabana; a sucessão do poder nos Estados; o povo nas ruas para festejar o acontecimento; a chegada dos revolucionários ao Rio; a transmissão do governo a Getúlio Vargas [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 207-208).

Observamos desenhar-se nesses discursos a necessidade de uma polarização dentro da própria imprensa. Como já discutido na subseção anterior – sobre a imprensa operária –, não se pode mais falar de “imprensa”, mas “imprensas”: o plural a habita. Na busca por caracterizá-la, nos enunciados apresentados anteriormente, há adjetivações que ligam “grandes jornais” a “velhas forças” e “República velha”, descaracterizando-a como agente promotora de mudanças, justamente por estar ligada ao “passado”. Este, então, está em jogo de oposição à “democracia”, capaz de promover o “novo”, a “Nova República”.

Ao configurar negativamente o papel exercido por esta “velha imprensa” ou “imprensa de velhos ideais”, os enunciados acabam por determinar quais seriam as atividades a serem exercidas por uma imprensa “nova” e “democrática”: ocupar-se da luta do movimento proletariado, agir em prol do desenvolvimento da democracia, combater a corrupção, estar voltada para o “povo”. Desta forma, haveria então uma imprensa ligada ao movimento de mudança (a pequena imprensa, representativa dos movimentos populares), e a imprensa conformada (grande imprensa, representativa das grandes esferas de poder como o Estado e a burguesia).

Se podemos olhar para a sociedade como uma teia constituída de/por diferentes exercícios de poder, é possível observar nesse cenário diferentes instâncias de poder que utilizam estratégias próprias em prol de se firmarem. O poder exercido pelo “povo”, assim, será a força necessária para chacoalhar as “evidências” dos grandes jornais que não viam – ou buscavam não ver – a revolução que ocorria pelo país. Por meio do popular, um novo discurso poderá circular: “há uma revolução que almeja mudanças”. O enunciado que insiste em ser dito – que circula na imprensa proletária, na pequena imprensa, nos movimentos populares – constrange as instâncias que não o fazem circular.

A força de resistência impõe mudanças nas práticas da grande imprensa. A nova forma de regime traz questões ligadas às lutas e conquistas sociais, políticas e econômicas e que, após a negação do movimento, as próprias empresas se “reestabelecem” em sintonia com a realidade do país, incorporando ao seu papel as reflexões levantadas pela energia popular dos movimentos revolucionários: “[...] reconhecem a legitimidade de reivindicações como o voto livre, secreto e universal; o acesso de todas as camadas sociais aos benefícios do desenvolvimento; a definição de uma política econômica sem concessões à independência e soberania; o fim do colonialismo” (BAHIA, 2009, p. 209).

Interessante observar como os micro-poderes – no caso, do popular e da pequena imprensa – são capazes de operar movimentos de mudança. O silenciamento da grande imprensa passa a funcionar como uma denúncia contra a própria atividade jornalística: não há

outro lado a se estar, senão aquele do “povo”. Os jornalistas e donos dos grandes jornais são impelidos a renovar seus ideais. O discurso interdito nos grandes jornais não pode mais existir: é preciso dizer, para que a imprensa possa continuar tendo “credibilidade” e “reconhecimento” pelo povo; isso não existindo, descaracteriza-a como própria imprensa, sem sentido de existir.

No seio da crise do capitalismo, as forças de direita e ditatoriais se aliam e exercem poder em diferentes países. Os ares de mudança sociais começam a sentir o peso dos regimes totalitários. No Brasil, Getúlio Vargas se aproveitou da Intentona Comunista para, como pretexto, instaurar em 1937 o Estado Novo, regime ditatorial que, fechando o Legislativo, assumia todos os poderes; com o respaldo dos chefes militares, publica uma nova Constituição conhecida como “polaquinha”:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à **paz política e social**, profundamente perturbada por conhecidos **fatores de desordem**, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória **propaganda demagógica** procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de **violência**, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

[...] Art 122 - A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

15) todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. (Vide Decreto nº 10.358, de 1942)

[...] A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:

- a) a imprensa exerce uma função de caráter público;
- b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei;**
- c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente nos jornais que o informarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação;
- d) é proibido o anonimato [grifos nossos] (BRASIL, 1937, s/p).**

Como assevera Foucault (2010), respaldado em uma forma jurídica e institucional, o Estado exerce sobre a população a soberania, gerindo o povo por meio da disciplina em profundida, fineza e detalhe: “Tem-se, de fato, um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (p. 302). Assim, a população seria um alvo e a finalidade das técnicas de governo – a “governamentalidade” –, a partir de aparelhos específicos e uma série de saberes.

Sendo a legislação a base institucionalizada e reconhecida para estabelecer os princípios de organização e funcionamento da sociedade, seu próprio *status* como enunciado possível e respaldado não abriria margem para contestação, tão somente o conhecimento e o

respeito para o que ali está determinado. O discurso “esta é a lei, faça-se cumprir” impõe aos sujeitos sociais o reconhecimento da legislação como a “verdade” que serviria para o bem comum, social; afinal, institucionalmente, seria essa sua função:

[...] conjunto de leis que asseguram a soberania da **justiça para todos** - cidadãos, instituições públicas e empresas privadas. Em resumo, a legislação de um estado democrático de direito é originária de processo legislativo que constrói, a partir de uma sucessão de atos, fatos e decisões políticas, econômicas e sociais, um conjunto de leis com valor jurídico, nos planos nacional e internacional, para assegurar **estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas** [grifos nossos] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014, s/p)

A partir dessa prerrogativa, toda legislação que figure e determine princípios a serem seguidos o faz mediante o consentimento e um contrato social que asseguraria que tais princípios só são legislados para promover a “justiça para todos”, “segurança jurídica”. É preciso que tais sentidos sejam mobilizados para que uma legislação como a “Polaquinha” possa, na esfera do que é “dito”, determinar que “b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei” e “d) é proibido o anonimato” (BRASIL, 1937, s/p) e, numa leitura discursiva do “não-dito naquilo que é dito”, possibilitar outras significações: o governo exerce poder de tal forma que pode obrigar todos os jornais a publicarem comunicados oficiais, ainda que não compatíveis com os ideais do veículo; forçosamente, o Estado faz dizer seu posicionamento em todas as instâncias, até mesmo naquelas que não estão de seu patrimônio; o anonimato é proibido como tática e estratégia do poder de identificar todo e qualquer infrator: se não se pode dizer tudo aquilo que se quer num regime de censura por medo de represálias, o anonimato garantiria esse exercício justamente por seu autor não poder ser identificado; logo, se nem o anonimato é possível, há a clara interdição dos dizeres. Se a lei a princípio diz “você pode falar” desde que mantenha sua “identificação”, a coerção exercida para atender “à paz política e social”, evitar “fatores de desordem”, bem como a “extremação” que poderiam levar a “termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil”, interdita os dizeres: afinal, os fatores de desordem para o Estado são “fatores de ordem” para a sociedade civil.

Com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, e a entrada do país no conflito, vê-se um vulto de redemocratização, em que o Estado Novo começa a ser fragilizado pelo constante apoio social às forças de oposição ao regime nazista, comandado por Adolf Hitler. Todavia, como pondera Sodré (1999), após o golpe militar de 1945 que depôs Getúlio Vargas, José

Linhares assume a presidências, mas logo é substituído pelo general Eurico Gaspar Dutra, que foi o “[...] prolongamento natural da ditadura” (p. 387).

No início da década de 1960, com o avanço das discussões e reflexões sobre os empréstimos privilegiados por parte das instituições oficiais de crédito e de determinados veículos de comunicação – como aos *Diários Associados*, *O Globo* –, a vitória de representantes nacionalistas e candidatos populares, “[...] exigiria do imperialismo uma decisão drástica: liquidar o regime brasileiro por um golpe militar [1964], estabelecendo o único regime em que desaparecem as resistências legais aos seus interesses e em que se torna extremamente difícil esclarecer e mobilizar o povo: a ditadura” (SODRÉ, 1999, p. 434). O país viveria novamente o desencadeamento da censura quanto da tentativa por parte dos militares de Golpe de Estado, em 1961, impedindo a posse do vice-presidente João Goulart, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Derrotados, os militares retraíram-se e, novamente organizados, realizaram o golpe, em abril de 1964. À época, esclarece Sodré (1999), toda a imprensa anunciou as ações militares, preparando psicologicamente a população, principalmente pelo rádio e a televisão.

Assim, o Estado baixa o Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, que determinou o fechamento do Congresso Nacional, a censura a toda e qualquer forma de manifestação do pensamento: “Muitos jornais são invadidos, depredados ou fechado pela Polícia” (BAHIA, 2009, p. 311). “*Última Hora* foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados [...]” (SODRÉ, 1999, p. 435)

Desta forma, nesta subseção não trataremos especificamente de analisar cada época que o país viveu sob os vultos da ditadura, iniciada fortemente em 1937, com a instauração do Estado Novo (até 1945), por Getúlio Vargas, passando por períodos mais ou menos conturbados até a eclosão em 1964 da ditadura militar no Brasil, que se estendeu até 1985. Antes, buscamos organizar o *corpus* a partir de algumas entradas: a) as consequências dos regimes ditatoriais para a imprensa e a sociedade brasileira e, nesse esteio, o (não) exercício da liberdade de expressão e de informação nesses períodos; b) os movimentos de resistência; c) os instrumentos estatais para a realização da censura e controle da população.

Além da Constituição conhecida como “Polaquinha” e o Ato Institucional n.5, explicitados anteriormente, também ressaltamos outros três instrumentos de exercício do poder do Estado que visavam, principalmente, promover a censura e o conformismo social: o

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a elevação nos preços do papel e o Ato Institucional n.5.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) fiscalizava a imprensa, sendo responsável por autorizar todo e qualquer original de jornal antes de sua publicação, controlando as estações de rádio:

Os jornais passaram, assim, por gosto ou a contragosto, a **servir à ditadura**. [...] O DIP distribuía verbas a jornais e emissoras. [...] Entre os **jornais empresariais**, raríssimos foram os que não se corromperam. Constitui exemplo digno de lembrança, o caso excepcional do *Diário de Notícias*, do Rio, em que Orlando Ribeiro Dantas manteve atitude de compostura (SODRÉ, 1999, p. 382).

O Tribunal de Segurança Nacional transforma-se no instrumento judicial por onde se processa o arbítrio. O estado-novismo, como acontece na Alemanha nazista e na Itália fascista, persegue e cala toda a reação que encontra pela frente (BAHIA, 2009, p. 302).

Tal instrumento de fiscalização e controle de tudo aquilo que era publicado desencadeou para além da censura a “autocensura”, principalmente nos grandes veículos de comunicação. Para Bahia (2009), a prática de autocensura pôde motivar ideias de que houve períodos de liberdade sem restrições durante a ditadura. Para o autor, porém, jornais conservadores se mostraram pouco dispostos a questionar o que se vivia na época, sendo condescendentes com o poder estatal por não precisarem ser vigiados constantemente e gozar de outras vantagens decorrentes de tal aproximação.

O efeito mais perigoso, porém, está na exacerbação dos freios à opinião, exercitada voluntariamente pela imprensa interessada em compensar com demonstrações de equilíbrio e ponderação as ‘facilidades’ do autoritarismo. É quando o Estado censorial estimula a autocensura. [...] **Afinal, veículos confiáveis ocasionalmente dispensados de controle são mais eficientes que veículos impertinentes submetidos a controle constante**. A autocensura, no entanto, ao contrário do medo, não é imanente. A **autocensura** é uma extensão da censura e quase sempre pode atuar no jornalismo como parte invisível do corpo censorial ostensivo. Em épocas de ocaso das liberdades fundamentais, ela **é útil para quem exerce a coerção**. Só subsiste porque há uma adesão em causa (BAHIA, 2009, p. 327).

Entre as estratégias do poder do Estado, a “autocensura” evitava o exercício da própria censura pelo próprio aparelho estatal. Podemos observar nesse exercício de poder algo similar as reflexões de Foucault (2010b) sobre o panoptismo (O Panóptico de Bentham), tratado como um dispositivo disciplinar: um sistema prisional em formato de anel, com uma torre central com janelas voltadas para o lado interno do anel; na região periférica, há as celas, com duas janelas, uma para o exterior (que permite a passagem da luz de lado a lado da cela) e uma para o interior (janelas da torre); na torre central, um vigia que, pelo efeito da contra-luz,

consegue observar tudo o que se passa com quem está dentro das celas, sem que seja visto por estes. O estado de vigilância despertado no preso – que é visto, mas que nada vê – leva-o a um estado consciente de que ele está sendo constantemente vigiado, promovendo o funcionamento automático do poder. Tal poder pode assim ser exercido, a ponto de tornar inútil seu exercício: não é preciso mais vigias na torre central, o medo e a precaução de estar sendo vigiado constantemente levam os presos a exercerem sobre si mesmo o estado de vigilância.

Apropriando-se dessa reflexão, podemos observar que nos excertos que tratam da “autocensura”, no exercício do poder do Estado sobre a imprensa, há uma espécie de panoptismo: a estratégia foi construída de tal maneira que haja uma sujeição real sem necessidade de qualquer coerção física ou material. Sabendo-se o jornalista cercado por censores, antes mesmo de ter seus materiais abolidos, aceita por vezes o suborno e exerce sobre si a própria censura; edifica-se um discurso como “uma vez que minhas produções se contrárias ao Estado ou que o ofendam de alguma maneira serão censuradas, antes mesmo eu censurá-las na sua gênese”. Assim, não é necessário recorrer à força para obrigar o jornalista a responder e obedecer às ordens do Estado: “Quem está submetido a um campo de visibilidade e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 2010b, p.192).

A auto-censura do jornalista é uma imolação de si próprio, a materialização concreta do poder que sob o auspício de uma suposta liberdade dada ao sujeito (“seu material não será mais vigiado”), este acredita gozar efetivamente de uma liberdade. O jornalista que pratica a autocensura edifica em volta de si um lugar fixo, onde pode ser controlado, suas ações e escritas podem ser registradas; na suposta ilusão de ser o dono de si, responde a um poder que o localiza, examina e o distribui, por meio de um dispositivo disciplinar. O sujeito está aprisionado em si mesmo, sendo o senhor da sua própria vigilância, controlando suas ações:

vê-se a produtividade do poder, assegurando de maneira continua nos alicerces da sociedade, dentro das redações, dissipando outras formas violentas e súbitas próprias da soberania¹⁶.

Outra estratégia mobilizada para o controle da imprensa está relacionada ao papel; à elevação do preço por conta da elevação na taxa cambial de sua importação tornava praticamente impossível a existência dos jornais menores, sem grande caixa para sua publicação. Bahia (2009) explica que até a primeira metade dos anos 1980, a maior parte do papel utilizado pela imprensa é de origem estrangeira, provindo de mercados como Canadá, Finlândia, Suécia, Noruegua etc.; o papel fabricado no Brasil é pouco utilizado, pois não consegue atender a demanda crescente. Sodré (1999) expõe que no período de 1943 a 1963, a alta do preço do papel importado foi de mais de 5744%:

Essa rápida e brutal ascensão dos preços – consequente de política econômico-financeira vesânica, profunda e essencialmente contrários aos interesses dos brasileiros, porque contrária aos interesses do nosso povo – arrasou a pequena imprensa, reduziu a circulação dos jornais, entregou-os integralmente ao controle das agências estrangeiras de publicidade (SODRÉ, 1999, p. 413).

Observamos que no livro de Bahia (2009), há um silenciamento em torno das estratégias de governo para dificultar a importação de papel pela imprensa. Ao contrário, pontua o autor: “Um decreto de 6-7-76 do governo federal concede estímulo às indústrias de papel e às artes gráficas, como isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, e redução do Imposto de Renda [...] Em fins de 1974, o governo define novos objetivos e cria mais incentivos com o Programa Nacional de Papel e Celulose” (p. 407).

Referente ao papel e as consequências que regimes ditatoriais trazem para o país e o exercício do jornalismo, ressaltamos os seguintes excertos:

¹⁶ No período do regime militar, a imprensa brasileira também foi marcada pela posição assumida durante as campanhas para eleições diretas no Brasil, em 1984. Tal época foi marcada por uma divisão entre os meios de comunicação de massa e a sociedade em geral. Não informando o que ocorria no país, os veículos jornalísticos praticavam a autocensura formal, deixando de retratar “[...] a maior manifestação de massa já ocorrida na história recente do país” (BAHIA, 2010, p. 245). Frente às manifestações que arregimentavam milhares nas ruas, a imprensa seguia calada; só noticiou, quando o acontecimento e o fato se tornaram tão evidentes que não noticiar seria algo constrangedor, mancharia a credibilidade do veículo de comunicação. O governo Figueiredo recomenda aos veículos que seja feita cobertura dispersa dos movimentos e, estando as empresas de comunicação dependendo das decisões econômicas do Planalto, omitem ou então atenuam o que ocorria no país: “O comportamento de grandes jornais, exceto a *Folha de S. Paulo*, em relação aos comícios das diretas identifica flagrante manipulação de fatos relevantes, nos quais está engajada a sociedade. Escolhendo ficar do outro lado da história, a grande imprensa [...] mancha a sua omissão noticiosa com a suspeita de estar a serviço do estrito poder militar que ainda consignava como subversiva e antipatriótica (mas sem correr o risco de enfrentá-la publicamente) a campanha das diretas” (BAHIA, 2009, p. 245).

As consequências que essa forma totalitária do governo trouxe à imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema **de ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura** para compreender quão graves e profundas foram. [...] A falta de liberdade liquidara a caricatura, ou melhor, o que aparecia então, era a caricatura da caricatura [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 383).

Em períodos assim, salvo raras exceções [...], o controle privado dos meios de comunicação se inclina para conciliar o objetivo de **manutenção da ordem social** vigente com práticas de sobrevivência política e econômica que encontram na autocensura a sua síntese [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 230).

Na história da política brasileira, desde 1822, nenhum outro período de exercício de ilegalidade se sobrepõe ao Estado Novo e ao regime militar. São esses dois períodos os que mais **negam a liberdade e a democracia** no país e os que mais **ofendem a consciência nacional** na tentativa de domínio fascista, a começar pela negação da livre **manifestação do pensamento** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 235).

O que hoje se pública é palha apenas, porque os autores são obrigados a **engolir as suas ideias**. Há no Estado Novo um medo de **pânico da liberdade do pensamento** – daí a opressão [trechos da carta de Monteiro Lobato, quando fora preso em março de 1941, a Fernando Costa] [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 385)

Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras deles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas, sob o **clima de terror** que abafava tudo [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 385-386)

Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável **censura à imprensa** e, mais do que isso, a **proibição** de novos jornais, o fechamento de outros [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 381).

A exposição dos fatos feita pelo jornalismo, toda vez que desagrada o poder, cai na malha das sensibilidades autoritárias e passa a responder a imputação de injúria e calúnia [respaldados nas leis de Imprensa vigentes e na Lei de Segurança Nacional, que expunha como lesão à Segurança Nacional ofensas a pessoas que exercem cargos de chefe de Estado] (BAHIA, 2009, p. 362-363).

Anos depois de 30, a censura se abate sobre o país no contexto de um Estado policial, **totalitário**. Não só a imprensa é **vítima**, mas também **toda a nação é ofendida pela ditadura**. A sombra de 37 gera a réplica nacional da pesada e trágica noite do obscurantismo que o nazi-fascismo faz desabar sobre a civilização com a II Guerra Mundial [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 210).

Nos enunciados analisados, observamos uma memória discursiva sobre a ditadura. Considerada contrária aos princípios democráticos e de “liberdade” – princípios esses que buscam assegurar, numa contradição que lhe é inerente, o próprio exercício da censura e da ditadura sob o viés da “paz social” e da “ordem” –, a censura passa a ser considerada uma “ofensa” a toda a nação, não somente à imprensa, por instaurar um regime de “pânico”, de restrição da “liberdade e manifestação de pensamento”. Os enunciados polarizam o Brasil entre o Estado ditador e a nação: não há compatibilização comum dos interesses, sendo as ações e leis estatais instrumentos de ação contra o próprio povo, o qual deveria proteger. Há

uma “ordem social” a ser preservada: palavras de ordem, por meio do Estado; necessidade de uma reordenação política, por meio do povo.

Considerando a posição sujeito dos dois autores analisados, depreende-se que discursos contrários à liberdade de expressão e de pensamento são claramente refutados. Sendo assim, a imprensa deveria ser “livre” para escrever, ainda que ideias contrárias ao do Estado, pois caso contrário seria “vítima” de um regime “totalitário”, em que não se pode “escrever livremente”. Observamos que a *re*-atualização desses sentidos faz-se importante para demarcar a própria importância do jornalista para o discurso da história, tendo que ser estes sujeitos livres para o pleno exercício da produção da informação. Podemos asseverar que essa mesma *re*-atualização de sentidos é acionada na história contemporânea toda vez em que se toca no tema de “regulação da mídia”. De tal maneira a mídia tem de ser considerada um órgão autônomo, independente, que não pode sofrer regulação do conteúdo ofertado; toda forma de controle seria considerada “censura”, ainda que nos casos de questionamento da qualidade e da veracidade das informações publicadas.

No regime ditatorial, o país vive um clima de caos e medo, em que a censura atinge grau máximo de silenciamento. Bahia (2009) expõe que de janeiro a dezembro de 1976, a liberdade de imprensa é representada pelas agressões, prisões e ameaças de mortes a jornalistas de vários estados como Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro etc. Grupos terroristas como o “Comando de Caça aos Comunistas” e “Falange Pátria Nova” confrontam a evolução que a sociedade começa a ver em direção aos direitos até então restritos/proibidos, durante o governo de João Figueiredo. Tais grupos praticam atentados contra a Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1980, bem como nas comemorações de primeiro de maio, durante um show, também no Rio de Janeiro:

Nos porões do aparelho estatal de repressão, a censura traça o perfil de uma ditadura antropófaga, mais sofisticada e cruel que a de 1937. **O silêncio** que se abate sobre a imprensa devora testemunhos, como no caso **dos desaparecidos** em que não há processos, registros, mandados de prisão ou atestados de óbito. [...] **são 359 as pessoas mortas** ou desaparecidas durante os 21 anos do regime militar, sem que a sociedade saiba por que ou qual o seu destino [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 313).

A sociedade já não sabe distinguir entre desinformação e censura, como pouco ou nada percebe sobre a autocensura num clima de censura plena. A luta que se trava nesse momento define bem as **margens da tirania** e da liberdade, mas, ao ser processada e distribuída, a informação contempla apenas uma delas, deixando a outra à deriva (BAHIA, 2009, p. 347).

Agosto, 1980. Treze jornais se acham sob a mira dos **atentados terroristas** em curso no país. É a resposta da extrema-direita à abertura política. Intelectuais, trabalhadores, líderes sindicais, políticos, são agredidos, têm seus domicílios

invadidos. Nem mesmo os jornaleiros e suas bancas escapam à escalada de violência que adquire caráter epidêmico diante da inépcia das autoridades policiais. **Os jornais** visados pelo terror só têm em comum o fato de serem de **oposição ao governo** (BAHIA, 2009, p. 357).

O controle e a coerção cometidos pelo Estado e por grupos extremistas promovem um duplo silenciamento nos discursos de mudança: aquele da palavra – por meio da censura, ao proibir publicações contrárias ao governo, na tentativa do total domínio sobre os dizeres – e o do homem – quando a morte determina a ausência da materialidade física do corpo. Todavia, a própria ausência do corpo se marca e circula como um dizer, que não cansa de ecoar os perigos de um regime totalitário, da impotência do corpo frente às agruras das agressões, da necessidade de luta contra o regime opressor. Para Foucault (2008b, p. 319), até mesmo na violência há um rastro e o exercício da racionalidade: “É claro que a violência é, nela mesma, terrível. Mas a violência encontra sua ancoragem mais profunda e extrai sua permanência da forma de racionalidade que utilizamos”. O enunciado que se quer fazer circular a partir da morte, da perseguição, da tortura o faz em um mundo da razão, justamente por não haver entre violência e razão incompatibilidade. O papel reconhecido do Estado, a legislação que regula a vida social, a justificativa de instrumentos de segurança para garantir uma sociedade em “ordem”, sem uma “guerra civil” podemos nos levar ao exercício de compreender e “[...] determinar a natureza dessa racionalidade que é tão compatível com a violência” (FOUCAULT, 2010, p.319).

A tirania da ditadura insiste na imposição dos mesmos dizeres – sob a suposta égide de leis como da “Segurança Nacional” –, na busca por despertar o conformismo e a aceitação com o exercício de poder vigente: a morte do homem, os “atentados terroristas”, “as perseguições”, “as agressões físicas”, “as invasões de domicílio” são técnicas e estratégias implementadas com o objetivo de servirem de “exemplo” para que outros não cometam os mesmos “crimes”. Na subversão dos sentidos, o discurso do Estado tomado como “prática” – a morte, a perseguição, as agressões etc. –, que insiste em dizer o que é proibido por meio da coerção e de uma resposta efetiva a quem se opõe a ele, faz significar tantos outros dizeres: em vez de ser tomado como “exemplo”, torna-se “símbolo” de resistência, do por que é preciso resistir, do por que, ainda hoje, é preciso lembrar.

Como feito anteriormente, ainda em um regime monárquico, o poder que observamos aqui se exercer não é somente o do “olhar”, da “interiorização”, por meio do qual a população sem qualquer coerção física adestraria seus gestos, atos e ações. Há o uso da força física que, não obstante, traz um custo e consequências onerosas para quem o exerce: “Se a violência for

grande, há o risco de provocar revoltas; ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado. [...] é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo. Portanto, poder violento e que devia, pela virtude de seu exemplo, assegurar funções de continuidade” (FOUCAULT, 2008b, p.217).

Desta forma, frente ao poder repressor do governo, começam a surgir brechas, outras formas de exercício do poder. Como pondera Foucault (2010), nas sociedades humanas, não é possível pensar em poder político sem dominação. Todavia, “[...] ninguém quer ser comandado [...] todas as sociedades que pertencem à nossa tradição conheceram a instabilidade e a revolução” (p. 320-321).

Num jogo de relações de força, contra o poder dominante que insiste em ser exercido e coagir, há um outro exercício de poder, uma força contrária que disputa o espaço, que desestabiliza, que impõe a necessidade de mudança, de alteração. Foucault (2008b) expõe que ao poder coercitivo que diz “não”, que proíbe, que nega, há o poder produtivo, que produz saber, novos conhecimentos, que promove a mudança. Em toda a estrutura do poder vigente, que busca se firmar por meio de aparelhos, instrumentos, táticas e estratégias, encontram-se brechas possíveis por meio das quais a “resistência” se faz possível. É justamente pela existência e poder da “resistência” que a história é (re)construída pelas/nas mudanças, (re)edificada nas movências, nas múltiplas temporalidades que habitam uma mesma época: que os discursos podem, além de ser reproduzidos, ser *re*-atualizados, deslocados, promover o rompimento com o “mesmo”, instaurando o “novo”, o “outro”, o (im)possível.

Desta maneira, ao poder opressor do Estado, que buscava silenciar os dissidentes, a imprensa, censurar tudo aquilo que fosse contrário aos seus ideais, outro exercício de poder se fazia presente, nas mais diferentes instituições, entre elas, a imprensa:

[...] saindo jornais com **espaços em branco**, forma de resistência e de denúncia que mostrou, desde logo, o caráter daquele golpe, frustrado em seguida, e para cuja frustração a imprensa muito contribuiu, não cedendo à pressão dos detentores da autoridade militar [grifo nosso] (SODRÉ, 1999, p. 409).

Como ocorrera anteriormente, uma parte da imprensa também se impõe e busca resistir ao regime opressor; conhecida como “imprensa nanica”, esses veículos de comunicação “[...] assinalam nos anos da repressão uma conduta de **contestação, insubmissão, marginalidade e independência** que contribui para alimentar a resistência da sociedade. [...] Somados, esses jornais e revistas alternativas respondem por uma circulação nacional e global calculada em 350 mil exemplares [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 313).

Apesar desse clima, como só restava para a imprensa livre um recurso, o da **clandestinidade**, foi este bastante usado. [...] A história da imprensa clandestina sob

a ditadura exigiria trabalho específico; sem falar nos órgãos comunistas, que foram vários, pode-se mencionar a *Folha Dourada*, de 1939, logo apreendida, e *A resistência*, de 1944 [grifo nosso] (SODRÉ, 1999, p. 382).

A não ser esses raros jornais resistentes e uma imprensa ideológica que sobrevive na **clandestinidade**, pregando a redemocratização do país, jornais, revistas, agências noticiosas, rádio, etc. aceitam a tutela do DIP [grifo nosso] (BAHIA, 2009, p. 302).

É das represálias ao livre exercício da opinião, das cinzas dos incêndios das redações, do empastelamento dos parques gráficos de numerosos jornais, das prisões e dos processos que retiram jornalistas da circulação por ordem do governo, que nasce uma **imprensa mais consciente do seu papel, mais resistente às pressões oficiais** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 211)

[...] o jornalismo encontra **modos de sobreviver** numa atmosfera hostil à liberdade, sem deixar de ser útil à recuperação dos direitos civis e à reconquista da democracia num regime constitucional inspirado em princípios universais de respeito à dignidade humana [grifo nosso] (BAHIA, 2009, p. 215).

A luta dos jornais e dos jornalistas contra o “regime da rolha” nas ditaduras se reveste de **coragem, persistência e também de criatividade**. Metáforas, versos, indiretas, subentendidos, códigos, alusões cifradas, referências aleatórias, breves orações literárias, etc. são formas usadas no jornalismo brasileiro para tapear a censura e confundir os censores [grifos nossos]¹⁷ (BAHIA, 2009, p. 303).

O *JB* do dia 14 [de dezembro de 1968] é todo censurado, a seção de editoriais é substituída por fotos, uma das quais tem na legenda metafórica alusão da luta do **fraco contra o forte**. O *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* publicam então receitas de bolo e poemas de Camões no lugar das matérias censuradas, depois que o governo proibiu o espaço em branco para dar ao leitor a medida da censura. As receitas eram **absurdas**, para expressar as limitações impostas pela censura, embora as leitoras reclamassem que as tinham seguido, sem sucesso [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 333).

Em abril de 79, alguns diretores de jornais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo tomam conhecimento de documento elaborado pelo Centro de Informação do Exército – CIE –, no ano anterior, com sugestões de medidas compulsivas, de natureza fiscal e contábil, para dissuadir a atividade da **imprensa alternativa**, oficialmente denominada de “**contestatória**” e “**subversiva**”. Entre as recomendações feitas, muitas das quais foram aplicadas contras os melhores órgãos de imprensa oposicionista nas décadas de 60 e de 70 no Brasil [...] [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 352).

Conforme Gregolin (2003), ao se abordar a “disciplinarização” é preciso atentar para o fato de que os indivíduos não são autômatos que aceitem passivamente todas as determinações do poder. Embora a sociedade procure cada vez mais um ajustamento controlado, tanto racional quanto econômico, entre as redes de comunicações, os jogos das relações de poder, etc., a resistência sempre se encontra presente. Sem a luta e a contestação, decretaria-se o fim da História. Gregolin (2003) atenta para o fato de que o poder, em

¹⁷ Bahia (2009) lembra que Jean-Paul Sartre afirmava que nunca os francês exerceram tanto a criatividade quanto no período de resistência ao nazismo durante a Segunda Guerra Mundial

Foucault, nunca é permanente, absoluto, e sim transitório e circular, tornando possível surgirem fissuras onde a docilidade dos corpos pode ser substituída por sua libertação.

Desta forma, a circulação de publicações não autorizadas em confronto ao poder opressor, os textos e recursos utilizados em parte da grande imprensa – receitas de bolo, orações literárias, subentendidos etc. – podem ser observadas como o poder que resiste, que luta para ocupar/derrubar o papel do poder dominante. Nos enunciados analisados, observa-se como a imprensa da resistência será caracterizada como “nanica”, da “clandestinidade”, “alternativa”, “contestatória”, “subversiva”. Demarcações que determinam possibilidades para o exercício do jornalista, que teria de lutar pela democracia, resistir ao poder, encontrando caminhos para tal realização. Os jogos enunciativos promovem a circulação de um discurso que insiste em dizer “É preciso resistir”, sem permitir a submissão e a aceitação do *status quo*.

As próprias adjetivações para caracterizar essa imprensa, bem como os jornalistas que atuavam nela, procuram distingui-la de “qualquer” imprensa: uma possibilidade de negar a atuação de boa parte dos grandes veículos de comunicação, de não permitir que, atualmente, sob a luz de um regime democrático possa-se crer que todos lutaram pela mudança política e social. Assim, teríamos uma polarização em que se inscreveriam a imprensa alternativa/tradicional, contestatória/consentida, subversiva/insubversiva, nanica/grande. Ao jornalista caberia, então, estar “consciente do seu papel”, lutar contra as “pressões oficiais”: no jogo enunciativo, na posição sujeito ocupada pelos autores analisados, há o atrelamento entre ter “consciência do seu papel” e “lutar pela democracia”, “resistir à ditadura”. Diferentemente, se nos deslocarmos para a posição sujeito ocupada pelos chefes de Estado, o jornalista “consciente do seu papel” seria aquele capaz de promover a “ordem social”, evitar “forças que atrapalhem a segurança nacional”.

Ao nos deter na luta do “fraco” contra o “forte” podemos, por meio do jogo metafórico, levantar as possibilidades de significações. Ao passo que o “forte” no enunciado aponte para o “poder vigente”/do Estado/da censura e o “fraco” denote a população/a imprensa que resiste, a derrisão permite que o “forte” possa ser tomado como aquele que, mesmo em um regime ditatorial de censura, é capaz de se opor, de lutar, de resistir: a força estaria em não se conformar e encontrar caminhos para se fazer ouvir. O “forte” deixaria então de caracterizar o que detém a “força física” ou o “poder dominante” para recair sobre aqueles que são “fortes” justamente por lutar pela democracia. O “fraco” já não mais seria o subjugado, o que é preciso calar, mas todos aqueles que num cenário de mudança, de lutas políticas, não conseguem sair do posto que ocupam, abandonar o *status* que carregavam. No jogo de resistência, o “forte” seria aquele que, apesar de tudo, ainda resiste:

não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta [...] em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder, e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Como propõe Foucault (2008b, p.226), é preciso analisar os movimentos de resistências por meio de suas táticas e estratégias, observando as brechas que encontra, os caminhos encontrados para fazer circular seus dizeres, que há pontos de apoio na contra-ofensiva: “A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”.

Entre as estratégias mobilizadas pelo poder de resistência está, por exemplo, a utilização de “espaços em branco” no lugar de matérias censuradas. O “espaço em branco” demarca, em sua própria ausência, uma presença inevitável: há algo a ser dito, ou melhor, algo dito nesse próprio não-dizer. O vazio ocupa um lugar que não lhe é próprio e, portanto, estranho, sendo por isso mesmo um enunciado que verbaliza que algo não foi dito. Nessa tática, o “espaço em branco” constrange o interdito, ativando uma memória discursiva em torno do que é proibido, do que não pode ser dito. Em uma livre inspiração, o vazio que na ausência é uma presença, que transmuta o não-verbal em um discurso de resistência (que faz dizer mesmo no “não-dito”) enuncia “Quem sabe de tudo não fale/ Quem não sabe nada se cale”¹⁸.

Da mesma forma, o uso de “metáforas”, “versos literários”, “indiretas”, “alusões cifradas”, “receitas de bolo”, “orações” funcionam como um “chiste”, que subverte a significação no próprio exercício de dizer, que questiona aquilo mesmo que é dito, por meio da ironia, do riso promovido pelo impensável, pelo extremismo daquilo existir. Assim, ao se conhecer a estrutura e os gêneros possíveis de existir nas publicações jornalísticas – mesmo os leitores não sabendo a conceituação teórica e as implicações desse processo –, há algo que no gesto de leitura se espera e encerra: aquilo que pode ser dito naqueles espaços, o que eles comportam em sua própria natureza. Destarte, deparar-se com “orações”, “receitas de bolo”, “versos de Camões” em lugares institucionalmente habitados por outros gêneros como a “nota”, “notícia”, “reportagem”, “editorial” expõem a impossibilidade de estarem ali, promovem a resistência por subverter o que até então era esperado, por dizerem algo que

¹⁸ Trecho da canção “Pra ver as meninas”, composta por Paulinho da Viola.

gostaria de dizer no próprio exercício do não-dito, do não-verbalizado, do irrealizado. A “contestação”, a “insubmissão”, a “marginalidade” e “independência” estão nesses processos discursivos que operam pela ironia, pelo ridículo, pelo jogo metafórico, que possibilitam a polissemia, a circulação de sentidos interditados, de tal forma que a resistência não está somente no que poderia ser verbalizado – “Lute”, “Resista” –, mas na própria ausência (vazio) ou substituição desses dizeres por outros que não materializam explicitamente tais palavras. Observamos, assim, que “Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce” (FOUCAULT, 2008b, p. 219).

Entre identidades possíveis para o jornalista, observamos ressoar na época da ditadura aquelas que o tomarão como um produtor de informação “clandestino”, “subversivo”, “independente”, “marginal”, por exercer a profissão mesmo sob o peso do Estado ditatorial e da censura, por resistir por meio de publicações que ao não evidenciarem diretamente oposição ao momento vivido o fazem justamente por não dizê-lo (explicitamente). Os enunciados analisados o constituem como também uma instância/força de representação da luta popular em prol de um regime democrático; somente quando luta, resiste, não aceita conluíus com os poderes opressores é que pode ser considerado “jornalista”. As demais formas de possibilidades do exercício do jornalismo – que aceita as subvenções do Estado, que promove a autocensura, que não divulga e nem apoia as manifestações populares –, também próprias da época, são negadas.

5.8 A DEMOCRACIA E O MONOPÓLIO DA COMUNICAÇÃO: (IM)POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DO JORNALISMO

Sodré (1999) ressalta que a partir do terceiro e quarto decênios do século, a concentração da imprensa é algo “marcante”, épocas em que muitos jornais desaparecem, sem o surgimento de outros na mesma medida. Várias revistas que marcaram a história do jornalismo também desaparecem como *Careta*, *Fon-Fon*, *Ilustração Brasileira*, *O Tico-Tico*, *Revista da Semana*. Dois grandes novos jornais surgem, *Última Hora*, comandado por Samuel Wainer, e *Tribuna da Imprensa*, por Carlos Lacerda. De acordo com o autor, a concentração ganharia relevos mais acentuados com o desenvolvimento de duas grandes mídias, o rádio e a televisão. Bahia (2009) expõe que principalmente a partir das décadas de 1950 e 1970, a sociedade brasileira vive o impacto das experiências multissensoriais por meio da televisão,

do videotape, do cassete etc. O avanço das mídias eletrônicas, entre elas o rádio e a TV, também mudará o cenário de faturamento publicitários dos jornais e revistas. Até a década de 1960, o jornal ainda competia em igualdade com a TV e outros meios, cada qual com 25%; em 1987/1988, a TV fatura mais de 54%, o rádio 8%, a revista 14% e o jornal 23%. Conseqüentemente, há uma diminuição nas tiragens dos veículos impressos.

Os jornais não alcançaram essa dimensão [de nacional, como as revistas brasileiras atingiram à época], mas completam-se com suas estações de rádio e de televisão, que exploram a **informação instantânea** e tem extraordinária força de penetração, pelo uso do som, ou deste e da imagem, superando a barreira, ainda muito grande, do **público analfabeto** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 388).

De 1924 em diante, com o **rádio**, o jornal perderá o monopólio da descrição dos fatos esportivos e da reprodução dos lances que prendem a atenção dos aficionados, sendo obrigado a dividir uma cobertura que era exclusivamente sua. [...] O rádio, por sua vez, ocupará todo um período de pelo menos 30 anos de marcante atuação, em que a palavra é usada para dar **conteúdo existencial, participativo**, à expectativa do ouvinte, por mais distante que esteja do acontecimento. Ao registrar essas novidades do seu tempo, os jornais se liberam de uma sisudez e de uma frieza seculares. Adquirem mais dinamismo, agilidade e objetividade [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 158).

O reavivamento do predomínio das comunicações não escritas – visão, audição, olfato, tato, paladar – gerado pela **televisão** como meio multissensorial, notadamente a partir de 1950, ao contrário da previsão de McLuhan, não degenerou em desaparecimento da “tirania da imprensa”, mas contribui para uma “outra **tirania**”, mais **massificante** e absorvente, que é a do vídeo (BAHIA, 2009, p. 246-247).

A questão hoje é saber qual mais **inibidora** para a civilização, se a cultura de jornal ou a cultura de **TV** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 247).

Entretanto, o tratamento dedicado às emissoras de televisão é menos rígido e mais envolvente [durante a ditadura militar]. O Estado, titular da concessão, geralmente se satisfaz com a adesão implícita dos concessionários, que assegura padrões irrepreensíveis de colaboração dos dirigentes de canais. [...] **A televisão é menos crítica e tão acrítica** quanto possa querer que ela seja o grupo político dominante. No Brasil, as redes de TV conformam-se na voluntária tarefa de extensões do *establishment* e seu desempenho é tão **padronizado** quanto inofensivo [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 330).

A partir da série enunciativa apresentada, é importante observar as construções discursivas a respeito do “rádio” e da “televisão”. Anteriormente, os veículos impressos eram as principais formas de transmissão da informação, trabalhando a partir de duas frentes: o verbal (texto) e o não-verbal (fotos, charges, grafismos etc.). Com o advento do rádio¹⁹, a recepção dos meios de comunicação é ampliada, principalmente, por exigir do público a única capacidade de “ouvir”: não havia necessidade de ser alfabetizado, a oralidade era a matéria-

¹⁹ Conforme Ferraretto (2000), o rádio tem sua primeira transmissão oficial durante o evento do Centenário da Independência, em 1922; torna-se meio de comunicação popular durante as décadas de 1930-1950, quando vive sua “Era de Ouro”.

prima constitutiva da produção e da recepção. Se pensarmos em uma nação que tinha um grande contingente de pessoas não-alfabetizadas, o rádio promoveu uma mudança no acesso a mídia: era mais simples, barato e íntimo do público se comparado aos veículos impressos. Já a televisão começa a despontar em terras brasileiras na década de 1950, atraindo os profissionais, programas e anunciantes do rádio (FERRARETTO, 2010). Esta mídia trazia consigo uma novidade: o audiovisual, a imagem em movimento conjugada à oralidade. Se anteriormente, pelo impresso e pelo rádio, o receptor precisava construir uma “imagem mental” dos fatos/acontecimentos por meio da descrição presente nas palavras ou na voz, ou mesmo na representação fotográfica, a televisão promove a ampliação desse processo, mostrando em vídeo os acontecimentos: exigia-se menos do poder de construção mental do fato, pois este transcorria na própria tela da TV.

A partir dessas características, observamos nos enunciados analisados a presença de dois discursos contrários. Sodré (1999) classifica o “rádio” e a “televisão” como “instantâneos”, de “extraordinária força de penetração”, promovendo o alcance maior de público, por atingir os “analfabetos”. Materializam-se sentidos voltados à democracia de acesso do público às mídias possibilitado graças à evolução tecnológica, e a produção da informação centrada na “voz” e na “imagem” e não somente na “palavra”. Ao considerarmos a posição sujeito de Sodré (1999), historiador próximo do materialismo histórico, é que discurso da democracia dos meios e da importância disso para a sociedade pode ser circulado, é autorizado, é possível de existir. A ideia de uma mídia classicista como o impresso – pois além de exigir como requisitos o letramento, requer também o pagamento de uma assinatura ou a compra avulsa de um exemplar – é superada por um meio que, a princípio, poderia promover a interação maior entre a sociedade, o rádio e, depois, a televisão. Se no início, tais meios de comunicação são caros – passatempo das elites – com o advento tecnológico, tornam-se cada vez mais “baratos” e “portáteis”, exigindo do público um único investimento: o de comprar o aparelho receptor.

Diferentemente, a posição sujeito ocupada por Bahia (2009) – historiador, jornalista com passagem em diferentes veículos de comunicação e professor de jornalismo – sobredetermina outros dizeres possíveis. Nos enunciados, ao tratar do rádio, observa-se a exaltação deste em relação ao seu “conteúdo existencial”, capaz de aproximar o ouvinte do fato, por mais distante que o público esteja do acontecimento, mas também por promover mudanças nos impressos, que se veem obrigados a abandonar a “sisudez” e a “frieza” em prol de um intimismo maior com o público, característica própria do rádio. Todavia, não há no discurso do historiador o papel democrático exercido por esses meios de comunicação – o

rádio e a televisão. Esta, sobretudo, é tachada como promotora de uma “tirania” “massificante”, própria do “vídeo”, ao promover uma cultural “inibidora para a civilização”. Podemos observar sentidos no discurso de Bahia (2009) muito próximos daqueles possíveis de encontrar em obras como *Sobre a televisão* (1997), de Pierre Bourdieu: “A televisão leva ao extremo essa contradição [entre as condições econômicas e sociais, dentro das quais se insere para produzir determinadas obras] na medida em que sofre mais que todos os outros universos de produção cultura a pressão do comércio, por intermédio do índice de audiência”. (p.52).

O discurso de Bahia (2009) coaduna com a de Bourdieu (1999) ao acreditar que o vídeo promove um conteúdo já pronto, fácil de ser digerido, que não promove transformações e não levam os receptores a pensarem conjuntamente: “[...] alimento cultural pré-digerido, pré-pensado, não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) eles têm uma caderneta de endereços, aliás sempre a mesma [...] há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer [...] [permanecem] os *habitués* da mídia”. Ressaltamos como os enunciados de Bahia (2009, p. 330) promovem a circulação de dizeres de que a mídia televisiva coaduna fortemente com os pensamentos do poder dominantes, das elites, promovendo simplesmente o poder estabelecido: “Entretanto, o tratamento dedicado às emissoras de televisão é menos rígido e mais envolvente [durante a ditadura militar]. A televisão é menos crítica e tão acrítica quanto possa querer que ela seja o grupo político dominante.” Há uma construção discursiva que alia o “vídeo”, que entrega a imagem em movimento, como um instrumento de “interpretação” simples ou de pouca interpretação: tanto da parte de seus produtores quanto do público. A imagem em movimento, supostamente, entregaria a população um “mundo inteligível” já pronto, que necessita apenas ser consumido: apaga-se o poder de resistência e de interpretação dos sujeitos sócio-históricos, capazes de, por meio da derrisão, da polissemia, da paráfrase, realizar gestos de leitura que – em diferentes materialidades – promovem diferentes significações, nem sempre condizentes com aquelas esperadas pelas fontes produtoras.

A partir da década de 1960, a expansão do jornalismo promoverá a formação de cadeias e redes regionais e nacionais de comunicação. Num cenário particular, entre 1827 e 1930, no Império e na República, há o processo de passagem de capitais de comerciais, profissionais liberais, aristocratas e latifundiários para a imprensa. São tais famílias que comandarão as grandes empresas jornalísticas brasileiras. As cadeias e redes de comunicação, como expõe Bahia (2009), conjugam jornais, revistas, rádios, TV’s, indústria gráfica etc., além de outros gêneros de investimento. Na década de 1980, tais complexos

começam a exportar seus produtos para outros países, com maior relevância a *Organização Globo*²⁰, a *Rede Bandeirantes*, a *Editora Abril* e as *Organizações Bloch*. No cenário nacional, firmam-se como “grande imprensa diária no Brasil”, além dos jornais de porte médio presente nos Estados, quatro jornais: *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* – em São Paulo – e o *Jornal do Brasil* e *O Globo* – no Rio de Janeiro; e em uma dimensão maior, a revista semanal *Veja*. Bahia (2009) explica que desde a origem, dois dos quatro grandes jornais se encontram em mãos das mesmas famílias – *O Estado de S. Paulo* (Família Mesquita) e *O Globo* (família Marinho) – e os outros dois pertencem a essa mesma estrutura a duas gerações – *Jornal do Brasil* (família Nascimento Brito) e *Folha de S. Paulo* (famílias Frias); a revista *Veja* pertence a família Civita: “A imprensa, o rádio e a televisão no Brasil, de modo geral, guardam característica nitidamente familiar” (p. 243).

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é **das grandes corporações** que **manipulam a opinião**, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos. A concentração, como das emissoras de rádio e de televisão, além do que, no caso destas, há ainda limitações técnicas, pelo número restrito de canais disponíveis. A empresa jornalística, mesmo tomada isoladamente, tem já dimensões e complexidades tais que o capital para montá-la está **ao alcance de poucos**. No Brasil, por isso, **desaparece a pequena imprensa**; só a grande existe. Não há novos jornais; o que há, e raramente, é a compra dos já existentes; o que acontece, na normalidade dos casos, nem é a compra do jornal, mas a da sua opinião [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 389)

A proliferação dos grupos de comunicação **derruba o mito original** da cadeia como um império **em mãos de poucos**. Sujeita às regras institucionais e às **leis de mercado**, contribui para pulverizar um poder que no passado favorecia o monopólio. Muitos dos grandes jornais, rádios e TVs modernos **renunciaram aos editoriais e análises políticas** e compartilham o sonho da influência com a dura realidade da livre competição. Porém a sociedade não está livre do perigo de uma concentração de opiniões por parte dos meios de comunicação de massa [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 269).

Os complexos do jornalismo tornam-se um rico social quando se submetem sem exceção a um partido, ou poder econômico ou ao Estado, sem considerar a natureza **diversificada da opinião pública**. Para evitá-lo, é necessário que a sociedade esteja vigilante e exerça pressões, agindo para fazer valer seus sentimentos, entre os quais a própria identidade [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 273).

É um gigantismo estranho, pois: **as empresas jornalísticas**, na maioria esmagadora dos casos, são fechadas, **pertencem a poucos**, quando não a famílias ou indivíduos. [...] Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terras – não teriam a mínima possibilidade de constituir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra – a importância da maioria das empresas jornalísticas deriva do fato de terem **sido herdadas**: os seus proprietários atuais não teriam também a mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 389).

²⁰ Bahia (2009) explicita que a *TV Globo* é considerada a quarta maior rede de televisão do mundo, tendo o recorde de produzir nos próprios estúdios 80% de sua programação.

É evidente que, dentro de certos limites, os jornais são aqui **controlados pelos seus proprietários**; como se contam pelos dedos os grandes jornais, contam-se pelos dedos esses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais (SODRÉ, 1999, p.389).

Há, entretanto, divergências relevantes sobre o conceito **moral desse jornalismo** – não mais uma atividade artesanal, de vizinhança, limitado às pressões do meio, mas uma nova potencialidade social, influente, mecanizada, propagadora de suas funções e quase sempre absorvente, de modo a limitar, **condicionar comportamentos e atitudes dos indivíduos**, em particular, e da sociedade, em geral [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 217).

No Brasil, a origem familiar das empresas de comunicação ainda preserva a **competição e a diversidade de opiniões** – e esse fato é mais notório no jornalismo impresso [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 420).

A **concorrência e a opinião difusa**, essenciais à liberdade, ainda balizam o jornalismo brasileiro [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 425).

A sólida posição da *TV Globo* [que chegou a comercializar, em 1986, 2/3 e toda a verba publicitária televisiva no Brasil] [...] **marginaliza** as redes **concorrentes** – *Bandeirantes, Manchete e SBT*. Uma circunstância que assegura ao grupo Marinho um **poder de manipulação** das notícias e de tráfico de influências típico de um monopólio (BAHIA, 2009, p. 421).

Considerando a série enunciativa apresentada anteriormente, que trata dos conglomerados de comunicação do país, podemos observar a existência de dois discursos diferentes sobre as implicações sociais e políticas da concentração dos veículos de comunicação (no Brasil, particularmente, em mãos de algumas famílias). Todavia, ressaltamos que os dois discursos aqui levantados – tal como em demais momentos analíticos em que nos referimos a discursos específicos – não excluem outros possíveis em outro gesto de análise, bem como não são excludentes (polarizados): trata-se de compreendê-los em suas contradições, em como a existência de cada um é erigida naquilo que não é, naquilo que nega (portanto, que o constitui).

Em Sodré (1999), há marcas que apontam para o campo do logicamente estabilizado – “É evidente”, “É fácil constatar” –, de tal forma que seriam impensáveis ou não muito difícil de serem observadas as consequências negativas da concentração da mídia: nos enunciados, não há margem para o questionamento, para a dúvida; há uma “verdade” construída e que precisa ser ressaltada. Como próprio da construção argumentativa, é preciso colocar no campo da visibilidade as ideias negadas, refutadas, para ter clara certeza do motivo de não serem aceitas. A posição ocupada no discurso, novamente, diz-nos muito das possibilidades daquilo que pode e deve ser dito, neste caso, por Sodré (1999): defensor da “pequena imprensa”, da “imprensa alternativa”, da “imprensa” que não é “empresa”, da “imprensa” que teria como

responsabilidade a transmissão da informação, principalmente àquelas capazes de promover a mudança e a transformação social da população. Desta forma, no discurso de Sodré (1999), a “grande imprensa” é atacada por representar as ideias de seus “proprietários” e não de seus “jornalistas” e, conseqüentemente, da população.

Além disso, no discurso de Sodré (1999) há um imbricamento entre os sintagmas “Grande imprensa” / “Imprensa comprada” / “Imprensa da opinião do dono” / “Imprensa manipuladora”. Considerando seu lugar de fala, observamos a materialização de correntes: a dos dominantes e dos dominados, dentro de uma história fortemente erigida pela luta de classes. Neste discurso, não há forma de compatibilização entre os anseios dos grandes empresários e os da população, pois estão em classes diferentes dentro da mesma sociedade. Inerentemente, a classe dominante para manter seu poderio econômico, político e social precisa explorar a classe trabalhadora, pois é justamente a “força de trabalho” desta que permite a circulação e o ganho do capital. Por meio da entrada “imprensa para poucos” versus “imprensa de família”, há significações que apontam para o não espaço para o “povo” na “imprensa familiar”, dos grandes empresários: assim como as terras no Brasil estaria na mão de alguns poucos latifundiários, a imprensa brasileira também estaria centrada dentro deste mesmo contexto.

Dentro de uma esfera de competitividade no capitalismo, toda imprensa teria de ser “empresa” e, portanto, exigiria alto investimento para sua existência; decorre desse processo que “poucos” teriam capital necessário para investir e lançar um novo veículo de comunicação. Assim como a concentração de terras permite que poucos sejam beneficiados e possam gerar lucro a partir delas – ao passo, que grande parte da população não tem sequer uma casa própria –, os meios de comunicação engendrariam uma única massa de opinião, pertencente geralmente àqueles que já possuíam muitas riquezas (e, portanto, defendendo os seus próprios interesses) em detrimento de toda a população que não encontraria lugares institucionais (imprensa) onde poderia se fazer ouvir. Sendo parte integrante da imprensa, o jornalista é interpelado a servir aos interesses do capital, exercendo sua profissão dentro daquilo que o mercado espera dele. Não obstante, a identidade erigida nesse discurso para jornalista é daquele que, em um cenário de competitividade em que a empresa jornalística precisa gerar lucro, não pode atender outros interesses senão aqueles da própria empresa: portanto, ele “manipula opinião”, “distorce fatos” para atender aos interesses de seus proprietários; independentemente de seu querer, seria “massa de manobra” ao serviço da ideologia dominante, deixando de ser um sujeito histórico e protagonista da história.

Diferentemente, ao nos deter nos enunciados de Bahia (2009), importa observar o distanciamento do discurso de Sodré (1999). Enquanto este refuta o monopólio da informa o no país, aquele ressalta que não se compara o que ocorre aqui com outros países – citando as *Organiza es Globo* como o caso mais expressivo depois do império de Assis Chateaubriand –, como os Estados Unidos, por exemplo²¹. Considerando sua posi o sujeito, construída em aproxima o aos ideais do livre exercício de mercado, os enunciados de Bahia (2009) estarão dentro de uma forma o discursiva (arriscar amos dizer “do capitalismo”) diferente da de Sodré (1999) (do “materialismo histórico), possibilitando que outros dizeres sejam colocados em circula o. Desta forma, compreendendo que Bahia (2009) fala dentro da esfera da lógica capitalista,   que podemos ver materializados enunciados como “A prolifera o dos grupos de comunica o derruba o mito original da cadeia como um império em mãos de poucos” (p.269), “Sujeita às regras institucionais e às leis de mercado, contribui para pulverizar um poder que no passado favorecia o monopólio”. Dentro dessa perspectiva, diferentemente da lógica do mercado comprometer o pleno exercício do jornalista (que supostamente estaria ao serviço dos proprietários), o mercado promove a “diversifica o” dos veículos de comunica o. Não obstante, a luta pela informa o fiel e próxima da realidade   o que estimularia as empresas jornalísticas, que vivem a “dura realidade da livre competi o”: a máxima do capitalismo que assevera que   preciso se destacar, mostrar os diferenciais para conseguir sobreviver atravessa esses dizeres.

Podemos observar nos enunciados de Bahia (2009) a exalta o do jornalismo existir dentro de um cenário econ mico de disputa de mercado, quando afirma que as empresas de comunica o brasileiras ainda preservam a “competi o” e a “diversidade de opiniões”. Se poderíamos compreender que a fun o da imprensa   informar a popula o, uma fun o social de ser os “olhos da sociedade”, pode-se questionar o porquê de ela ter de servir   lógica do mercado, da competi o: significa es que impingem que a competi o gera novos produtos, novas ideias, mudanças e produtividade podem ser depreendidas do discurso de Bahia (2009).

Todavia,   preciso observar contradi es no discurso de Bahia (2009); ancorado na lógica capitalista, expõe que a lei do mercado dinamiza o cenário da comunica o, no entanto, assevera que há “divergências relevantes sobre o conceito moral desse jornalismo” industrial, de empresa, pois ele pode “[...] condicionar comportamentos e atitudes dos indivíduos, em particular, e da sociedade, em geral” (p. 217). De tal forma, se a lógica do mercado

²¹ Segundo Bahia (2009), nos EUA, grandes conglomerados controlam 70% dos jornais diários, o que impossibilita a competi o e a redu o na diversidade de opiniões

possibilitaria a expansão das empresas jornalísticas, a competição promoveria a necessidade de elas mudarem constantemente para atender o bem do público, como pudemos ver materializados nos enunciados analisados anteriormente, como então ser possível essa mesma mídia “condicionar comportamentos”. Após afirmar que a imprensa brasileira tem diversidade de opiniões – ainda que trate mais especificamente do impresso –, o autor enuncia que: “A sólida posição da *TV Globo* [que chegou a comercializar, em 1986, 2/3 de toda a verba publicitária televisiva no Brasil] [...] **marginaliza** as redes concorrentes – *Bandeirantes*, *Manchete* e *SBT*. Uma circunstância que assegura ao grupo Marinho um poder de manipulação das notícias e de tráfico de influências típico de um monopólio [grifo nosso]” (BAHIA, 2009, p. 421). Ou seja, haveria um “furo” na lógica do mercado que veria a competição como força pujante para a diversidade de atuação do jornalista: no deslize do dizer, tal “diversidade” nem sempre ocorreria.

A partir da década de 1950, seriam três as formas de as empresas jornalísticas angariarem recursos: a realizada a partir de particulares, o empréstimo feito a partir dos cofres públicos (realizados em formas de concessões e privilégios) e o advindo pela publicidade, especialmente de agências de publicidade estrangeira. Cada vez mais se observa que as empresas jornalísticas voltadas para o impresso não conseguem sobreviver da venda de assinaturas ou de avulsas, sendo o capital advindo dos anunciantes a principal fonte de sustentação. Sobre essa questão, assinalamos abaixo alguns enunciados do material analisado:

Das três, esta [**publicidade**] **era a pior**, conquanto “legal”, isenta de constituir-se em alvo de campanhas pretensamente moralistas, visto como não infringia e nem mesmo arranha qualquer lei. [...] Contra esse traço essencial [processo de desenvolvimento da imprensa burguesa], contra o conteúdo do problema não se levantava nenhuma voz [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 402)

As empresas jornalísticas, nesse comportamento aparentemente contraditório, não defendiam os seus interesses, mas os **interesses dos referidos monopólios**, para os quais eram pressionadas pelas agências de publicidade, que funcionavam como procuradoras daqueles monopólios, visto que eram as distribuidoras de sua propaganda, quando menos [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 403).

[...] finalmente, as **empresas** que assim **manipulavam**, e continuam a manipular, a opinião, jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, acabavam por ser financiados, mantidas, **sustentadas**, orientadas por aquelas [publicidades advindas de empresas estrangeiras], e por refletir e defender os seus **interesses**, que **não** eram, e não são, os **nacionais** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 406).

Aliás, os jornais podem livremente recusar noticiário, ideias e opiniões, mas, somente em circunstâncias especialíssimas **recusam publicidade**. Ocorre, ainda, que é a publicidade que praticamente determina o preço do espaço por centímetro de coluna, pois o maior ou menor volume de matéria paga está em relação direta com a tiragem do jornal, isto é, com o maior ou menor número de exemplares postos diariamente em circulação e com vendagem comprovada por pesquisas idôneas

[grifo nosso] (LIMA, Luís Ferreira. *Imprensa e Desenvolvimento Econômico* (1961), citado por SODRÉ, 1999, p. 406).

Ao assumir a presidência do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, ainda em 1962, Aristeu Aquiles tocava na corda sensível: “Haveria de convir que, quando uma grande empresa jornalística confessa, em relatório, que 80% de suas rendas²² advem do balcão de publicidade, essa empresa **tem absoluto desprezo pelos seus leitores**, pelos que **compram notícias e informações** e as têm, por isso mesmo, **distorcidas e falseadas**. Haveréis, igualmente, de convir que, sendo a publicidade comercial monopolizada por algumas poucas empresas estrangeiras, esses jornais estarão a serviço de **interesses estrangeiros** e não brasileiros. E vão, assim, defendendo uma suposta civilização ocidental e cristã, que não é a inspirada pelo humanismo do doce Nazareno, da exploração dos povos subdesenvolvidos, da miséria, da fome, da mortalidade infantil, dos ódios selvagens, das guerras para conquista de mercados e zonas de influência, das classes exploradoras no seu desejo de eternizarem-se no mando da coisa pública (SODRÉ, 1999, p. 425).

Há um distanciamento entre os discursos de Sodré (1999) e Bahia (2009) quanto ao papel e a rela o das agências de publicidade face às empresas jornalísticas. Sodré (1999) enfatizara a sujei o da imprensa aos interesses das agências de publicidade, que estão em primeira medida a serviço dos grandes monopólios estrangeiros; Bahia (2009) pondera que as agências são reflexos da própria evolu o do jornalismo:

[As agências de publicidade] Funcionam com base em padrões norte-americanos e europeus e não se esgotam nas atividades de corretagem. Estão em condi es de prestar serviços no campo da criatividade, da elabora o gráfica, da pesquisa de mercado, remunerados sob a forma de honorários. [...] **Os sinais para as agências procedem do desenvolvimento do jornalismo, da diversifica o do mercado de informa o**. Contudo, originam-se particularmente da capacita o editorial, que tanto absorve novas técnicas de produ o e linguagem, como supre adequadamente necessidades de veicula o ordenada, regular e eficiente [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 182).

A produ o em série de bens de consumo gera novas formas de veicula o de publicidade – até então condicionada pelos classificadores –, **contribuindo** para acelerar o **desenvolvimento econ mico do jornalismo**, a sua viabiliza o como **empresa independente**. Dos anos 50 em diante, a moderniza o empresarial torna ainda mais disponível o caráter industrial do jornal, seja ele impresso ou audiovisual [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 228).

O caráter de um veículo, a qualidade da informa o que transmite e a natureza do seu pensamento podem ser medidos pela **resistência** que oferece ** s pressões e influências de grupos de poder** [agências de publicidade, agentes de rela es públicas, altos funcionários, conforme apresentados pelo próprio autor]. Quando o jornal, a emissora de rádio e a televisão não se transformam em simples porta-vozes desses grupos, sujeitos ao seu controle [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 233)

²² Nesse sentido, também,   debatido a aproxima o entre as organiza es *Globo* e o grupo *Time-Life*: “Em depoimento numa cadeia de televisão e rádio, o deputado João Calmon revelou que, “de fevereiro até novembro de 1965, o Grupo *Time-Life* tinha remetido ao Grupo Roberto Marinho (TV-GLOBO) nada menos que 2 838 613,28 dólares, correspondendo, em moeda brasileira, a aproximadamente, 6 bilhões e 145 milhões de cruzeiros! Uma média de quase 700 milhões por mês!” (SODRÉ, 1999, p. 439).

Observamos na série enunciativa apresentada discursos que são atravessados por uma memória discursiva em torno do que, no jornalismo, convencionou-se chamar de separação entre “Igreja” e “Estado”. Como reflete Bucci (2010), data do final do século XIX, a divisão que as grandes empresas de jornalismo começaram a realizar entre duas equipes distintas: a dos jornalistas, responsáveis pela área “Editorial” – a “Igreja” –, e a do comercial – o “Estado”. Segundo o autor, o princípio sempre foi o de assegurar que não houvesse conflitos de interesses entre os anunciantes e as pautas e materiais jornalísticos produzidos, de tal forma que cada área atuasse em sua própria dimensão, sem interferir um na área do outro. Dentro dessa perspectiva, o público compra/consome a informação de um veículo jornalístico com base na sua credibilidade e reconhecimento e, nesse cenário, a publicidade angariaria consumidores também para seus produtos: ou seja, haveria uma transferência dessa credibilidade e público para os anunciantes. De acordo com o autor, o que a primeira vista pode parecer um procedimento ético e moral para o bom exercício do jornalismo – afim de que este não sofra as pressões do mercado –, é fruto da própria lógica de mercado: “Foi por fome de dinheiro – e não por um surto inexplicável de caridade – que os bons empresários aprenderam o método Igreja/Estado. E ele dá certo porque traz dinheiro. A redação trabalha melhor, a área comercial corre mais solta, a vida flui com mais clareza e muito, muito mais eficiência” (BUCCI, 2010, s/p).

Analisando os enunciados de Sodré (1999), a posição assumida discursivamente – a de uma sociedade baseada na luta de classes – constituirá aquilo que pode ser dito: o jornalismo só pode ser exercido quando tem total autonomia, incluindo o distanciamento de anunciantes, principalmente o provindo de capital estrangeiro. O enunciado congrega em torno do jornalismo uma aura de superioridade, de importância social pelo próprio objetivo de sua existência, que tem de ocupar lugar próprio para manter sua “virtude”, distanciado-se de quaisquer outras esferas de poder. Quando afirma que a publicidade é a “pior” – ainda que legalmente – forma de subvenção da imprensa, amplifica-se seu poder de atuação sobre a esfera do jornalismo: esta, apesar da sua virtude, seria de fácil corrupção dentro da lógica capitalista.

No discurso de Sodré (1999) há uma colagem entre “venda de espaços publicitários” / “compra da opinião do veículo de informação” / “circulação dos anúncios” / “circulação dos interesses dos anunciantes, como se fossem interesses da empresa jornalística”. Observa-se a circulação de sentidos no enunciado que apontam para a supremacia da “Economia” na determinação das relações de trabalho e dos produtos gerados por elas: não haveria escapatório ou outra forma do exercício correto do/para jornalismo no cenário capitalista, em

que os veículos nada mais são que “empresas” jornalísticas. Se o enunciado verbaliza que o espaço da informação é determinado, antes, pela venda do espaço publicitário, ao jornalista, não é possível novamente exercer papel próprio, por vezes de “resistência”, pois, nos enunciados, as condições de produção não o permitiriam. Dentro desta formação discursiva, se não há espaço para a livre atuação do jornalista, também não há para os leitores: “[...] finalmente, as empresas que assim **manipulavam**, e continuam a manipular, a opinião, jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão [grifo nosso]” (SODRÉ, 1999, p. 406). O emprego do verbo “manipular” encerra em si um sujeito leitor passivo, que consumiria as informações acriticamente; não se vislumbra um leitor responsivo, capaz de dialogar com o texto, sendo ele também parte integrante do próprio texto, das possibilidades de interpretação decorrentes deste processo dialógico. E, mais uma vez, o discurso reforça o papel de “dominação” ocupado pela imprensa, do poder que ele pode exercer, a tal ponto de publicar informações e opiniões que não serão questionadas: ainda que critique tal atuação da mídia, o discurso de Sodré (1999) reafirma a importância que o jornalismo tem para a sociedade, conferindo-lhe uma maximização de exercício de poder.

Diferentemente, nos enunciados de Bahia (2009), o discurso do pleno do exercício do jornalismo em uma sociedade capitalista não seria somente possível como fator importante para o progresso e o desenvolvimento da própria imprensa. Os dizeres do autor são atravessados por uma formação discursiva neoliberal, que permite a existência de enunciados tais como: “Os sinais para as agências procedem do **desenvolvimento do jornalismo**, da **diversificação** do mercado **de informação**. Contudo, originam-se particularmente da capacitação editorial, que tanto absorve novas técnicas de produção e linguagem, como supre adequadamente necessidades de veiculação ordenada, regular e eficiente [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 182); “A produção em série de bens de consumo gera novas formas de veiculação de publicidade – até então condicionada pelos classificados –, **contribuindo** para acelerar o **desenvolvimento econômico do jornalismo**, a sua viabilização como **empresa independente** [grifos nossos]” (BAHIA, 2009, p. 228).

Nos enunciados, a coexistência numa mesma empresa do jornalismo e da publicidade para além de ser algo possível, mostra-se uma relação indissociável para o progresso das duas áreas. Sobremaneira, os enunciados também fazem circular significações da importância da lógica do mercado para o pleno exercício dos jornalistas, considerando que são as empresas anunciantes que permitem a existência da própria atuação do jornalista. O capital permitiria, assim, uma “empresa independente”, autônoma. Desta forma, poderíamos colocar em

suspensão o sintagma “empresa independente”, interrogando-o sobre o que seria o “independente”, e “independente” em relação ao quê.

Destarte, o discurso de Bahia (2009) rememora a importância da imprensa na medida em que exalta seu caráter de “independência”: uma área própria, autônoma, que existiria como esfera particular de um exercício de poder importante para a sociedade. A identidade do jornalista é construída, nestes enunciados, como aquele que resiste às “pressões e influências de grupos de poder”. Se em Sodré (1999), observamos a autonomia do jornalista ser impossível por conta dos princípios econômicos que regulam o mercado – o jornalista estaria sempre ao serviço dos empresários e donos dos veículos de comunicação, sem qualquer poder de resistir a este processo –, em Bahia (2009), o jornalista é tomado como aquele que, inserido numa lógica de mercado, não só pode como deve resistir aos “grupos de poder” (um princípio de contradição se apresenta: como resistir aos próprios grupos de poder – ou, ainda, como vê-los como “grupos de poder” – que permitem a existência da sua profissão?).

No governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, elabora-se uma nova constituição que regulamenta a imprensa, estabelecendo que as empresas jornalísticas devem ser nacionais, sendo proibida a administração por estrangeiros:

Art 160 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a **estrangeiros**. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, n° s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua **orientação intelectual e administrativa** [grifos nossos] (BRASIL, 1946).

No entanto, pondera Sodré (1999, p. 396): “O dispositivo constitucional era propositadamente inócuo. Em nada possibilitou resguardar o **caráter nacional** das empresas jornalísticas [grifos nossos]”. O autor discute o papel das agências de notícias (todas estrangeiras) e de revistas dirigidas por estrangeiros (às vezes, impressas no estrangeiro) que circulavam no país – tais como *Seleções do Reader's Digest e Visão*:

De um modo rigoroso, as agências telegráficas seriam alcançadas, porque são empresas jornalísticas, políticas e noticiosas, e influem na opinião do nosso povo, pois que através delas, segundo suas tendências, é que os brasileiros se apercebem do que se passa no mundo. Essas informações já vêm preparadas segundo as inclinações peculiares a essas agências. [...] **São americanos** os que orientam intelectualmente ambas as publicações. [...] **Tiremos os estrangeiros da imprensa e acabemos também com essa imprensa de estrangeiros**, se é que a Constituição foi feita para realmente ser cumprida [grifos nossos] (MAGALHÃES JR, R., 1954, *Estrangeiros na imprensa e imprensa de estrangeiros*, citado por SODRÉ, 1999, p.396-397)

[...] escravizaram-se a duas forças não nacionais, e quase sempre antinacionais: as agências de notícias e, principalmente, as agências de publicidade. Enquanto não afetam o que interessa a tais forças – intimamente associadas, hoje, ao **capitalismo** monopolista do Estado que deu conteúdo novo ao **imperialismo** – são dependentes apenas da vontade dos proprietários [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 389)

Ora, uma outra forma do controle da imprensa é, sem dúvida, o do **controle do noticiário**, exercido pelas agências, todas estrangeiras, distribuidoras de informações.[...] sendo as **norte-americanas**, que dominam a informação em nossa imprensa, hoje, apenas duas, a *Associated Press* e a *United Press International*, ligadas não apenas aos grandes consórcios da imprensa daquele país [...] mas aos grandes trustes e monopólios industriais peculiares à **etapa imperialista**. Em última análise, tudo isto significa, simplesmente, que o imperialismo controla a informação, na área em que exerce seu domínio. Qualquer leitor, ainda o mais desatento, verifica que o noticiário estrangeiro é o mesmo em todos os nossos grandes jornais, cabendo a cada um apenas o maior ou menor aproveitamento do material informativo que recebe das agências estrangeiras e a margem de engenho na titulação, diagramação e seleção das manchetes [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 415).

No entanto, Bahia (2009) expõe que no Brasil, não houve/há somente a presença das agências de notícias estrangeiras²³; os conglomerados de comunicação nacionais também desenvolveram agências noticiosas, produzindo notícias para clientes internos e externos: os quatro maiores grupos brasileiros contam com agência própria, o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. O autor pondera que com o avanço tecnológico – entre eles, a transmissão via satélite –, intensificou-se o fluxo de comunicação mundial, destacando-se as agências de notícia (internacionais, nacionais, regionais ou locais) como responsáveis por produzir notícia por “atacado” em áreas/temas que não são especialidade do veículo de comunicação; assim, distribuem notícias de assuntos variados para veículos de comunicação de lugares distintos, nos mais diferentes formatos (impresso, foto, áudio, vídeo, infográfico etc.). São jornalistas espalhados pelo mundo que buscam produzir informação que possa ser útil, para se somar às produções próprias dos veículos de comunicação. De qualquer forma, Bahia (2009, p. 275) assente que a produção das agências de notícias é a que mais ocupa espaço e tempo nas publicações: “Muito do que as agências emitem e os próprios veículos apuram diariamente vai para o lixo. É certo, porém, que outra parte vai para a **história dos povos**”.

Ressaltamos, sobremaneira, que na construção discursiva de Bahia (2009) não se faz referências negativas ao papel das agências de notícias, sejam elas estrangeiras ou nacionais. A construção argumentativa em torno do “estrangeiro” se mostrará mais presente no discurso de Sodré (1999), justamente por ter como condi o própria do seu discurso a nega o do

²³ Bahia (2009) destaca como as quatro maiores agências de noticias estrangeiras as americanas *Associated Press* e *United Press International*, a inglesa *Reuters* e a francesa *Agência France Press*.

capitalismo, e da visão estrangeira sobre e para o Brasil. No discurso de Bahia (2009), há um caráter tecnicista ao abordar o papel das agências de notícias estrangeiras: elas são tratadas, avaliadas e categorizadas a partir do trabalho que realizam para a imprensa do ponto de vista material (volume de produção entregue, suas funções, sua relação com os veículos nacionais) e quase nunca do conteúdo ofertado por tais agências. Sendo assim, nos enunciados analisados de Bahia (2009), não se cria uma distinção ou divisão entre “interesses nacionais” e “interesses estrangeiros”.

O que julgamos relevante observar no seguinte enunciado –“Muito do que as agências emitem e os próprios veículos apuram diariamente vai para o lixo. É certo, porém, que outra parte vai para a **história dos povos** [grifos nossos]” (BAHIA, 2009, p.275) – é uma reatualização do papel dos jornalistas na construção da própria história e como a mídia, na medida em que busca retratar a história, é construtora da própria história que retrata. Tal situação nos remonta a reflexão sobre acontecimento e sobre sua inscrição numa rede de memória, que pode ser pensada em relação à produção de discursos em sociedades midiáticas. Como discutido na seção sobre a história em Foucault, o historiador Nora (1995) assevera que, atualmente, deve-se à mídia o monopólio da história, que ao marcar sua presença na sociedade “não nos pode evitar” (NORA, 1995, p. 181).

Conforme Nora (1995), à mídia não se deve somente o papel de noticiar os acontecimentos, mas sua existência na veiculação é a condição de sua própria existência. Aos fatos, para além de ocorrerem no mundo, teriam de ser conhecidos. Nessa “democratização da história”, personificada pela/na mídia, vivemos uma “história do presente”, um presente já imbuído de um sentido “histórico”, de tal forma que a história passa a ser construída sobre o acontecimento. O enunciado de Bahia (2009) reatualiza sentidos da memória discursiva sobre o papel dos jornalistas para/na sociedade, de uma maneira em que os “fatos” e os “jornalistas” são a princípio inseparáveis; como assente Nora (2005, p. 183), pela mídia, o acontecimento “é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo” (NORA, 1995, p. 183), promovendo a busca incessante pelo novo, que, na atualidade determina um novo estatuto para o “acontecimento”. Em uma “sociedade do consumo”, o “acontecimento” passa a ser tratado cada vez mais como um objeto de consumo, investido de afeto pela própria sociedade.

Já no discurso de Sodré (1999), observamos uma regularidade discursiva já apontada anteriormente nesta tese²⁴, a respeito da divisão entre o “estrangeiro” e o “nacional”. Nos enunciados, encontramos: “[...] [de as empresa jornalística] refletir e defender os seus [dos anunciantes estrangeiros] interesses, que não eram, e **não são**, os **nacionais** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 406); “Havereis, igualmente, de convir que, sendo a publicidade comercial monopolizada por algumas poucas empresas estrangeiras, esses jornais estarão a serviço de **interesses estrangeiros e não brasileiros**” (SODRÉ, 1999, p. 425). O discurso materializa uma necessidade de cisão entre o “estrangeiro” e o “brasileiro”, uma vez que não poderiam ser compreendidos em suas similitudes, mas em suas “diferenças”: “O estrangeiro não é brasileiro”. Como característica inerente do processo de construção identitária, como reflete Hall (2006; 2010), a “identidade” é erigida na diferença daquilo que ela não é e, decorre disso, a desqualificação, a negação, o silenciamento do contrário, do diferente. O “estrangeiro” representaria o mal a ser combatido, afastado – principalmente se “estrangeiros”, aqui, referirem-se aos “americanos” –, por materializar o máximo da cultura “capitalista” que busca suplantiar uma cultura genuína brasileira.

Reforçam-se os sentidos de uma “classe dominante” que exerce poder sobre uma “classe dominada”. A “classe dominante” investiria sua ideologia nos produtos jornalísticos colocados em circulação para a “classe dominada”: “São americanos os que **orientam intelectualmente** ambas as publicações. [...] **Tiremos os estrangeiros** da imprensa e acabemos também com essa imprensa de estrangeiros [...] [grifos nossos] (MAGALHÃES JR, R., 1954, Estrangeiros na imprensa e imprensa de estrangeiros, citado por SODRÉ, 1999, p.396-397). A posição sujeito ocupada por Sodré (1999) pode ser identificada no uso de expressões como “capitalismo monopolista do Estado”, “imperialismo”, “etapa imperialista”, personificando nos Estados Unidos todos os males da opinião materializadas nas veiculações que circulam em território nacional: “ Em última análise, tudo isto significa, simplesmente, que o **imperialismo controla a informação**, na área em que exerce seu domínio [grifos nossos]” (SODRÉ, 1999, p. 415).

Tal discurso reforça o papel da “intencionalidade” do sujeito produtor da informação, congregando-se sobre ele a “origem” e a “determinação” de todos os sentidos possíveis: na sua produção, estariam encerrados as únicas possibilidades de significação. Cabendo ao “imperialismo” o “controle da informação”, não haveria no processo dialógico espaço para o

²⁴ A discussão em torno do “nacional” e do “estrangeiro” se apresentou ao tratar do papel de Hipólito da Costa para a história do jornalismo brasileiro, bem como das leis que regularam a vida social durante a ditadura militar, que determinavam a expulsão dos mesmos caso perturbassem a ordem nacional.

sujeito interpretante da informação: se enfraquece, assim, o próprio poder de resistência da “classe dominada” frente ao “discurso dominante”. Sobremaneira, ao conclamar a “exclusão do estrangeiro” – “comentário” presente na obra analisada e, portanto, tomada como recurso discursivo de constituição do próprio discurso do autor –, o jornalista brasileiro seria somente aquele que residisse no país e trabalhasse em veículos de comunicação nacionais: tal identidade não é estendida a quaisquer outros que possam trabalhar em órgãos de imprensa de outros países ou mesmo de publicações gestados no estrangeiro para circularem no Brasil. Observa-se, assim, a identidade caracterizada fortemente pelo aspecto geográfico de onde o sujeito jornalista atua, não sendo considerados outros aspectos como o “sentimento de nacionalidade” ou o “sentimento de pertencimento ao Brasil”, ainda que residindo fora do país.

Além do desenvolvimento da “empresa” jornalística na passagem do século XIX para o século XX, houve também grandes mudanças a partir da década de 1950, principalmente nas relações de trabalho:

A divisão do trabalho em um jornal ou uma revista, pela variedade das atividades, exige um exército sempre maior e mais qualificado de **trabalhadores intelectuais e físicos**, capazes em quase todos os **campos do conhecimento** aqueles, **operários especializados** estes, todos trabalhando para um público cuja sede de saber e de se informar se amplia cada vez mais, e esse exército de trabalhadores deve ser **remunerado** de forma **compatível** [grifos nossos] (SODRÉ, 199, p.392-393)

A partir dos grifos acima expostos, observamos o enunciado mobilizar sentidos a respeito do tipo de trabalho conferido ao jornalista. As marcas feitas no enunciado nos levam a uma separação entre “trabalhadores intelectuais” e “trabalhadores físicos”, cada qual com seu conhecimento e especificidade de trabalho; nesse entendimento, podemos colocar em suspenso o que se caracterizaria como “trabalho intelectual” e o que seria o “trabalho físico”, quais suas delimitações, aproximações e distanciamentos. O discurso coloca-os em oposição e, mais do que isso, delimita que somente há “campos de conhecimento” na esfera do “trabalho intelectual”, sendo o “trabalho físico” o trabalho realizado por um “operário especializado”, e que, apesar do entendimento técnico não mobilizaria “campos do conhecimento”.

Há, desta forma, uma reafirmação do trabalho e da identidade do jornalista como “intelectual”, pessoa de conhecimento, distante do que poderia se chamar “trabalho braçal”; além disso, no enunciado em análise, destaca-se a necessidade de expor que cada tipo de trabalho tem uma remuneração compatível com a atividade realizada. Se, então, haveria uma

divisão entre “trabalho intelectual” e “trabalho físico” e se pressupõe a necessidade de uma “remuneração compatível”, significações são colocadas em jogo quanto a remunerações diferentes levando em consideração o uso do “intelecto” e do “físico”, não podendo os dois serem colocados numa mesma categoria, tratados como iguais.

A mobilização de tais sentidos também pode ser observada em outro enunciado de Sodré (1999, p. 417):

Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado. [...] Embora assalariados, os elementos intelectuais não têm situação proletária e sofrem as injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambiguidade.

Nesse esteio, jornalistas constroem a informação, sem serem os donos dos veículos de comunicação, e frente a esse cenário reivindicam, além das questões salariais, autonomia no exercício da profissão. Sodré (1999) expõe que ao longo da luta por melhores condições de trabalho, os jornalistas sofreram repressão por parte dos proprietários dos veículos de comunicação, sendo demitidos. Durante o final da década de 1950 e na década de 1960, os jornalistas lutam por aumento de salário base de 70%, a reintegração daqueles que foram demitidos principalmente em consequência dos movimentos reivindicativo da classe, e também denunciam os proprietários de empresas:

Com a adoção da nova tabela de salário mínimo, em vias de concretizar-se, passariam aqueles [jornalistas] a receber menos que um trabalhador não qualificado. [No entanto] Os proprietários de jornais, que se recusavam sequer a discutir as reivindicações dos jornalistas, ‘havia aumentado, sem consulta de qualquer espécie e a quem quer que fosse, as suas tabelas de venda avulsa e as suas tabelas de anúncios (SODRÉ, 1999, p. 420).

O tratamento dispensado aos jornalistas pelos proprietários de empresa é **senhorial: negam-lhes o direito de opinião e ainda pagam mal os seus serviços** [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 422).

Tais enunciados estão fortemente amparados na lógica da luta de classes, em que a “Economia” seria a força que organizaria as ideologias presentes na sociedade; de tal forma, não seria possível total compatibilidade entre sujeitos pertencentes a classes distintas. O discurso em circulação, no mesmo momento, e que busca refletir o lugar do jornalista como força de trabalho intelectual, o faz a partir da distinção daquilo que não é e não pode ser: nem burguesia, nem proletariado. Encerrado nessa contradição, trabalharia para os proprietários dos veículos de comunicação, tendo de atender aos interesses destes, mas exerceria uma

profissão que tem no seu cerne o serviço aos interesses da sociedade (composta, majoritariamente pelo proletariado).

A concepção de uma sociedade hierarquizada em classes, em que há instituições que exercem o poder dominante sobre a classe dominada anularia a presença dos micro-poderes, como propõe Foucault (2008b): as relações sociais, a construção do discurso fica reduzida fortemente a esfera econômica, do Estado, sem se atentar a teia que se estende por todo o constructo social, em que todos exercem diferentes poderes entre si. Da mesma maneira, a posição “dominante”/ “dominado” não seria estanque, uma vez que nas diferentes posições sujeitos possíveis de serem ocupadas todo sujeito é ao mesmo tempo aquele que exerce um poder e, em outras relações, aquele que resiste. No discurso de Sodré (1999), o sujeito jornalista se veria cerceado de tal forma que não haveria espaço para a resistência: uma vez não sendo o dono do veículo de comunicação, “sendo mal remunerado” e tendo de expressar a opinião do seu “dono”, não há margem para quaisquer estratégias ou táticas do poder de resistência.

Da mesma maneira que se ressalta a divisão do trabalho, intensificam-se a partir da metade do século XX os procedimentos e métodos para a realização do trabalho jornalístico:

Há, entretanto, **algo de universal**, que pode aparecer mesmo em áreas diferentes daqueles que surge por força de condições originais: **técnicas** de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à **forma de divulgar**, ligadas à apresentação da notícia. Nesse sentido, **o jornal avançou** muito, entre nós, particularmente desde o início da segunda metade do século XX. O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o **lead**, cujos princípios se fundaram na regra dos cinco *W* e um *H*; qualquer foca americano sabe que toda notícia deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: *who*, quem; *what*, que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 394)

Ao **lead** norte-americano, Luís Paulistano [chefe de reportagem do jornal *Diário Carioca*] acrescentou o **brasileiríssimo sub-lead**²⁵ [grifos nosso] (SODRÉ, 1999, p. 394-395)

As melhores redações cariocas e paulistas concorrem na reportagem e também no folhetim. O perfil predominante em nossa imprensa é o do jornal europeu. Só no final da década de 20 alguns dos grandes jornais conhecem melhor o processo mais **dinâmico e mais objetivo** do jornalismo norte-americano [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.144).

O que se conhece por novo jornalismo – e cujas técnicas foram imediatamente absorvidas pela televisão e pelo rádio – é o complexo de tendências informativas, um papel que lança o jornal do campo da informação ao da formação. Um salto que

²⁵ De acordo com Lage (2004), o *sub-lead* deve aprofundar o lead, ligando-o ao corpo da matéria; trata-se de estabelecer um elo de ligação entre as informações mais importante ao desdobramento da matéria. O autor explicitar que o *sub-lead* equivale ao segundo parágrafo matéria, trazendo as informações menos importantes do que as do lead; sua função é disciplinar o ordenamento da notícia.

dá a simples notícias com base no eco, para a **notícia com base na pesquisa, na investigação**, na explicação e na interpretação dos fatos [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 396)

Em 1956, o modelo do velho jornal diário, pesado e feio, de linguagem rebuscada, quase ilegível e pouco atraente, seccionado em colunas por fios verticais e outros adereços, parece definitivamente esgotado. [...] Grande parte dos pequenos anúncios de primeira página, chamadas de artigos e notícias, caricaturas e desenhos, estampados como se fossem chapas de panfletos no espaço mais valorizado do jornal, cedem lugar à **grande fotografia** e a uma **ordenação hierárquica de assuntos conforme seu valor jornalístico**. [...] surgem um novo conceito de notícias e um novo design que retificam padrões editoriais e gráficos tradicionais no jornalismo diário e introduzem concepções de estilo formalmente em choque com as práticas vigentes no país [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 378).

Dessa forma, nasce o “L” da primeira página do *JB*, original **solução gráfica** que assinala uma das curiosidades do processo e que provoca mudanças na diagramação de jornais nacionais e estrangeiros. [...] (BAHIA, 2009, p. 380)

A revolução gráfica racionaliza a produção editorial e torna mais dinâmica a notícia. Tudo no jornal é afetado por novas formas de edição que visam valorizar o conteúdo e o leitor ao mesmo tempo. Não é só a **aparência** que está em causa, mas formalmente, **a mensagem**, basicamente **o meio**, essencialmente **o produto**. [...] O jornal pesado, excessivamente preto, cede lugar ao **jornal leve**, arejado pelo uso do branco [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 382).

A uma **beleza gráfica** tão criativa quanto original [no Jornal da Tarde, na década de 1970] soma-se um estilo de redação descomprometido, **ágil, fácil de ser visto e lido**, que rejeita obsessivamente os jargões da época [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 386).

Qualquer jornalista **sabe**, por outro lado, estabelecer a **distinção** entre o que é **notícia** e o que não interessa, dentro daquela malícia de Charles Dana que para ensinar a alguém, essa diferença elementar, contou: se um homem vai andando pela rua e um cão o morde, isso não é notícia, a não ser que esse **homem tem projeção política, social, financeira, notoriedade** por qualquer motivo; mas se um homem morde um cão, isso é notícia [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p.394)

A informação extrapola o texto, destacando fotos e desenhos para aproximar cada vez mais o leitor do fato [...] A **reportagem** deve sair dos limites do registro às vezes só circunstancial, outras vezes só prosaico, para a **observação penetrante, investigativa** [...] Valorizadas por flagrantes fotográficos de um profissional que se especializa e se distingue do retratista, e assinadas, as reportagens trazem a marca da investigação, da criatividade e da **coragem dos repórteres**. A revista notabiliza a reportagem ilustrada, **documental**, questionadora, cujas repercussões geralmente provocam resultados imediatos [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.191-192)26.

Outra questão oportuna do exercício do jornalismo na modernidade é, de acordo com Bahia (2009), os “programas de ação editorial”: documento que expõe os princípios da organização para orientar a produção interna e nas relações com a sociedade. Para o autor, tais práticas “Refletem um importante avanço na elaboração jornalística” pois “[...] gera mais

iniciativas éticas, como códigos de conduta e manuais de redação e estilo” (BAHIA, 2009, p. 288).

A partir dos recortes feitos para montagem da série enunciativa apresentada anteriormente, almejamos refletir como, por meio de uma espessura histórica, os discursos colocados em circulação materializam verdades produzidas e enunciadas sobre o jornalismo, especificamente, sobre como deve ser feito o jornalismo. Como propõe Gregolin (2010), a partir da articulação entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, buscamos os efeitos discursivos, que sobremaneira estão ligados à construção de noções, conceitos, temas de um dado momento histórico. Desta forma, quando encontramos nos enunciados a menção a procedimentos técnicos empregados pelos jornalistas, podemos observar como esses recursos almejam dar conta dos fatos/acontecimentos do mundo.

O recurso às fórmulas que poderiam reconstituir a materialidade do mundo em um texto, encerrando em si todas as significações possíveis, está fortemente ancorada na memória discursiva na qual o jornalismo poderia ser uma prática “objetiva”, retratando o mundo fielmente, tal como ele o é. Esse efeito de sentido pode ser observado na própria menção ao “*lead*” – considerado como recurso “universal” em todas as redações – como um sinal de que “o jornal avançou”: “**toda notícia deve conter**, obrigatoriamente, os seguintes elementos: *who*, quem; *what*, que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 394)”. No enunciado, a utilização do pronome indefinido “toda” junto ao verbo “dever” promovem um efeito de autoridade do sujeito do discurso para com seu interlocutor, negando-lhe qualquer outra forma de construção da notícia. Partindo da suposta transparência da linguagem e da possibilidade de captação do *real*, as seis perguntas feitas pelo jornalista (quem, que, quando, onde, por que e como) seriam suficientes para transfigurar em um único parágrafo (geralmente, o primeiro do texto) o que seria substancialmente necessário apreender de um fato/acontecimento. Recorte histórico da realidade sob a transparência de uma totalidade capaz de ser realizada, reafirmando os sentidos do jornalismo como reprodução do mundo; podemos observar a circulação desses sentidos também no recorte: “Só no final da década de 20 alguns dos grandes jornais conhecem melhor o processo mais **dinâmico e mais objetivo** do jornalismo norte-americano [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.144)”.

²⁶ Ponderações de Bahia (2009) em torno da revista *O Cruzeiro* – publicação de Assis Chateaubriand lançada em 1928, com tiragem de 50 mil exemplares. Chateaubriand construiu ao longo das décadas de 1930 e 1970 os *Diários e Emissoras Associados*, compostos de jornais, revistas, rádios, agências, TV’s, sendo considerado “[...] um império jornalístico sem paralelo no país e na América Latina” (BAHIA, 2009, p. 259).

Da mesma forma, como nos detemos em cortes como “notícia com base na pesquisa, na investigação”, “ordenação hierárquica de assuntos conforme seu valor jornalístico”, “[texto] ágil, fácil de ser visto e lido”, podemos observar o funcionamento do efeito do discurso que busca conferir coerência e unidade ao texto, em que este encerra as possibilidades de significação do mundo. Como assevera Gregolin (2010), há agenciamentos discursivos responsáveis por controlar, classificar, ordenar e distribuir acontecimentos discursivos, relacionando um texto a um domínio de objetos, prescrevendo uma posição definida e possível a qualquer sujeito, numa dada materialidade. Assim, buscando procedimentos capazes de dar “coerência” ao mundo (hierarquizar fatos, tornar estes fatos dinâmicos, leves, ágeis) o jornalista toma para si a responsabilidade de dizer a “verdade”. O jornalismo se configura, respaldado em procedimentos que visam a “cientificidade” (o mundo está aí, mas há processos e métodos corretos para captá-lo, afim de não ser deturpado), como discurso autorizado a falar da realidade. Concomitantemente a esse processo, tais textos jornalísticos, como reflete Navarro (2006), produzem saberes sobre o mundo e fazem circular “efeitos de poder” por meio dos enunciados lançados. Da mesma forma que esses efeitos de poder dizem “não”, também produzem coisas, induzem ao prazer, formam saberes, produzem discurso (FOUCAULT, 1998b).

Ainda, quando trazemos os recortes – “**Qualquer** jornalista **sabe**, por outro lado, estabelecer a **distinção** entre o que é **notícia** e o que não interessa [...] [grifos nossos]” (SODRÉ, 1999, p.394) e “A **reportagem** deve sair dos limites do registro às vezes só circunstancial, outras vezes só prosaico, para a **observação penetrante, investigativa** [...] Valorizadas por flagrantes fotográficos [...] A revista notabiliza a reportagem ilustrada, **documental**, questionadora [...] [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p.191-192) –, os efeitos de sentido apontam para a ilusão de “unidade” do sentido, que neste caso, a reportagem, a fotografia, a notícia procurariam dar conta. Na mediação que busca exercer entre os “leitores” e a “sociedade”, como pondera Gregolin (2010, p.05), o que observarmos materializado nos textos midiáticos não é a realidade, supostamente resgatada por procedimentos de “observação penetrante” e “investigativa” com *status* de “documental”, mas “[...] uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. A partir do construtor dessa história do presente, o jornalista reuniria em si o poder de dizer e fazer circular os discursos com efeitos de verdade de uma época, como se observa nos enunciados os recortes “qualquer jornalista sabe [...] distinção entre o que é notícia e o que não interessa”. O jornalista ocuparia o poder de olhar para o

mundo e definir o que nele é ou não importante, o que é ou não fato/acontecimento e, por que não, o que é ou não “verdade”.

Essas formulações possíveis buscam tornar o mundo “inteligível”, sem abrir margem a questionamentos, de tal forma que todo o conteúdo ofertado pelo jornalismo seria uma “reprodução” da realidade. O jornalismo passa a ser abarcado dentro de um viés “funcionalista” e também “positivista”. Como reflete Genro Filho (1989, p. 188), o mundo passa a ser observado como um agregado de fatos prontos e acabados, cuja gênese já estaria pronta no mundo, independentemente das condições históricas capazes de determiná-las: “Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas”.

Assim, também, quando observamos no enunciado de Bahia (2009) a referência a importância dos “códigos de conduta” e dos “manuais de redação e estilo”, pois “Refletem um importante avanço na elaboração jornalística” (p. 288), asseveramos o princípio da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b) presente, na medida em que para além das questões jurídicas ou de soberania, os manuais encerram uma “arte de governo” sobre o sujeito jornalista, certa forma de geri-lo, de disciplinar seus atos e ações, mas também o texto, a imagem, o vídeo, o áudio que produz, tornando-o produtivo para a empresa jornalística que não precisaria, assim, exercer coerções sobre esse corpo social. Apropriando-se desse conceito de Foucault (2008b), o manual reuniria procedimentos, táticas, reflexões, análises, como uma forma específica do exercício do poder sobre o jornalista e de produzir saberes sobre o próprio campo do jornalismo.

Buscando fazer uma balança da imprensa contemporânea, julgamos oportuno ressaltar os enunciados que evocam quais seriam as funções do jornalismo e do jornalista na sociedade atual. Imprensa que é, nas informações de Bahia (2009, p.369), “relevante no moderno jornalismo mundial”, sendo reflexo da própria situação do Brasil como oitava potência industrial do Ocidente. Para o autor, nossa imprensa detém a mesma qualidade instrumental que a imprensa dos Estados Unidos, da Europa ou do Japão, sendo os padrões de conteúdo equivalentes “aos dos melhores jornais e revistas de prestígio internacional”.

O Brasil detém quatro dos dez principais jornais da América Latina, instalados em São Paulo e no Rio de Janeiro – *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*; a revista semanal de informação *Veja* está em destaque, segundo o autor, tais como outras publicações: *Time*, *Newsweek*, *L’express*, *Der Spiegel* ou *Le Point*.

Outra questão defendida exaustivamente na contemporaneidade é a luta pela “liberdade de imprensa”. A reflexão sobre o que pode e deve ser/fazer a imprensa, quais os

limites de sua atuação, se há possibilidade do “livre” exercício do jornalismo, as pressões sofridas de diferentes ordens – políticas, econômicas, organizacionais etc. –, a luta pelo “é preciso falar”. Quanto a essas reflexões, Sodré (1999) pondera que, no período de ascensão da burguesia, sob o pensamento “liberal”, muitas organizações – às vezes, não ligadas diretamente à imprensa – defendiam a autonomia da imprensa frente unicamente ao Estado, a interferência do poder público. No entanto, o autor ressalta que com o advento do capitalismo monopolista, do imperialismo, a preocupação com a censura imposta pelas autoridades se tornou um dos fatores, talvez o menor deles:

[...] as **grandes empresas** jornalísticas, no essencial, **se autocensuram**. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumentos de esclarecimento, a **imprensa capitalista** se transformou em **instrumento de alienação**, fugindo inteiramente aos seus fins originários [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 408).

A **liberdade de imprensa**, na sociedade capitalista, é **condicionada pelo capital**, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX. De tal sorte que os assuntos de interesse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes de manter semanários [...].[grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 408).

O **imperialismo**, depois de **dominar o mercado** de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, **instala a sua imprensa**. E começa essa imprensa a difundir, principalmente, que “a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos” [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 438)

A **imprensa**, realmente, torna-se **o contrário** do que era, e particularmente **do que deveria ser**, na medida em que se desenvolve na sociedade capitalista. **O jornal é menos livre quanto maior como empresa**. O escândalo da infiltração de capitais estrangeiros em nossa imprensa carece em si mesmo de significação se não for inserido no longo e tortuoso processo de **desnacionalização** a que estamos submetido – é simples aspecto da crise da imprensa aqui. [...] quadro em que o imperialismo desenvolve as suas ações – como aspecto parcial e setorial delas, numa fase em que se sente obrigado a complementar o controle indireto da imprensa dos países dependentes com a montagem, neles, de sua própria imprensa [grifos nossos] (SODRÉ, 1999, p. 448-449).

Encaminhando-nos para o término desta subseção, ao traçar o panorama do cenário contemporâneo do jornalismo, tateamos por entre tantos enunciados possíveis e presentes em nossos *corpus* de análise. Assim, apresentamos para cada um dos títulos em análise uma série enunciativa que, a nosso ver, programa um trajeto discursivo sobre a identidade do jornalista hoje. Observamos, conseqüentemente, a *reatualização* de tantos sentidos, distanciamentos e aproximações das regularidades até aqui apresentadas, mas que também compõem esse campo associado sobre o jornalismo e sobre o jornalista, fruto desse caminho teórico-analítico.

No discurso de Sodré (1999), construído pelos enunciados apresentados anteriormente, uma posição sujeito insiste em dizer, revelar-se, determinar as próprias condições das enunciações possíveis. A posição sujeito ancorada no materialismo histórico abre pouca ou quase margem alguma para o pleno exercício do jornalismo, para a atuação do jornalista, principalmente pelas condições de produção da profissão. Em um cenário capitalista, o discurso faz uma cisão na imprensa, demarcando-a entre a “grande imprensa” e a “pequena imprensa”, de tal modo que não há salvação na “grande imprensa” por esta estar alinhada à política do mercado, sujeita às interferências deste na sua concretização.

A “grande imprensa” é tratada como sinônimo de “imprensa capitalista”, “instrumento de alienação”, “imprensa imperialista”, “imprensa estrangeira”, o que portanto a distanciaria da “verdadeira imprensa” ligada à “imprensa popular”, “instrumento de formação”, “imprensa socialista”, “imprensa nacional”. A identidade do jornalista é construída, então, no interior da luta de classes, por meio de práticas discursivas que lhe impõe um papel de restrita liberdade, de autocensura constante, capaz de somente reproduzir os valores do capitalismo, dos empresários e dos anunciantes. Observamos nesse discurso uma visão peculiar do funcionamento histórico, em que a dominação se faz presente fortemente no imprensa, sem permitir brechas para outra forma de jornalismo que não a alienante: os dominados são, nesse esteio, sobredeterminados, com pouco ou quase nenhuma capacidade de resistir ao poder opressor.

A negação a imprensa capitalista, nos enunciados analisados, amplifica pelo oposto o que ela “deveria ser”: “livre” e sem a formatação de uma “empresa”. O jornalismo não poderia, então, estar ligada ao capital, tendo de exercer uma área particular e autônoma, de existência nacional, sem subvenção de recursos provindos de empresas estrangeiras. Dentro dessa perspectiva, a “economia” seria a única e grande chave motora que condicionaria o funcionamento do jornalismo: outros aspectos como a política, a cultura, a ciência etc. não comporiam as forças que constantemente recaem sobre as possibilidades de atuação do jornalista. Haveria, assim, uma “nacionalização” a ser defendida e encampada pela imprensa, preservando a cultura nacional daquela imposta pela cultura dominante, particularmente a “americana”.

Como já ressaltado em outros momentos dessa pesquisa, observamos no discurso de Sodré (1999) a impossibilidade de resistência do jornalista dentro do cenário capitalista: mesmo tomado como possível agente de transformação social, não conseguiria encontrar brechas, estratégias, táticas para driblar o poder opressor. Todavia, como pondera Foucault (2008b), há sempre algo que constrange o poder dominante, que o confronta, que o renuncia,

para o exercício de um outro poder; onde haveria uma imposição do poder, consequentemente, uma força em direção contrária se materializaria para disputar o direito de poder dizer, de mudar, de não se conformar, de resistir. A dualidade presente no discurso de Sodré (1999) engendra o universo do jornalismo brasileiro entre duas grandes forças: a imprensa imperialista e a pequena imprensa, não se detendo na complexidade da ramificada teia do poder que se estende pelo constructo social. A luta não estaria somente entre uma cultura estrangeira e uma nacional, entre a grande imprensa e a pequena imprensa, entre o mercado e a liberdade de imprensa, há tantas outras micro-lutas do cotidiano que provocariam o deslocamento, a mudança, a contradição, mas também a repetição, a conformação.

Em Bahia (2009), destacamos a seguinte série enunciativa:

O jornal é um bom negócio se o cidadão que o consome se dispõe a pagar pela notícia da mesma forma como paga pelos serviços e bens que eleger como essenciais à vida [...] Esse é o princípio da **informação como mercadoria** colocada à venda em forma de entrega avulsa ou domiciliar, em forma de venda de espaço e tempo. Com mais leitores, ouvintes ou telespectadores, **o jornalismo tem mais anunciantes e mais independência** para questionar e para rechaçar as pressões, partam elas dos próprios leitores e anunciantes, partam das autoridades do governo e do Estado. A fórmula simples dessa equação é que quanto maior a dependência de um veículo, menor é a sua capacidade de resistência à influência do anunciante ou às pressões do poder. [...] Entre os próprios anunciantes, há um consenso de que as verbas de propaganda são mais bem empregadas na mídia de mais notória independência – aquela que concilia prestígio, credibilidade, penetração e influência [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 225-226).

Mais noticioso e menos opinativo, ou mais opinativo e menos noticioso, o **jornalismo** não perde a condição de **instrumentos de ação política**. [...] O veículo tende a se colocar acima do partido mesmo quando vê identidades nele, e pode ser completamente insensível a um governo desde que ampare sua **independência** na publicidade. E, se a tem por suficiente, pode também deixar de depender de um anunciante para opinar [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 237)

[...] [o jornalismo] goza do direito constitucional de manter um **olhar vigilante** sobre a estrutura vigente. Um dever às vezes desconfortável, mas sempre necessário, tendo em vista que não se deve esperar [...] que apenas registre, como um megafone, aquilo que o governo emite [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 231).

Seja num sistema fechado ou num sistema aberto, sob o controle estatal ou privado, não é fácil ser jornalista. Em qualquer caso, o **jornalista não** deve acreditar que **será amado** por aquele sobre quem escreve ou fala, focaliza a sua lente ou faz desabar a opinião crítica. Se **diz a verdade**, deve estar preparado para as pressões. Se comete erro, deve oferecer pronta retratação, ainda que ao preço do desgaste na sua credibilidade [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 231).

Não é um fenômeno brasileiro, porem, a desconfiança da sociedade nas notícias dos veículos de informação. [...] É possível que [queda da] a credibilidade da imprensa no Brasil esteja ligada a dois elementos que não são relevantes em nações de democracia estável: excessivas repressões governamentais, mesmo em períodos sem

controle da censura; e **queda** sistemática da **opinião** em contraposição a uma crescente tendência do caráter empresarial da imprensa²⁷ (BAHIA, 2009, p. 376).

Em uma sociedade democrática, a liberdade de imprensa é uma das garantias constitucionais prioritárias. [...] Para funcionar livremente, é essencial que a imprensa não esteja submetida a **nenhum** controle ou a qualquer autoridade restritiva [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 221).

Entre os principais **deveres e compromissos da imprensa**, situam-se os de **independência**, apoiada em bases morais e econômicas suficientes para rejeitar a subvenção oficial; da **imparcialidade**, a partir da prática de dar espaço igual às partes em confronto, de acolher as diferentes versões de um fato e de evitar o alinhamento deliberado e intencional; de **honestidade**, no sentido de dar voz às minorias, acolher contradições e expor claramente os fatos, de modo a que as notícias e os anúncios sejam transparentes, confiáveis; de **exatidão**, como complemento da imparcialidade e da objetividade, que resulta da necessidade de **difundir a verdade** apurada ou de precisar os fatos de tal maneira que cada um deles possa ser conferido pela sua veracidade; de **critério**, tendo em vista regras fundamentais de decência aplicáveis à linguagem, à ilustração, à busca e à publicação das notícias, de modo a imprimir discernimento e valor ao estilo; de **responsabilidade**, para que o jornalismo não seja apenas a enunciação de um pensamento de seus proprietários, para que possa estabelecer padrões duradouros de identidade social, para que alcance na sociedade um **conceito de instituição livre** das injunções materiais dos seus mantenedores e seja capaz de, acima de quaisquer interesses, **refletir o bem comum** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 223)

Observamos nos enunciados de Bahia (2009) uma memória discursiva que insiste em demarcar o papel e a importância do jornalismo e dos jornalistas para a sociedade no cenário contemporâneo. Neste esteio, o jornalismo passa a ser caracterizado por meio de efeitos de sentidos, presentes no campo associado do próprio jornalismo, que o ligam a características que irão legitimá-los, reforçar a credibilidade perante a sociedade: “instrumento de ação política”, “independente”, “olhar vigilante sobre a estrutura vigente”, “imparcial”, “honesto”, “exato”, “difusor da verdade”, “criterioso”, “responsável”, “instituição livre”, “capaz de refletir o bem comum”.

Se nos enunciados tais adjetivações são tomadas como características e critérios para o exercício do jornalismo é justamente por habitarem o universo de possibilidade para aquilo que pode e deve ser o jornalista. Não há margem para questionar se tais características são impossíveis, elas tanto o são a ponto de se tornarem os princípios éticos para o jornalista que se quer ser e fazer “jornalista”. Nesse discurso, os efeitos de poder demarcam o papel que tem de ser ocupado pelo jornalista: aquele que tem o poder dizer o que é o verdadeiro em uma determinada época, o responsável por construir a “história do cotidiano”, capaz de olhar para o mundo e dizer o que é ou não fato/acontecimento, conseqüentemente, o que é a “história”:

²⁷ Bahia (2009) cita a pesquisa encomendada por *Veja* ao *Intituto Gallup*, publicada em abril de 1984, que conclui que a maioria dos brasileiros não confiam nas notícias que leem, por distorcerem os fatos na busca de favorecer pessoas ou grupos. Entre 13 instituições/ramos de atividade pública, a imprensa fica em oitavo lugar (atrás, por exemplo, dos correios e telégrafos, professores, igreja, médicos, bancos).

“[...] o **jornalista não** deve acreditar que **será amado** por aquele sobre quem escreve ou fala [...] Se **diz a verdade**, deve estar preparado para as pressões. Se comete erro, deve oferecer pronta retratação, ainda que ao preço do desgaste na sua **credibilidade** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 231).

A partir da posição sujeito ocupada por Bahia (2009), já descrita nesta pesquisa, destaca-se nos recortes feitos, a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade do jornalismo existir em um cenário capitalista, sujeito à lógica do mercado. O enunciado associará a “informação como mercadoria” ao “jornalismo [que] tem mais anunciantes e mais independência”: mesmo como “vigilante da sociedade”, o que o jornalista produz é uma “mercadoria” a venda. As funções sociais e políticas do exercício do jornalista não entrariam em contradição, assim, no tratamento da informação como algo à venda: é pela qualidade e credibilidade da informação que os anunciantes procurariam o veículo de comunicação para, emprestando da credibilidade da imprensa, ofertar seus produtos.

Convém observar, também, o estatuto do discurso de Bahia (2009) quanto à autonomia da imprensa e dos jornalistas: “Para funcionar livremente, é essencial que a imprensa não esteja submetida a **nenhum** controle ou a qualquer autoridade restritiva [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 221)”. A esperada liberdade do sujeito da linguagem, origem e fim dos seus dizeres, é ativada neste enunciado, ao considerar o sujeito livre de quaisquer determinações sobre sua ação no mundo; a ilusão de congregar em si todos os sentidos possíveis naquilo que diz ou faz. Quando nos detemos no sintagma “nenhum controle” é que podemos observar a materialização de um discurso que se ampara na “história global”, capaz de garantir ao sujeito a origem de todo o devir e toda prática, o abrigo privilegiado e a soberania do sujeito: “[...] a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. (FOUCAULT, 2008a, p. 14).

Destarte, não há como encerrarmos esta subseção que trata do jornalismo contemporâneo sem estabelecer uma relação com a evolução tecnológica que a humanidade vive ininterruptamente, ainda que não seja o escopo dessa pesquisa realizar uma reflexão discursiva sobre as “tecnologias”. O rápido avanço da tecnologia, observado entre outras coisas, no desenvolvimento de softwares (entre eles, de edição de texto, imagem, áudio e vídeo), na expansão da rede mundial de computadores (internet) e na produção automática de impressos também vão estar relacionados/determinar o exercício do jornalismo possível na contemporaneidade, uma vez que compreendemos que não há instrumento/processo

tecnológico possível fora das relações de saber/poder. Sendo assim, asseveramos que as tecnologias são fruto de uma historicidade e que, portanto, “decorrem de” e “promovem” discursos colocados em circulação. Ligadas às práticas do homem, tanto as tecnologias quanto às ações/discursos/práticas humanas se constituem mutuamente em sua relação.

Matérias produzidas diretamente nos computadores, o uso de dispositivos móveis para produção e disseminação da informação, o celular que permite ainda mais a mobilidade do jornalista (por meio do qual é possível passar a informação pela fala, por meio de textos e, também, de fotos, áudio e vídeo que podem ser captados, editados e enviados pelo próprio dispositivo), a diagramação pensada e executada inteiramente por softwares computacionais (que permitem ao realizador movimentos, alterações, montagens, inovações com poucos movimentos no mouse ou no teclado). As mudanças que começam a operar primeiramente nos grandes veículos do Rio de Janeiro e São Paulo logo se estendem para outras praças, tornando a mudança de todo o aparato de produção de informação essencial e necessária para os veículos. Frente a esse cenário, apresentamos três enunciados que tratam deste novo cenário estabelecido entre jornalismo e tecnologia:

Os sinais mais evidentes dessa transformação estão na **redução do tempo** entre a **cobertura do acontecimento e a informação à disposição do leitor**, o que aumenta cada vez mais a atualidade do veículo [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 431).

Quaisquer que sejam as respostas, **não se deve esperar** de novas tecnologias **efeitos miraculosos** na utilização das máquinas de notícias. Elas **dependerão dos impulsos humanos** e serão mais produtos quanto mais forem operadas por pessoas que as compreendam e as explorem convenientemente [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 436).

A imagem que o público terá no futuro resultará da **superseletividade** de uma quantidade de informações muito maior que no presente. [...] As futuras notícias numa sociedade futura continuarão com o poder de propagar valores e ideias nacionais. O que se espera é que seu controle não induza a um poder que ameace a democracia [...] É possível que, a cada aperfeiçoamento dos sistemas automáticos de notícias, os veículos que as processam e os mecanismos sociais que as controlam se convençam de que sua maior utilidade está nos usos plurais que possam gerar num clima de livre fluxo de ideias [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 436-437).

Em um discurso que minimiza a autonomia da tecnologia no processo de construção da informação, observa-se no discurso de Bahia (2009), ao passo em que enuncia que “não se deve esperar das novas tecnologias efeitos miraculosos”, coloca novamente no centro do processo jornalístico o próprio jornalista. Na oposição “máquina” / “homem”, são colocadas em circulação diferentes significações: a “máquina” potencializa em torno de si recursos próprios do humano (registro, memória, força, visão etc.), levando-as a uma potência sobre-

humana; o “homem”, apesar das limitações do próprio corpo (que faz ecoar, entre outras coisas, a finitude e própria mortalidade do homem), seria a mola propulsora e a fonte de inspiração para o surgimento e o desenvolvimento das máquinas.

A enunciação do homem como centro de todos os processos promove e conforma os efeitos de verdade do que ainda pode e deve ser o jornalista: não somente o responsável por construir e controlar a informação, mas também os equipamentos que o auxiliam nessa tarefa. O discurso da tecnologia como extensão do homem se faz presente, reafirmando ainda o homem como principal motor da história, sendo tanto sujeito “da” como sujeito “à” essa mesma história. Se as máquinas já são capazes de construir e operar com o material linguístico, elas ainda reproduzem as determinações da história que se efetivam e se constroem na própria língua, construção no/do social. Dentro desse cenário em que as informações constroem as barreiras do “tempo” e do “espaço”, por meio do tecnológico, o papel do jornalista como “seletor da informação” é ampliado, o que faz dele, ainda, o “historiador do presente”.

5.9 JORNALISMO, ACADEMIA, DIPLOMA E MERCADO DE TRABALHO – O JORNALISTA E(M) CONTRADIÇÕES: O QUE “PODE” – E QUEM “PODE” SER – O JORNALISTA

Ao iniciarmos as análises desta subseção, ressaltamos que a respeito dos acontecimentos discursivos “exigência do diploma para o exercício do jornalismo” e “abertura das faculdades de comunicação” não encontramos reflexões pontuais no título de Sodré (1999); por isso, nesta subseção, aparecem somente recortes feitos a partir da obra de Bahia (2009).

Antes de 17 de outubro de 1969 – quando é baixado o Decreto-Lei 972 pela Junta Militar e pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, que regula o exercício da profissão de jornalista –, o país vivenciou diferentes legislações que governavam a imprensa e o jornalista; ao longo do tempo, buscava-se definir, regular e normatizar o exercício das funções do jornalista, estabelecendo seus parâmetros como categoria profissional.

Em 1930, por exemplo, o governo determinou que fosse expedida carteira de jornalista aos empregados dos veículos de comunicação social; da mesma maneira, a categoria é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho, ao tratar “Dos jornalistas profissionais”: “Art. 302. § 1º - Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho” (BRASIL, 1943). Para o registro, eram necessários: “Art. 311. [...] a)

prova de nacionalidade brasileira; b) folha corrida; c) prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional; d) carteira de trabalho e previdência social”.

Assim ocorreu também, em 1962, com o decreto 1177, ao estabelecer o Registro do Jornalista Profissional, categorizando diversas áreas de atuação do jornalista como redator, redator-auxiliar, noticiarista, repórter, repórter de setor, revisor, ilustrador, fotógrafo, arquivista, locutor etc. O documento definia a função do jornalista e os pré-requisitos para o registro profissional; entre elas, o diploma de jornalismo:

Art. 1º Considera-se jornalista profissional aquele cuja função, remunerada e habitual, compreende a busca ou documentação de informações, inclusive fotográficas, a redação de matéria a ser publicada, contenha ou não comentário: a revisão de matéria, quando já composta tipograficamente a ilustração, por desenho ou por outro meio, do que fôr publicado; a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de emprêsas jornalísticas; a organização e conservação, cultural e técnica, do arquivo redatorial; bem como a organização, orientação e direção de todos êsses trabalhos e serviços.

[...]

Art. 7º O pedido de inscrição no Registro da Profissão Jornalística, mencionada no art. 3º, na condição de Jornalista Profissional, será instruído, para os diplomados, com os seguintes documento:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) fôlha corrida;
- c) diploma de Curso de Jornalismo realizado em escola oficial ou reconhecida, de nível universitário, sujeito à competente revalidação, quando expedido por escola estrangeira.

Art. 8º Os não diplomados instruirão o referido pedido com os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) fôlha corrida;
- c) prova de estágio de trinta e seis meses consecutivos, ou de quarenta e dois meses interrompidos e limitados ao período total de quarenta e oito meses, em emprêsas jornalísticas, nos termos do art. 2º e nos cargos objetos dêste regulamento;
- d) carteira profissional preenchida como Estagiário, nos termos do artigo 10;
- e) prova de contribuição para o IAPC, ressalvados os casos de dispensa na forma da Lei;
- f) comprovante de pagamento do impôsto sindical [BRASIL, 1962].

Todavia, a legislação ainda abria margem para a atuação daqueles que ainda não tinha diploma específico de Jornalismo. Em 1969, o Decreto-lei 972, de 17-10-69 também irá dispor sobre o exercício da profissão jornalista, exigindo o diploma para o exercício da profissão. Quanto a esse acontecimento discursivo, que muda o exercício do poder de quem pode ser jornalista – é preciso diploma específico na área – e promove a movência na rede de saberes do que é o jornalismo e o jornalista, trazemos a seguinte série enunciativa:

A definição jurídica da profissão de jornalista, como a entendemos atualmente, se formaliza em 1969. [...] É nessa **legislação autoritária** que se consagra a **reserva de mercado** para quem é portador do diploma de jornalismo, uma providência que até a Constituinte de 1987 divide os profissionais numa polêmica que só tem fim com a Constituição de 1988. Por ela, o diploma de jornalismo é a condição para se obter o registro profissional, como previa a legislação de 1969 [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 413).

[...] **atende à maioria da classe**, que se manifesta expressamente, através dos **sindicatos e da federação**, pela reserva de mercado. A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão é vista como uma **vitória dos jornalistas contra os empresários** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 413).

Essa tendência [de não exigir o diploma] predomina nos países em que o jornalismo configura **padrões profissionais avançados**. O jornalista teria na formação universitária a necessária referência de qualificação, enquanto o diploma deixaria de ser obrigatório, permitindo-se na redação uma convivência de **variadas experiências**, desde o autodidata a disciplinas afins como Sociologia, História, Direito, Economia, Ciência Política etc. Essa fórmula **elimina a exclusividade do diploma e valoriza a formação universitária**, criando uma emulação útil ao jornalismo, como se tem revelado nas experiências dos **Estados Unidos e de países europeus**. Por ela, a escola de jornalismo assume um papel fundamentalmente formativo, e não de mera supridora de diplomas, dando-se ao jornalista a única obrigatoriedade de provar seu **talento e vocação**. Não se condena o diploma, e sim a sua obrigatoriedade. E nem tampouco se dispensa a contribuição que cabe à escola assegurar, negando-se porem ao diploma a condição *sine qua non* para a habilitação profissional [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 414).

Podemos observar na construção discursiva de Bahia (2009) uma clara rejeição à obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, uma vez que ela é fruto de uma “legislação autoritária”, que consagra a “reserva de mercado” aos portadores de diploma. Como recurso de argumentativo, destacamos a importância de se adjetivar negativamente a legislação que determinou a obrigatoriedade, taxando-a de “autoritária”, em uma tentativa de diminuí-la enquanto instrumento do Estado por não corresponder aos princípios do que se esperaria de uma lei de interesse social. Ainda, ressalta-se a necessidade de estabelecer uma ligação entre o “decreto” e o período em que ele foi baixado, durante a ditadura militar. Desta forma, a memória discursiva em torno do que a ditadura representou para o país (mais fortemente, a censura a liberdade de expressão e de informação) ressoa no adjetivo “autoritária”, como possibilidade de desmerecer sua real função democrática.

Tal funcionamento discursivo também foi objeto de análise na dissertação de mestrado *Práticas discursivas midiáticas na/sobre a identidade do jornalista sem diploma* (DORNE, 2011), em que se observa que o reforço em somente tratar do regime ditatorial vivido no Brasil apaga outros discursos vigentes à época. Lage (2002) expõe, por exemplo, que nas décadas de 1910 e 1920 começaram a surgir as assessorias de imprensa de caráter profissional, em substituição às até então chamadas assessorias de comunicação ou de relações públicas, que estavam preocupadas principalmente com a publicidade. Nesse novo

momento vivido no país, em que o jornalista era uma figura cada vez mais distante da do corretor de anúncios, intensifica-se a procura por qualificação profissional em nível superior para o jornalismo, na busca por erradicar distorções nas informações jornalísticas, tão comuns à época. É ainda possível ressaltar que não há relação do enunciado com outros dizeres do próprio Bahia (2009), tentando compreender a contradição de tantos jornalistas lutarem pelo diploma, sendo este recurso de cerceamento da informação – por ser instrumento da ditadura militar – e motivo de “reserva de mercado”:

A partir daí cresce o interesse pelas escolas de jornalistas, que passam a figurar nos temáticos de conferências e congressos da classe. [...] Note-se que no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918, no Rio de Janeiro, é pedida a criação de “uma escola para formar verdadeiros profissionais da imprensa”, por iniciativa de João Guedes de Melo, então presidente da ABI (BAHIA, 2009, p. 415).

Como próprios dos dizeres, ressaltamos então o apagamento dessa historicidade, que procuram somente estabelecer a relação entre o regime militar e a falta de liberdade de expressão, para assim justificar a extinção da obrigatoriedade do diploma.

Nesse esteio, o discurso de Bahia (2009) pressupõe uma divisão dentro da classe jornalística, pois haveria os que defendem a necessidade do diploma – “atende à maioria da classe”, por meio de “sindicatos e da federação” – e aqueles que defendem o fim da obrigatoriedade – a “minoria”. Ao enunciar que a obrigatoriedade é uma “**vitória dos jornalistas contra os empresários** [grifos nossos]” (BAHIA, 2009, p. 413) por constituir uma “reserva de mercado”, coloca-se em circulação significações que apontam que a luta pelo diploma seria meramente “profissional” sem ligação com a importância da formação em ensino superior para o exercício da profissão: a preocupação é maior quanto a garantia da vaga de emprego do que com o comprometimento ético da profissão.

Não obstante, o discurso de Bahia (2009, p.434) assevera que o fim da obrigatoriedade permitiria “[...] na redação uma convivência de **variadas experiências**, desde o autodidata a disciplinas afins como Sociologia, História, Direito, Economia, Ciência Política etc.”. Como efeito de sentido, o diploma seria limitador das possibilidades de informação e conhecimento passíveis de serem veiculadas pela imprensa justamente por não permitir a participação de especialistas de outras áreas. Tal construção discursiva não aponta, todavia, para os espaços que podem ser ocupados por não jornalistas na imprensa, como por meio de colunas, artigos, ensaios, crônicas. Tais espaços são ocupados por “colaboradores” que refletem sobre diferentes temas de relevância para a sociedade e que, por terem uma formação própria, estão de certa forma capacitados para explorar o assunto com profundidade. Outro instrumento de

participação na imprensa se dá por meio das entrevistas, quando fontes fornecem informações e explicações sobre diferentes assuntos, com base nas perguntas elaboradas pelo jornalista. Desta forma, ao enunciar que o diploma impede “variadas experiências”, há o apagamento da existência desses espaços próprios para colaboradores, como recurso para reafirmação do discurso que precisa ser colocado em circulação.

Ainda na defesa do diploma, observa-se as seguintes marcas nos enunciados: “Essa tendência [de não exigir o diploma] predomina nos países em que o jornalismo configura **padrões profissionais avançados**. [...] criando uma emulação útil ao jornalismo, como se tem revelado nas experiências dos **Estados Unidos e de países europeus** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 414). A argumentação em torno da não obrigatoriedade usa como recurso a menção aos países em que há “padrões profissionais avançados”, especificamente “Estados Unidos e países europeus”. Como próprio do discurso que busca reforçar a “evolução”, o “desenvolvimento”, utiliza-se como recurso de legitimidade o uso de “exemplos que deram certo” (países desenvolvidos), com o fim de que não haja questionamentos. O enunciado faz dizer algo como: “se nos países desenvolvidos, que são democráticos, a obrigatoriedade não é exigida, por que deveria ser no Brasil”. O país deveria se espelhar nas nações em que o jornalismo atingiu “padrões avançados” para que pudesse avançar também.

A identidade do jornalista, por meio dessas práticas discursivas, vai se constituindo como o sujeito que, consciente do que ocorre no jornalismo nos países desenvolvidos, exerce sua profissão sem acreditar que para isso seja necessário o diploma. O jornalista também é interpelado, sobremaneira, a lutar por uma imprensa livre e aberta a todos aqueles que dela queiram utilizar para promover a “liberdade de expressão” e a “liberdade de informação”, direitos garantidos na Constituição de 1988. Não se opondo às “empresas jornalísticas”, teria de provar o exercício da profissão não exclusivamente com base em um diploma de jornalismo, mas amparado em seu “talento e vocação” (BAHIA, 2009, p. 414).

Importa compreender como esses dizeres constroem – ao mesmo tempo que são construídos – uma memória discursiva do que seria o jornalista, possibilitando, por exemplo, na votação do STF, em junho de 2009, o enunciado do ministro Gilmar Mendes, ao votar pela não obrigatoriedade do diploma, comparando o jornalista ao “chefe de cozinha”. Desconstrói-se a atividade do jornalista como amparada em um “saber científico” para erigi-la sobre o “talento”, a “vocação”, o “dom”. Da mesma maneira que o “dom” do chefe de cozinha, tomado como algo inato, que geralmente surge com o sujeito, o exercício do jornalista seria fruto de um “dote natural”, tão inerente a ele (não aprendido) como o processo de interpelação do indivíduo em sujeito. Assim, não se aprenderia a ser jornalista na

universidade – poder-se-ia aperfeiçoar este conhecimento –, pois nasce-se “jornalista” ou se torna “jornalista” com a experiência.

Nesse cenário, Bahia (2009) expõe que as primeiras instituições de cursos universitários de jornalismo no Brasil surgiram na metade do século XX. Na América do Sul, as escolas já existiam desde o período quinhentista, nos Estados Unidos, a partir de 1869; países europeus como Itália, França, Alemanha e Espanha, em 1919. Em 13 de maio de 1943, por meio do Decreto 5 380, cria-se o primeiro curso de Jornalismo, vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia; em 1946, é baixado o decreto que determina o funcionamento do curso. Já em 1947, surge em São Paulo a Escola de Jornalismo Cásper Líbero.

Bahia (2009) cita como importantes cursos de jornalismo do país o da UnB (Universidade de Brasília) e da Escola de Comunicação e Artes da USP (Universidade de São Paulo), ao promoverem o ensino das Ciências, Artes e Técnicas da Comunicação envolvidas na produção de diferentes gêneros jornalísticos para as diversas mídias (o jornal, a revista, rádio, TV, cinema). No entanto, detemo-nos nos enunciados em que o autor discute o papel das disciplinas e a implicação da na formação do jornalista:

[...] [rol das disciplinas apresenta] um elenco de títulos representativo, ainda, de um conceito **exageradamente acadêmico** da função do jornalista [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 416).

Ao longo da constituição das faculdades de comunicação, Bahia (2009) explica que em diferentes momentos houve mudança nas prioridades dos cursos: na década de 1960, o governo concede autonomia didática e administrativa, o curso passa de três para quatro anos, prevalecendo a formação humanística, especificamente a “humanística clássica” dos europeus, baseada em disciplinas como Filosofia, História e Literatura do Jornalismo, Cultura Geral; no início da década de 1970, as instituições aderem ao modelo norte-americano de ensino, fundado no empirismo e no funcionalismo, ressaltando aspectos técnicos e instrumentais; a partir dos anos de 1970, há uma preocupação maior com a Teoria da Comunicação, sendo ampliadas as vagas nas universidades e abandonados modelos teóricos até então trabalhados:

No começo dos anos 80, uma nova fase amplia o debate crítico à eficiência dos cursos de Comunicação e reúne objeções das empresas, dos estudantes, dos professores e até de órgãos oficiais. **A exigência do diploma** – símbolo da reserva de mercado – **é fortemente contestada**. Exige-se um maior espaço para aspectos [...] que reflitam a maior identidade com a realidade do país e da América Latina,

numa perspectiva de inserção que não exclua, é claro, a visão universal²⁸ [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 418).

Na relação entre Academia e mercado, Bahia (2009) explicita que durante a década de 1970, os alunos que saíam das instituições de ensino eram “mãos de obra despreparada” e que os veículos se sentiam desestimulados a pensar em estratégias didáticas, de seleção, preparação e recrutamento de acordo com a demanda. Para o autor, esse cenário se altera a partir de 1980, quando a escola e os veículos de comunicação estabelecem parcerias para criar mecanismos de cooperação, por meio de seminários, cursos, programas de emprego para os estudantes de Comunicação:

Um laboratório de notícia e criatividade se instala [final da década de 1960] no interior da então quase centenária empresa jornalística da família Mesquita. Jovens recém-saídos da universidade – repórter de 18, 19 anos de juntam a editores de 22, 23 anos – formam uma redação barulhenta, irreverente, que produz um jornal ousado no estilo gráfico, inovador em seu texto leve e popular sem agredir a linguagem²⁹ (BAHIA, 2009, p. 385).

O que se verifica, então, é o **fim do isolamento da escola** pelos jornais e a abertura de um horizonte concreto na **visão de mercado** que a **escola deve ter** [grifos nossos] (BAHIA, 2009, p. 417).

No fio do discurso, compreendendo as implicações históricas que o determina, observamos nos enunciados apresentados a construção da identidade do jornalista marcada pelo caráter tecnicista e prático em uma perspectiva de mercado. Naquilo que é dito – “escolas” precisam ter uma “visão de mercado” –, tentamos compreender os não-ditos naquilo que é dito: o mercado forneceria uma formação mais apropriada aos jornalistas, pois aprenderiam ali a partir da “prática”, da “experiência” e não somente de componentes “teóricos”. Há um dizer que insiste em circular: o jornalista tem de aprender com a “prática de mercado”, apesar de cursar uma universidade. O enunciado não abre margem para o questionamento ao empregar o verbo “dever”, interpelando a escola a cumprir o papel obrigatório de ensinar à luz de uma “visão de mercado”.

Por isso, como recurso discursivo, ressaltamos que os enunciados ativam essa memória do conhecimento pela “prática” e pela “experiência” quando ressalta a importância

²⁸ Em 1983, o Ministério da Educação, por meio de uma comissão especial de debate sobre o ensino de Comunicação, recomenda que as instituições priorizem o ensino, a pesquisa e atividades de extensão, agrupando áreas de Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem, e de Filosofia e Arte (BAHIA, 2009).

²⁹ Bahia (2009) expõe que durante os anos de 1980, quando as empresas de comunicação criaram mecanismos para selecionar estagiários e profissionais que se candidatam ao exercício da profissão, ajudou a criar programas “pioneiros e regulares” de recrutamento de estudantes de Jornalismo no *Jornal do Brasil*.

dos cursos de seleção e formação dos estudantes com aspiração a jornalistas, realizados nas redações das grandes empresas de informação: “Um **laboratório de notícia e criatividade** se instala [final da década de 1960] **produz um jornal ousado** no estilo gráfico, inovador em seu **texto leve e popular** sem agredir a linguagem³⁰ [grifos nossos]” (BAHIA, 2009, p. 385). Assim, não seria a Universidade, mas a redação o “laboratório de notícia e criatividade”, por promover o encontro dos novos jornalistas – recém-formados – com profissionais experientes na produção de um jornal de linguagem “leve” e “popular”, em oposição a linguagem da Academia, “pesada” e “rebuscada”.

Assim, o discurso que almeja exercer “efeitos de verdade” naquilo que é dito reativa a memória, expondo que no início dos anos de 1980 se amplia o “debate crítico à eficiência dos cursos de Comunicação”, com a participação de empresas, estudantes, professores e órgãos oficiais; e, tendo exercido o “debate crítico”, pode-se contestar “fortemente” a exigência do diploma. Nesse esteio, num princípio de contradição, observamos como se delineiam identidades *impossíveis* para o jornalista, ora lhe exigindo o diploma de jornalismo – por representar instrumento de um “saber científico” e “institucional” que atesta a aptidão para o exercício da profissão – ora lhe exigindo um “talento”, um “dom”, a “experiência” – características não obtidas nas universidades, mas fruto de um conhecimento “natural”/ “próprio” ou adquirido no exercício cotidiano do jornalismo, no mercado, que pode lhe ensinar o que é o jornalismo na “prática”.

Podemos refletir, assim, como os sujeitos (o jornalista) e suas identidades são construídos *pelo* e *no* discurso e como os sentidos inerentes a esse processo são históricos. Antes de chegarmos a uma unicidade em torno de um discurso, de sentidos limitados, observamos como a história é habitada por discursos que se complementam, se confrontam, materializado em enunciados que nos apontam como há constantemente uma luta em torno dos dispositivos identitários. Se como Foucault (2008b) compreendemos que os poderes não estão situados somente em lugares institucionalizados, mas espalhados e construindo a sociedade em suas contradições, é possível analisar, na própria materialidade discursiva, como os discursos se edificam em uma arena de constantes lutas para o exercício da “verdade”, que, históricas, estão em constante mudança, a espera de uma “resistência” (im)possível.

³⁰ Bahia (2009) expõe que durante os anos de 1980, quando as empresas de comunicação criaram mecanismos para selecionar estagiários e profissionais que se candidatam ao exercício da profissão, ajudou a criar programas “pioneiros e regulares” de recrutamento de estudantes de Jornalismo no *Jornal do Brasil*.

EM DISCURSO, NOSSAS CONSIDERAÇÕES

Neste nosso projeto, procuramos nos embasar nas reflexões foucaultianas, na busca por observar como a formação dos saberes é para além do resultado do progresso do conhecimento, fruto de práticas discursivas que possibilitam campos de conhecimentos possíveis e exercícios de poder. Desta forma, amparados na Análise do Discurso francesa com recorrências às reflexões arqueogenealógicas de Michel Foucault, tivemos como problema de pesquisa: “Como, ao longo da história da imprensa no Brasil, vai se constituindo o ‘sujeito-jornalista’, especificamente em discursos de historiadores/jornalistas que procuram (re)contar essa história?”. Enfim, “Como nos jogos enunciativos operacionalizados em diferentes campos, vão sendo forjadas identidades para o jornalista?”.

O anseio foi o de analisar como as estratégias são mobilizadas por tais práticas discursivas nesses “jogos de veridicção”, que constantemente classificam o que é verdadeiro ou falso, constroem e legitimam os saberes, especificamente como objetivam e subjetivam o sujeito jornalista, como vão se constituindo redes de significação sobre a atividade jornalística (FOUCAULT, 2010). A partir do discurso da/sobre a história, tomamos como *corpus* livros quem têm claramente a missão de (re)constituir tal história e que estão em várias universidades de comunicação do país presentes nos Planos de Ensino de disciplinas que versam sobre a história do jornalismo: *História da imprensa no Brasil* (1999), de Nelson Werneck Sodré, *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira, volume 1* (2009), de Benedito Juarez Bahia.

Compreendendo que as práticas discursivas são fruto desse jogo “saber-poder”, como salienta Foucault (2010), procuramos analisar o exercício do poder não somente como algo próprio somente das instituições, como instrumento de dominação, mas como uma malha ramificada que se estende pelo constructo social, que se materializa em técnicas e procedimentos empreendidos para conduzir a conduta dos outros. Nesse entendimento, a norma de comportamento é o resultado de um poder que se exerce por meio de procedimentos de governo.

Desta forma, este tese também se embasou no terceiro eixo de estudos empreendidos pelo filósofo francês, ao observar como se dá a constituição do modo de ser dos sujeitos e analisar as maneiras pelas quais o indivíduo é interpelado a se constituir como sujeito. Em nosso estudo, embasamo-nos na compreensão de que o caminho trilhado por Foucault mostra-

se produtivo para observar como a história toma o indivíduo-jornalista como seu objeto e, nesse jogo, subjetiva-o e chama-o a ser “sujeito jornalista”; trata-se, assim, de partir do sujeito, caminhar em direção à problemática da análise da subjetivação para compreender como ao longo desse processo histórico, por meio das práticas discursivas, o sujeito vai se constituindo como jornalista. Da mesma forma, pode-se observar como se constrói as redes de significação, a superfície de emergência para o surgimento do acontecimento discursivo que interroga os pesquisadores, a ponto de se voltar à história para compreender a circulação dos sentidos, a legitimação dos discursos, seus encontros e suas movências: a votação, em junho de 2009, do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu por oito votos a um que o diploma de jornalismo, exigência regulada por um decreto Lei de 1969, não era mais requisito obrigatório para o exercício da profissão. Tal acontecimento nos interroga na medida em que questiona e tenciona uma memória discursiva sobre o que é e o que pode o jornalismo: “quem pode ser jornalista”, “o que é ser jornalista”, “o que deve fazer o jornalista”.

Para tanto, construímos nossa tese em 4 seções. Na primeira, intitulada **“(RE)DESCOBRIR A HISTÓRIA EM E COM FOUCAULT: UMA AVENTURA PELA ARQUEGENEALOGIA”**, aventuramo-nos *com* e *em* Foucault para compreender o estatuto da “História” dentro do projeto arqueogenalógico do pensador francês. Desta forma, pudemos refletir sobre a descontinuidade da história, suas múltiplas temporalidades, sua relação indissociável para o surgimento e determinação dos discursos, bem como dos sujeitos. O intuito foi de observar como a história não se marca simplesmente por uma sucessão de fatos que deveria ser reunida em um discurso; antes, marca-se como campo fundamental para a formação dos saberes, local a partir do qual são afirmadas, colocadas, dispostas, repartidas as identidades.

Sendo nosso projeto voltado para a construção das identidades do jornalista no discurso da história, na seção **“SUJEITO DA/À HISTÓRIA: SUJEITOS CONSTRUTORES E PRODUZIDOS PELO/NO DISCURSO”** buscamos problematizar a noção de “sujeito” em Foucault. Salientamos como nos empreendimentos foucaultianos o sujeito está no centro das reflexões. Antes de ser tomado em sua individualidade, discutimos como, na teoria do discurso, importa-nos o sujeito ser compreendido como condição e resultado para o surgimento dos discursos (a posição sujeito, como elemento dentro da função enunciativa): o homem se faz presente no local da própria produção do saber, capaz de prolongar o repetível, mas também de produzir o novo – fragmentado em um espaço em que se relaciona com os espaços das coisas –, o sujeito é construído por uma linguagem em cujo fio se encontram todos os discursos (em sua totalidade, inacessíveis, mas ali presentes).

Desta forma, pudemos adentrar na seção **“IDENTIDADES IMPOSSÍVEIS: O GOVERNO DE SI PELO OUTRO”**, problematizando como a identidade é o resultado do tensionamento do discurso em sua relação com a história e a memória. Ancorados numa posição discursiva, discutimos como a “identidade” é o resultado de práticas discursivas; inerentemente a esse processo, fruto das estratégias mobilizadas na construção discursivas, os sentidos produzidos e colocados em circulação por meio dos enunciados, a memória discursiva que constitui e determina a existência destes enunciados, as posições de sujeito ocupadas pelos autores (neste caso, Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia) nas diferentes séries enunciativas, a materialidade que permite a existência desses dizeres, as articulações operadas dentro do campo associado.

Realizadas tais discussões, caminhos para o capítulo analítico, **“NO (DIS)CURSO DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO/DO BRASIL, O JORNALISTA”**, para, a partir da problematização em torno da identidade, observar como o discurso dos historiadores – tomados como “práticas discursivas” – constroem lugares (im)possíveis (identidades) para o sujeito jornalista, ao passo em que narram a história da imprensa no Brasil. Buscamos, então, analisar como o sujeito jornalista é tomado como objeto desses discursos e, neste processo, subjetivado por meio de práticas discursivas que lhe determinam o que é preciso “fazer” ou “ser” para ser (re)conhecido como jornalista. Nossa análise tomou como ponto de partida a instalação da Imprensa Régia no Brasil (em 1808), marco oficial do surgimento da imprensa no país, e caminhou até a contemporaneidade, discutindo o surgimento das faculdades de comunicação, a obrigatoriedade do diploma e as (im)possibilidades do exercício do jornalismo em uma visão de mercado.

Sendo assim, tomamos como *corpus* de análise os livros "História da imprensa no Brasil", de Nelson Werneck Sodré; "História da imprensa brasileira", de Benedito Juarez Bahia, dois títulos presentes em grande parte dos Planos de Ensino das disciplinas ligadas à “História do Jornalismo” das faculdades de jornalismo do país. Para a organização metodológica do *corpus*, dividimos a seção por meio de “acontecimentos discursivos” do/para o jornalismo, na medida em que promoveram um reordenamento da ordem dos saberes para a área, bem como promoveu novos exercícios de poder. Os livros serviram a dois procedimentos, a reconstituição histórica da imprensa no Brasil – neste caso, tomados então como referência bibliográfica – e, concomitantemente a esse processo, foram tomados como *corpora*, em que se observou como práticas discursivas constroem identidades para o jornalista.

Nesta seção analítica também apresentamos um pouco da história da imprensa portuguesa – da qual o Brasil foi colônia por longos anos –, fruto da pesquisa realizada no doutorado sanduíche em Portugal, para observar como as formas de regulação dos discursos em funcionamento na imprensa brasileira talvez reproduzam e, por que não, subvertam as operacionalizadas lá.

Nas sequências discursivas analisadas na subseção 5.2 NO PRINCÍPIO, A NÃO ORIGEM DA IMPRENSA BRASILEIRA: A IMPRENSA RÉGIA E OS ENUNCIADOS DESVIANTES, foi possível observar como os discursos circulam dizeres de que o jornalista, que sequer naquela época existia no Brasil como uma atividade possível de ser exercida, já era interpelado a ocupar uma posição muito específica, de oposição ao poder dominante, por meio da atuação em impressos clandestinos, sem autorização do Estado. Também circulam sentidos de que para ser jornalista no Brasil e para que assim seja reconhecido era preciso um olhar crítico sobre o país a partir da perspectiva do próprio país. A identidade do jornalista brasileiro está ancorada no “nacionalismo”, além de ter de lutar para ser um sujeito livre” e “independente”, pois se assim não o for, não o é jornalista.

Na subseção 5.3 UM “GRITO” DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DOS JORNALISTAS, observamos como há também uma forte regulação dos discursos que poderiam circular na época no Brasil: havia espaço somente para os dizeres autorizados e que coadunam com o das classes privilegiadas, mais beneficiárias do processo de Independência. A palavra do jornalista está condicionada, sob uma suposta ideia de liberdade de imprensa, aos procedimentos coercitivos – prisão, apreensão do material, fechamento da tipografia etc. – que atravessam seus dizeres, colocando ainda na clandestinidade o discurso outro – o não possível de se realizar oficialmente – que ainda precisa encontrar estratégias para se fazer existir. Nos enunciados dos historiadores, delinea-se o sujeito jornalista como aquele pelo qual se passa a história e com o qual, também, se faz a história: não há história possível de existir sem o exercício do jornalista. Na atividade desse sujeito, congrega-se a possibilidade de mobilização social: na sua prática, reside um poder. À época, já se marca um distanciamento do “homem de letras” dada aos literatos em oposição ao “jornalista”, que nem sempre é também “homem de letras”, bem como na oposição linguagem jornalística/linguagem literária.

Ao abordar a seção 5.4 ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: O CAMINHO DA/PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA, ressaltamos como os enunciados fazem circular sentidos do trabalho jornalístico ligado às questões técnicas do lugar e do veículo de comunicação em que trabalha: este começa, pouco a pouco, a deixar de ser visto

como “amador” para se transfigurar em um sujeito “profissional”. Para além de apenas escrever – seja a favor do governo e/ou da elite ou em resistência a eles –, o jornalista também tem de ter o conhecimento técnico mais elaborado. Nesse contexto, o jornalista vai sendo caracterizado como aquele que pretere o campo mais poético e político da profissão para a qualidade técnica do “produto” ofertado à população; da mesma maneira, a identidade do jornalista “político” começa a circular – junto ou em oposição – ao jornalista “técnico”, sendo seu exercício amparado por “procedimentos flexíveis”, “ágeis”, “dinâmicos”: a perspectiva da produção em série, de soluções que permitam realizar o trabalho em curto espaço de tempo. O jornalista como aquele que “luta”, que é responsável por contestar toda e qualquer forma de poder que fere os princípios da sociedade é abandonado na busca por um profissional capaz de transmitir uma “realidade” nua, sem interpretações.

Posteriormente a esse período, tratamos na subseção 5.5 A EMPRESA JORNALÍSTICA: DO AMADORISMO À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISTA E SUA APROXIMAÇÃO DA PUBLICIDADE como a passagem dos anos 1800 para 1900 trouxe para/no Jornalismo uma mudança importante para a área: a industrialização da produção jornalística. Os enunciados fazem circular significações quanto a dificuldade – talvez, impossibilidade – de se exercer um jornalismo de interesse público e social, justamente por ser/estar atrelado ao poder político e econômico. Concomitantemente, há outro discurso que interpela o jornalismo/jornalista como instância autônoma de produção da informação e que, portanto, precisa se (re)afirmar como instância própria, sem vínculos com outras esferas de poder: a construção discursiva demarca a importância social e pública que o jornalismo poderia/pode ter. Se há certa exaltação do jornalismo mais ligado à informação factual – no retrato “documental” da realidade –, há também o que defende o engajamento político e social do jornalista.

Pudemos observar como os dizeres ligados ao papel de resistência que pode e deve ser exercido pelo jornalista ecoam mais fortemente nos enunciados apresentados na subseção 5.6 IMPRENSA OPERÁRIA: O JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS/PARA OS TRABALHADORES NO INÍCIO DO SÉCULO XX. Constrói-se um lugar próprio para jornalista como atividade “profissional”, exigindo-lhe uma representação de classe: os sindicatos: são colocados em circulação enunciados que confirmam a existência de uma categoria “profissional” dos jornalistas e, mais fortemente, como algo que deveria surgir “necessariamente”. Nesse esteio, como ocorrem com outras profissões, para que o jornalista pudesse ser (re)conhecido como profissional – com as vantagens trabalhistas implicadas – deveria exercer a sua atividade a partir de “regras”

formais, negar qualquer “diversão” no seu exercício – “trabalho” se opõe, aqui, a “diversão” –, ter “preocupações” para assim ser revelado a presença do “profissionalismo”. Nesta época, o jornalista também é interpelado a exercer fortemente o papel de representante da revolução social da classe trabalhadora, sendo responsável pela organização do movimento operário no país. Começam a se espalhar pelo país diferentes publicações/jornais anarquistas. Publicações como *O Despertar*, *O Protesto*, *O Golpe*, *Grito del Pueblo*, *O Livre Pensador*, *Anima e Vita*, *O Trabalhador*, *O 1 de Maio*, *O Chapeleiro*, *Jornal do Operário*, *Trabalhador Livre*, *Aurora*, *A Voz Operária* conclamam a uma oposição: “grande imprensa” x “pequena imprensa”; “imprensa da classe dominante” x “imprensa da classe dominada”; “imprensa capitalista” x “imprensa proletária”. O jornalista deve ser aquele que exerce poder contra os agentes econômicos [donos das empresas, das organizações, dos veículos de comunicação] e político [figura do Estado em regular a vida social nos mais diferentes campos]. Pelo próprio nome, a publicação jornalística operária funda no nome próprio sua necessidade de existência, a luta que precisa ser feita, interpelando tantos outros sujeitos de “nomes próprios” que possam se (re)conhecer no próprio do nome da publicação.

Na subseção 5.7 A DITADURA MILITAR E A CENSURA À IMPRENSA – AO PODER REPRESSIVO, A RESISTÊNCIA QUE NÃO QUER CALAR, buscou-se analisar os discursos sobre a atividade jornalista envolta no período de ditadura militar (período que assolou o país por longos anos). Há uma imprensa “velha imprensa” ou “imprensa de velhos ideais” que deve ser combatida por uma imprensa “nova” e “democrática”. Há uma cisão entre a imprensa ligada ao movimento de mudança (a pequena imprensa, representativa dos movimentos populares) e a imprensa conformada (grande imprensa, representativa das grandes esferas de poder como o Estado e a burguesia). O jornalista [do] popular é exaltado como promovedor de movimentos de mudança; o silenciamento da grande imprensa passa a funcionar como uma denúncia contra a própria atividade jornalística: não há outro lado a se estar, senão aquele do “povo”.

O poder opressor do Estado também promove uma identidade pontual do jornalista marcada pela “autocensura”: a estratégia permite uma sujeição real do jornalista sem necessidade de qualquer coerção física ou material. Neste cenário, os discursos contrários à liberdade de expressão e de pensamento são claramente negados: a imprensa deveria ser “livre”; há uma re-atualização que demarca a própria importância do jornalista para o discurso da história, tendo que ser estes sujeitos livres para o pleno exercício da produção da informação. Neste cenário de ditadura, observamos como os discursos de resistência puderam circular, apesar de interdito pelo discurso oficial: os enunciados colocam em circulação

significações pelo não-dito, denunciando por que é preciso resistir, do por que, ainda hoje, é preciso lembrar. Como próprio do jogo de relações de força, contra o poder dominante que insiste em ser exercido e coagir, exerce-se outro exercício de poder, uma força contrária que disputa o espaço, que desestabiliza, que impõe a necessidade de mudança, de alteração.

Na subseção 5.8 A DEMOCRACIA E O MONOPÓLIO DA COMUNICAÇÃO: (IM)POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DO JORNALISMO, observamos dois discursos antagônicos a respeito da atuação do jornalista no cenário do capitalismo. Há um discurso do “verdadeiro da época” que encontrará salvação para o jornalista somente na pequena imprensa” / “imprensa alternativa”. A identidade do jornalista não teria como ser compatível com a dos proprietários dos veículos de comunicação. Diferentemente, também pudemos observar discursos que defendem o exercício do jornalismo existir dentro de um cenário econômico de disputa de mercado, uma vez que esta promove a “independência” do veículo de comunicação e promove a diversidade por meio da concorrência: o jornalista poderia exercer “livremente” sua profissão dentro deste cenário, uma vez que é o capital que permite o progresso e o desenvolvimento da própria imprensa.

Nos enunciados analisados, também se observa-se a evocação do papel do jornalista na construção da própria história e como a mídia, na medida em que busca retratar a história, é construtora da própria história que retrata. A partir de Nora (1995), discutíamos como a mídia não se deve somente o papel de noticiar os acontecimentos, mas sua existência na veiculação é a condição de sua própria existência: vivemos uma “história do presente”, um presente já imbuído de um sentido “histórico”, de tal forma que a história passa a ser construída sobre o acontecimento. Além disso, também circulam discursos que dividem uma necessidade de cisão entre o “estrangeiro” e o “brasileiro”, uma vez que não poderiam ser compreendidos em suas similitudes, mas em suas “diferenças”: “O estrangeiro não é brasileiro”. O “estrangeiro” é considerado o mal a ser combatido, afastado – principalmente se “estrangeiros”, aqui, referirem-se aos “americanos” –, por materializar o máximo da cultura “capitalista” que busca suplantiar uma cultura genuína brasileira.

Destaca-se, também a enunciados que reafirmam a identidade do jornalista como “intelectual”, pessoa de conhecimento, distante do que poderia se chamar “trabalho braçal”; e também aquele que deveria dominar “fórmulas” próprias para o correto exercício do jornalismo. No antigo anseio do homem de restituir a origem dos dizeres, do qual é dono e origem, procedimentos técnicos permitiram ao sujeito reconstituir a materialidade do mundo em um texto, encerrando em si todas as significações possíveis. Reforçam-se os sentidos do jornalismo como uma área “objetiva”, capaz de retratar o mundo fielmente, tal como ele o é.

Neste esteio, o jornalismo passa a ser caracterizado por meio de efeitos de sentidos, presentes no campo associado do próprio jornalismo, que o ligam a características que irão legitimá-los, reforçar a credibilidade perante a sociedade: “instrumento de ação política”, “independente”, “olhar vigilante sobre a estrutura vigente”, “imparcial”, “honesto”, “exato”, “difusor da verdade”, “criterioso”, “responsável”, “instituição livre”, “capaz de refletir o bem comum”.

Por fim, na subseção 5.9 JORNALISMO, ACADEMIA, DIPLOMA E MERCADO DE TRABALHO – O JORNALISTA E(M) CONTRADIÇÕES: O QUE “PODE” – E QUEM “PODE” SER – O JORNALISTA, os discursos materializam – especificamente o de Bahia (2009), uma vez que Sodré (1999) não trata do assunto – clara rejeição à obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, uma vez que ela é fruto de uma “legislação autoritária”, que consagra a “reserva de mercado” aos portadores de diploma. Este passa a ser colado a significações como “recurso de cerceamento da informação”, principalmente por ter sido fruto de uma legislação (decreto) surgido durante a ditadura militar. O jornalista também é interpelado, sobremaneira, a lutar por uma imprensa livre e aberta a todos aqueles que dela queiram utilizar para promover a “liberdade de expressão” e a “liberdade de informação”, direitos garantidos na Constituição de 1988: o que somente seria possível com a não obrigatoriedade do diploma. A identidade do jornalista nesses discursos também é erigida sob características como “talento”, a “vocação”, o “dom”. Da mesma maneira que o “dom” do chefe de cozinha, tomado como algo inato, que geralmente surge com o sujeito, o exercício do jornalista seria fruto de um “dote natural”, tão inerente a ele (não aprendido) como o processo de interpelação do indivíduo em sujeito.

Ressaltamos, também, como a construção da identidade do jornalista passa a ser marcada pelo caráter tecnicista e prático em uma perspectiva de mercado: este poderia fornecer formação mais apropriada aos jornalistas, por promover constantemente a “prática”, a “experiência”. O jornalista teria de aprender com a “prática de mercado”, apesar de cursar uma universidade: a Academia seria um complemento – um acessório a mais – na formação do jornalista.

Nesse percurso analítico, asseveramos que o princípio de compreensão não parte simplesmente do governo do sujeito jornalista por si próprio, mas também pelas formas como o governo do jornalista – “do que é” e “como se deve ser” jornalista – é moldado também pelo governo dos outros, pelo discurso construído ao longo da história da imprensa. Todavia, ressaltamos que no caminho traçado por esta tese não nos debruçamos em compreender como o jornalista empreende as práticas sobre si (como se dá o uso de técnicas, tecnologias,

estratégias na pragmática de si, na constituição da subjetividade), mas observar como o governo de si é construído pelo governo do outro por meio de práticas discursivas.

E se nosso trabalho foi esse voltar para o sujeito, é por compreender que, por isso mesmo, trata-se de uma representação possível desse mesmo sujeito, sem ser ele mesmo. Na medida em que o sujeito jornalista foi aqui tratado e representado é justamente, pois aqui ele não está: não há como este sujeito estar inteiramente, na sua completude, contido nesse estudo; pelo mesmo pressuposto que ele também não existe em sua completude, é fragmentado, disperso. Longe de buscar reunir em uma única figura o sujeito jornalista, nosso anseio foi compreendê-lo em sua dispersão na história, deslocando-o da posição daquele que tudo vê e retrata para aquele retratado *pelo e no* discurso do outro.

Se as identidades sempre estão aí para classificar e distinguir os sujeitos, ansiamos por colocá-las em suspenso, para que os próprios sujeitos possam construir suas próprias subjetivações – um efeito, um movimento que não cessa de ser realizado, dissolvido, restituído, mas sempre “já aí: “Esse sujeito mesmo – que é o mesmo – foi elidido. E livre, enfim, dessa relação que a acorrentava, a representação pode se dar como pura representação” (FOUCAULT, 2007, p.21).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1985.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitzzer [trad]. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOÊMIO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/bo%C3%A9mio>>. Acesso em 11. ago. 2014.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 21 ago. 2014.

_____. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>> . Acesso em 20 jul. 2014.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> . Acesso em 21 ago. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 21 fev. 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.html> . Acesso em 21 ago. 2014.

_____. **Decreto do Conselho de Ministros nº 1.177, de 12 de junho de 1962**: Aprova o Regulamento sobre o Registro de Jornalista Profissional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1177-12-junho-1962-353211-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 21 fev. 2015.

_____. **Decreto nº 57.690, de 1 de fevereiro de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D57690.html>. Acesso em 21 ago. 2014.

_____. **Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF); 21

out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0972.htm>. Acesso em 05 de Jul. 2010.

BUCCI, Eugênio. **"Igreja", "Estado" e certas circunstâncias**. 2010. Edição 622. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/igreja-estado-e-certas-circunstancias>. Acesso em 10 mar. 2015.

BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. 1992. Disponível em: http://etnohistoria.ffe.usp.br/sites/etnohistoria.ffe.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf. Acesso em 22 dez. 2014.

CÁDIMA, Francisco Rui. Imprensa, poder e censura: elementos para a história das práticas censórias em Portugal. In: **MEDIA & JORNALISMO**. N. 22, v. 12, n. 1. 2013. p.101-129. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/mj22_cdima_1.pdf. Acesso em 19 nov. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O que é a legislação**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html>. Acesso em 05 ago. 2014

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UnB, 1999

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009a.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vanice. **Análise do Discurso: Herança, Métodos e Objetos**. Claraluz. São Carlos: Claraluz, 2009b.

_____. Discurso, história e arqueologia. Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes. In: MILANEZ, Nilton; GASPAS, Nádea Regina (orgs). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1986.

DINES, Alberto. A questão não é do diploma, mas do canudo. In: **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. 2002. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/livro.pdf>. Acesso em 23 Jul. 2010.

DORNE, Vinícius Durval. **Práticas discursivas midiáticas na sobre a identidade do jornalista sem diploma**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. 187 f. Maringá: UEM, 2011.

EVANGELHO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha]. 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/Evangelho>>. Acesso em 10 jan. 2013.

FENAJ. **Audiência é mais uma etapa da luta em defesa da regulamentação da profissão**. 2005. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=552>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

_____. **Em 2008 jornalistas mobilizaram o país na campanha pelo diploma**. 2008. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2411>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIO, José Antônio. Sujeito discursivo e construção identitária do mendigo. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FOLHA ONLINE. **Conheça a Folha online**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/folha_online.shtml>. Acesso em 10 de ago. 2010

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. 1969. Disponível em: <http://minhateca.com.br/nbonato/FOUCAULT*2c+Michel.+O+que+*c3*a9+um+autor,12457627.pdf>. Acesso em 10 jan. 2015.

_____. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: DREUFUS H; HABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Michel Foucault: entrevistas concedidas a Roger Pol-Droit**. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A Hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Michel Foucault**: estratégia, poder-saber. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forente Universitária, 2010.

_____. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

GASPAR, Nádea Regina. Língua, Linguagem, Texto e Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso**: Mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide invertida**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GHEDINI, Fred. Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2002. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/livro.pdf>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Filigranas do discurso**: as vozes da história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000, p. 19-34.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. Discurso, História e a Produção de identidades na Mídia. In: **IXI ENANPOLL**: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. 2004a. Sessão de debates. Disponível em: <http://www.geocities.com/gt_ad/mariadorosariogregolin.doc>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, Janaína Barbosa (org). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004b, p. 19-42.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Identidade: objeto ainda não identificado? **Estudos da Linguagem**. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

GUILHAUMOU, Jacques. **Linguística e História**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

IPEA. **Perfil**: Nelson Werneck Sodré. 2011. Ano 8. ed. 68. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2603:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 15 jun. 2014.

LAGE, Nilson Lage. À frente, o passado. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2002. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/livro.pdf>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

_____. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2004.

MAC. **Juarez Bahia**. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_artejornalismo/expo_virtual/virtual5.html>. Acesso em 15 jun. 2014.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso**: história e práticas. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MALDIDIDER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso**: Mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008a.

_____. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008b.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.179-193.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-18.

_____. **Semântica e discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

_____. Remontemos de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **L’Inquiétude du discours**. Textes choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1990. p. 245-260. Edição Original: 1977. Trad. de Maria do Rosário Gregolin. Mimeo, 2000.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso: Mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PROFISSIONAL. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/profissional>>. Acesso em 11. ago. 2014.

REVISTAS. **IstoÉ**. Disponível em <http://www.revistas.com.br/mos/view/Revistas/Revistas_de_Atualidades/Revista_IstoE>. Acesso em 10 de ago. 2010

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A imprensa operária anarquista: gênero, leitura e sentido. In: **Revista do GELNE**. Vol. 3. No. 1. 2001. Disponível em: <http://www.gelne.org.br/RevistaGelne/arquivos/artigos/art_4fda0d0cd3cf5ae5ebc45cfbbd238308_99.pdf>. Acesso em 18 jul. 2014.

_____. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividades. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>> 2008. Acesso em 19 nov. 2013.

TENGARRINHA, José. **Nova história da imprensa portuguesa**: das origens a 1865. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

UOL. **STF decide que diploma de jornalismo não é obrigatório para o exercício da profissão**. São Paulo, Jun. 2009. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/17/ult5772u4370.jhtm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. Ada Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1998, p. 237-285.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.